



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS**

PAULA RAMOS GHIRALDELLI

**DISCURSO MILITAR:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE PROPAGANDAS DE ALISTAMENTO EM
PAÍSES DA OTAN ENTRE 2021 E 2022**

**Porto Nacional, TO
2025**

Paula Ramos Ghiraldelli

**Discurso militar:
uma análise discursiva de propagandas de alistamento em países da OTAN entre
2021 e 2022**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Porto Nacional, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares;

Área de concentração: Estudos Linguísticos;

Linha de Pesquisa: Texto, Discurso e História.

Porto Nacional, TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G425d Ghiraldelli, Paula Ramos.

Discurso Militar: uma análise discursiva de propagandas de alistamento em países da OTAN entre 2021 e 2022. / Paula Ramos Ghiraldelli. – Porto Nacional, TO, 2025.

173 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2025.

Orientador: Thiago Barbosa Soares

1. Discurso Militar. 2. Cena da Enunciação. 3. Ethos discursivo. 4. Discurso Fundador. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Paula Ramos Ghiraldelli

**Discurso militar:
uma análise discursiva de propagandas de alistamento em países da OTAN entre
2021 e 2022**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Porto Nacional (TO) – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, tendo sido aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares, UFT/CNPq.

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas, UFSCar/CNPq

Prof. Dr. Lucas Gama Khalil, UNIR.

Prof. Dr. Wagner Rodrigues Silva, UFT/CNPq.

AGRADECIMENTOS

Esta produção jamais poderia ter sido realizada sem a presença de pessoas com quem compartilhar os ônus e os bônus, as dificuldades e alegrias do estudo. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Prof.^a Denise de Amorim Ramos, sem a qual meus planos jamais se concretizariam e sequer poderiam ter sido transformados nestas páginas. Minha mãe que, muito além do suporte psicológico, me proporcionou direcionamento, aprofundamento teórico para a pesquisa e apoio técnico para a escrita – tanto nas minúcias do dia a dia quanto na leveza espiritual, tão indispensável para os momentos de incertezas. Uma pessoa cujas força, garra, honestidade e conquistas me enchem de orgulho. É nela que me espelho. Por todos esses motivos, serei eternamente grata.

Agradeço também às minhas amigas, Andréia Muniz Lisboa e Prof.^a Greize Alves Silva, que incansavelmente me estenderam a mão – com leituras e sugestões sobre o texto, também risadas e afagos. Estar com elas foi, sem dúvida, um presente que o percurso da pós-graduação me trouxe, e que levarei comigo pela vida a fora.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Thiago Barbosa Soares, um pesquisador brilhante que me guiou em todos os passos; nunca soltou a minha mão. Me ensinou muito, dedicando seu tempo a ler e reler inúmeras vezes meus trabalhos, sempre fazendo diversas ponderações e, sem titubear, esclarecendo todas as minhas dúvidas, independentemente do momento em que surgissem – até mesmo pelo WhatsApp.

Agradeço, ainda, aos estimados membros da Banca. O Prof. Roberto Baronas, assertivo e generoso, que elucidou diversas questões sobre as obras de Maingueneau antes mesmo que eu as verbalizasse, além de me indicar leituras valiosas. O Prof. Lucas Khalil, cujo olhar me trouxe novas perspectivas para o texto, ideias que busquei incorporar a minha produção. O Prof. Wagner Silva, que realizou uma leitura minuciosa, oferecendo várias contribuições, um procedimento essencial para todo estudante. Agradeço imensamente a esses professores e compartilho aqui o orgulho em ter a oportunidade de aprender com todos eles.

RESUMO

Este estudo abordou o discurso militar como procedente dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado (ALTHUSSER, 1980), fruto de um percurso político que o integra como parte do institucional, modulando-se pela produção governamental. Buscou-se analisar discursivamente duas propagandas audiovisuais de alistamento ao Serviço Militar, produzidas entre 2021 e 2022, por países centrais na disposição da Organização do Tratado do Atlântico Norte – o Reino Unido e os Estados Unidos –, estabelecendo-se, assim, um panorama do discurso militar ocidental, no qual a aliança opera como protagonista. O trabalho norteou-se pela perspectiva de compreender as condições de produção dessas propagandas – a relação entre militarismo e discurso nos países em questão; desmembrar os efeitos de sentido produzidos, identificando os mecanismos discursivos que moldam e reforçam as características político-ideológicas governamentais e as relações exteriores; além de pontuar o papel da figura militar construída nas campanhas como projeção discursiva, percebendo-se nela as posições governamentais no tocante ao militarismo. Para tal, mobilizou-se as ferramentas teórico-metodológicas da Análise do Discurso – em um primeiro movimento analítico, as noções de cena da enunciação e de ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004), depreendendo-se, no *corpus*, os elementos que delineiam a teatralização promovida pelo discurso, bem como a projeção de si do enunciador, que valida tal encenação. Considerando que esse tipo de propaganda opera como ficções que referenciam o mundo concreto (SOARES, 2022), suscitando a questão ideológica sob a qual o simbólico atua, foram acionados os conceitos de Formação Discursiva (FD) e Formação Imaginária (PÊCHEUX, 1993a; 1993b), ferramentas que permitem estipular as regras do dizer dentro de um quadro ideológico, bem como as projeções discursivas produzidas a partir de um lugar social. Os resultados demonstram que efeitos de poder e glória (no caso da campanha britânica) e de liberdade e democracia (depreendidos do alistamento estadunidense), próprios da FD institucional, são veiculados pela cena da enunciação e verticalizados pelo ethos. Através de silenciamento, apagamentos, atualizações e retomadas, os sentidos da institucionalidade deslizam, culminando em modulações de segurança que homogeneiza a FD militar do ocidente, atuando sob os efeitos de novidade e entretenimento, sobretudo por meio de uma cenografia revestida por um objeto cultural e pela presença do ethos feminino. Embora encene elementos de inclusão e empoderamento feminino, a dispersão do ethos mantém um núcleo de conservadorismo e hierarquia inerente à estrutura militar, evidenciando reformulações que resgatam os traços originários do discurso militar.

Palavras-chaves: Discurso Militar. Cena da Enunciação. Ethos discursivo. Ideologia Institucional. Discurso Fundador.

ABSTRACT

This study examined the military discourse as stemming from the Ideological State Apparatuses (ALTHUSSER, 1980), resulting from a political trajectory that integrates it into the institutional framework, modulated by governmental production. The analysis focused on two audiovisual recruitment advertisements for military service, produced between 2021 and 2022, by key NATO member countries—the United Kingdom and the United States – thus establishing a landscape of Western military discourse, where the alliance plays a leading role. The work aimed to understand the conditions of production for these advertisements, exploring the relationship between militarism and discourse in the countries in question; deconstructing the meanings produced, identifying the discursive mechanisms that shape and reinforce governmental political-ideological characteristics and foreign relations; and highlighting the role of the military figure constructed in the campaigns as a discursive projection, reflecting governmental positions regarding militarism. To achieve this, the study employed theoretical and methodological tools from Discourse Analysis—primarily the notions of the scene of enunciation and discursive ethos (MAINGUENEAU, 2004), examining elements within the corpus that delineate the theatricalization promoted by the discourse, as well as the enunciator's self-projection that validates this staging. Considering that this type of advertisement operates as fictions referencing the concrete world (SOARES, 2022), raising the ideological question under which the symbolic operates, the concepts of Discursive Formation (DF) and Imaginary Formation (PÊCHEUX, 1993a; 1993b) were also utilized, as they allow for the stipulation of speaking rules within an ideological framework, as well as the discursive projections produced from a social position. Within this defined horizon, effects of rigidity can be derived from the military field. As a result of this research, the analysis demonstrated that effects of power and glory (in the case of the British campaign) and of freedom and democracy (derived from the U.S. recruitment) characteristic of institutional DF are conveyed through the scene of enunciation and verticalized by the ethos. Through silence and erasure, these elements culminate in security modulations that homogenize the Western military DF. They operate under the effects of novelty and entertainment, particularly through a scenography adorned with cultural objects and the presence of a feminine ethos. While the advertisements include elements of female inclusion and empowerment, the dispersal of ethos retains a core of conservatism and hierarchy inherent in military structure, revealing reformulations that reclaim the original traits of military discourse.

Keywords: Military Discourse. Enunciation Scene. Discursive ethos. Institutional Ideology. Founding Speech.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Figurativização militar na cena englobante. | 28 |
| Figura 2 – Ângulo de filmagem panorâmico, aproximação ao robô e solidão. | 34 |
| Figura 3 – Iluminação, cores, nitidez na construção do elemento tecnológico. | 35 |
| Figura 4 – Mudança de percurso narrativo: aproximação aos olhos maquínicos, afastamento e concretização de olhos humanos. | 37 |
| Figura 5 – Fisiologia humana: expressão e suor. | 38 |
| Figura 6 – Tecnologia manejada pelo humano, sol e sombra. | 39 |
| Figura 7 – Competência e heroísmo no exército do futuro. | 40 |
| Figura 8 – O exército do futuro ainda precisa de você. | 41 |
| Figura 9 – Logomarca do enunciador: ARMY BE THE BEST. | 42 |
| Figura 10 – Ethos de três faces: tecnologia, humanidade e instituição. | 49 |
| Figura 11 – Discurso Militar na história e na propaganda britânica. | 61 |
| Figura 12 – Dupla cena englobante: instituição e militarismo norte-americano. | 74 |
| Figura 13 – Marcas da cena genérica propaganda. | 77 |
| Figura 14 – Estrutura cenográfica: abertura da série animada The Calling. | 80 |
| Figura 15 – Inscrição do subtítulo Emma na areia. | 84 |
| Figura 16 – Formações Imaginárias atuantes sobre a construção do ethos em Emma. . | 85 |
| Figura 17 – Ethos de ‘garota de irmandade’: caráter e corporalidade de privilégios. ... | 89 |
| Figura 18 – Ethos multifacetado de Emma: diversas subjetividades. | 90 |
| Figura 19 – Passagem do gancho. | 93 |
| Figura 20 – A operacionalização de ‘liberdade’ na organização de um mundo ético norte-americano. | 105 |
| Figura 21 – A operacionalização de ‘segurança’ como intermediário entre ‘tecnologia e liberdade’. | 144 |
| Figura 22 – ‘Segurança’ como dispositivo do funcionamento da segurança antológica. | 146 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------|---------------------------------------------|
| FA | Forças Armadas |
| SM | Serviço Militar |
| AD | Análise do Discurso |
| OTAN | Organização do Tratado Atlântico-Norte |
| FD | Formação Discursiva |
| FId | Formação Ideológica |
| FS | Formação Social |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FIm | Formação(ões) Imaginária(s) |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 CAPÍTULO 1: O MILITARISMO DO FUTURO NO DISCURSO DA PROPAGANDA BRITÂNICA DE ALISTAMENTO (2022) | 20 |
| 1.1 Considerações Iniciais: Estado imperial, Forças Armadas Britânicas e as condições de produção dos seus enunciados | 21 |
| 1.2 Cena e ethos na propaganda britânica de alistamento militar (2022): o exército do futuro em um cenário atual | 27 |
| 1.3 Outras considerações: rupturas e continuidades do posicionamento imperial na propaganda militar britânica | 50 |
| 2 CAPÍTULO 2: MODERNIDADE E ANIMAÇÃO NA PROPAGANDA DAS FORÇAS ARMADAS NORTE-AMERICANAS (2021) | 64 |
| 2.1 Considerações iniciais: o projeto imperialista dos EUA como condições de produção dos dizeres institucionais | 66 |
| 2.2 Cena e ethos na propaganda de alistamento norte-americana: o corpo líquido do exército | 73 |
| 2.3 Outras considerações: o discurso institucional da liberdade também na campanha de 2021 norte-americana | 95 |
| 3 CAPÍTULO 3: O PROJETO DO CAPITAL NO DISCURSO INSTITUCIONAL MILITAR DO OCIDENTE | 110 |
| 3.1 Considerações iniciais: pós-modernidade, tecnologia, armamentos e gênero nas condições de produção do discurso militar ocidental | 111 |
| 3.2 Faces e interfaces da cena e do ethos nas propagandas de alistamento dos países da OTAN: a organização do discurso militar ocidental | 118 |
| 3.3 Outras considerações: a crise do capital e a crise da subjetividade no discurso militar do ocidente | 141 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 155 |
| REFERÊNCIAS | 165 |

INTRODUÇÃO

O discurso militar de uma determinada sociedade define-se pela gama de enunciados provenientes do seio do militarismo e os significados por eles produzidos. Essa breve classificação, ainda que homogeneíze o enunciador e restrinja a complexidade dos dizeres do militarismo, permite ampliá-los para outros co-enunciadores que, nele, exercem papel. É possível se apoiar no significado dicionarizado de ‘militar’, para verificar o quesito institucional que permeia o termo. Conforme a definição disponível no *Aulete Digital* (LEXICON, 2007), ‘militar’ é uma terminologia predominantemente ligada às ações de guerra e às Forças Armadas. Por si, o ‘dicionário’ caracteriza-se por ser um instrumento linguístico – uma tecnologia da linguagem, desenvolvida de forma específica para possibilitar a reflexão sobre a língua através de si mesma (AUROUX, 1992). Ao estar inserida em um tempo e um espaço, pode ser pensada como “discursos que têm seu caráter linguístico-histórico, político e ideológico” (COELHO, 2019, p. 107). A análise discursiva dos significados dicionarizados envolve a compreensão da configuração ideológica sob a qual sentidos são percebidos (ORLANDI, 2000).

Por seus mecanismos discursivos, o dicionário atua como descritivo e normativo, criando o efeito de evidência de que ele é o “detentor dos dizeres em sua forma oficial” (ORLANDI, 2000). O estudo das entradas do dicionário (enquanto objetos linguístico-históricos) desmembra traços da institucionalidade da língua e do seu elo com a esfera política. Explorando o valor simbólico da descrição supracitada, orienta-se, já em princípio, algumas considerações acerca da origem do discurso militar. A pesquisa realizada por Ghiraldelli e Soares (2023) pontua que o conteúdo para ‘militar’ traz a olhar institucional em respeito a uma estrutura de particular relevância na sociedade: o militarismo. Estreita-se, assim, a relação entre posicionamentos bélicos e estruturação estatal. Enquanto órgão subjugado ao Estado, a entidade militar tem sua organização e validação dispostas nos discursos institucionais – como o do dicionário –, em um movimento que permeia o imbricamento desde as incursões bélicas medievais até às Forças Armadas nos moldes atuais, agregando-lhe valores positivos e de reconhecimento (GHIRALDELLI; SOARES, 2023).

A articulação entre o discurso institucional e militar é amparada pelos instrumentos linguísticos, mas não se limita à análise destes, pois está também inscrita nos discursos promovidos pela própria entidade Forças Armadas (FA). As FA são instituições modernas que exercem papel central na questão da defesa do Estado, tanto

em situações de conflitos armados externos quanto internamente, em ocasiões de crise que perpassam os poderes executivo, legislativo e judiciário (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). O poder militar de um país detém como função o uso da força em casos preestabelecidos, uma atuação que depende do chefe de Estado e da regulação do constructo legislativo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). Nessa questão, as FA são, de acordo com Althusser (1980), Aparelhos Repressivos do Estados – instituições que utilizam a força e a coerção para assegurar ordem, um meio de controle e manutenção da estabilidade. Esse propósito guia as FA hoje existentes; também alcança o período de criação do modelo, quando o militarismo emerge como uma corporação do próprio Estado Moderno.

A fundação estatal aos moldes atuais só foi possível a partir da coordenação militar voltada o estabelecimento de um poder unificado – é latente a função política de um setor armado (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2000). Nos enunciados produzidos pelas FA não poderia ser diferente: engendrados no interior de um Ministério Defesa, tomam para si elementos estruturantes do Estado e são por eles tomados. Voltando-se às classificações de Althusser (1980), atribui-se ao discurso militar o caráter de Aparelhos Ideológicos do Estado, pois se apresenta “sob a forma de instituições distintas e especializadas” e funciona “de um modo massivamente prevalente pela ideologia [...] para assegurar sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior” (ALTHUSSER, 1980, p. 43 e 47). Por isso, afirma-se que o discurso militar é fruto de um fluxo político que o insere como parte do institucional, modulado pela produção discursiva governamental.

Para além de mero braço reprodutor da ideologia estatal, a discursividade militar é fundante: está na base da constituição do Estado, origina-se junto à política e à cultura de um país e conduz a formação dos valores nacionais, servindo de referência para a nação (ORLANDI, 2001). Em vista do seu papel formador e disseminador enquanto fundador, há de se enfatizar, aqui, um gênero que promove o diálogo direto entre a população geral e as FA: as campanhas de alistamento do Serviço Militar (SM). O SM é uma prestação de serviço temporário que possibilita, ao alistado, o aprendizado das atribuições militares, da preparação para a guerra e, portanto, do dever cidadão em servir à pátria (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). O alistamento ganha destaque por ser uma das maneiras mais difundidas de ingresso às FA pois, embora inclua testes de aptidão física e mental, dispensa requisitos que não atendem a grande maioria populacional, como a formação em nível superior. Em seu modelo mais comum, o SM é de caráter obrigatório,

mesmo em tempos de paz, para pessoas majoritariamente do sexo masculino ao completarem a maioria (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000).¹

Considerando que “os que pertencem às Forças Armadas estão sujeitos à disciplina militar, conjunto de regras não facilmente harmonizáveis com os preceitos constitucionais em matéria de liberdades fundamentais” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 316), o SM divulga o alistamento por meio de peças televisivas que buscam apresentar brevemente a atuação das principais alas militares – exército, marinha e aeronáutica –, fornecendo motivação entre os potenciais ingressantes e para a existência de um corpo militar, através da oferta de valores éticos e sociais (GHIRALDELLI, 2022). As campanhas de alistamento ao SM são, assim, consideradas propagandas, pois estão voltadas para a propagação de ideias, sobretudo apoiadas por fatores políticos (COSTA; MENDES, 2012). Apesar do psicologismo (as emoções suscitadas por estratégias de persuasão e manipulação) que envolve as propagandas em sua função, Pêcheux (2012) afirma: “a raiz desse debate, longe de estar instalada nas contradições psicológicas da consciência humana, [está], na realidade, encontrada nas formas históricas de assujeitamento do indivíduo” (PÊCHEUX, 2012, p. 80).

Qualquer natureza de intencionalidade que poderia cercear a função do discurso propagandístico se vincula a uma falsa noção de liberdade, pela qual se movimentam escolhas feitas mediante um quadro ideológico vigente (PÊCHEUX, 2012). No caso das propagandas de alistamento, os valores difundidos permeiam o militarismo e, por sua procedência institucional e difusão nacional, imbuem, ainda, o posicionamento governamental (GHIRALDELLI, 2022) – similarmente ao que ocorre com o caso mencionado do dicionário. Logo, a filiação ideológica presente em toda forma discursiva torna-se precisamente expressiva nos discursos militares institucionais, mais ainda quando se trata das propagandas – que se tornam não somente um “negócio militar”, mas a “preocupação do Estado” (PÊCHEUX, 2012, p. 74) em termos de difusão de seus valores estruturantes. Nesse viés, torna-se pertinente compreender as campanhas de alistamento como materialidades discursivas que possibilitam o mapeamento da

¹ O SM é apenas uma das formas de ingresso às FA, uma vez que o modelo do recrutamento ocorre de acordo com a necessidade dos quadros a serem preenchidos. Enquanto a conscrição (majoritariamente masculina) permite obter apenas parte dos membros das Forças, submetidos ao tradicional treinamento, outra parte é composta por especialistas voluntários – o oficiais e suboficiais de carreira, cuja incorporação é feita por meio de escolas militares de nível superior (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). Cria-se, assim, uma ala formada por profissionais equipados com sistemas de armas não convencionais, e outra, constituída pelo pessoal alistado, fornecedor do apoio logístico ao primeiro grupo (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000).

ideologia, a ser estudada pela Análise do Discurso (AD) de vertente materialista, exponenciada por Pêcheux (1993a; 2011).

O campo trata, através da concretude da língua, da interpretação dos efeitos de sentidos guiados pelas condições de produção – os aspectos históricos, sociais, ideológicos em que os sujeitos se inserem e sob os quais o discurso emerge (PÊCHEUX, 1993a). Os estudos discursivos ganham novos contornos com Maingueneau (1997; 2004)², que assume o discurso enquanto rastro que repousa no texto, regido por um conjunto interdiscursivo que o orienta, classifica. De todo modo, ambas as perspectivas permitem apontar a condução do discurso pelo panorama de inserção em uma conjuntura, sendo que os sentidos delineados são transportados (e não determinados) pelo fator linguístico. Em decorrência, a investigação parte da materialidade discursiva. A propaganda de alistamento é composta por uma mescla audiovisual, em um jogo verbal e não verbal próprio que caracteriza sua construção. É possível, então, questionar, no tocante às construções discursivas das propagandas militares: (i) de que modo os mecanismos discursivos operam na constituição e no reforço das características político-ideológicas governamentais, bem como das diretrizes e práticas das relações exteriores?

Sabendo que a leitura dos vídeos ocorre mediante a inserção em um quadro histórico, uma concepção de nação, pergunta-se: (ii) quais as condições de produção lhes são atinentes? Considerando que, no processo de produção discursiva, os sujeitos realizam projeções, tanto de si mesmo, quanto do seu público-alvo ou das instituições sociais (PÊCHEUX, 1993a), indaga-se, ainda: (iii) como ocorre a construção discursiva da figura militar no discurso das campanhas militares e o que isso significa? Tais questionamentos configuram-se como os problemas de pesquisa para os quais este estudo buscará respostas, recorrendo à análise discursiva de propagandas de alistamento militar produzidas recentemente. Levanta-se a hipótese de que a produção do discurso institucional militar envolve não só (re) formulações gestadas na (re) estruturação político social na qual o militarismo se inscreve em dado momento, mas dispersa sentidos associados à tradicionalidade e ao conservadorismo, oriundos do caráter originário,

² Esclarece-se que, em seus escritos, Maingueneau (1997; 2004) não se coloca como pertencente à vertente materialista tal qual Pêcheux (2011). Contudo, quando apresenta uma proposta teórico-metodológica de base enunciativo-discursiva – ou seja, engendrada na gama verbal em que locutores e interlocutores se relacionam –, o escopo analítico volta-se para a materialidade discursiva, uma vez que essa relação é oriunda na historicidade. Existe, portanto, um fio condutor entre os procedimentos metodológicos das teorias mencionadas, ainda que possam ser percebidas de maneira distintas. É sob essa percepção que este trabalho se funda e se compromete a demonstrar a aproximação entre os pressupostos epistemológicos das teorias em questão.

fundador (ORLANDI, 2001) – aspectos esses, que ecoam, até mesmo nas práticas discursivas de organizações paramilitares em que os países se inserem.

A fim de verificar a concretização ou não da hipótese estabelecida, determinou-se um *corpus* de análise, do qual se pretende delinear a construção discursiva, demonstrando como o discurso atua na produção de significações (ORLANDI, 2009) e identificando os valores de base sob os quais o discurso militar continua. O *corpus* é composto por duas propagandas televisivas de alistamento militar da atualidade, divulgadas institucionalmente entre 2021 e 2022, a saber: a fornecida pelas Forças Armadas estadunidenses e a das FA Britânicas. Os vídeos encontram-se disponibilizados na plataforma de *streaming* Youtube, seja em canais oficiais do Ministério da Defesa de cada país como em outros canais de usuários que buscaram retransmiti-las; possuem o respectivo selo da Defesa, e foram divulgados, segundo suas descrições, inicialmente pelos canais abertos da televisão nacional³. Neles, acompanha-se uma micronarrativa composta por imagens, efeitos sonoros, narração e escritos na língua oficial dessas nações – o inglês. Mesmo com suas peculiaridades e individualidades, todos expõem uma prévia das atribuições militares, cooperando para a adesão ao alistamento.

Os deveres e atividades militares, ao se vincularem ao político, ultrapassam o quesito institucional, interno ao Estado, já que certas relações estatais, quando expostas nas circunstâncias mundiais, se interseccionam. Do ponto de vista linguístico-histórico, a posição que os países enunciadores ocupam em coalizões militares também incide no dispositivo discursivo das propagandas. À vista disso, é relevante estabelecer alguns apontamentos acerca da origem do *corpus*, relativas ao enunciador – os governos em que essas materialidades discursivas se legitimam e as relações político-militares que estabelecem com outras nações. Estados Unidos (EUA) e Reino Unido compõem, juntamente com outros Estados, a Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN) – uma coalizão intergovernamental que visa promover a ajuda mútua em termos políticos e militares entre seus membros (PEREIRA; ALENCAR, 2004). Criada ao fim da Segunda Guerra e liderada pelos Estados Unidos, a Organização atua em conflitos armados mundiais, até os dias atuais, e canaliza o discurso dominante das políticas militares ocidentais (PEREIRA; ALENCAR, 2004).

A análise discursiva de uma propaganda militar oferecida pela liderança da OTAN – os EUA –, é relevante pois traz à luz os valores militares do Estado que, ao serem

³ O *link* de acesso para as materialidades encontra-se na seção de Referências desta dissertação. Recomenda-se a prévia visualização para que se possa ampliar a percepção da análise aqui proposta.

imbricados à Organização, se estende ao âmbito global. Em um quadro de globalização, neoliberalismo e financeirização do capital, tal qual a atualidade, o discurso produzido por uma nação que ocupa papel medular nessa disposição e disseminação de valores para o ocidente torna-se crucial para compreender o funcionamento social, bem como o arranjo ideológico vigente. Em concomitância, a opção pelo alistamento das FA Britânicas para a constituição do *corpus* está atrelada à sua tradicionalidade, o destaque de atuação bélica no globo, e sua ligação histórica com as FA norte-americanas. A Inglaterra se configurou como uma superpotência durante os séculos XVIII e parte do XIX, perdendo espaço para a nação norte-americana a partir do período de entreguerras mundiais; é aliada política e militar dos EUA e apresenta similar influência mundial, posto que os frutos do período imperial permitiram ao Reino se estabelecer em um lugar de privilégio no desenvolvimento da financeirização e da globalização (PASSETTI, 2016).

Nessa esteira, justifica-se a escolha do *corpus* pela estruturação mundial em que EUA e Reino Unido compõem o dorso capitalista do ocidente neoliberal e globalizado – aspectos referentes às condições de produção das materialidades analíticas. A atuação militar é fundamentada por políticas econômicas dentro de um enquadramento sócio-histórico, de modo que o militarismo e o Estado estabelecem relações intrínsecas. Tais relações mostram-se expressivamente delineadas em períodos de guerra e governos militares. Tanto que a maioria dos trabalhos de cunho acadêmico encontrados a respeito do militarismo e suas campanhas estão relacionados àquelas veiculadas na Primeira e Segunda Guerra, ou às divulgadas por governos ditatoriais militares – principalmente da América Latina, na década de 1960-80. Nos estudos averiguados, a propaganda militar tem sido estudada como uma crítica autoevidente ao militarismo, em uma relação entre práticas discursivas e ações autoritárias do governo. Do ponto de vista da teoria do discurso, entretanto, as manifestações da língua e as ideológicas, por si, não se refletem, ou seja, a ideologia não encontra seu espelho na língua.

Segundo Pêcheux (2011), os sentidos variam de acordo com lugar social em que enunciador e enunciatário se inserem, de modo que não há uma relação de autoevidência entre a propaganda e o autoritarismo, mas são os sentidos construídos no bojo do autoritarismo que fornecem determinada leitura para um texto governamental. Para sanar tais lacunas, o *corpus* aqui proposto permite que a ilusão de autoevidência seja esmiuçada. Ao fornecer um recorte social institucional contemporâneo, que delineia a percepção dos sentidos produzidos no militarismo e seus enunciados, a análise discursiva das propagandas torna possível estabelecer as particularidades da nação de origem

dispersadas por sentidos. Por isso, as propagandas militares da atualidade configuram-se como um novo campo a ser desmembrado, o que torna os estudos aqui propostos inovadores e promissores. Podem até mesmo gerar novas investigações se forem contrapostas às pesquisas de períodos anteriores e posteriores, como forma de se observar a evolução, diferenças e semelhanças entre o discurso militar das diversas épocas, bem como a transformação (ou não) dos valores dispersados pelo Estados nesse quesito.

Ultrapassando a “compreensão de como se dá as relações de poder entre Estado, exército e enunciatários” (GHIRALDELLI, 2022, p. 17), as propagandas de alistamento também se estabelecem como caracterizadores político-culturais que, na globalização, se constituem como parte do todo o ocidental. Um *corpus* composto por países centrais da política ocidental permite que se estabeleça uma vista do complexo com dominante (PÊCHEUX, 2011) no discurso militar do ocidente. Sendo tais Estados delineadores dos aspectos dominantes do mundo globalizado, o trabalho analítico possibilita, ainda, a explicitação de traços culturais e mazelas sociais obliterados e, conseqüentemente, constitutivos (ORLANDI, 2007) dos discursos institucionais; é, por conseguinte, um importante instrumento de crítica para que se possa pontuar os pontos frágeis e contraditórios em que o capital se funda. Em suma, o caráter inovador, atual, institucional, cultural, global e crítico do estudo proposto compõe a justificativa para esta pesquisa. Outrossim, o produto da análise possibilita a identificação de valores e sentidos, viabilizando a comparação entre essas características.

O cotejo entre os objetos presentes no *corpus* permite averiguar o modo como os respectivos governos se aproximam e divergem entre si, contextualizando esses países no mundo. Para que a comparação seja linear e uniforme, torna-se crucial que as propagandas selecionadas sejam analisadas sob a mesma orientação, o que implica na utilização das mesmas ferramentas teórico-analíticas da AD. O que aqui se pretende é partir da materialidade dos enunciados que, apesar de não refletirem a imediaticidade do circuito linguístico, veiculam sentidos depreendidos dos lugares sociais, históricos e ideológicos em que os eles se inserem (PÊCHEUX, 1993a; ORLANDI, 2009). Assim, optou-se por se trabalhar, em primeiro plano, com a teoria enunciativo-discursiva desenvolvida por Maingueneau (1997; 2004; 2015) – especificamente os conceitos de ethos e cena da enunciação – para que se possa, mediante as operações sintáticas da enunciação, atingir a dimensão do discurso.

A cena da enunciação corresponde ao enquadramento do discurso, e é composta por três camadas: uma tipológica, uma genérica e outra específica, cenográfica – da qual

parte o movimento enunciativo de difusão e percepção de sentido (MAINGUENEAU, 1997; 2004). Na cenografia, as projeções dos envolvidos no processo de produção do discurso são construídas, em destaque, a imagem de si do enunciador (MAINGUENEAU, 2004). A essa imagem, dá-se o nome de ethos discursivo (MAINGUENEAU, 1997; 2004), dispersada por elementos verbais e não verbais do discurso e formulada na alteridade. As noções ethos e a cena tratam do discurso pelo prisma da teatralização da vivência social (SOARES, 2023a), uma simulação regida pela enunciação – “não uma máscara do ‘real’, mas uma de suas formas (MAINGUENEAU, 1997, p. 34, aspas do autor). A cena é descrita por “um espaço em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2004, p. 85); o ethos refere-se a uma espécie de dramatização proferida pelo enunciador (aquilo que ele constrói para se mostrar) (SOARES, 2023a).

As propagandas audiovisuais, por corresponderem a ficções ancoradas no mundo concreto (SOARES, 2022), são formuladas sob um dispositivo que orienta o fator da teatralidade, abordado por Maingueneau (2004). O produto audiovisual é peculiar e inerente à sociedade moderna, permeia a evolução das “condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias [...] e da publicidade” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 11). É com o fortalecimento da atividade midiática que essas peças adquirem protagonismo no discurso da pós-modernidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Os mecanismos de atuação da mídia, ao serem amparados pela tecnologia, engendram uma relação complementar entre simulação e realidade (SOARES, 2022), investindo o real pelo discurso – movimento esmiuçado a partir do estudo de efeitos gerados por instrumentos sistematizadores da enunciação enquanto palco de sentidos – tais como o ethos e a cena. Isso significa que o entrelaçamento entre representação e conjuntura, discurso e sociedade, através de sentidos, reside no exterior: a ação do contexto não está restrita ao que é imediato ao discurso.

Em outras palavras, as condições internas de produção do discurso, percebidas no movimento da enunciativo, só assim são por se inserirem no histórico (ORLANDI, 2009). A teoria do discurso que inicialmente opera sob a perspectiva histórica é a formulada por Michel Pêcheux (1993a; 2011, 2014), nos primórdios da AD. A proposta maingueneana, ao compreender o discurso como um conjunto proveniente da interdiscursividade estabelece um trajeto de atualização que permite a comunicação entre enunciação e discurso e, com isso, a continuidade das bases iniciais da AD (SOARES, 2020). Dessa forma, propõe-se também a utilização dos métodos pecheutianos, em segundo plano, como forma de resgatar a perspectiva histórico-dialética sob a qual os

estudos discursivos emergem, tangível nas materialidades do *corpus* através da leitura do militarismo como Aparelho Ideológico e Repressivo do Estado (ALTHUSSER, 1980). Dos conceitos mobilizados por Pêcheux (1993a; 2011; 2014) serão utilizados sobretudo os de Formação Discursiva (FD) e Formação Imaginária (FIm), além de seus adjacentes.

Partindo da premissa althusseriana do assujeitamento, Pêcheux (2011) caracteriza as FDs como um conjunto de regras que determinam o dizer, tendo por base a posição social dos enunciadores, na perspectiva da luta de classes. As FIm correspondem às projeções dos sujeitos no discurso, produzidas a partir de estimativas fornecidas pelo lugar em que se enuncia (PECHEUX, 1993a). Esses e outros dispositivos permitem com que a análise não seja restringida ao teatro enunciativo, elucidando a “transposição, ainda que parcial, das forças sociais para o interior do discurso” (SOARES, 2024, p. 10), conforme a proposta materialista da AD. Ora, esta é uma pesquisa qualitativa que focaliza na projeção dos sujeitos e no cenário interno e externo em que os discursos são elaborados, ou seja, que leva em conta a dimensão enunciativa e sentidos modulados no seio da estrutura social. Por um lado, nas propagandas, a manifestação do discurso militar é dada por uma encenação que, pelas próprias características genéricas, tem uma função delimitada pela propagação de valores (COSTA; MENDES, 2012), incluindo a projeção da figura militar.

A construção específica da imagem militar, a partir de uma finalidade, “articula corpo e discurso para além de uma oposição empírica entre oral e escrito” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 17) – motivo pelo qual o conceito do ethos é latente. Por outro lado, o ethos militar, enquanto procedimento discursivo desenvolvido na enunciação, é concebido por meio de estereótipos (MAINGUENEAU, 2004) – figuras de incorporação, seja por aproximação ou repelência, que o linearizam. O agenciamento do ethos é percebido pela localização dessas imagens no interior do modo de produção – traço que se remete à questão ideológica suscitada por Pêcheux. A simultaneidade existente entre a construção encenada das materialidades discursivas e o assujeitamento ideológico remontam à necessidade da aplicação intercambiada das ferramentas maingueneunianas e pecheutianas. As diferenças entre as matrizes epistemológicas, segundo Soares (2024), não impedem a utilização de noções de ambos os campos, desde que sejam respeitados os traçados metodológicos de cada uma, bem como sua principal diferenciação – a concepção de sujeito.

Na análise do discurso tipicamente materialista, o sujeito, enquanto efeito de sentido, tem sua autonomia restrita às instâncias sociais; já na análise do discurso

enunciativa, o sujeito projetado é interno, fruto das estratégias das cenas, dado pelas condições circunstanciais da enunciação (SOARES, 2024). Propõe-se, assim, seguir as proposituras de Soares (2024), ou seja, considerar os pontos de tensão no tocante ao método e à projeção do sujeito, para que se possa fazer uso profícuo de ambas as vertentes. Quando o movimento analítico estiver voltado para a compreensão do sujeito do discurso a partir da projeção do Estado, o trabalho será subsidiado pelo aporte das FD e FIm. Quando a interpretação tiver por foco as projeções disponibilizadas pela enunciação, serão acionados os conceitos de ethos e cena, sem que se confunda com o sujeito genérico – (enquadrado por coerções enunciativas relativas ao gênero do discurso – ou mesmo, o sujeito da FD, interpelado pela ideologia (MAINGUENEAU, 1997).

Sob essa prospectiva, tenciona-se analisar individualmente cada uma das propagandas, sendo um capítulo para cada. Os capítulos se dividem em três subseções: considerações iniciais, análise e outras considerações. Nas considerações iniciais, apresenta-se um breve histórico da atuação das FA no modo de produção e nas relações de classes – a Formação Social (PÊCHEUX, 2011) – em que a materialidade tratada se insere, delimitando-se as condições de produção em que o discurso militar daquele país emerge. Nas seções de análise, os conceitos teórico-analíticos são aplicados ao objeto, buscando a apreensão das condições de produção imediatas (ORLANDI, 2009) do discurso. O primeiro aspecto a ser trabalhado é o da cena da enunciação, seguido do ethos, dado que a construção imagética do enunciador é desenvolvida dentro da cena. Nesse momento, as outras ferramentas mencionadas serão intercaladas ao trajeto analítico, de modo que todo o instrumental utilizado será aprofundado, em momento oportuno, ao longo da pesquisa.

Nas seções de outras considerações, os principais sentidos arrolados pelo batimento teórico metodológico são trazidos à baila e associados ao movimento histórico do discurso militar, demonstrando como esses sentidos imediatos só se tornam possíveis quando dispostos em condições de produção externas. Após esses procedimentos em cada um dos vídeos, realiza-se, no terceiro capítulo, um cotejamento entre as análises, pelo qual os principais objetivos – as respostas para as questões norteadoras desta pesquisa – serão pontuados. Já na seção de Considerações Finais desta dissertação, a concretização ou não da hipótese aqui levantada será averiguada e, diante da resposta obtida, outras questões, tecidas. Ademais, haja vista a existência de uma ordem cronológica de estruturação desses países como Estado e, conseqüentemente, de suas FA, o próximo capítulo tratará do primeiro deles, o vídeo de alistamento britânico.

CAPÍTULO 1: O MILITARISMO DO FUTURO NO DISCURSO DA PROPAGANDA BRITÂNICA DE ALISTAMENTO (2022)

Este capítulo se destina à análise discursiva da propaganda audiovisual de alistamento militar do Reino Unido (ARMY JOBS, 2022), disponibilizada no canal oficial das Forças Armadas (FA), verificando-se, nela, os movimentos de sentidos permitidos pelas condições de produção em que ela emerge. O enunciador do objeto de estudo são as FA Britânicas, uma instituição do Ministério da Defesa do Reino Unido – ala do governo voltada para as atividades militares. O Reino Unido é um Estado soberano, localizado na ilha da Grã-Bretanha e composto atualmente por quatro países: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales. Sua sede governamental está na cidade de Londres, e é regido por um sistema parlamentar e uma monarquia constitucional que tem o rei Carlos III como chefe de Estado. Desde a sua formação enquanto nação, no fim da Idade Média, os países britânicos estão interligados por alianças, casamentos e tratados, constituindo-se como um uno político. A atividade militar do Reino ganha destaque mundial durante os períodos do colonialismo e neocolonialismo, dos séculos XVI ao XIX.

No século XX, a atuação na Primeira e da Segunda Guerra culminou com ingresso britânico à Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN), da qual é membro vitalício (PEREIRA; ALENCAR, 2004), o que aufere a atualização da atuação militar do país no contexto da globalização. Esses aspectos, de ordem histórica, política social, permitem caracterizar, brevemente, a Formação Social (FS) (PÊCHEUX, 2011) do Reino Unido. Em outros termos, denotam como se estabelecem as relações a partir de um modo de produção (capitalismo e seus desdobramentos desde o sec. XVII). São elementos que estão, ainda, aparelhados na prática discursiva; permitem, através da ideologia (que permeia as relações sociais), a inserção dos dizeres em determinadas Formações Discursivas (FD), produzindo sentido (PÊCHEUX, 2011). Dessa forma, o intuito deste capítulo é pontuar a configuração da ideologia militar britânica, dispersada por efeitos de sentido na propaganda, e sua articulação ao discurso governamental do país e da OTAN, a qual o Reino Unido se filia.

A justificativa para a escolha da materialidade permeia certas questões tangentes à FS do Reino Unido. A influência das FA Britânicas pelo mundo durante a expansão colonial é um aspecto que determinou a estrutura político-institucional do ocidente (PASSETI, 2016). Os sentidos atribuídos ao poder britânico do período tomam parte significativa na construção do perfil militar do país ainda nos dias de hoje, tornando a

propaganda militar relevante para a análise. Em concomitância, a posição britânica na OTAN situa a relevância da análise, pois permite estabelecer uma relação entre os valores militares do Estado e da Organização, refletindo posturas ideológicas do Estado britânico no interior da própria OTAN, e vice e versa. Esses pontos serão aprofundados no próximo tópico, no qual se apresenta a FS britânica, desde os primórdios da estruturação do Estado até a atualidade, em uma articulação entre FA, governo e discurso. Objetiva-se, assim, delinear a ordem histórica sob a qual o discurso militar britânico se organiza, incluindo, a propaganda em questão.

1.1 Considerações Iniciais: Estado imperial, Forças Armadas Britânicas e as condições de produção dos seus enunciados

As condições de produção que engendram determinados sentidos no discurso militar do Reino Unido compreendem o trajeto político-histórico de organização estatal ancorados pelas Forças Armadas (FA). Para elencar a conjuntura ideológica em que a propaganda de alistamento emerge, é preciso tratar das origens das FA e caminhar por seus desdobramentos até a atualidade, estabelecendo-se, assim, um fio condutor pelo qual a Formação Discursiva (PÊCHEUX, 2011) militar é homogeneizada. As FA britânicas, enquanto uma instituição de defesa do Estado, emergem em consonância ao conceito de nação. Enquanto nos países da América, a formação de um exército próprio e oficial origina-se junto à constituição da república e ao rompimento com o estado monárquico, nos países europeus, o militarismo enquanto corpo estatal surge com a criação do Estado Nacional Moderno. No fim da Idade Média, a consolidação do capitalismo como modo de produção, das Monarquias Nacionais Absolutistas e o fortalecimento militar atuaram como mola propulsora para a constituição do Estado europeu (KRITSCH, 2023).

O procedimento de (certa) estabilidade política, que permitiu a estruturação de instituições relativamente permanentes, se desenvolveu mais rapidamente na Inglaterra, tornando pioneira a consolidação do Estado Inglês no território (KRITSCH, 2023). Contudo, o Estado Inglês não nasce de modo isolado, mas em associação ao das ilhas britânicas que formam a unidade política do Reino. O início da expansão territorial do Reino Unido, foi no século XVII, motivada pelas explorações portuguesas e espanholas nas Américas (MARASCIULO, 2019). Embasado pela filosofia mercantilista da época e buscando o aumento da atividade comercial, os britânicos estabeleceram colônias estáveis – em destaque, as treze colônias americanas que vieram a formar, posteriormente, os

Estados Unidos. A intensa atividade colonial fez com que o país adentrasse o século XVIII como a principal nação comercial do mundo, possuindo hegemonia militar e política sob os muitos territórios dominados (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023).

No princípio da Idade Contemporânea, as inovações tecnológicas produzidas a partir de riquezas geradas nas colônias permitiram que o Império fosse palco da Revolução Industrial (1770) (MARASCIULO, 2019). A Revolução industrial promoveu a passagem de métodos de produção manual para métodos de produção automatizada, impulsionada pela produção de ferro, o uso da energia a vapor e hidráulica, com destaque na indústria têxtil. O sistema fabril mecanizado representou uma mudança nas relações de trabalho: ascensão da burguesia industrial e o surgimento de uma classe trabalhadora alienada (que não detém a autonomia da produção) e a precarização do trabalho (OLIVEIRA, 2017). Com a ascensão da burguesia industrial, o Império passou por uma espécie de revisão de princípios (PASSETTI, 2016). Nesse panorama, “liberalismo, colonialismo, ciência e tecnologia são centrais” (PASSETTI, 2016, p. 6). Baseando-se em valores liberais, o apoio dessa nova classe em premissas humanitaristas culminou em críticas relacionadas à postura colonial britânica (PASSETTI, 2016).

O enfraquecimento do discurso imperial provoca sua ruptura⁴, e a retomada da expansão britânica ocorre por meio dos próprios discursos humanitaristas de igualdade e livre comércio (PASSETTI, 2016). Observa-se, com isso, a capacidade de adaptação do modelo imperial, agregando discursos (postos inicialmente contra) a seu favor e driblando as adversidades colocadas pelo curso da história. Tanto que a Revolução Industrial transformou e impulsionou o Império Britânico. As novas tecnologias, como o navio a vapor e o telégrafo, geraram capital e permitiram ampliar o controle e a defesa do império. Assim, o Império Colonial Britânico chega ao seu auge no século XIX, favorecido pelo capitalismo industrial (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2023), em um período conhecido por “*Pax Britannica*” (PASSETTI, 2016, p. 2). O termo foi cunhado sob um olhar europeu, que qualificava o momento como “de predomínio da paz no continente, mas ignorando as profundas violências exercidas em todo o planeta”.

⁴ O conceito de ruptura, que cinde uma linearidade discursiva histórica, é formulado por Foucault (1987) como relativo às transformações do fundamento dos discursos e, em consonância, das epistemes de uma época. No caso do discurso imperial britânico, a ruptura provocada pelas correntes liberais altera o foco mercantil de busca pela matéria prima das colônias, para a busca de mercado. Produz-se, assim, a continuidade de uma política de dominação territorial, de um discurso militar e imperial expansionista. Em termos pecheutianos, a ruptura é feita a partir da atualização semântica (de ‘produtos’ da colônia para ‘população’ da colônia), permitindo que o discurso de dominação permaneça.

“A grande potência não deixou de recorrer ao uso da força onde e quando considerou válido – em especial na defesa e expansão de seu império” (PASSETTI, 2016, p. 2). Exercia-se, desta forma, grande parte do controle sob as colônias: fazendo “uso das armas e [d]a negociação diplomática com as demais potências europeias” (PASSETTI, 2016, p. 3). A violência bélica e a violência cultural, proporcionadas pelos trâmites da colonização são, muito convenientemente ‘deixadas de lado’ das pautas europeias e nos discursos por elas promovidos: são silenciadas em benefício do argumento de paz e progresso, sob o qual os britânicos alicerçaram seu império⁵. O discurso imperial é, nessa direção, consolidado e validado com base na supressão da perspectiva do colonizado, permitindo a continuidade da diligência colonizadora (PASSETTI, 2016). Dando sequência aos fatos históricos que envolvem a atuação das FA britânicas e a constituição do discurso político militar, é preciso citar as Grandes Guerras, nas quais o Reino ocupa um dos papéis centrais.

Mesmo com a vitória dos aliados britânicos nos conflitos, os efeitos foram profundos e a Europa passou a hospedar os exércitos das novas potências: os Estados Unidos e da União Soviética (PEREIRA; ALENCAR, 2004). O evento ocasionou um intenso movimento anticolonial (MARASCIULO, 2019). Enfraquecido pelas Guerras e impossibilitados de promover movimentos militares expressivos de contenção, o Reino adotou uma política de retirada de suas colônias, mas estabelecendo governos estáveis (e não comunistas) no poder. A descolonização não significou o rompimento dos países colonizados com Reino Unido, mas apenas que as relações se modificaram. “Envoltos em uma ‘nova ordem mundial’, [os britânicos] identificaram não mais centro e periferias, mas redes” (PASSETTI, 2026, p, 24). O empreendimento imperial mostrou-se de muito sucesso: graças a essas ‘redes’ e ao acúmulo financeiro, o Reino pôde se readaptar política e economicamente (PASSETTI, 2016) no pós-guerras, ocupando posição privilegiada no sistema de financeirização conduzido pelo neoliberalismo.

São asseguradas, desse modo, a riqueza e prosperidade do país, estendendo-a para a atualidade. Para as ex-colônias, a contínua influência política da ex-metrópole e as marcas da colonização delinearão sua constituição enquanto nação. Esse ciclo não é típico das colônias britânicas. Mesmo para países da América Latina, como é o caso do Brasil, as amarras à logística colonial são visíveis, tanto nos valores quanto na estrutura social. Em tempo de ilustrar, cita-se a presença de uma maioria pobre negra, o que é fruto

⁵ Enquanto mecanismo discursivo, o silenciamento ocorre quando “se diz x para não dizer y, este sendo o sentido a se excluir do dito (...). Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar” (ORLANDI, 2007, p. 73).

direto do sistema escravista possibilitado pelo mercantilismo, sob os quais o Brasil se fundou. Também se inclui aí o posterior fortalecimento das FA (só possível com a independência), que culmina em inferioridade bélica (com relação aos Estados estruturados previamente, como o Reino Unido) e até certa inexpressão em atuações globais. A colonização britânica é similar às de outras metrópoles europeias, a diferença reside no fato de que os ingleses puderam ampliar seu poderio mesmo com a crise do mercantilismo.

Protagonizar a Revolução Industrial permitiu ao Reino que a lógica colonial fosse reinventada e acoplada ao liberalismo, algo que potências como Portugal e Espanha não o puderam por que ingressaram tardiamente ao movimento de industrialização (REIS, 1987). De qualquer maneira, as diversas atividades imperiais são marcas da Formação Social (FS) da Europa, e a FS do Reino Unido da atualidade estabelece, com elas, ligações intrínsecas, já que sua estruturação e expansão ocorreram mediante a exploração colonial. As FA britânicas também se arranjam dentro da logística colonial, posto que nela se fundam. Simultaneamente, atuam como braços fundamentais para a manutenção dos domínios e valores ideológicos britânicos sob os territórios colonizados, operando como Aparelho Ideológico e Repressivo do Estado (ALTHUSSER, 1980). O que se observa do período imperial é que o discurso político-militar, apesar de sofrer diversas rupturas, pôde se reformular para fomentar a prática de atuação expansionista e dominadora do Estado. No trajeto, os rastros do discurso imperial são visíveis mesmo após a queda do Império.

Com o fim da Segunda Guerra e o avanço da Guerra Fria, para conter o avanço soviético, os líderes europeus reuniram-se no Pentágono norte-americano para projetar a Organização do Tratado do Atlântico-Norte (OTAN)⁶ (PEREIRA; ALENCAR, 2004). O acordo estabelecido era de cunho político (paz entre os aliados) e militar: em caso de ataque a algum filiado, os outros prestariam assistência, incluindo o uso da força armada (PEREIRA; ALENCAR, 2004). A Organização proporciona a união entre o discurso militar da OTAN e o de seus membros oficiais, tendo por base o argumento do protecionismo, e no caso do Reino Unido não é diferente. No âmbito da Guerra Fria, a atuação bélica e política desses países foi pautada pela inserção do inimigo russo. Por conseguinte, é possível inferir outra ruptura que permite a continuidade de uma política militar de expansão: a busca voltada para objetos obtidos no território (matéria prima e,

⁶ A princípio, a OTAN incluía: a Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França e Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália, Noruega, Dinamarca e Islândia; hoje, abarca 20 membros oficiais, além de membros não oficiais, como o Brasil (PEREIRA; ALENCAR, 2004), totalizando 30 países.

depois, mercado consumidor) é atualizada e discursivizada na forma do elemento humano.

O humano em questão é aquele que deve ser protegido (os capitalistas filiados à OTAN) em oposição àquele que deve ser combatido (o comunista, atrelado à União Soviética). Verifica-se, com isso, que a queda do Império não propriamente minimizou ou sequer modificou por completo a atuação militar do Reino Unido. Pelo contrário, a rearticulação das FA britânicas junto aos países da OTAN, ressignificou sua existência para o interior de uma ordem mundial. O discurso de dominação sobre os países colonizados é, então, travestido pelo discurso da segurança global, o que significa, dentre outras coisas, uma ruptura e reestruturação do discurso imperial através de uma aliança que permite, coaduna e ratifica tal movimento. Inclusive, no caso das Ilhas das Malvinas – que entraram em guerra com o Reino Unido, em 1982, pela independência e anexação ao território argentino –, a OTAN também atuou, mobilizando fundos para o aumento da militarização britânica nas ilhas e promovendo a manutenção do poder sobre elas (MELFI, 2022).

O engajamento entre Reino Unido e a OTAN, dado por um “complexo industrial militar fortalecido a partir do imperialismo do século XIX”, ganha “importância própria com a Segunda Guerra Mundial, e atinge um momento determinante em seu desenvolvimento, que impulsiona tanto na pós-modernidade quanto no neoliberalismo, durante a Guerra das Malvinas” (MELFI, 2022, n.p). Sob esse olhar, é possível afirmar que o discurso político-militar britânico se mescla ao da Organização, se constituindo similarmente ao do imperialismo britânico, em um movimento que continua. Com o fim da União Soviética (1991), os interesses da OTAN e seus membros gradativamente direcionam-se para um novo tipo de inimigo: o islâmico. Tendo em vista que o mundo não mais se divide entre duas maiores potências opostas, o foco do discurso militar volta-se em prol da segurança global. As FA britânicas passaram, então, juntamente com a OTAN, a intervir com expressividade nas Guerras ‘Contra o Terror’ (PEREIRA; ALENCAR, 2004).

Outros conflitos, mesmo quando o enfoque não permeava o terrorismo islâmico, foram discursivizado pela OTAN sob a perspectiva de assegurar a paz e a democracia nas nações, mantendo-se a política hegemônica de estruturação do ocidente.⁷ Ainda que haja

⁷ Para ilustrar a discursivização da segurança pela OTAN, menciona-se as sanções econômicas contra a Rússia na Guerra da Ucrânia (2022), na qual, ocorre um movimento discursivo peculiar: enquanto Moscou

a renovação do cenário, a atuação das FA do Reino Unido, em consonância com a OTAN, se constitui ainda de maneira muito similar a das metrópoles colonialistas:

[...] vetores, como estes do complexo industrial militar britânico, em confluência com os complexos militares de outros países, orientam e caracterizam o que é basicamente a OTAN. [...] todo investimento milionário que o Reino Unido realiza, assim como a OTAN, faz parte do que passou a ser conhecido pelo nome de estratégia de espectro total. Isto coincide com a posição que a OTAN já vem adotando há muitos anos, desde a queda do muro de Berlin, e que tem como objetivo manter-se como a OTAN primordial [...] e] avançar como um organismo de segurança global (MELFI, 2022, n.p).

A posição no contexto imperial e, agora, na OTAN também garantiu às FA do Reino Unido o capital necessário para que sejam, hoje, as mais bem treinadas e tecnologicamente avançadas, sendo o segundo maior orçamento em defesa (UNITED KINGDOM, s.d). Segundo o *site* do Ministério da defesa britânico, “são responsáveis por proteger o Reino Unido e os seus territórios ultramarinos, promovendo a segurança global dos interesses do Reino Unido, e apoiar os esforços internacionais para a manutenção da paz” (UNITED KINGDOM, s.d, n.p). Tais dizeres, por si, significam na configuração de um mundo globalizado, atribuindo ao militarismo um papel expressivo, sobretudo em frente às organizações internacionais em que o país atualmente faz parte. No *site* oficial também é pontuado que as FA fornecem tropas para operações militares contraterroristas (UNITED KINGDOM, s.d), o foco discursivo da OTAN na atualidade. Ademais, ainda hoje, as FA são oficialmente intituladas ‘Forças Armadas da Coroa’ (ou ‘Forças Armadas de Sua Majestade’), nomenclatura cujos sentidos evocam auge imperial.

Partindo da associação das FA com o governo monárquico, em um país chefiado por uma monarquia parlamentarista, os rastros da estruturação imperial residem por meio do deslizamento de efeitos entre ‘coroa’, ‘realeza’ e ‘império’ e, posteriormente, ‘grandiosidade’. Para verificar especificamente como essas questões se orientam no discurso, no próximo tópico, será apresentada a análise de um recente vídeo de alistamento produzido pela Defesa britânica (ARMY JOBS, 2022), delineando-se, nele, os conceitos teórico-metodológicos de cena da enunciação e do ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004), e as noções de Formação Discursiva (FD) (PÊCHEUX, 2011), além de outras ferramentas analíticas adjacentes. Considerando o batimento descritivo e interpretativo da teoria do discurso, o tratamento analítico, a princípio, estará voltado para o levantamento dos sentidos imediatos, isto é, relativo às condições internas

remonta o conflito sob uma continuidade da Guerra Fria, ou seja, contra os valores do Ocidente e em favor da população russófona (FERRARO, 2022), a OTAN busca silenciar o argumento do alto escalão russo, mantendo o discurso de proteção e segurança global.

(ORLANDI, 2009) de produção, elencados a partir dos aspectos sociais, históricos e ideológicos delineados nesta seção.

1.2 Cena e ethos na propaganda britânica de alistamento militar (2022): o exército do futuro em um cenário atual

A campanha de alistamento britânica (ARMY JOBS, 2022) será agora analisada, partindo-se do conceito de cena da enunciação para, depois, tratar do ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004). Tendo em vista que os sentidos apontados no interior do movimento enunciativo se originam historicamente, serão também mobilizadas as ferramentas pecheutianas, sobretudo as noções de Formação Discursiva (PÊCHEUX, 2011) e Formações Imaginárias (PÊCHEUX, 1993a) – demonstrando como a primeira engendra a composição de uma determinada da cena e a segunda possibilita o agenciamento na construção da projeção enunciativa (SOARES, 2024). Os outros instrumentos correlativos ao quadro teórico-analítico da AD serão acionados, e suas formulações teóricas constarão em nota de rodapé. O conceito de cena da enunciação abarca três camadas que situam o espaço “em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2004, p. 85). A primeira e mais ampla delas é a da cena englobante, tratada por Maingueneau (2004; 2015) como referente à tipologia discursiva.

O vídeo de alistamento das Forças Armadas (FA) britânicas, através da autoridade conferida pelo seu estatuto enunciativo (MAINGUENEAU, 1997), localiza-se no interior do discurso militar, validado por elementos caracterizadores. A tipologia insere o discurso em uma classificação, um conjunto de normas que estabelecem o dizer, em um movimento similar à Formação Discursiva (FD)⁸. Decorre-se disso que a cena englobante também explicita a FD na qual a materialidade se insere – no caso, a FD militar –, atrelada a uma Formação ideológica (FId)⁹ conservadora, em que os valores institucionais devem ser conservados, dentre eles, os militares. Do ponto de vista ideológico, “o militarismo traduz-se numa definida presença de elementos e ação militares, sentimentos patrióticos (derivados desta mesma presença), em um determinado sistema social e político”

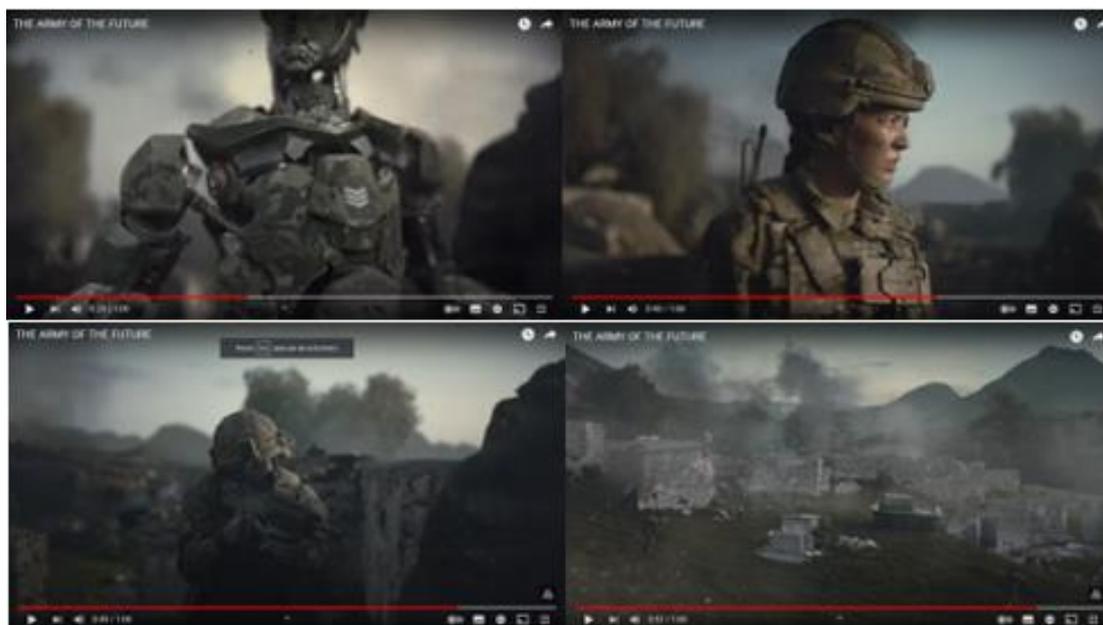
⁸ Formação Discursiva (FD) é um conceito mobilizado por Pêcheux (2011), definido como aquilo “que pode ser dito [sob um formato enunciativo] [...] a partir de uma dada posição em um dado lugar” (PÊCHEUX, 2011, p. 73).

⁹ A Formação ideológica, de acordo com Pêcheux (2011) corresponde à instância ideológica que atravessa as relações de classe dadas por um modo de produção. No discurso, a Formação Ideológica é materializada pelas FDs (PÊCHEUX, 2011).

(ROCHA, 2016, p. 50). Discursivamente, esses elementos são figurativizados “por determinados símbolos [...] [que objetivam o alcance do] fervor patriótico” (ROCHA, 2016, p. 50).

Os símbolos patrióticos “são também os elementos preferidos para utilização nos meios de comunicação social para a difusão de mensagens de caráter militar” (ROCHA, 2016, p. 50) – como se pode verificar pelo vídeo em análise que, em seus 60s de duração, exhibe um cenário de guerra, marcado pela presença de estruturas danificadas, soldados uniformizados, e um robô de guerra (Figura 1).

Figura 1 – Figurativização militar na cena englobante.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (printscreens da autora).

Esse horizonte coloca o enunciatário em uma atmosfera beligerante, em uma espécie de imersão à temática militar, a partir de ícones discursivizados como próprios do militarismo, propondo um caráter homogêneo para a FD em que a materialidade se encontra. Eis que o segundo elemento que compõe a cena, a cena genérica, toma corpo. A cena genérica corresponde, em termos gerais, ao gênero em que o discurso se concretiza, articulando-se à FD por ser sua manifestação social (MAINGUENEAU, 2015). Por ela, estabelece-se os papéis daqueles que participam do discurso, os lugares físicos e o suporte em que esse gênero é veiculado, bem como os recursos de linguagem específicos para aquele gênero e sua forma de composição (MAINGUENEAU, 2015). Compreendida como a um conjunto de “normas que suscitam expectativas (MAINGUENEAU, 2015 p. 120) é, no objeto, delimitada pelo gênero propaganda,

relacionando-se com a função de divulgação de valores éticos e sociais (COSTA; MENDES, 2012).

Tendo em conta que o discurso opera sob um objetivo (MAINGUENEAU, 2004; BARROS, 2001), e que as propagandas são gêneros cujo princípio elementar é a oferta de ideais (COSTA; MENDES, 2012), é possível afirmar que seus mecanismos discursivos ocorrem em prol da persuasão do enunciatário em relação a determinado conjunto de valores. Assim, verifica-se, na materialidade, um grau elevado de afinidade entre cena genérica e cena englobante na composição do quadro cênico (MAINGUENEAU, 2004), sendo que ambos prezam pela valorização do complexo com dominante (PÊCHEUX, 2011), no qual a instituição militar é situada. A FId na campanha é a pauta em voga, posta em funcionamento pelo gênero em que o discurso se concretiza, a saber, os traços da institucionalidade. Sentidos de patriotismo e nacionalidade, inseridos em uma FD militar associada a FId conservadora que privilegia os discursos institucionais (como discurso militar governamental), são mobilizados por símbolos militares, bandeiras, uniformes de soldados e uma paisagem da guerra protagonizada pelo exército britânico.

O vínculo entre o cenário e o exército será tratado em breve. Por ora, é preciso dizer que a composição ‘guerra’ e ‘nação’, enquanto elementos discursivos, demonstram posicionamentos relativos aos sujeitos discursivos. Esses sujeitos são levados em conta na determinação do gênero e, em uma análise da cena genérica, algumas de suas dimensões tornam-se destacáveis. Nessa questão, o enunciador é o Ministério da Defesa britânico e cristaliza-se pela logomarca ARMY BE THE BEST¹⁰, que aparece ao fim do anúncio, em uma construção que funde os valores institucionais aos militares. A fusão reitera o vínculo entre discurso militar e institucional, reforçando a aproximação entre os itens lexicais supracitados, discursivizando um elo disposto na sociedade. Promove certa homogeneidade que atua para a aderência do enunciatário (GHIRALDELLI, 2022). O enunciatário é, então, outro fator relevante na determinação do gênero (MAINGUENEAU, 2015); ele é quem será envolvido pelo expediente do discurso sob o qual os valores se materializam na percepção de sentido.

¹⁰ A logomarca ARMY BE THE BEST é acoplada a uma bandeira do Reino Unido e está presente ao longo de todo o *website* governamental do exército britânico e, inclusive, na propaganda, conforme consta na Figura 9. Sua composição será detalhada ainda nesta seção.

Nessa questão, o vídeo busca alcançar indivíduos que possam pertencer ao corpo do exército, fomentando o ingresso (GHIRALDELLI, 2022), em especial pela presença do enunciado “O exército do futuro ainda precisa de você” (ARMY JOBS, 2022, 53s-56s, trad. livre)¹¹. que remonta à necessidade do exército e à existência deste enquanto algo futurístico. Em um gesto de leitura, o item lexical ‘futuro’ desliza seu sentido para ‘grandioso’, um movimento que suscita vantagens subjetivas, cooperando para o trabalho de motivação do enunciatário. O exército torna-se objeto de desejo de um enunciatário que é, do primeiro, objeto de necessidade (marcada pelo verbo ‘precisa’). O enunciado é, dessarte, ofertado como uma dupla vantagem em que os sujeitos envolvidos no complexo enunciativo se complementam. Logo, o desejo do enunciatário e a necessidade do enunciador convergem na interpelação – o ingresso ao corpo estatal, o pertencimento (e aderência de valores) a uma estrutura do mundo capitalista. Nessa conjunção posta como profícua para exército e para a população reside um efeito próprio da propaganda, apontado por Pêcheux (2012) como ‘neutralidade operatória’.

Pêcheux (2012) afirma que pelos efeitos de neutralidade, o discurso da propaganda aciona o subjetivo para incidi-lo ao modo de produção (PÊCHEUX, 2012). No processo de interpelação da campanha de alistamento, não somente o possível alistado é considerado; outro tipo de enunciatário também é mobilizado: o restante da sociedade que, por mais que não preencha os requisitos para se tornar um recruta, pode dar vazão à necessidade de existência do exército (GHIRALDELLI, 2022). Salienta-se que as FA são órgãos públicos, filiados ao governo e que, recebendo verba dos impostos da população, carecem de justificativa à população (GHIRALDELLI, 2022). Efeitos associados ao investimento financeiros estão dispostos a partir da presença de um robô de guerra, uma maquinaria cujos detalhes e desempenho remontam a alta tecnologia e o elevado aporte financeiro. O robô, compõe uma das faces da imagem do enunciador a ser desmembrada na especificidade cenográfica, e faz parte de um procedimento sintático de construção enunciativo-discursiva.

Tendo por foco a dimensão genérica, é suficiente pontuar que o androide, como símbolo de uma tecnologia de alta ponta, insere o enunciatário em um campo futurístico, de FA bem equipadas, modernas, operando como método de adesão. A captação do enunciatário é ainda permitida pelo veículo de dispersão – outra marca genérica (MAINGUENEAU, 2015) –, sendo este a televisão e mídias digitais tais quais o Youtube.

¹¹ Ver Figura 8.

Na determinação em atingir o público geral, o compartilhamento da mensagem governamental pela TV e pelas mídias digitais convém pela eficácia técnica e respalda a eficácia simbólica. Tomando a propaganda como um *mídiu*¹², composto por vetores de sensibilidade e de sociabilidade (DEBRAY, 2000 *apud* SALGADO; DELEGE, 2018), seus veículos de disseminação e circulação operam como dispositivos inscricionais – ou seja, objetos técnicos que pressupõem e impõem lógicas de uso – que interferem no (SALGADO; DELEGE, 2018). Implica, pois, que o *mídiu* não é somente um meio para veicular a mensagem, mas rege parte da operação de sentido.

O “modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do gênero” (MAINGUENEAU, 2004, p. 72). Em uma propaganda audiovisual, produzida e distribuída pelas mídias digitais, a amplitude desse tipo de veículos permite um largo alcance. O público – originalmente vinculado a um local, o Reino Unido, correspondendo de tal modo à população britânica – estende-se, na medida em que a internet proporciona a transposição do local de disseminação para outros. Assim, mesmo obedecendo às normas do que pode ser dito dentro de determinados aparelhos midiáticos e do tipo do público, as plataformas de disseminação tornam possíveis um terceiro enunciatário – os outros, observadores alhures e (do ponto de vista do enunciador) alheios àquela cultura, àquele local. Em um mundo globalizado, tais espectadores se inserem no processo discursivo da propaganda de alistamento, por intermédio das plataformas midiáticas; também pela inscrição histórica em que as relações entre países se fundam.

Os vínculos históricos entre Reino Unido e enunciatários distantes são matrizes de sociabilidade (SALGADO; DELEGE, 2018) e, a configuração de uma dinâmica militar futurística, grandiosa ecoa como uma espécie de mensagem, um informe que permite sentidos de admiração e receio por parte de outras nações – a depender da sua relação com o Reino. Será possível, logo mais, detalhar essas e outras questões contempladas superficialmente embasadas pelo gênero e trazer elementos textuais corroborativos, uma vez que esses sentidos são veiculados a partir da enunciação e

¹² O *mídiu* é “um imbricamento do que se tem referido nos estudos discursivos por circulação” (SALGADO; DELEGE, 2018, p. 377). Define-se pela “articulação de um vetor de sensibilidade a uma matriz de sociabilidade”, respectivamente os “dispositivos inscricionais que afetam os sentidos de um texto” e as “instituições fiadoras de discursos [que] configuram o modo como a sociedade disciplina práticas e cultiva valores, produzindo sistemas de objetos técnicos” (DEBRAY, 2000 *apud* SALGADO; DELEGE, 2018, p. 377). Nesses termos, o discurso da propaganda de alistamento, enquanto *mídiu*, orienta sentidos disponibilizados pela posição da instituição militar e das características de seus veículos de disseminação e circulação que permitem o alcance do enunciatário.

ganham contornos através do histórico. Sendo assim, é preciso, antes, pormenorizar a trajetória enunciativa, momento em que ‘glória’ e ‘futuro’ são mobilizados pelo enunciador e enunciatários e se concretizam na prática discursiva, organizando-se pela relação entre o quadro cênico e a encenação própria em que este se consolida (MAINGUENEAU, 2004). Esta última é denominada cenografia, a face mais específica da cena da enunciação (MAINGUENEAU, 2004).

Assentada por uma sequência – seja de imagens, sons e palavras – que aparelha a enunciação conferindo particularidade, a cenografia é o local em que o discurso se mostra (MAINGUENEAU, 2004); nela, as condições enunciativas, imediatas ao discurso são apreendidas de mecanismos de significação dispostos pelo movimento sintático. O exame cenográfico da propaganda estabelece a amplitude de efeitos de sentido gerados em que repousam (e dispersam) os valores sob os quais o militarismo é definido. Sendo, a cenografia, um local em que as portas da discursividade se abrem, é pertinente pontuar ela se constrói sob a noção de dêixis discursiva¹³ (MAINGUENEAU, 1997). Todo discurso é constituído a partir de coordenadas que estabelecem enunciadores e enunciatários inseridos em um tempo e espaço determinados pela enunciação – aspectos que instituem uma cena e que se remetem a discursos anteriores (MAINGUENEAU, 1997). A dêixis de um ato de enunciação se utiliza de uma dêixis fundadora – promove repetições da relação entre sujeitos, tempo e espaço de uma outra enunciação da qual “retira boa parte da sua legitimidade” (MAINGUENEAU, p. 1997, p. 42).

É exatamente assim que o movimento cenográfico atua: retirando de outras cenas um espaço específico para encenar sua fala (MAINGUENEAU, 1997) e estipulando sua própria dêixis. Para analisar a cenografia, “é preciso deixar de lado todas as “coerções genéricas e [...] da formação discursiva considerada, para observar unicamente como o sujeito constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa” (MAINGUENEAU, 1997, p. 44). “Uma formação discursiva [...] só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de outra dêixis, cuja história ela institui ou ‘capta’ a seu favor” (MAINGUENEAU, 1997, p. 42). Por mais que vídeo se caracterize como uma propaganda militar, ele se dá em um prisma próprio, uma cenografia remetida a um filme – ou, pelo menos, um *trailer* – na qual robô, máquinas e humanos interagem com um

¹³ “Na língua, a dêixis define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação. [...] O que chamamos de dêixis discursiva possui a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido em que uma formação discursiva constrói sua enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41).

espaço físico destruído pela guerra e os valores militares são ofertados por um viés cinematográfico. Por se apoiar em uma cena já assentada no imaginário social, a cenografia dispõe-se de uma cena validada¹⁴ (MAINGUENEAU, 2004), a do filme de guerra e ficção científica.

A utilização de uma estrutura cinematográfica se configura como uma retomada das narrativas consagradas por Hollywood, em que o dispositivo cinematográfico opera na ativação de uma memória discursiva¹⁵ com relação a filmes nos quais os feitos dos soldados são retratados de maneira gloriosa e aventureira; também filmes futurísticos, nos quais o armamento de guerra é dotado da alta tecnologia. O efeito produzido é de que glória, modernidade e aventuras fazem parte do mundo militar e, nisso, reside a seleção de tal cena validada para a produção da propaganda. A grandeza das imagens produzidas pelo cinema ocorre, em grande parte, pela capacidade imersiva que esse possibilita. Nessa esteira, o enunciador se utiliza dos recursos próprios do cinema para aproximar o enunciatário da esfera cinematográfica e, no caminho, positivar as atividades do exército (GHIRALDELLI, 2022). “Câmera, iluminação, som e a montagem ou edição” (DUARTE, 2002, p. 39) são sistemas semióticos presentes em filmes e que aqui também operam articuladamente para formar um todo significativo (DUARTE, 2002).

A montagem divide enunciação em dois momentos, nos quais o “aparato técnico” desempenha funções na “composição do sentido” (DUARTE, 2002, p. 39). No primeiro, logo ao início, observa-se de longe a imagem de construções destruídas pelas quais um único robô do tipo androide¹⁶ corre. O ângulo de filmagem promove o recorte panorâmico da cena (DUARTE, 2002), apresentando a totalidade da localização. Progressivamente, a câmera se aproxima desse robô, mostrando-o alternadamente pela frente e lateral, focalizando-o em seus detalhes, colocando-o (aos poucos) como o protagonista em um cenário solitário e amorfo. O recorte de filmagem consta abaixo (Figura 2):

¹⁴ A cena validada é descrita por Maingueneau (2004) como uma cena já cristalizada no imaginário social, seja por valorização ou rejeição. Ela “não se caracteriza como discurso, mas como um estereótipo autonomizado [...] disponível para reinvestimentos em outros textos. Ela se fixa facilmente em representações arquetípicas popularizadas pela mídia” (MAINGUENEAU, 2004, p. 92), como as do cinema.

¹⁵ O conceito de ‘memória discursiva’ é apresentado pela teoria do discurso como a “possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação” (FERREIRA, 2001, p. 20). Segundo Orlandi (2009), o discurso é sempre produzido pela atualização da memória, seja por lembranças, esquecimentos, repetições ou silenciamentos que permitem efeitos de sentido circunscritos à uma Formação Discursiva (ORLANDI, 2009).

¹⁶ O androide é um robô humanoide, ou seja, imita a constituição do corpo humano. Os androides se inserem, inicialmente, no âmbito da ficção científica (cinema, televisão, literatura), mas os avanços na tecnologia já tornaram possíveis trazer para a realidade o *design* de robôs humanoides funcionais e realistas.

Figura 2 – Ângulo de filmagem panorâmico, aproximação ao robô e solidão.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (printscreens da autora).

As cores frias que tornam o espaço acinzentado contribuem para o sentido da ausência de vida proposta pela ambientação da propaganda, ao passo que também produzem o efeito de dura realidade. A iluminação *low-key* é utilizada para “eliminar o sombreamento e moldar o[s] objeto[s]” (DUARTE, 2002, p. 44), promovendo a nitidez da filmagem e dando conta de revelar todos os componentes que ali se instalam, modulando os sentidos de realidade. O único elemento que causa algum ofuscamento à visão do público é a fumaça (ver Figura 2) – resquício singular de atividade humana. Pela postura da movimentação do robô (ele corre e olha por todos os lados), somada à fumaça e às construções em pedaços, percebe-se que a laboração do androide consiste na inspeção do ambiente após bombardeamento (ou qualquer incursão bélica) que permitiu com que as casas e prédios sucumbissem e que o fogo (e posteriormente, a fumaça) emergisse – esse é o prosclênio instaurado. O *laser* (nos olhos do robô) acentua sentidos futuristas, a partir do deslizamento entre tecnologia, modernidade e futuro.

Posta em consonância ao detalhamento da movimentação da máquina, a atuação robótica exerce, no plano dos sentidos, a função de demonstrar a atividade de inspeção minuciosa de um território – um procedimento tipicamente militar após o ataque a um local. A atividade e estrutura robótica, delineadas por luzes e cores constam na Figura 3.

Figura 3 – Iluminação, cores, nitidez na construção do elemento tecnológico.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (*printscreen* da autora).

Ao tornar todos os objetos plenamente visíveis, a iluminação traz a sensação de controle e segurança, o que coaduna com o aspecto do controle da situação, exercido pelo robô, e que representa o expediente de segurança remetido, na narrativa, ao exército. As FA tornam-se, sob essa construção, um local que contribui para a seguridade e que, principalmente, está à frente das situações mais difíceis, realizando exames minuciosos e tomando conta dos problemas – na mesma proporção em que toma conta dos territórios bombardeados. A trilha sonora também atesta a dificuldade e a inquietação de tal atuação, além de agregar mistério à existência de um robô executando atividades que (apenas) gradativamente se tornam mais claras. A música de fundo é sutil, embasando sentidos de tensão e desertificação do espaço – elementos que, juntos, geram o ambiente de mistério (e emoção) que atravessa a atividade das FA. Só se ouve, nitidamente, os sons robóticos e os ruídos referentes aos passos do androide, caracterizando o desempenho da máquina, como a única atividade ali ocorrente.

“A música não-diegética [aquela cuja fonte não se apresenta na narrativa, como a trilha sonora] [...] nos conduz pela mão na história que está sendo contada” e “interferindo no modo como percebemos os diferentes momentos dramáticos” (DUARTE, 2002, p. 47 e 48). Já as formas sonoras “diegéticas” – proveniente de sujeitos e objetos da narrativa” tem o objetivo de reforçar o realismo, pois simulam experiências do mundo real

(DUARTE, 2002). Nesse limiar, os sons referentes aos passos e movimento do robô criam uma associação entre imagem e som, entre impressões não-visuais e visuais que tornam a figura do robô mais concreta. Esses elementos, enquanto discurso, trazem significado, e visam construir um cenário de solidão e destruição, no qual apenas a presença e de algo não humano torna-se compatível. O enfoque dado ao androide, pelo ângulo de filmagem e som, diante do local, silencia a desumanidade presente nas estruturas derrubadas. Para compreender melhor essa questão, conjectura-se uma situação hipotética oposta, em que a narrativa apresente um ser humano no mesmo pano de fundo cinza e destruído.

A imagem permitiria a contraposição entre humano e desumano, acentuando-se, na cena, o aspecto desolador próprio da guerra. Dissolvendo as mazelas de guerra que atingem o humano, essa parte da materialidade trabalha com elementos que podem resvalar a não-humanidade (ao invés da desumanização), como o robô humanoide – uma máquina que simula a ação humana, mas que, de fato, não o é –, bem como os outros elementos mencionados que agregam o sentido de não-vida, despovoamento e solidão. Por si só, a figura do robô promove o efeito de modernidade e futuro, entretanto, quando ocorre em oposição aos traços humanos, tem um funcionamento por negação, por afastamento do que é de fato possível. A ideia torna-se mais clara ao final desse primeiro momento, e é possível ser percebida pela narrativa: o engenho cessa sua movimentação, gira suas mãos e pescoço (em uma visualização panorâmica), e uma voz digitalizada e metálica – indicando ser a fala do próprio robô – indaga: “Como é o exército do futuro?” (ARMY JOBS, 2022, 26s-28s, trad. livre).

O efeito de sentido gerado pela estrutura do enunciado e pela narrativa até o momento é que a propaganda se configura em uma reflexão sobre o futuro do exército. Em tais possibilidades, de acordo com o estabelecido pela sequência, a presença de artilharia tecnológica, como o androide, é uma constante, e suprime necessidade de presença humana – pelo menos em tarefas mais técnicas (como o procedimento de inspeção territorial) –, preservando as forças combativas humanas. O robô se constitui, então, como parte do exército do futuro, um exército robótico e, por isso, moderno e futurístico. Lentamente, durante a pergunta, a câmera se aproxima ao que equivale ao rosto do robô, até focalizar as lentes de câmeras que correspondem aos olhos detalhando ainda mais sua composição humanoide-tecnológica. Por fim, a câmera atinge o interior das lentes, os olhos de máquina tornam-se, pouco a pouco, pupila e íris humanas. A próxima frase – a resposta à pergunta feita – inicia-se com a voz do robô: “É como...” (ARMY JOBS, 2022, 31s-32s, trad. livre).

O enunciado é interrompido por um silêncio atípico. O silêncio, para o discurso, é inerente às construções de sentido (ORLANDI, 2007); na propaganda ocorre como marcação, indicação da virada significativa. A partir desse momento, verifica-se uma guinada de sentidos: a câmera se afasta, o olho humano se concretiza e o restante da reposta é dito, com voz humana: “...como você” (ARMY JOBS, 2022, 34s-35s, trad. livre). A separação da sentença em duas partes, através do silêncio, perpetuadas por vozes diferentes (robótica e, depois, humana) coopera com a distinção entre humano e máquina que se estabelece e que caracteriza a alteração do curso narrativo. A mudança no percurso dos sentidos da propaganda, simbolizada pela condensação entre olhos maquínicos e humanos consta na Figura 4, abaixo.

Figura 4 – Mudança de percurso narrativo: aproximação aos olhos maquínicos, afastamento e concretização de olhos humanos.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (printscreens da autora).

A partir desse momento, configura-se, então, uma segunda etapa da enunciação. O foco de filmagem continua se afastando, e o protagonista é, agora, uma mulher soldado¹⁷, da qual ouve-se o batimento cardíaco e a respiração ofegante – sons diegéticos (DUARTE, 2002) que demarcam a fisiologia e concretizam a figura humana, gerando sentido na construção desse novo foco narrativo. Verificam-se, também, as expressões

¹⁷ Apesar de, na língua portuguesa, existirem variantes para profissões no sexo masculino e feminino, a forma ‘soldada’ não é incorporada pelas Forças Armadas Brasileiras (FAB), sendo utilizada apenas o artigo para diferenciação. Optou-se, aqui por seguir a regra militar para o termo, como forma de manter a padronização dos sujeitos do exército, proposta pelas FA em geral. Em inglês, o substantivo ‘soldier’ não possui distinções de gênero.

faciais e o suor do rosto – outros elementos que marcam seus aspectos metabólicos e o distinguem da máquina robótica. Toda essa descrição física também subscreve uma característica mental: a do susto, da surpresa.

Figura 5 – Fisiologia humana: expressão e suor.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (printscreen da autora).

Os indicativos do efeito de susto promovem a contraposição ao momento anterior; promovem o sentido de que a narrativa envolvendo um robô militar corresponde às reflexões e imaginações do humano. A soldado assusta-se por, supostamente, ‘acordar’ de um ‘sonho’, reverberando o efeito de realidade. Conforme mencionado anteriormente, o discurso implica em uma proposta de verdade, dada por um “contrato de veridicção”¹⁸ (BARROS, 2001 p. 106; MAINGUENEAU, 1997) e que se estabelece pelas relações entre enunciador e enunciatário, pela produção de efeitos de realidade que buscam convencer o enunciatário, promover sua aderência (BARROS, 2001). Elementos que conferem veracidade por meio da associação com a realidade já foram tratados aqui, no entanto, nesse momento, ocorrem enfaticamente: na contraposição ao irreal, ao fantasioso – o sonho. Ao romper com a narrativa do robô, colocando-a no patamar da fantasia, é como se o discurso pudesse dizer: ‘tudo isso que apresentamos até então é muito mirabolante, e não poderia ser verdade; traremos, agora, a verdade sobre o exército’.

¹⁸ “A noção de contrato no procedimento enunciativo pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem destas práticas. [...] Logo, um sujeito ao enunciar presume uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 30).

Com a dinâmica de apresentação da verdade, o discurso ganha o estatuto de veracidade, mas não só, também permite agregar, ao enunciador, o caráter da sinceridade. ‘Realidade’, ‘verdade’ e ‘sinceridade’ ocorrem como efeitos de sentido que qualificam o discurso militar como isentos de mentiras. Dessa forma, a veracidade torna-se propriedade das FA; somada aos elementos que caracterizam a materialidade como institucional, coloca o discurso institucional militar em um local em que a verdade acontece. Vinculadas à ‘realidade’ – outras caracterizações para o militarismo britânico surgem a partir da inserção do humano como protagonista da guerra. O argumento é validado pelo efeitos de tecnologia – produzidos a partir da imagem do drone sendo lançado (Figura 6) e pela afirmação do narrador: “A tecnologia vai nos ajudar a fazer coisas incríveis, mas nada pode fazer o que um soldado pode fazer” (ARMY JOBS, 2022, 44s-51s, trad. livre).

Figura 6 – Tecnologia manejada pelo humano, sol e sombra.

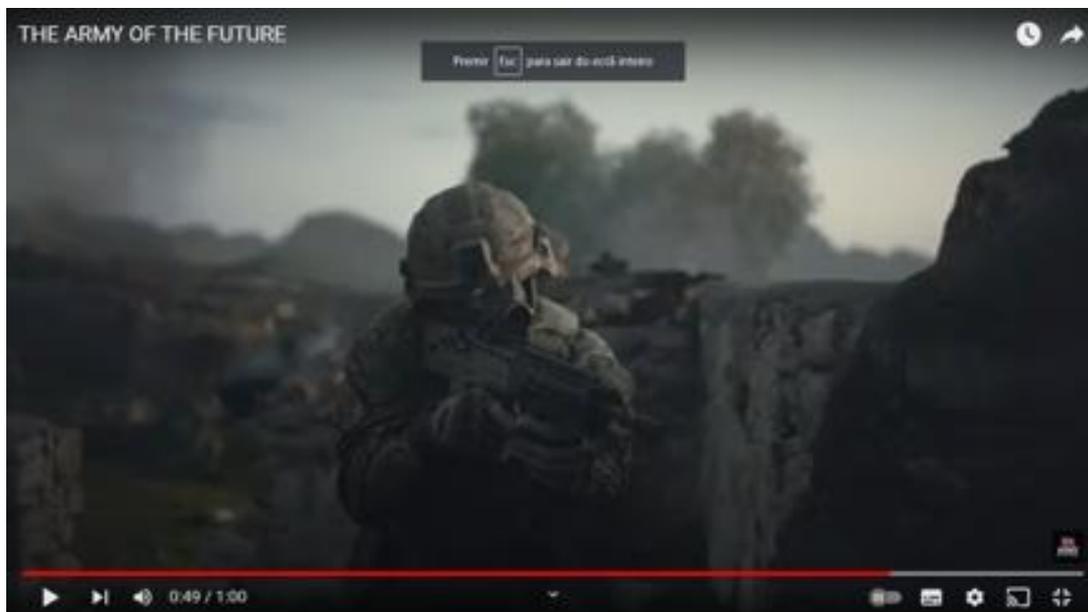


Fonte: ARMY JOBS, 2022 (*printscreen* da autora).

Os sentidos expressos atribuem, a princípio, a inserção do maquinário tecnológico no exército, ativando o imaginário humano acerca do futuro e configurando as FA britânicas como modernas e digitais. A moção da guerra do futuro contém a tecnologia, mas não dispensa a atividade humana – ação que deve mover as máquinas em seu favor. Em prol da percepção de indispensabilidade da força humana no exército, outros soldados são colocados em cena, diluindo a solidão anterior e produzindo efeitos de alívio. O sombreamento da cena é ativado, mostrando a presença do sol – símbolo caracterizador da vida. Efeitos sensoriais de calor são gerados e, somado à presença humana, o sol

permite com que se institua uma atmosfera de acolhimento, menos auspiciosa, solitária ou devastadora; mais humana e mais propícia às emoções. Mesmo assim, longe de aparentar um ambiente feliz, a cenografia direciona um local de trabalho aventureso.

Figura 7 – Competência e heroísmo no exército do futuro.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (*printscreen* da autora).

Sanciona a associação entre aventura e trabalho militar, o fato de que cena é marcada pela ação de soldados que carregam armas apontadas e se posicionam firmemente no topo de estruturas – representação da competência e da assertividade do ofício das FA. Tal movimentação é exposta em ângulos cinematográficos que geram sentimentos de aventura ao enunciatário, atribui heroísmo e consequente glória ao desempenho militar. A mensagem do enunciador é, então, colocada por escrito, em letras maiúsculas: “O exército do futuro ainda precisa de você” (ARMY JOBS, 2022, 53s-56s, trad. livre). O uso de fonte capital potencializa a necessidade última do das FA – o enunciatário. Colocado em uma escala elevada de importância, o enunciatário imediato é qualificado como imprescindível e, simultaneamente, aquele pronto para viver as emoções proporcionadas pelo exército do futuro, seja pelo controle de drones quanto pelo uso de armamentos na dominação de áreas. A mensagem do enunciador está disposta na Figura 8, abaixo.

Figura 8 – O exército do futuro ainda precisa de você.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (*printscreen* da autora).

A presença do item lexical ‘ainda’ propõe sentidos de valorização do humano. O uso de um advérbio que permite indicar tanto continuidade no tempo quanto intensidade permite agregar sentidos de atemporalidade e ainda, urgência. Nesse direcionamento, apesar da exposição da figura do robô expressar a excelência tecnológica, a robotização das FA, a propaganda concretiza, em seu segundo momento, efeitos de imperatividade da atividade humana – é ela que é necessária e deve ser amparada (e não substituída) pela tecnologia, na composição de um dito exército do futuro. O exército britânico é, assim, caracterizado por um conjunto de sentidos deslizantes entre digital, futurístico, humano e emocionante. A presença da bandeira do Reino Unido, na logomarca, é crucial para a determinação e identificação do enunciador por completo. Na medida em a bandeira materializa a nacionalidade do exército do futuro, vincula imaginário e realidade, em um movimento de concretização de expectativas; confere legitimidade e credibilidade ao discurso, mostrando-o como oficial, produzido pelas FA britânicas.

Figura 9 – Logomarca do enunciador: ARMY BE THE BEST.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (printscreens da autora).

O logotipo que traz em si a bandeira britânica se destaca, por promover o diálogo específico com a realidade; associa um símbolo patriótico (a bandeira) ao exército ('army'), classifica o exército como próprio de um país específico, inerente à nação britânica, agregando legitimidade e institucionalizando seu discurso. No discurso institucional, a veridicção é comumente dada pelo efeito de realidade. Ao remeter a um enunciador de autoridade institucional, governamental, o discurso ganha tonalidades de legitimidade, correspondendo ao que é oficial e existente no mundo real. O sentido de realidade desloca-se e ganha nuances de convivência com o que é verdadeiro, e o enunciado promove a convergência entre mundo físico (real) e o campo ideológico da verdade concebida pelo institucionalismo militar. Associação entre discurso institucional militar e veracidade é feita (dentre outras coisas) pela logomarca ao final, que fornece credibilidade por representar um enunciador real.

Logo, os valores militares ofertados pelo enunciador são arregimentados pela perspectiva de si mesmo (ou, pelo menos, da instituição FA ao qual ele está subjugado), qualificando o discurso militar institucional como uma proposta de verdade. A cenografia de *trailer* de filme torna-se um simulacro¹⁹ que estabelece conexão com a realidade,

¹⁹ O termo 'simulacro', aqui compreendido, não se refere à noção de proposta por Maingueneau em *Gênese dos Discursos* (2008a). Para este trabalho, a expressão ocorre para apontar que a encenação do discurso que, tal como conceitua Maingueneau (2004), é um processo que permite que as práticas discursivas se

vínculo dado pela marca de um enunciador presente no mundo físico (o governo britânico), projetado no discurso pelo enunciado ‘ARMY BE THE BEST’ junto à bandeira. A projeção discursiva institucional é a última coisa que se vê na propaganda. Apesar de sintetizar a origem do discurso e simbolizar o enunciador genérico, a logo faz parte de um procedimento de construção de uma imagem de si do enunciador, no interior e do espaço cenográfico. Para Maingueneau (2004), a projeção de si do sujeito que enuncia é denominada *ethos* discursivo, um conceito referente àquilo que o enunciador mostra no ato de encenação da fala, considerando a percepção dos enunciatários e o imaginário social.

O *ethos* é uma figura baseada em estereótipos dispersados socialmente, ou seja, fundamentada em fatores culturais históricos, sob os quais se estabelece uma estimativa a respeito dos participantes do processo discursivo. É um mecanismo da enunciação em que as diversas imagens cristalizadas na sociedade são capitalizadas e mobilizadas para a incorporação (MAINGUENEAU, 2004). O *ethos* é, assim, construído, estipulado e identificado dentro de uma FD; tem suas características assimiladas a partir de um sujeito histórico, tornando-se possível o estabelecimento de uma comunidade (imaginária) dos que partilham, aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2004). Dito de outra forma, ao ter em vista o lugar social dos envolvidos no processo de produção do discurso, o delineamento do *ethos* permite perceber as estimativas que os sujeitos discursivos fazem entre si, alcançando-se as projeções realizadas no nível discursivo. Essas projeções são denominadas por Pêcheux (1993a) como Formações Imaginárias (FIm)²⁰ (PÊCHEUX, 1993a).

Isso significa que os traços projetivos, determinadores das FIm no discurso, e os elementos que direcionam o *ethos* não são correspondentes. Soares (2023a), quando trata das divergências e aproximações entre as noções de *ethos* e FIm, expõe que: “o *ethos* discursivo diz respeito à imagem e à posição assumida pelo sujeito falante no ato de fala”, enquanto que “as formações imaginárias estão relacionadas às construções simbólicas – inconscientes, porque não são pensadas ou refletidas na imediaticidade do momento de suas construções” (SOARES, 2023a, p. 54, trad. livre). Acrescenta-se, também, o fato de

caracterizem como teatralização da vivência, ou seja, uma recriação do que se estabelece na sociedade, instituindo novas possibilidades.

²⁰ As Formações Imaginárias (FIm) correspondem às imagens projetadas no processo de produção do discurso, o “feixe de traços que designam o lugar que A e B atribuem a si e ao outro” (PÊCHEUX, 1993a, p. 82). Envolve, portanto, a antecipação (cálculos) sobre a posição que os sujeitos discursivos ocupam, preenchendo as condições internas em que o discurso é produzido.

que o ethos, ainda que decorrente da inscrição em uma FD, implica certo grau de agenciamento enunciativo, sobretudo, em objetos propagandísticos, em que há uma equipe de *marketing* organizando os efeitos de sentidos produzidos. Isso não garante que o ethos visado seja o ethos produzido, mas possibilita uma maior verticalidade do contrato de verificação da propaganda (BARROS, 2001; MAINGUENEAU, 1997), induzindo a adesão à enunciação.

De todo modo, ambas as noções envolvem determinados graus de cálculos projetivos. Como ocasionalmente uma noção atravessa a outra, ambas podem ser depreendidas da materialidade analítica, como se propõe a seguir. Em momentos anteriores desta seção, tratou-se de algumas estimativas, quando se falou do enunciatário real demandado pela cena genérica. Todavia, essas projeções não compreendem todo o movimento de mobilização de figuras e estereótipos no discurso da propaganda. A efetiva projeção do enunciador é percebida já na cenografia, por meio da disposição do ethos e seus desdobramentos. No cenário de *trailer* de filme de guerra ficcional, que caracteriza a cenografia da materialidade, emerge a construção de uma figura militar formada por outras, concentrando aquilo o enunciador mostra de si, modulado para a adesão do enunciatário. De acordo com Maingueneau (2004), o ethos é depreendido por três aspectos simultâneos: uma corporalidade (remetida a traços físicos), um caráter (efeitos de traços psicológicos), e um tom que embasa os dois primeiros.

Os atributos do ethos encontram-se dispersos no discurso através de imagens, sons, marcas verbais; ocorrem por efeitos de sentido e devem se complementar com coesão, para que se forme uma imagem passível da incorporação (MAINGUENEAU, 2004). O destaque, na primeira parte do vídeo, é o robô de guerra (ver Figura 3) – é ele que personifica, a princípio, a imagem de si do enunciador. Na medida em que o robô percorre a cena, são revelados os detalhes que o caracterizam como um androide, uma estrutura remetida ao corpo humano: presença de estruturas equivalentes à cabeça, aos tronco e aos membros e, até mesmo, algo que corresponda aos olhos. Esse conjunto corpóreo atua sobre um campo bombardeado, destruído. A dinâmica permite organizar as características mentais – o caráter – uma vez que, sendo uma máquina, todo traço mental seria apenas uma extensão do aspecto físico. Na proporção em que corre e analisa o terreno com uso de laser, o robô movimenta suas articulações (das mãos, pescoço, joelho e pés) – o que lhe confere detalhamento físico, meticulosidade em suas ações e objetividade de planejamento.

A exposição do aparato tecnológico enaltece os aspectos técnicos, a utilização prática do corpo maquínico: vistoria do ambiente bombardeado, garantindo a segurança. Uma outra questão que permeia o físico é a força – ordenada pelo caminhar pesado que amassa os objetos metálicos resistentes – e o dinamismo – ele corre e pula com desenvoltura e assertividade – que revela a potência como traço psíquico. Todos os aspectos correspondentes à corporalidade engendram traços psicológicos e demonstram a qualidade tecnológica do artefato. ‘Objetividade’, ‘meticulosidade’, ‘força’ e ‘tecnologia’ são sentidos que se complementam e compõem o do caráter do ethos, figurativizado por um robô militar, e que se tornam características do exército britânico. Em somatória, o tom do ethos militar robótico é dado por sons relativos à atividade maquínica e, ao final, por uma voz metálica, mecânica, que dá vazão à presença do androide. A presença do robô permite localizar a posição discursiva do enunciador, quando é inserido em um tempo histórico e espaço social em que as tecnologias digitais constituem o modo de produção (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Dito de outro modo, a figura da máquina diz a respeito do enunciador, do enunciatário e, simultaneamente, projetam uma visão institucional: uma disposição ideológica em que o militarismo é atrelado à tecnologia. É preciso ressaltar que a encarnação do ethos robótico compactua não somente com a cenografia fílmica – um objeto midiático, produzido pelo avanço digital, e que, por ser composta por um cenário futurístico, desenvolve um protagonista concentrador de atributos tecnológicos –, também é respaldada pelo gênero, uma vez que é posta como uma figura emblemática e, de certo modo, forte, suscitando impressões por sua proximidade física com um ser humano e, principalmente, por suas diferenças. A sincretude simbólica confere o atributo da unicidade, importante de ser acionado por um gênero como a propaganda, que, de acordo com Pêcheux (2012), mobiliza pulsões, valores e afetos localizados no interior de um quadro ideológico. Em um gênero disseminado digitalmente, a unicidade torna-se um atributo caro.

Amplo é o alcance do digital, e o impacto da imagem do robô reflete nas imediaticidades da imagem discursiva do exército britânico, que se torna não somente mais um dos diversos exércitos no mundo, mas o único em termos de tecnologia e poder armamentício. Sem embargo, em todo procedimento discursivo, a presença de um fator ocorre em detrimento de outro e, a imagem do robô constrói-se, em outro âmbito, pela oposição. Considerando que os aspectos diferenciadores de uma máquina de uma pessoa são os sentimentos, as emoções (as funções físicas podem se equivaler ou, no caso do

robô, se ampliar), o androide e seus atributos se aderem ao cenário não-vivo e se opõem aos fatores humanos. A oposição ao humano não o exclui do discurso, ao contrário, permite que seja parte constituinte deste, ocorrendo como forma de silenciamento (ORLANDI, 2007). O silenciamento torna-se, nessa altura da narrativa, algo necessário na prática da guerra – apresentada pela cenografia. O apagamento do humano opera como vantagem bélica: dá espaço para a técnica e objetividade oriunda da máquina, minimiza surpresas e os traumas decorrentes desse tipo de confronto.

O uso do robô na constituição do ethos em um cenário de cores frias e bombardeado afasta do enunciatário a associação entre guerra e morte, em virtude da supressão do elemento humano (ou qualquer coisa que o caracterize). O ethos coloca, desse modo, a guerra e o trabalho militar em uma condição menos traumática, mais segura – para o recrutado britânico –, quando é abordado como objetivo, técnico. Espelha um enunciatário, a partir de uma preocupação social a respeito das condições psicológicas dos ex-combatentes de guerra. Todavia, construção do ethos militar robótico/tecnológico simbolizado pelo robô, em determinado momento, toma outro rumo. Da mesma forma que a cenografia se divide em dois momentos, a alteração do curso narrativo envolve a criação de outro protagonista, um outro ethos: um soldado mulher (ver Figura 5). Esse personagem está fisicamente atrelado ao robô por intermédio dos olhos – deles ocorre a transição entre máquina e humano (ver Figura 4). A sequência de transformação também se dá por um tom que inicia robótico, uma voz metálica, e termina humana.

A mudança gradual entre esses dois personagens permite uma associação entre o interior do humano e o interior do robô, na qual o sentido se desloca para uma espécie de conexão mental, a transposição entre sonho e realidade – entre a imaginação e a possibilidade. O ethos, antes maquínico, se torna completamente humano em suas características físicas e mentais: a expressão da mulher toma conta, dando palco aos elementos psicológicos – as emoções humanas. Sob tal perspectiva, a presença do suor e da respiração ofegante (ver Figura 5), logo após a concretização da figura militar feminina, permitem o efeito de susto, demarcando o começo de uma etapa narrativa mais realista em contraposição ao momento anterior. As marcas da fisiologia humana produzem efeitos de similaridade, de aproximação ao real, pois, além de representarem o ‘susto’ (o fim do sonho, o ingresso à realidade), mostram processos tipicamente desencadeados pela aceleração do metabolismo, fruto (por exemplo) de atividades físicas.

A disposição da aceleração metabólica personificada por uma figura uniformizada (uniforme militar) confere sentidos de execução de um trabalho árduo – o do exército.

Assim, os efeitos de realidade deslizam para os de verdade e permitem que se atribua ao ethos o traço da sinceridade. Ainda nessa direção, a voz narrativa ratifica a imagem física humana e feminina, reiterando os efeitos de realidade e retomando o caráter de ‘verdadeiro’; simultaneamente, abre espaço para sentidos de inclusão relativas à presença da mulher nas FA – um movimento próprio da sociedade democrática atual. A inserção feminina no conceito de cidadão e as lutas feministas históricas em prol da igualdade de direitos políticos e sociais (ZIRBEL, 2021) permitem que o feminino seja, na pós-modernidade, discursivizado por meio de papéis outrora compreendidos como tipicamente masculinos – tais quais o alistamento. Por essa via interpretativa, o discurso da propaganda, ao trazer em sua narrativa uma recruta do sexo feminino, estabelece sentidos de inclusão e democracia, qualidades que ocupam papel central nos discursos da sociedade atual.

Conseqüentemente, esses sentidos juntos deslocam-se para o de modernidade. Além disso, os procedimentos enunciativos com relação à presença feminina são orientados por efeitos de naturalidade e casualidade. A construção dos efeitos de naturalidade é organizada por meio de mecanismos de dissolução de sentidos voltados para o processo histórico que culmina na mulher militar, silenciando-o. A apresentação da soldado, por exemplo, ocorre em contraposição à máquina, descentralizando a problematização da mulher no mundo militar e estabelecendo a relação de oposição entre humano e não humano. Assim, a rede de sentidos entre ‘inclusão’ e ‘mulher’ se estruturam no direcionamento de sentidos de humanidade, sendo, estes últimos, a tônica argumentativa da propaganda. Ainda na perspectiva dos efeitos de humanidade, o ethos feminino remonta os sentidos de cuidado e seguridade – elementos atribuídos tradicionalmente à mulher – inferindo sentidos de zelo e proteção, próprios de pautas humanitárias.

Mesmo com a primazia do elemento ‘humano’, indispensável para o exército, de acordo com a narrativa da campanha, o fator tecnológico se faz presente na segunda etapa do vídeo, por meio da presença dos drones que a soldado maneja. Dessa forma, a outra face da proposta militar, a humana, se entrelaça à composição inicial através do item lexical ‘tecnologia’²¹ – veiculado nas duas partes da propaganda, constituindo um

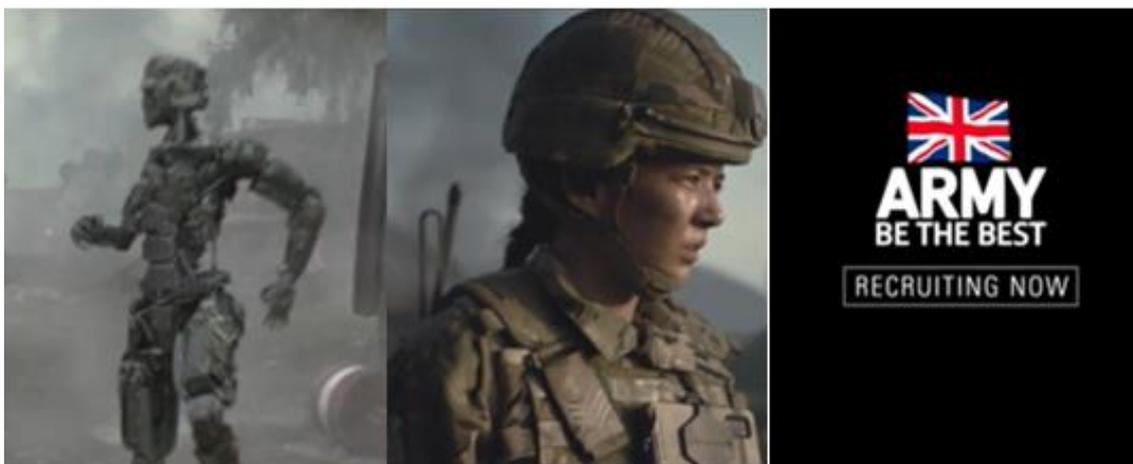
²¹ Tendo em vista a composição audiovisual da materialidade, torna-se útil enfatizar que, muitas das vezes, os itens lexicais apresentados neste trabalho não se dispõem pela linguagem verbal, mas constam no discurso por meio de imagens e simbologias operantes na construção de sentidos. Por exemplo, ‘tecnologia’ é um item lexical simbolizado pela presença do androide e dos drones.

traço do exército britânico. Modernidade e segurança também são elementos que entrelaçam, no exército, o humano (feminino) e a máquina, por deslizamento: de modernidade tecnológica para modernidade de valores de equidade de gênero; de segurança tecnológica para segurança materna. Os deslocamentos de sentido desfragmentam as faces do ethos, a tornam parte do uno por meio da amplitude de sentido. A modernidade e segurança são definidas, não apenas por um conjunto de significados inerentes ao mundo da robótica, mas por seu equivalente nos aspectos humanitários.

Tendo em vista que, na conclusão do vídeo, o ethos exaltado é o humano, afere-se que o robô opera como o que Maingueneau (2020) denomina por antiethos, uma imagem oposta ao que a enunciação objetiva, mas utilizada na construção da significação. O ethos robótico é, assim, um antiethos cuja contradição se apoia na necessidade (não subjetiva, mas remetida à interpelação ideológica). Isso significa que, pelo discurso, os traços do robô atuantes na construção do ponto de vista da propaganda são os que estabelecem alguma equivalência ao modelo humano, mas que são, por sua natureza maquínica, melhorados. Desse modo, o exército britânico é construído como detentor de qualidades superiores, um imbricamento entre o melhor da tecnologia e o melhor da humanidade. Sincretizando tais sentidos, ao final, outro elemento ainda emerge, e que vem completar a formação da imagem de si do enunciador: é a logomarca ‘ARMY BY THE BEST’, com a Bandeira britânica (ver Figura 10).

Os sentidos de supremacia tecnológica e humana, pontuados acima, são englobados pela instituição militar, uma vez que o conjunto imagético-enunciativo que compõe a logo está diretamente relacionado à projeção institucional que, no caso, vincula-se à posição social do enunciador no mundo. Por dispersar os sentidos de credibilidade (conforme apontado anteriormente), a simbolização da Defesa britânica opera como fiador da fala (MAINGUENEAU, 2004) – aquele que dá vazão ao que está sendo dito. Em consonância, essa presença promove a concretização da realidade na figura militar: o ethos se inicia na figura futurística do robô (uma imagem típica da ficção), passa pelo elemento militar feminino (o humano) e culmina com a logomarca do enunciador, o exército britânico (a instituição).

Figura 10 – Ethos de três faces: tecnologia, humanidade e instituição.



Fonte: ARMY JOBS, 2022 (printscreens da autora).

Nessa construção, a figura militar do exército britânico é proposta como: objetiva, promotora da segurança, associada ao tecnológico (segurança e tecnologia são sentidos deslizantes, presentes nos dois momentos da narrativa), parte da modernidade, humana, sincera e vinculada ao mundo físico. Todos esses atributos fazem parte da projeção do enunciador, mas se baseiam em estereótipos presentes no imaginário social: o robô de guerra, a mulher militar e instituição. Contudo, é na relação entre essas figuras que o ethos se manifesta. Separadas, tais construções delimitam as FIm que irão nuclear a FD militar. As FDs regulam o dizer a partir de posições sociais, ou seja, pressupõem as FIm. Assim, quando o enunciador projeta a si mesmo, tem em vista em um conjunto histórico-social (MAINGUENEAU, 2004) – um momento em que a tecnologia é elemento crucial, a presença feminina no exército é uma premissa do discurso de inclusão e, por fim, chancela tais aspectos pela logomarca do exército britânico. As diversas FIm que centralizam as FD militar são, portanto, alinhadas pelo ethos em prol da adesão.

O enunciatário, exposto a esses sentidos percebe o enunciador da maneira com que ele se dispõe: moderno, humano e real. Logo, o movimento de percepção do ethos só se dá a partir da inscrição do enunciatário no histórico. Os sentidos mobilizados só o são por que a materialidade se insere em uma FD – manifestação discursiva oriunda uma FId que se estabelecem em uma Formação Social (FS) (PÊCHEUX, 2011). A produção de sentidos aqui apresentada, tanto na construção do ethos quanto em sua cena da enunciação, concerne majoritariamente às condições imediatas de produção do discurso. É necessário, agora, conectar as considerações feitas aos aspectos históricos sociais e

ideológicos remetidos à constituição do discurso militar na FS britânica, completando o movimento analítico iniciado nesta seção. É o que será feito no próximo tópico, com o objetivo de responder às perguntas de pesquisa atinentes ao modo de operação dos recursos discursivos para corroborar com o posicionamento político do Reino, disposto nas condições de produção do discurso militar.

1.3 Outras considerações: rupturas e continuidades do posicionamento imperial na propaganda militar britânica

Pela análise discursiva do conceito cena da enunciação e ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004; 2015), aplicados ao vídeo de alistamento do Reino Unido (ARMY JOBS, 2022), foi possível verificar que a configuração do quadro cênico (MAINGUENEAU, 2004) é dada pela ‘propaganda militar’. O militarismo, enquanto parte de uma Formação Ideológica (FIId) (PÊCHEUX, 2011) conservadora, que preza pela conservação das instituições, manifesta-se discursivamente por meio de símbolos –, como a bandeira, soldados, uniformes, maquinaria de guerra e afins –, elementos homogeneizadores de uma Formação Discursiva (FD) (PÊCHEUX, 2011) militar. Essa disposição gesta a associação entre símbolos de guerra e símbolos nacionais a partir do deslizamento de sentido, no qual a bandeira, por exemplo, simboliza uma categoria referente à nação que, por sua vez, é delimitada a partir da concepção de Estado – tanto quanto a categoria militar. Discursiviza-se, dessa maneira, um elo residente no plano social e que remonta à posição das Forças Armadas na sociedade: um braço governamental, originário à formação do Estado (KRITSCH, 2023).

Infere-se disso que os símbolos nacionais e militares compõem a gama do discurso fundador (ORLANDI, 2001) do Reino e conferem, à materialidade, a duplicidade da cena englobante (MAINGUENEAU, 2015): militar e institucional. Tal assentamento também gera funcionamento no gênero do discurso – o gênero propaganda – dado que por ela engendra-se uma proposta de valorização dos ideais militares que caracterizam o Reino. O dispositivo inscricional da propaganda se torna atuante no processo de construção desses sentidos (DEBRAY, 2000 *apud* SALGADO; DELEGE, 2018). O emprego das mídias digitais permite o alcance global de enunciatários, viabiliza o transporte dos elementos fundadores (militares e institucionais), pelo discurso, para fora do Reino Unido. Possibilitam, em consonância, a dispersão longínqua de uma ética britânica. Para

desenvolver a questão, é preciso levar em conta que, nesse tipo de materialidade digital, o desdobramento cenográfico da cena da enunciação prevalece.

No caso, a construção de sentidos permitidos pelo mídiun (SALGADO; DELEGE, 2018) da propaganda ganha corpo a partir da evocação de uma cenografia já validada (MAINGUENEAU, 2004) e que corresponde a um filme de ficção – mais especificamente, uma ficção de guerra. Os mecanismos de construção semiótica típicos do produto cinematográfico – iluminação, som, recorte de cenas, edição e ângulo de filmagem –, são colocados em prol de uma narrativa sobre o militarismo britânico e suscitam emoções no telespectador (DUARTE, 2002). Por eles, o caráter ‘clássico’ das ficções científicas é compartilhado pelo discurso da propaganda, resvalando sentidos de ‘cânone’. Apoiando-se na história, é possível estabelecer aproximações necessárias para que os sentidos de ‘clássico’ e ‘canônico’ deslizem ainda para os de ‘tradição’. Nesse ponto, considera-se a posição imperial do Reino Unido ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX – em especial nesse último, demarcado pela ‘*pax britannica*’ (PASSETTI, 2016). Como dito na primeira seção deste capítulo, o período foi caracterizado pela hegemonia político-militar dos países do Reino (PASSETTI, 2016).

A implacabilidade, que permitia que a violência sofrida pelos territórios colonizados fosse silenciada das pautas europeias (PASSETTI, 2016), modulou a percepção de militarismo. Resgatando essa concepção de exército único, fortalecido, como parte da tradição britânica em seu auge, os traços da memória nacional são discursivizados a partir de uma memória cinematográfica. Assim, as características do discurso fundante, contidos na campanha de alistamento, ganham o toque da beleza canônica do cinema. Em outras palavras, as condições históricas modulam o interdiscurso que, por sua vez, caracteriza a cena englobante, de maneira a oferecer-lhe os elementos de um cenário bélico precisamente eficaz. Através da mobilização do filme de ficção na composição cenográfica o desempenho do exército é abordado como um trabalho sobretudo glorioso: é aventureiro, tecnológico, moderno, futurístico e, ainda, humano. O item lexical ‘glória’ é a constante que une cinema, discurso militar britânico na história e sua propaganda; possibilita que os dispositivos fílmicos depositem sentidos históricos no discurso militar atual.

Por meio das ferramentas do cinema opera-se na construção do referente de realidade, e o simulacro da propaganda estabelece vínculos com o mundo físico por intermédio das emoções suscitadas que acionam uma memória histórica de glória e poder. Derivados do efeito de ‘implacabilidade’ – movimentado pelas condições de produção e

inscrito na propaganda – a ‘glória’ e o poderio do exército se dispersam pela cena e atuam na projeção de uma imagem do militar do país. Fazem parte do contrato de veridicção (BARROS, 2001) da narrativa cenográfica, na qual os papéis do enunciador genérico (a Defesa britânica) e co-enunciadores são acionados pelas vias enunciativas. No que compete ao enunciador, a cenografia da propaganda conta com a projeção específica de uma figura militar coadunante, o ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004), que leva em conta a projeção de um enunciatário e das Forças Armadas (FA) enquanto instituição governamental. O ethos atua na persuasão e na disseminação de valores que, para além dos seus próprios atributos, se estendem à elaboração de um mundo ético (MAINGUENEAU, 2008b) arregimentado pela cena.

O mundo ético é “ativado pela leitura subsume um certo número de situações estereotípicas” (MAINGUENEAU 2008, p.18) provenientes do exterior, mas que se encontram, no ethos, sintetizados. Sua concretização, na campanha, se faz presente visualmente, permeando a transição entre três estereótipos (MAINGUENEAU, 2004): o robô de guerra, a mulher militar e a instituição. A tônica no ethos da propaganda é o robô, que concentra em si força, poder e tecnologia, também ficção, sendo um antiethos (MAINGUENEAU, 2020) que impressiona por esses atributos e pela contradição em que se estabelece. Mesmo contrário à proposta final da propaganda, o robô evoca sentidos que permanecem e compõem o um herói militar cinematográfico – o pertencente ao exército britânico. A figura feminina, segunda parte do ethos, dá abertura para interpretações relativas à presença da mulher nas FA. A inclusão feminina nos espaços militares é própria da sociedade democrática atual.

Na sua origem, os exércitos eram compostos por (somente) membros masculinos, aos quais o alistamento era obrigatório, sendo parte dos deveres da cidadania (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). É com o alargamento do conceito de cidadão, dentro de uma concepção de democracia – sobretudo a partir da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948) – que, gradativamente, a atividade militar se torna-se possível (mas não obrigatória) para a mulher. A partir da década de 1960, ampliação das lutas feministas pela igualdade de gênero e o entendimento do gênero enquanto performance (BUTLER, 1990)²² – cujos papéis atribuídos tornam-se mutáveis, não-fixos

²² O gênero performático é um conceito central na teoria de Judith Butler (1990), uma filósofa e teórica feminista norte-americana. A autora propõe que o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz. Isso significa que o gênero não é fruto de uma essência (interna, biológica e/ou psicológica) fixa, mas de um contínuo processo de construção social por meio de performances – ações, gestos, expressões e

e contextuais – também corroboram para a inserção da mulher em práticas outrora consideradas próprias da masculinidade. Salienta-se que as pautas feministas não preveem a obrigatoriedade militar para o gênero feminino, mas a igualdade de direitos políticos e sociais (ZIRBEL, 2021).

Tanto as concepções feministas quanto a expansão dos sentidos de cidadão são processos sociais que permitem a discursivização do desvinculamento do feminino de determinados papéis (voltados para o cuidado e o lar) e incorporação da mulher nas atividades políticas e de cidadania – tal qual o alistamento. A largada para a flexibilização do gênero feminino nas FA foi dada pelos Estados Unidos, no período da Segunda Guerra Mundial, a partir do aumento da demanda de guerra (SCHNEIDER, 2009). A Inglaterra seguiu na mesma direção e acatou a participação feminina definitiva por meio da Lei do Serviço Nacional, em dezembro de 1941, a partir da qual foram “permitidas mulheres nos quadros institucionais, ainda que [...] e de caráter inicialmente administrativo” (MATOS *et al*, 2012, p. 3). Com o aumento da presença feminina em funções consideradas, outrora, majoritariamente masculina, as FA do Reino apresentam, hoje, mulheres militares. A inclusão no movimento narrativo da propaganda mobiliza sentidos de equidade e democracia, mas sobretudo atualidade, dado que a presença feminina no mundo militar é um traço contemporâneo.

Já os meandros entre as questões gênero e o alistamento residem pelo silenciamento. Quando Butler (1990) formula o conceito de gênero enquanto performance, pontua que, para além de replicar um conjunto de normas, o gênero se constitui em um espaço de possibilidade para subversão, para experimentar novas formas de expressão que não se conformam aos binarismos tradicionais de masculino e feminino. O rompimento com estereótipos masculinos e femininos não faz parte da narrativa da propaganda, em oposição, os procedimentos enunciativos com relação à presença feminina são orientados por efeitos de naturalidade e casualidade – ou seja, construindo mecanismos de naturalidade da mulher no exército. O mundo militar da propaganda reafirma padrões de gênero (por meio do tom narrativo e os sentidos de cuidado associados à mulher), além de inserir a mulher ao modo de produção, ao qual a instituição militar se inscreve. Investe-se, dessa maneira, em sentidos contrários às revoluções

comportamentos que são repetidos e reiterados ao longo do tempo e que são também suscetíveis de mudanças (BUTLER, 1990).

propostas pelos escritos feministas de Butler (1990), dos quais a inserção no política por parte da mulher se fundamenta.

Assim as contradições históricas (que se estabelecem entre performatividade no alistamento e as condições e participação social da mulher) são apagadas do discurso²³, em detrimento dos sentidos de humanidade, sendo, estes últimos, a tônica argumentativa da propaganda. Acrescenta-se ainda que, pelo viés do atributo ‘humano’, o ethos feminino não representa o caráter do ‘poder’ da mesma forma que o robô; porém, o sentido ocorre por deslizamento e silenciamento: resvala para ‘eficácia’ e ‘meticulosidade’ (também compositores do imaginário social com relação à mulher) e é amenizado, mas prossegue como constituinte. O ponto que aqui se estabelece é que, apesar das particularidades dadas por tom, uma corporalidade e um caráter (MAINGUENEAU, 2004), cada uma das faces da imagem de si do enunciador produzem sentidos que deslizam e se somam. No interior do processo enunciativo essas imagens compõem o ethos, caracterizando o corpo militar britânico como: eficiente, promotor da segurança, tecnológico, moderno, inclusivo, humano e, por fim, vinculado ao mundo real (através do logotipo do exército).

A projeção vincula-se à historicidade e é validada pelo logotipo do exército britânico. Instaure-se, pelo ethos, um modo de estar no mundo (MAINGUENEAU, 2004; 2008b), legitimado pelas marcas da institucionalidade, tornando-se parte dela. Desse modo, os aspectos constituintes do ethos, formulado em uma cena, acionam e são acionados por Formações Imaginárias (FIm) (PÊCHEUX, 1993a). Enquanto o ethos aproxima as FIm do movimento enunciativo e da construção cenográfica, as FIm permitem com que o posicionamento político governamental filiado à FD militar tome espaço no discurso. Pelas FIm, o militarismo britânico é caracterizado como necessário e de excelência, uma atuação ilustre e poderosa, que promove a seguridade e a inclusão, recorrendo-se à associação entre a eficácia dos sujeitos soldados e dos equipamentos tecnológicos. Tal posicionamento, suscita dois tipos de enunciatários históricos: os inscritos aos valores britânicos e os ‘outros’. A configuração de sentidos, no âmbito do enunciatário, opera tanto pela noção de pertencimento e segurança quanto pela via da ‘mensagem de temor’.

²³ A presença do elemento feminino é uma das similaridades entre as duas propagandas analisadas por esta dissertação, e se remetem às discussões de gênero, tais como propostas a partir dos escritos de Mary Wollstonecraft ([1972] 2016) e Judith Butler (1990). Assim, a temática será retomada na análise da segunda propaganda – em que o gênero performático de Butler (1980) é um dos pontos fortes da narrativa – e no cotejo, quando a discursividade do feminino no exército será efetivamente desmembrada. Com esse movimento é possível respeitar os limites de cada gesto de leitura aqui proposto, direcionando-os com mais precisão.

Se o enunciatório é britânico ou associado, pertence à atmosfera gloriosa e de segurança (vinculada à eficácia, tecnologia e inclusão promovidas pela instituição); se o enunciatório é de uma nação que se distancia do conjunto britânico (ou, ainda, pretende se rebelar), está alheio ao poder e à mercê da implacabilidade do exército britânico, de modo que os sentidos anteriores deslizam para a posição de inferioridade e temor. Em outras palavras, ‘apreciar’ ou ‘temer’ a gloriosa exposição militar do Reino depende da inserção do sujeito em uma FD militar; são possibilidades fomentadas pelo discurso militar na história. Conforme apontado na primeira seção deste capítulo, o discurso militar britânico é assentado, em seus primórdios, no panorama da colonização, estabelecendo vínculos com os discursos produzidos pela política imperial (PASSETTI, 2016). Nesse limiar, os rastros do discurso expansionista imperial encontram-se na manutenção de mecanismos discursivos que trazem para a atualidade o posicionamento do Reino no colonialismo e orientam a FD militar do país.

Para demonstrar como ecoa na propaganda de 2022, é preciso remontar o trajeto engendrado por sua cena. Nas suas trajetórias narrativas que compõem a campanha britânica (o do ‘sonho’/ ‘ficção’, protagonizado pelo robô, e o da ‘vida real’, estrelado por soldados humanos), o cenário exibido é de destruição, suscita efeitos de ‘não vida’ com diversos elementos que se vinculam ao imaginário social acerca das batalhas. No entanto, suprime um elemento marcante: a presença do inimigo, o ‘outro’, aquele que deve ser alvo do poderio do exército, na medida em que oculta a morte e o sangue dos ferimentos oriundos dos conflitos armados. A privação de elementos figurativizadores das mazelas da guerra ocorre como procedimento discursivo de silenciamento: a ‘não voz’ do outro prioriza a visão gloriosa do exército do Reino Unido. Ofusca-se, dessarte, a condição das vítimas desse exército, o que, considerando o histórico de dominação perpetuado militarmente pelo país, qualifica o discurso militar em 2022 como perpetuador da postura imperial.

A linha estabelecida entre os sentidos de ‘não-vida’ e ‘morte’, sem que um deslize para o outro, permite a expansão dessa reflexão. Na propaganda, ela é tênue, quase que inexistente, fato a ser verificado, por exemplo, pelo uso, no início, de cores frias e luminosidade – que permite mostrar todos os detalhes construções destruídas, mas nenhum ferido. Marca-se, dessa forma, um momento posterior a um suposto bombardeamento (indicado pela fumaça) sem vítimas. É importante mencionar que esse tipo de vídeo também precisa atender àquilo que pode ser mostrado em rede nacional e mesmo em critérios de regulação das plataformas digitais, A presença de imagens de

corpos feridos e/ou cadavéricos poderia impedir a visibilidade, sendo automaticamente excluído do sistema digital por meio das inteligências artificiais que realizam o controle. Pode-se pensar, também, em opções interpretativas para justificar a ausência de vítimas: ou o exército britânico é de tal modo fatal que os corpos bombardeados são totalmente aniquilados, não restando nem mesmo resquícios; ou as operações militares do país visam muito mais a anexação territorial, buscando anexar áreas desertas.

Aposta-se aqui, que todas as alternativas são colocadas em funcionamento: a tomada do local é mostrada pelo procedimento laboral do robô, a força e eficácia do exército insurgem discursivamente, conforme já abordado e, dessa forma, segue-se às regras do veículo de disseminação e circulação. Simultaneamente, faz-se uso delas na produção de sentido. Partindo-se do princípio da incoerência em se bombardear uma localidade esvaziada (basta tomá-la), o que se observa é proeminência dos elementos valorativos do exército, fornecendo um recorte favorável ao enunciador. Silenciamento e esquecimento²⁴ operam em favor da proposta enunciativa da Defesa britânica, formulada como uma força única, exemplar e ética, e aspectos que possam obstruir tal acepção são descartados, permitindo (inclusive) a ampla circulação do discurso. Corpos e sangue são, nessa propositura, elementos ausentes, e o efeito de certa higienização do ambiente caracteriza atividade militar britânica: aquela que não deixa vítimas, mas incorpora territórios; não destrói, mas agrega.

Não só a eficácia, o discurso do império salvador aí também reside. Nele, a contraposição entre o ‘civilizado’ e ‘não civilizado’ é feita, e o sujeito para o qual esses sintagmas se estabelecem são os territórios e não as pessoas, elementos inanimados, favorecendo o aspecto ‘ético’ (aquele que não derrama sangue) sob o qual o exército é tratado. É interessante destacar o pensamento dos próprios estudiosos britânicos sobre a associação higienista entre dominação e civilização presente no discurso imperialista:

[...] Niall Ferguson. Pautado por uma leitura nostálgica e ufanista do antigo Império, [buscou explicar] como os britânicos fizeram bem o mundo moderno. Sua análise procura entender o dito fenômeno da globalização do século XXI como um produto direto e positivo do Império Britânico. [...] A leitura de Niall Ferguson do Império está baseada na premissa da escala de civilização, do contínuo progresso, entendendo os britânicos como o ápice do avanço, disseminadores desinteressados da civilização. Ele parece ter sido convencido

²⁴ O esquecimento é um procedimento involuntário e necessário à produção de sentido. Ocorre de duas formas: o esquecimento de que o dizer poderia ser outro; e o esquecimento de que o sujeito que enuncia não é de fato a origem do sentido (PÊCHEUX, 2014). Na propaganda, o esquecimento opera simultaneamente ao silenciamento, pois o modo como a narrativa é posta atualiza sentidos anteriores e silencia outras formas de narrar, no caso, formas que deem vazão ao sofrimento ocasionado ao ‘outro’ pelas FA britânicas.

pelo próprio discurso vitoriano e defende este mesmo tipo de prática no presente (PASSETTI, 2016, p. 5).

Outros historiadores consideram o perigo de tal visão e defendem que as consequências do colonialismo devem ser averiguadas pelo olhar do colonizado sendo “necessário, fundamental mesmo, [por exemplo] examinar a partilha da África da perspectiva histórica africana” (UZOIGWE, 2010 *apud* PASSETTI, 2016, p. 5). Porém, quando se trata de discurso, objeto linguístico-histórico que corporifica o complexo com dominante (PÊCHEUX, 2011), as posições ‘dominante’ e ‘dominado’ se fazem presente simultaneamente, seja por deslizamentos, deslocamentos, silenciamentos ou esquecimento. “A história está inscrita, com especificidade, na história das lutas de classes”, não está acima ou separada delas, “como o ‘bom lado’ da história se oporia ao ‘mau lado’ da história” (PÊCHEUX, 2012, p. 172). Tratar dos desdobramentos do discurso imperial no discurso institucional britânico (como a propaganda de alistamento de 2022) implica em levantar as “relações de desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, 2012, p. 173) que determinam os conflitos de classe e se impõe na concepção contraditória de ética da propaganda.

Por isso, a ausência de elementos humanos (o silenciamento da morte) pode ser inferida como parte do discurso de apagamento da cultura dos dominados – os ‘não-civilizados’, aqueles que precisam ser anexados em prol de um ideal europeu de civilização. Consequentemente, compreende um outro lado da glória civilizatória britânica: a opressão dos povos por ela atravessados. Para que isso seja possível, as formulações que geram efeitos gloriosos, oscilam entre dominação e segurança, sendo, ambos, sentidos residentes na campanha de alistamento. Na mesma linha argumentativa, a destruição do cenário da propaganda é posta como pertencente ao mérito britânico, proveniente de um trabalho de cautela e assertividades – conforme a movimentação dos soldados e do robô, na narrativa); também como fruto do poder britânico que, em tempo, se coloca como promotor da civilização (cujo sentido desloca-se para ‘apregoador do bem’). São rastros do discurso imperialista que se perpetuam no discurso do governo britânico atual.

As FA tornam-se, então, necessárias para o progresso delineado por uma concepção eurocêntrica de mundo. Alinhado ao aspecto do ‘progresso’, o elemento tecnológico dispõe-se ao longo de toda a materialidade. É especialmente organizado na caracterização do ethos corporalizado por um robô militar e, posteriormente, por uma mulher militar (soldado) que manipula drones. Estabelece, assim, o vínculo com o

discurso militar por meio da questão do armamento estratégico – o robô e o drone não são apresentados como armas de morte, mas um aparato voltado para subjugar o outro e potencializar a vitória. A posição que os armamentos assumem, no paradigma pós-moderno está em direta associação com as Revoluções Industriais que transmutaram “a natureza da relação entre o homem e a arma: a condição fundamental da vitória [...] [volta-se para] qualidade e a potência dos armamentos, ficando o homem consequentemente relegado ao papel de instrumento para o seu funcionamento” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, p. 432, 2000).

De certo modo, a propaganda de alistamento funciona em oposição ao papel secundário do homem, pois tem como máxima a necessidade do humano; mesmo assim, reassegura a dinâmica entre homem e tecnologia armamentícia quando traz o soldado justaposto a esse elemento. Estabelece razão a um momento histórico, do capitalismo pós-moderno, delineado e potencializado pelos frutos tecnológicos das Revoluções Industriais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) – protagonizadas pelos britânicos e que alcançam o mundo. Para o Reino, a primeira Revolução Industrial (1760) permitiu a ruptura com a proposta mercantilista, em um rearranjo que possibilitou a continuidade do expansionismo político-militar do Império (PASSETTI, 2016). Já o desenvolvimento da tecnologia química, na segunda Revolução industrial (1850), viabilizou a criação de armamento para a Primeira Guerra, em 1914, vencida pelos aliados britânicos. De tal fato, infere-se que a temática da tecnologia (principalmente voltada para a indústria bélica) relaciona-se de maneira muito singular com os britânicos.

Ao ser abordada na propaganda de alistamento de 2022, remonta momentos discursivizados pelo mote do progresso e da glória britânica no mundo; mais que isso, faz parte de um movimento de continuidade, de inserção da sociedade britânica na configuração capitalista do mundo pós-moderno, permeada pela tecnologia (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). O item lexical ‘tecnologia’ é o que coloca essas propostas em funcionamento, já que capitaliza o poder britânico na altura do período colonial e, pela discursividade da propaganda, da atualidade. Com esse horizonte desenhado, compreende-se que as imagens construídas pelo ethos militar vinculam-se à posição discursiva de sujeitos inseridos em um tempo histórico e espaço social em que as tecnologias digitais representam um ponto de referência (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), em um movimento de manutenção do poder. Suscitam, ainda, associações interdiscursivas remetidas aos discursos de segurança da Organização do Tratado

Atlântico-Norte (OTAN) que, na globalização, contam com as tecnologias digitais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

A página das FA Britânicas, por exemplo, traz, em seu texto de descrição, a responsabilidade em proteger o Reino e seus associados, promover a segurança global e apoiar os esforços internacionais (UNITED KINGDOM, [s.d]). O excerto trata da segurança e, nesse quesito, é preciso considerar o papel político dos armamentos para um estado que desenvolve a pesquisa tecnológica voltada para a “ampliação do aparelho militar, tornada indispensável pela complexidade dos serviços necessários à eficaz utilização de engenhos cada vez mais aperfeiçoados e delicados” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, p. 432, 2000). Altamente minucioso (do ponto de vista da complexidade de confecção, envolvendo cientistas e especialistas técnicos), um ethos militar robótico e tecnológico coloca o trabalho militar em uma condição objetiva, técnica, por essa razão, mais segura; espelha a imagem de um enunciatório pautado pela lógica da técnica e da segurança da sociedade pós-moderna. O atributo da ‘segurança’ na composição de um ethos maquinico e fortalecido permite alcançar, ainda, sentidos voltados para preservação os membros do exército britânico.

Os efeitos de segurança, nessa direção, perseveram contornos da preocupação social a respeito das condições psicológicas dos combatentes de guerra e os traumas que assolam os agentes de atuação bélica – no caso, os soldados. Tal discussão se acentua no século XX, com a Guerra do Vietnam (1955-1975), toma maior proporção nas chamadas Guerras contra o Terror (2001-2009, e se estende ainda hoje. O trauma experienciado pelos soldados ganha espaço no cinema e na literatura²⁵, não somente pela presença marcante da guerra (o que populariza suas narrativas) no período, mas também por conta do avanço das premissas do ‘relativismo cultural’ – perspectiva antropológica de estudo da cultura (MEIRELLES; AYDOS, 2017). Partindo das formulações de Franz Boas (1911) – que enfatizava a importância de se estudar os variados grupos sociais de forma imersiva e empática, sem caracterizá-los como mais ou menos avançados –, o relativismo cultural atribui equidade de valor social às diversas culturas, reconhecendo que não existem normas absolutas, mas que essas são relativas ao contexto de inserção (MEIRELLES; AYDOS, 2017).

²⁵ Filmes como *Apocalypse Now* (COPOLLA, 1979) e *Nascido para Matar* (KUBRICK, 1987) abordaram não só o trauma psicológico, mas também a desumanização dos soldados, com críticas à Guerra do Vietnã. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático, enfrentado por militares nas Guerras do Iraque e Afeganistão, foi um tema explorado em filmes como *A Hora Mais Escura* (BIGELOW, 2012).

A relativização das culturas permite que essas sejam colocadas em perspectiva e validadas (MEIRELLES; AYDOS, 2017); associada à globalização, firma-as como partes compositoras de um todo, uma mescla cultural – heterogênea, em um mundo homogêneo (COSTA *et al.*, 2021). Nesse horizonte, as narrativas sobre trauma emergem como fruto negativo da guerra enquanto prática cultural capitalista, evocando particularidades e semelhanças das conjunturas de origem que são disseminadas pelas tecnologias da informação. A questão é parte do discurso do alistamento britânico pelo silenciamento, distanciando-se dela e mantendo a objetividade técnica em prol da construção de uma ética. O silenciamento torna-se um mecanismo de isenção da participação no trauma. Faz parte de um posicionamento em favor do ingresso ao militarismo, obliterando o fato de que, por mais que os conflitos bélicos do sec. XX sejam majoritariamente protagonizados pelos Estados Unidos, a presença da OTAN permite que seus associados (como o Reino Unido) sejam colocados no mesmo patamar de ‘agente promotor’.

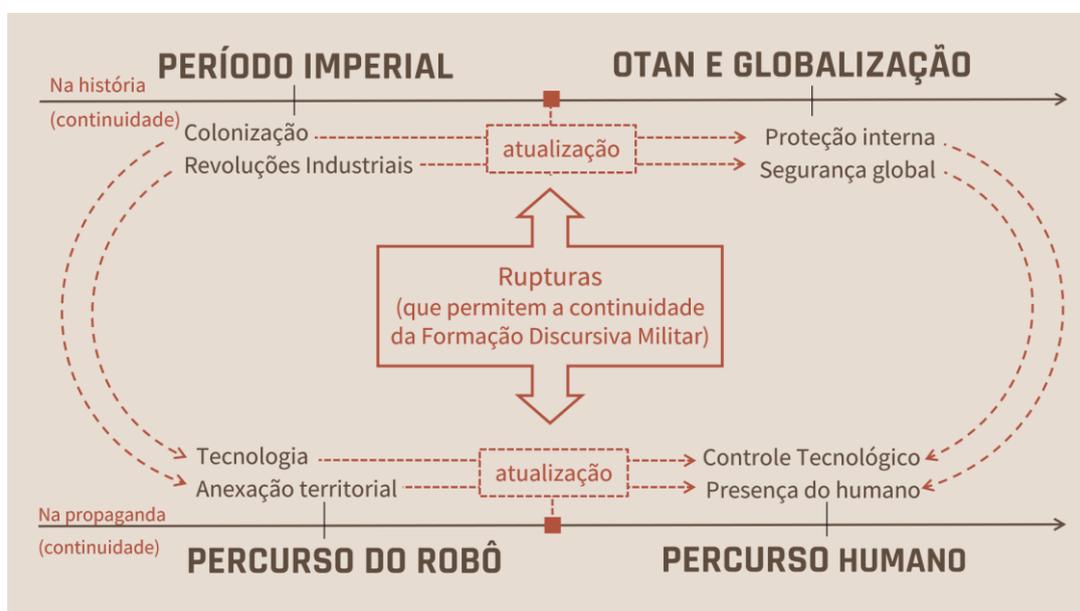
As FA do Reino, na propaganda, exibem um ethos fortalecido, maquínico, que oculta aspectos do humano e do trauma acerca do saldo negativo da guerra para próprios combatentes. O silenciamento do elemento ‘morte’, como silenciamento das mazelas da guerra, também coopera com esse trâmite. ‘Morte’ e ‘trauma’ são sentidos que se dispõem no eixo do interdiscurso, mas que estão suprimidos na formulação de um cenário de ‘não-vida’ e segurança. Dá-se espaço, desse modo, para se primar o poderio do exército britânico – inabalável, forte, e sem traumas –, em um movimento que atualiza os sentidos do militarismo imperial, trazendo-o para o momento atual em que as forças militares do Reino Unido se somam à OTAN e ao imperialismo norte-americano. Considerando todas as atualizações e reformulações apontadas como constituintes da propaganda de alistamento britânica de 2022 no levantamento de suas condições de produção, é ainda possível propor um gesto de leitura (ORLANDI, 2009) aproximativo, no âmbito do macro, entre a história do discurso militar britânico e a narrativa produzida pela propaganda.

O paralelo a ser traçado é depreendido do procedimento enunciativo que orienta a peça audiovisual como um todo significante. Como observado anteriormente, o vídeo se divide em dois percursos que geram, por si, sentidos caracterizadores do exército. O primeiro deles é protagonizado por um robô androide, que remete aos aspectos de domínio territorial e tecnologia; enquanto no segundo, a figura de referência é o humano (soldado), o controlador da tecnologia. Esses últimos elementos operam como atualizações dos primeiros, tendo em vista que na segunda parte do vídeo, o foco no

território é deslocado para o humano. Tal atualização rompe, divide a peça, mas, ao mesmo tempo, é ela que permite seu uso significativo; ao inserir o humano, gera o contraponto entre ficção e realidade, e confere veracidade ao enunciador. Similarmente, a história do discurso militar britânico também pode ser dividida em dois momentos, de funcionamento correlativos, dado o aspecto de controle: o período em que as atividades das FA desempenhavam função no Império (período imperial); outro, em que a função militar britânica se atrela aos interesses da OTAN em um mundo globalizado.

Os objetos de busca das FA, no período imperial (matéria prima e, depois, mercado), são atualizados, após à criação da OTAN, por proteção militar e, depois, segurança global. Dito de outro modo, o foco no ‘território’ é reformulado para o foco ‘humano’, considerando que a atividade militar se volta, no período, para a oposição ao outro, o inimigo (comunista e, depois, terrorista), para que o domínio aos territórios continue. Com isso, verifica-se que a atividade das FA britânicas ao longo da história foi sempre permeada pelo controle e domínio de outros territórios. A ruptura feita pelo elemento humano, e que permite a continuidade do posicionamento expansionista imperial no discurso militar é reproduzida pela propaganda, como demonstra a Figura 11, abaixo, elaborada para fins didáticos.

Figura 11 – Discurso Militar na história e na propaganda britânica.



Fonte: Elaborado pela da autora (2023).

Enfatiza-se, no entanto, que o humano, na propaganda, é o soldado britânico; a presença do inimigo não ocorre, é mitigada por meio a cenografia amorfa. O ‘humano’, na construção da figura militar, é inserido em oposição ao desempenho unicamente

robótico, vinculando-se ao discurso militar na globalização, em que a atuação das máquinas e humanas se somam. Essa não é a única correlação. Infere-se, ainda, que os elementos ‘colonização’ e ‘Revolução Industrial’, do período imperial, estão respectivamente representados por sentidos consensados pelos itens ‘território’ e ‘tecnologia’, na primeira etapa da propaganda; enquanto os aspectos da ‘proteção interna’ e ‘segurança global’, do período pós-fundação da OTAN, se relacionam respectivamente com as características de ‘presença humana’ e ‘controle tecnológico’ que marcam o segundo percurso. Essa inferência é possível pois, a partir dos sentidos gerados, o controle da tecnologia (pelas mãos humanas) torna-se o modo de proteção das FA. A simbologia situa a propaganda no histórico como fruto da constituição do discurso militar.

Pela análise dos recursos discursivos que expressam as condições de produção da campanha de alistamento britânica, verifica-se que a FD militar na qual ela se insere agrega aspectos típicos do imperialismo, diretamente associado ao colonialismo que, apesar de ser característica eminente do séc. XVII, não desapareceu, mas se reconfigurou. O discurso, como prática social da linguagem (ORLANDI, 2009) e cristalização do complexo ideológico (PÊCHEUX, 1993a), se torna local de residência de dessas reformulações. O renovado posicionamento imperial expresso no discurso institucional britânico coaduna com os interesses do governo nacional e da OTAN, constando na prática expansionista e totalizadora da coligação. Tal questão pode ser levantada pelos silenciamentos e seus efeitos de sentido expresso na propaganda militar, pela associação entre alta tecnologia e anexação territorial representando o futurismo e a continuidade do poder militar britânico. Permite ainda que se revise as inconsistências da sociedade globalizada.

O Reino Unido possui, ainda hoje, territórios como Anguilla, Bermudas, Ilhas Cayman, Ilhas Malvinas (reivindicadas pela Argentina), Montserrat, Gibraltar, Ilhas Pitcairn, Santa Helena, Ilhas Turks e Caicos, e Ilhas Virgens Britânicas que ainda não adquiriram integralmente sua autonomia política (FREITAS, s.d.). Como as FA britânicas podem se colocar como futurísticas em sua propaganda, e simultaneamente aparelhar um Estado cuja atuação retoma o colonialismo – é uma questão que demarca as contradições da civilização atual, decorrente da profunda raiz que o sistema imperial britânico deixou no discurso institucional, e fruto da capacidade discursiva do governo britânico em readaptar elementos do século XVI em prol da manutenção do poder. Mais acerca da reformulação do discurso hegemônico será tratado, no próximo capítulo, dessa vez, não proveniente do imperialismo britânico, mas de um país da América do Norte, que

abandonou sua condição de colônia para se situar como a maior potência do século XX e seguinte: os Estados Unidos.

CAPÍTULO 2: MODERNIDADE E ANIMAÇÃO NA PROPAGANDA DAS FORÇAS ARMADAS NORTE-AMERICANAS (2021)

O discurso militar de um complexo europeu, tal qual o Reino Unido, foi formulado no interior de uma política imperial expansionista, que permitiu o controle do sistema financeiro de grande parte das nações ocidentais. Em determinado momento histórico, entretanto, essa estrutura foi reorientada, permitindo que uma antiga colônia britânica – os Estados Unidos –, pudesse romper com as amarras da metrópole e a substituir, tornando-se uma potência hegemônica no século XX. O percurso político-militar norte-americano sequencia as intervenções britânicas no mundo e permitem delinear o perfil ideológico de nações que sistematizam as práticas liberais e, depois, neoliberais, sobretudo no Ocidente. Sendo assim, após a análise da propaganda da Defesa britânica, é o discurso do alistamento estadunidense que estará sob a lupa analítica neste capítulo, por meio do emprego de ferramentas da Análise do Discurso – a cena da enunciação e o ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004), bem como as ferramentas pecheutianas, a Formação Imaginária e Formação Discursiva (PÊCHEUX, 1993a; 2011).

A campanha em foco foi disponibilizada em 2021 pelo Ministério da Defesa norte-americano, no canal oficial do exército no YouTube, o GoArmy. Faz parte de uma série de cinco animações em formato de curta-metragem, intitulada *The Calling* (GOARMY, 2021) em português, *O chamado*. Cada um desses vídeos apresenta a história de um membro do exército e sua jornada para ingressar na corporação (KILANDER, 2021). A Defesa estadunidense informou para a imprensa que as cinco histórias escolhidas formam um mosaico sobre a composição do Exército (US ARMY, 2021, *apud* KILANDER, 2021). Para a análise, selecionou-se a campanha que traz a narrativa da oficial Emma Malonelord, especificamente pela polêmica e repercussão negativa gerada, uma vez que se trata de uma militar do sexo feminino, criada por um casal LGBT (KILANDER, 2021). A propaganda gerou, para alguns grupos de usuários do Youtube (incluindo figuras políticas), certa controvérsia por se opor ao modelo tradicional em que a bravura militar está atrelada ao comportamento masculino heteronormativo (KILANDER, 2021).

O aumento significativo de comentários pejorativos na plataforma incidiu para que a chefe de relações públicas do Escritório de *Marketing* Empresarial do Exército, Laura DeFrancisco, optasse por desabilitar a seção: “Os comentários violaram nossa política de mídia social e não estavam alinhados com os valores do Exército” (DEFrancisco, 2021 *apud* KILANDER, 2021, n.p). Analisando pela ótica discursiva,

ao expressar que os valores das FA norte-americanas são antagônicos aos conservadores, a chefe de *marketing* situa o exército (e seus dizeres) em uma FD progressista, em que a diversidade de gênero e de sexualidade são aspectos bem-vistos e incluídos nos preceitos militares do país. Coloca-se, de tal forma, o espaço militar como democrático, plural e inclusivo. O silenciamento dos comentários ocorre, de acordo com DeFrancisco (2021 *apud* KILANDER, 2021), como uma forma de preservar e estabelecer o respeito aos oficiais que enviaram suas histórias.

Por mais que o fato de se proclamar diverso e, simultaneamente, desabilitar os comentários por conta de expressarem opiniões antagônicas possa ser visto como uma medida incoerente, é na prática discursiva que as disputas e incongruências sociais ganham palco (ORLANDI, 2009) e o silenciamento opera na construção de um posicionamento – nesse caso, inserido em uma ideologia dita progressista, homogeneizando-a através do ocultamento de discursos opostos. Essas questões relacionadas às filiações ideológicas se revelam como embates existentes no mundo, e se encontram na discursividade da propaganda, por meio de efeitos de democracia, inclusão e modernidade, como demonstrará a análise. A postura discursiva do enunciador situa-se historicamente como fruto da Formação Social (FS) (PÊCHEUX, 2011) dos Estados Unidos; ou seja, faz parte das condições de produção da campanha, nas quais o militarismo estadunidense se consolidou e favoreceu o processo que coloca o país, atualmente, “no polo central da globalização” (SANTOS, 2006, p. 44).

No cenário da globalização, o neoliberalismo aponta como a doutrina medular e o relativismo cultural (MEIRELLES; AYDOS, 2017) emerge como um possibilitador para que diversidade e a subjetividade componham o uno global (COSTA *et al.*, 2021), desencadeando posicionamentos discursivos associados ao direito individual e à liberdade, atualizando os princípios do liberalismo clássico. Em consonância, as discussões de gênero e de igualdade são postas em marcha, a serviço do ‘complexo ideológico com dominante’ (PÊCHEUX, 2011). Por mais que tais questões não se originem somente no seio da sociedade norte-americana, é correto afirmar que é ela seu carro chefe, considerando o papel desempenhado pelo governo norte-americano no mundo. Infere-se, aqui, que as características da globalização estão discursivizadas nos enunciados governamentais, incluindo os militares; são elas que tornam o discurso da propaganda militar norte-americana pertinente para análise, dado que se constituem como as principais temáticas contemporâneas.

Na circunstância atual, o neoliberalismo globalizador trabalha intensamente, moldando até mesmo a propaganda militar de sua nação-capital. Além disso os Estados Unidos constituem-se como a espinha dorsal da Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN) (HECK *et al.*, 2016), e os efeitos de sentido de seus discursos institucionais permitem delinear elementos constitutivos da própria Organização. É o que se pretende examinar com a análise do discursiva da propaganda de alistamento de 2021 dos Estados Unidos: verificar como ocorrem as aproximações entre o posicionamento governamental e o discurso militar da campanha de alistamento por meio de sentidos, bem como suas marcas nos discursos da OTAN. Para tanto, na próxima, seção apresenta-se um recenseamento histórico que entrelaça a FS dos Estados Unidos, suas FA e os enunciados militares, e emoldura as condições de produção da campanha.

2.1 Considerações iniciais: o projeto imperialista dos EUA como condições de produção dos dizeres institucionais

O percurso de organização e assentamento do papel das FA norte-americanas tem início na formação do Estado independente dos Estados Unidos. Para compreender o discurso militar do país, é necessário apontar o caminho pelo qual o discurso institucional vem sendo traçado, formulado e reformulado, desde o processo de independência até os dias atuais, a partir do discurso político e de nacionalidade. A compreensão da atuação militar no interior da Formação Social (PÊCHEUX, 2011) estadunidense, da organização estatal e suas movimentações discursivas permite com que sejam levantadas as condições de produção da propaganda de alistamento de 2021 (GOARMY, 2021). No capítulo anterior (na seção 1.1) foi apresentado que o liberalismo mudou o curso do discurso institucional britânico. O desenvolvimento de uma burguesia industrial europeia desencadeou as diversas Revoluções Burguesas na Europa do sec. XVIII. Antes mesmo da Revolução Francesa, a doutrina liberal apoiada pelo protestantismo veio gerar frutos nas Treze Colônias britânicas na América do Norte.

Os ideais do liberalismo chegaram com os colonos ingleses, e fincaram os pés incisivamente, fazendo parte da formação do conjunto que viria a ser, posteriormente, os Estados Unidos da América (EUA). A política colonial britânica nos territórios

americanos permitiu-lhes certa autonomia e organização interna²⁶ (JUNQUEIRA, 2022). Quando o governo inglês tentou acirrar sua atuação, as Treze Colônias iniciaram um intenso período de rebeldia em respeito às leis metropolitanas e, em 1776, assinaram o tratado de independência (JUNQUEIRA, 2018; 2022). Iniciou-se, então, a Guerra de Independência (1776-1783) e, com ela, emerge o embrião do que seria um exército nacional estadunidense, composto por milícias agrícolas e escravos armados (KARNAL et al., 2007). Em 1783, a autonomia dos EUA foi reconhecida, representando a possibilidade de soberania popular e resistência à tirania para outras colônias (KARNAL et al., 2007). Contudo, a Independência, embora pautada por ideais de liberdade e democracia, não beneficiou a todos.

Escravos, mulheres e pobres não foram líderes do movimento; para os indígenas, a Independência agravou a pressão expansionista, e para os negros, nada significou (KARNAL et al., 2007). Em suma, a noção de ‘povo estadunidense’, apresentada, inclusive pelo texto da Constituição (1787)²⁷, na prática, se limitava a um grupo específico: homens brancos latifundiários ou comerciantes, descendentes dos patronos ingleses (KARNAL et al., 2007). Discursivizado o conceito de ‘povo’, o Estado procurou “assentar sua base jurídica na idéia de representatividade popular” (KARNAL et al., 2007, p. 93), por meio de uma unidade interna de consciência nacional “forjada aos poucos, reforçada pela evocação de uma pretensa história comum” (JUNQUEIRA, 2022, n.p). Fabricou-se uma galeria de heróis nacionais e parte da nova nação foi vista como descendente direta desse grupo, “um povo eleito por Deus [que] mostraria para a humanidade como construir um país com base em princípios éticos e moralmente virtuosos” (JUNQUEIRA, 2018, p. 44).

Aos poucos, “consolidava-se a ideia de excepcionalismo norte-americano, isto é, uma nação com projeto único e esplêndido”, detentora do “único caminho moral possível, e qualquer outro modelo seria interpretado como estando em direção equivocada” (JUNQUEIRA, 2018, p. 44). Havia, também, o receio de que a atuação europeia sobre outras colônias na América pudesse interferir na liberdade estadunidense. Pensando nessas questões, em 1823, o governo negociou com a Europa o “princípio dos EUA como

²⁶ Diferente, por exemplo, do que se passou no Brasil, onde a metrópole portuguesa manteve uma política colonial mais intensa, exportando elementos culturais e aumentando a dependência colonial (KARNAL et al., 2007).

²⁷ “Já no início da Constituição encontramos a expressão: ‘Nós, o povo dos Estados Unidos...’. Quem eram ‘nós’? Certamente não todos os habitantes das colônias. A maior parte dos ‘americanos’ estava excluída da participação política” (KARNAL et al., 2007, p. 93).

‘protetores’ do Novo Mundo”²⁸ (KARNAL *et al.*, 2007, p. 106). Era o início de uma política externa tipicamente norte-americana, movida por ideais de predestinação e pautada pelo véu da proteção à liberdade, mas que os colocava na centralidade das decisões, juízes de todas as questões relativas à América. Internamente, a expansão territorial dos EUA, especialmente para o sul e oeste, intensificou o conflito entre os estados do Sul (rurais e escravistas) e os do Norte (industriais e abolicionistas), além da preocupação com a filiação política dos novos estados.

Do empasse Norte vs. Sul e a decorrente eclosão da Guerra Civil (1861-65), o abolicionismo foi discursivizado como motivação do conflito. Analistas, porém, apontam que a verdadeira razão reside na luta pelo protecionismo da indústria norte-americana contra os produtores ingleses, essenciais para o sul agrário (BARBOSA, 2013). Novamente, a ‘liberdade’ é uma temática mobilizada em favor dos interesses capitalistas, nos Estados Unidos. A guerra consolidou uma nação militarizada, pautada pela “crença de que apenas com sangue, suor e lágrimas é possível conquistar algo de positivo” (BARBOSA, 2013, p. 76). O caminho trilhado pelos Estados Unidos, a partir daí, voltou-se para a organização econômica, atuando no mercado externo, especialmente durante as Grandes Guerras. Esse trajeto é importante de ser compreendido, pois é ele que irá caracterizar a atuação militar no mundo. Com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929) e a estagnação do mercado internacional, o país voltou-se, então, para a intervenção estatal nas finanças²⁹.

Antes mesmo do fim da Segunda Guerra, assinou-se o acordo de Bretton Woods (1944)³⁰, com o intuito de selar um sistema econômico entre as nações, criando instituições econômicas internacionais e substituindo a regulamentação privada pela pública (SANTOS, 2006). Na prática, o sistema beneficiou principalmente os interesses norte-americanos: permitiu ao país o controle das relações financeiras mundiais e sua insurgência, no pós-guerra, como uma superpotência (SANTOS, 2006). Todavia, até meados da década de 1960, a hegemonia norte-americana pôde ser chamada de “benevolente” (SANTOS, 2006, p. 29). O quadro mudou com a reestruturação das economias europeias e japonesa, passado o impacto da Segunda Guerra, o que culminou na queda da rentabilidade industrial dos EUA (SANTOS, 2006). As elites econômicas

²⁸ A medida foi denominada Doutrina Monroe, e tinha como mote a frase ‘América para os americanos’.

²⁹ O projeto do New Deal americano, realizado em 1933, no governo de Franklin Roosevelt.

³⁰ Em Bretton Woods, o dólar foi fixado como moeda padrão para transações internacionais e dentro de um lastro padrão de ouro.

passaram, então, a investir no mercado financeiro e, para reter esses investimentos, o governo americano, no início dos anos 1970, decretou medidas econômicas neoliberais³¹ que transferia a liquidez dos órgãos públicos para o privado (SANTOS, 2006).

A liberalização financeira preservou a posição econômica norte-americana e a atuação do dólar na economia internacional, por meio do fortalecimento o setor financeiro nos EUA (SANTOS, 2006). Existe, aí, muito similarmente ao que foi tratado sobre o Reino Unido, um movimento de ruptura e continuidade. Os valores nacionais associados à democracia e liberdade, construídos desde a formação do Estado, são, a partir dos anos 70, reformulados dentro de políticas neoliberais. Os mercados se integram, esses valores são expandidos e exportados; deixam de pertencer ao povo americano, e passam a pertencer ao mundo – um mundo sob a tutela norte-americana. Logo, rompe-se com o nacionalismo do estado-nação, com as políticas estatais para abraçar a globalização e, somente por isso, é possível continuar na liderança do mundo. Pode-se dizer que governo americano se aproveitou do seu papel privilegiado na economia mundial e, mediante uma das crises inerente ao capitalismo, pôde anunciar um projeto de controle do sistema mundial que ainda resiste e se expande (SANTOS, 2006).

As políticas financeiras norte-americanas se desdobram no plano militar, em uma relação interdependente. Para começar, a dinâmica de agrupamento à (e liderança sobre) outras nações germina no âmbito militar em 1949, com fundação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tendo os Estados Unidos em sua liderança (HECK *et al.*, 2016). Desde então, as operações militares norte-americanas estão sempre vinculadas à Organização. Posteriormente, a resposta norte-americana para a crise capitalista de 1970 levou os EUA a projetar sua dimensão imperial do sistema monetário para o militar, apoiando-se na “convicção messiânica de conceber o destino dos EUA como os salvadores do mundo (SANTOS, 2006, p.50). Assim, se na formação do estado, a missão do país era discursivizada em torno de livrar o mundo do colonialismo, nas Grandes Guerras, as empreitadas militares voltavam-se para proteger o globo dos Estados Ultranacionalistas; já na Guerra Fria, socialismo passa a capitalizar o extremo do ‘mal’, sendo aquele que deve combatido.

O discurso salvador norte-americano tem sido frequentemente reformulado, atualizado no militarismo: troca-se o inimigo, mas mantém-se os ideais de liberdade e a

³¹ As medidas econômicas neoliberais foram implementadas no governo Nixon, e compreendiam “o fim da convertibilidade do dólar em ouro” e o “regime de taxas de câmbios fixas, forçando a economia mundial a adotar um regime de taxas de câmbio flutuantes” (SANTOS, 2006, p. 40).

posição de liderança-divina do país. Vale lembrar que por ‘inimigo’ compreende-se regimes de Estados que desejam alcançar o patamar econômico norte-americano ou superá-lo, independentemente dos seus efeitos positivos ou negativos. Em termos gerais, os EUA venceram a corrida armamentista e URSS foi colocada em posição defensiva, a ponto de, em 1991, ser dissolvida. Eliminado o conceito de ‘ameaça comunista’, o projeto militar dos EUA focou na hegemonia, guiando-se pela “crença de que essa supremacia militar é fundamental para garantir uma ordem econômica e política internacional” (SANTOS, 2006, p. 51). Diretrizes estratégicas do Departamento de Defesa do país permitiram com que uma nova ordem mundial se estabelecesse, baseada nos princípios e valores norte-americanos da democracia de mercado (SANTOS, 2006). Os presidentes seguintes buscaram concretizar tais valores.

Nesse itinerário, o item lexical ‘liberdade’ é o elemento comum, sempre apresentado pelos discursos militares dos presidentes, agora incorporada ao “poder pacífico e convergente dos mercados livres e globalizados” (SANTOS, 2006, p. 56). Por exemplo, o governo Clinton (1993-2001) ficou marcado pela incorporação de membros na OTAN (mesmo desagradando aliados da Organização) que forneceram apoio logístico aos bombardeios norte-americanos, bem como pela instalação de bases militares na América Latina, além de um número elevado de invasões sob a prerrogativa de ‘intervenção humanitária’³², que permitiram a expansão dessas bases para regiões economicamente estratégicas (SANTOS, 2006). O presidente seguinte foi George W. Bush (2001-2009) que, por dois mandatos, deu vazão explícita ao projeto imperialista. Em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001, o governo Bush publicou *A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos* (THE NATIONAL, 2002), doutrina de Guerra Preventiva que pode ser resumida pelo seguinte excerto:

“[...] Não vamos hesitar em agir sozinhos, se necessário, para exercer o nosso direito de autodefesa agindo de forma preventiva [...] Em vista dos objetivos de Estados delinquentes e terroristas, os EUA não podem mais depender somente de uma postura reativa como no passado [...] Para evitar atos hostis de nossos adversários, os EUA vão, se necessário, agir preventivamente [...] Nossas forças serão suficientemente fortes para dissuadir potenciais adversários de buscar desenvolvimento militar na esperança de ultrapassar, ou igualar, o poder dos Estados Unidos (THE NATIONAL, 2002, p. 06, trad. livre).

³² Através da Doutrina da Intervenção Humanitária (Doutrina Clinton), “os EUA e seus aliados subalternos se atribuíram o direito da intervenção militar em regiões do mundo em que os direitos humanos estivessem sendo violados por guerras ou governantes [...]” (SANTOS, 2006, p. 56).

Todo o texto do documento é particularmente expressivo, no quesito que revela o papel autoproclamado do governo norte-americano como protetores da paz, das democracias, da liberdade. O trecho retoma o discurso da missão civilizatória e a excepcionalidade deífica; demonstra que o juízo a respeito de ameaças e decisões acerca delas é remetido (e plenamente cabível) ao governo estadunidense; demonstra seu poderio e sua baixa tolerância com qualquer força militar que possa superar a estadunidense. Assim, as diversas continuidades que evocam a hegemonia norte-americanas são moduladas por uma nova ruptura: o ‘terrorismo internacional’. É a presença do novo inimigo que permite a continuidade da atuação norte-americana – tão questionável, uma vez que sua maior vantagem converge com os objetivos estratégicos do país, além de aumentar o desequilíbrio dos mercados internacionais (SANTOS, 2006). Assim, as Guerras contra o Terror são mobilizadas por interesses econômicos imperialistas, em prol do próprio primado.

A ‘liberdade’ é o ponto que entrelaça o político e o militar, justifica a atuação bélica e se entrelaça ao econômico por se associar ao neoliberalismo globalizador. Tanto que, em seu segundo mandato, Bush, em seu discurso de posse afirmou que “é preciso expandir a liberdade”. Diante da posição bélica e dos interesses econômicos por ela alcançado, pelos Estados Unidos, é possível deslocar o sentido de ‘liberdade’ para ‘projeto imperial’. Ao consultar *A Estratégia de Defesa dos EUA* (THE NATIONAL, 2006) do ano seguinte, verifica-se que a expressão ‘liberdade’ está associada à democracia e ao neoliberalismo. Por meio de um gesto de leitura, é possível analisar que ‘liberdade’ é colocada como uma meta a ser alcançada através das intervenções militares em qualquer lugar que o governo norte-americano acredite ser necessário. Todo o documento oferece a interpretação de que só há liberdade com neoliberalismo, com a integração dos mercados, e que a Defesa estadunidense opera para garantir tais aspectos.

Entretanto, é importante salientar que, segundo Santos (2006), tanto o movimento militar (Guerra Preventiva) quanto o político-econômico (o neoliberalismo e a globalização) têm acarretado consequências catastróficas para o mundo: levaram países a investir em armamento nuclear; aceleraram “divisões, polarizações, hierarquias e desigualdades tanto entre os Estados nacionais [...] quanto entre suas respectivas classes sociais” (SANTOS, 2006, p. 62). Apesar disso, o movimento imperialista norte-americano continua. Na atualidade, o discurso messiânico e antiterrorista se fez presente

nos discursos do presidente Joe Biden (2021-2024)³³. No tocante à atuação militar do momento, destaca-se a Guerra da Ucrânia, em que os Estados Unidos, juntamente com a OTAN, realizaram bloqueios econômicos e envio de suporte bélico contra a Rússia (GHIRALDELLI, 2022). Nessa questão, pontua-se que o conflito atualiza a discursividade da Guerra Fria: o combate físico permanece no território da pequena Ucrânia, enquanto norte-americanos e russos disputam em suas falas em redes nacionais e por intermédio do envio de tropas e armamentos.

Por essa e outras questões já levantadas, observa-se que a globalização neoliberal promovida pelos EUA “não tem compromissos com as sociedades aliadas ou submetidas, sendo incapaz de criar um governo mundial garantidor da paz e do desenvolvimento econômico – como imaginou a ideologia globalista” (SANTOS, 2006, p. 62). Beneficiando a posição hegemônica no campo político-econômico dos Estados Unidos, a aglutinação dos mercados se desdobra no setor militar, e transforma os países em localidades-acessório para os propósitos estadunidenses. O projeto expansionista-imperialista que caracteriza a FS dos EUA é permitido pela capacidade do Estado em driblar as adversidades, produzindo continuidades através de ruptura – mas não só: o lugar de privilégio em que reside a economia norte-americana, desde a formação da colônia, possibilita com que os entraves fossem transformados em oportunidade. Não se trata de acaso ou sorte, mas de uma conjuntura político-histórica que favoreceu seus governos. Nesse traçado, um elemento é constante na discursividade institucional: os valores da liberdade que deslizam para os de ‘democracia’.

Sentidos de liberdade, modulados por uma noção ocidental de democracia, unem, agrupam, caracterizam a Formação Discursiva institucional estadunidense; proporcionam a continuidade, o efeito de que os valores norte-americanos permanecem inalterados. Compactua-se, dessa forma, com o teor messiânico e virtuoso das narrativas oficiais, com a imagem de um país de ideais inabaláveis, parte do escopo do ‘certo’ ou do ‘plano do divino’ (JUNQUEIRA, 2018), ecoando e justificando a postura dos EUA pelo mundo. Acoplar os interesses globais aos nacionais sob o invólucro da liberdade e da democracia,

³³ Com o intuito de situar o leitor, salienta-se que este texto foi elaborado entre os anos de 2022 e 2024, durante a vigência do governo Biden. Assim, os elementos relativos ao governo subsequente — o segundo mandato de Donald Trump — não são aqui contemplados e cabem a investigações futuras. Todavia, entende-se que as análises propostas nesta dissertação conservam ampla validade, uma vez que determinadas estratégias discursivas — como as campanhas de alistamento das Forças Armadas com apelo liberal e, por vezes, identitário — tendem a se manter, independentemente da orientação política do governo em exercício, refletindo continuidades estruturais no modo de governamentalidade próprio ao capitalismo neoliberal.

constrói um posicionamento discursivo acerca de si, sendo uma estratégia discursiva que dá vazão ao projeto imperialista, ao mesmo tempo que o revela. É um movimento presente no discurso institucional, em que o imbricamento simbiótico entre militarismo e políticas econômicas é parte das condições de produção desses dizeres. Neoliberalismo, globalização e segurança se desdobram em sentidos de liberdade e democracia na Formação Discursiva militar norte-americana, como será exposto na análise da propaganda de alistamento de 2021 (GOARMY, 2021), na próxima seção.

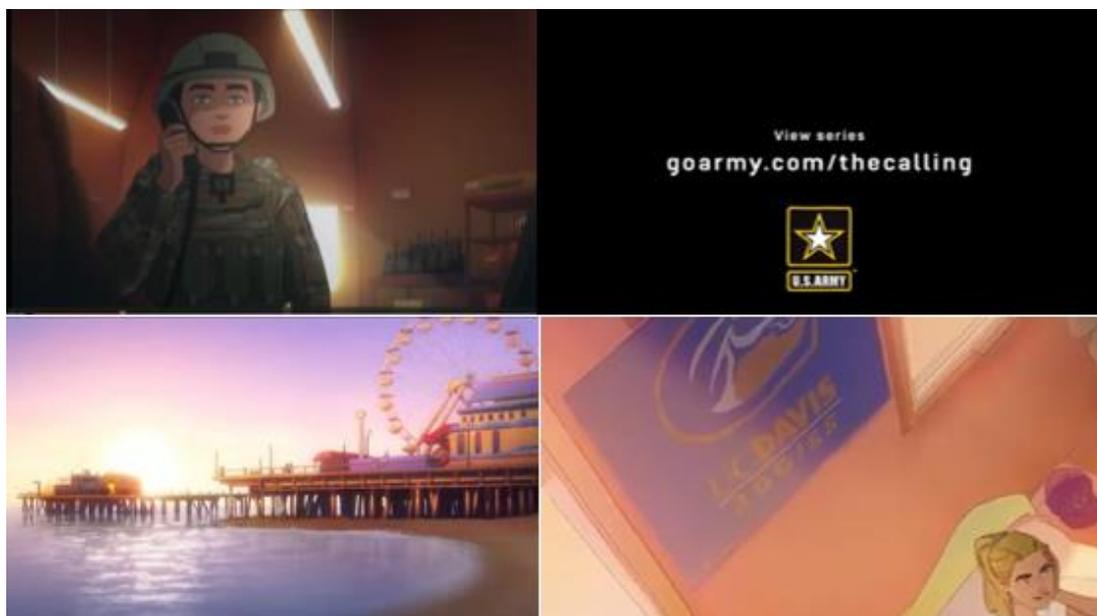
2.2 Cena e ethos na propaganda de alistamento norte-americana: o corpo líquido do exército

Será, agora, abordada a discursividade da propaganda de alistamento norte-americano, intitulada *Emma/ The Calling* (GOARMY, 2021), partindo do movimento enunciativo – a ser percebido pelos conceitos de cena da enunciação e ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004) – em direção à dimensão do discurso – cujo delineamento contará com as ferramentas pecheutianas, sobretudo as de Formação Discursiva (FD) e Formações Imaginárias (FIm) (PÊCHEUX, 2011; 1993a). A conjugação entre as duas teorias permitirá pontuar, na materialidade, o movimento de arregimentação da cena bélica a partir de uma FD, bem como o de construção da figura militar por meio do agenciamento de projeções discursivas especificadas pelas FIm. Nos termos da cena da enunciação, tanto quanto à análise presente no capítulo anterior, o quadro cênico (MAINGUENEAU, 2004) do vídeo de alistamento estadunidense é dado pela ‘propaganda militar’. Isso significa dizer que se enquadra em duas classificações: pertence à tipologia discursiva militar e se concretiza pelo gênero propaganda.

A primeira afirmação se apoia nos símbolos militares dispostos ao longo da campanha – os uniformes, armamentos, instalações e aparelhagens do exército, a logo do exército – que fornecem o recorte de uma atividade social (MAINGUENEAU, 2015) do qual resulta a cena englobante. A presença de estruturas tipicamente nacionais – a rodagigante à beira-mar do Pacific Park e a menção ao campus de Davis da Universidade da Califórnia – também fazem parte da composição tipológica. Elas caracterizam um país, atuando como referente de realidade e determinando a institucionalidade da cena. Os dizeres da narração – “Esta é a história de um soldado que opera o sistema de defesa antimísseis da sua nação” (GOARMY, 2021, 20s-24s, trad. livre) e “Eu sou a cabo do

exército estadunidense” (GOARMY, 2021, 2min06s-08s, trad. livre) – operam como via de mão dupla: evocam a cena militar e a cena institucional, associando-as.

Figura 12 – Dupla cena englobante: instituição e militarismo norte-americano.



Fonte: GOARMY, 2021 (printscreens da autora).

A duplicidade da cena englobante não é um fenômeno discursivo de todo raro. “Um texto, a partir de sua origem, pode participar de duas cenas englobantes ao mesmo tempo” (MAINGUENEAU, 2015, p. 120). Nesse caso, a esfera militar é inserida ao conceito de pátria, uma pátria em específico, os Estados Unidos da América (EUA). O vínculo discursivo entre exército e nação é compreendido no terreno do ideológico: pelo fato de que o discurso militar é, também, institucional, como já mencionado neste trabalho. A Formação Discursiva (FD) militar atravessa a institucional, está nela contida; a primeira delas é dada pela segunda e a ela se adere. Com efeito, a institucionalidade do militarismo está ordenada pelo discurso, local em que a ideologia reside, onde se formula, se esconde e simultaneamente se revela (ORLANDI, 2009). Dito de outro modo, essas duas FDs se encontram no interior uma mesma Formação Ideológica (FId), sendo esta conservadora – no sentido de conservação e valorização do complexo com dominante (PÊCHEUX, 2011), das instituições, inclusive, a militar.

É possível, ainda, apontar o enunciador global (MAINGUENEAU, 2015), o Estado norte-americano, o promotor dos discursos institucionais. Nessa esteira, identifica-se o discurso militar como fundador (ORLANDI, 2001), pois está na base da construção do estado-nação e gera memória. “Os discursos fundadores funcionam como referência [...] no imaginário constitutivo do país” (ORLANDI, 2001, p. 7). Tal questão

é verificada tanto pela história do discurso militar, apontada na primeira seção deste capítulo, quanto pela descrição de uma cena englobante marcada pela intersecção entre Estado e exército que promove sentidos de patriotismo. Mesmo caracterizando a cena englobante, os elementos delineadores da dupla tipologia se materializam para o enunciatário por meio do gênero (MAINGUENEAU, 2015). Diversos são os gêneros que compõem uma cena englobante (MAINGUENEAU, 2015). O discurso militar pode se apresentar, por exemplo, na forma de pronunciamento de um chefe de estado, ou em um documento, como os de *Estratégia de Segurança*, citados seção anterior.

Em todo caso, a mescla entre política e posicionamento militar responde às coerções genéricas que a situam sob um enunciador, uma função, um público e um meio de dispersão (MAINGUENEAU, 2015). Retoma-se, então, a segunda tópica, relativa ao quadro cênico da materialidade em pauta: é uma propaganda, uma manifestação discursiva muito peculiar quando produzida por um Estado da centralidade dos EUA. O enunciador genérico, ou seja, aquele que efetivamente produz/ cria o vídeo de alistamento, é o Ministério da Defesa norte-americana que, como um ministério, funciona sob a tutela do governo, sendo um de seus braços. Pêcheux (2012), ao tratar sobre o funcionamento discursivo da propaganda governamental sobre as ocasiões de guerra, afirma que essa deixa de ser “somente um negócio militar [quando se torna] a preocupação número um de um Estado cuja política é, no essencial, determinada do exterior” (PÊCHEUX, 2012, p. 74). Diferente da publicidade, que visa a oferta de um produto, a propaganda tem por intuito a oferta de valores (COSTA; MENDES, 2012).

Por ‘intuito’, entende-se, não propriamente a pulsão psicológica (que gera a manipulação e se permite ser manipulado), mas o assujeitamento ideológico no qual a vontade repousa em um quadro preestabelecido pela ideologia dominante (PÊCHEUX, 2012). Dessa forma, os valores do capitalismo neoliberal e globalizado estão, na campanha de alistamento, arranjados por mecanismos que o corroboram e reiteram. Como toda produção discursiva é permeada pelo esquecimento de que não existe um dizer propriamente novo (PÊCHEUX, 2014), no universo da propaganda, o “passado está apagado ou ausente” (PÊCHEUX, 2012, p. 81). O discurso gera efeito de novidade – uma novidade bem-posicionada pelo organismo estatal. É por isso que se fala em ‘oferta’, ‘intenção’ e ‘manipulação’, pois, assim como afirma Pêcheux (2012), o modo de produção capitalista “engendra as formas de assujeitamento que lhe são necessárias ao mesmo tempo em que se engendra a si mesmo” (PÊCHEUX, 2012, p. 81).

A propaganda faz uso de imagens, palavras, sentimentos e ideias que controlam e mobilizam afetos, atualizando antigas formas de assujeitamento para adaptá-las à sua necessidade (PÊCHEUX, 2012). Sua natureza biopsicológica é inserida na história, “instrumentalizada e colocada a serviço de qualquer política” (PÊCHEUX, 2012, p. 78). Essas colocações de Pêcheux (2012) se aplicam a todo o *corpus* que compõe esta pesquisa. No entanto, é necessário detalhá-las nesta análise, já que está em pauta a campanha de um país que centraliza a marcha da globalização no mundo, “formando um corpo-teórico-político profundamente instalados na evidência do nosso tempo” (PÊCHEUX, 2012, p. 79). Para verificar como isso ocorre, é preciso averiguar as “técnicas de propaganda” permeadas pelo que Pêcheux (2012) denomina por “neutralidade operatória” (PÊCHEUX, 2012, p. 78). *A priori*, a identificação máxima do elemento ‘propaganda’ se dá por dizeres que resumem a proposta do discurso, sendo eles “[...] Eu respondi ao meu **chamado**” e “O que te **chama**?” (GOARMY, 2021, 2min09s-13s, trad. livre, grifos meus), ao fim do vídeo.

O chamado, a que se refere, é o do exército, e as sentenças produzem o efeito de fusão entre a subjetividade (os anseios pessoais) e o coletivo (as necessidades da pátria, supridas pelas Defesa). Destina-se, de uma maneira mais específica, aos jovens que possam se alistar. A disponibilização de um conteúdo desse tipo em uma plataforma de *streaming* como o Youtube, permite o largo alcance desse público – já muito bem adaptado ao digital. Ocorre como um convite, algo a trazer benefícios individuais, coloca a campo militar como lugar de realização pessoal e, portanto, objeto de desejo. Na questão da concretização de anseios pessoais, na propaganda, evoca-se as observações de Pêcheux (2012):

O ‘liberalismo totalitário (segundo a expressão de Chomsky) soube colocar no ponto uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo liberdade, tal como ele surgiu, por exemplo, no contorno desta advertência de Henry Ford: ‘Nós liberamos ao cliente o carro na cor de sua escolha....com a condição que ele a queira preta’.

A propaganda política do tipo WASP³⁴ entrou na escola das estratégias publicitárias: ela joga sobre os pressupostos e produz novos tipos de performativos interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo (PÊCHEUX, 2012, p. 88).

³⁴ A sigla WASP é um acrônimo para ‘*White, Anglo-Saxon and Protestant*’, jargão da sociologia utilizado para descrever os membros da cultura dominante que, na origem dos Estados Unidos, eram os brancos descendentes de ingleses e protestantes. O termo, hoje, se amplia para outras elites, mas permanece associado aos costumes conservadores e ao liberalismo econômico – como foi, no excerto, mobilizado por Pêcheux (2012).

Pelo excerto, verifica-se que no efeito de subjetivação reside, ainda, o de neutralidade, posto que imbuir o desejo, a vontade e a sugestão da liberdade de escolha ao sujeito, permite com que os interesses do próprio enunciador (Defesa/Estado) sejam ocultados (mas não por completo) e a função da propaganda, seja, de certa forma, atenuada. No caso, o deslizamento entre ‘comando’ (algo próprio das coerções do modo de produção) e ‘convite’ é indicativo do teor ‘propagandístico’, mas não é o único nem se faz sozinho. Para que ele ocorra, o gênero empresta outro para se efetivar – a animação em curta metragem – e, nele, uma micronarrativa dispersa sentidos a serem entendidos no interior de um procedimento de produção discursiva. A natureza de uma propaganda “exige que a produção recorra a uma cenografia exógena”, dado que se ela “não põe em questão o gênero ao qual se associa” (MAINGUENEAU, 2015, p.127), precisa recorrer ao exterior para que a “neutralidade operatória” (PÊCHEUX, 2012, p. 78) ganhe dimensões eficazes.

Figura 13 – Marcas da cena genérica propaganda.



Fonte: GOARMY, 2021 (printscreens da autora).

Mobiliza-se, então, um regime enunciativo que se sobressai, deslocando o quadro cênico para segundo plano, um cenário particular no qual dispositivos discursivos comandam o processo enunciativo, inserindo-os na história – , o que Maingueneau (2004; 2015) classifica por cenografia. Já de antemão, verifica-se que a animação estabelecida no espaço cenográfico é um gênero sumariamente jovem (não necessariamente crianças), opera como forma de diálogo direto com esse público para promover sua incorporação ao discurso, ao passo que situa as Forças Armadas (FA) americanas em um espaço contemporâneo, atual, propício para/da juventude. Conquanto, a utilização do desenho animado em campanhas norte-americanas não é casual e mero utensílio de comunicação com determinado telespectador; ocorre para promover a identificação da sociedade com

um momento (SCHNEIDER, 2009). Se, por um lado, militarismo, política e economia norte-americana estão intimamente ligadas, as animações, enquanto parte da indústria cultural, também se conectam às transformações econômicas, e se tornam políticas de reestruturação e de guerra para o Estado estadunidense (SCHNEIDER, 2009).

Pela história, essa associação é observada desde os primórdios da hegemonia do país pelo globo. Alguns momentos que ilustram a propositura foram observados por Schneider (2009) e oferecem um panorama sobre ela:

O mundo se abriu para a indústria de animação estadunidense logo após a Primeira Guerra Mundial, quando houve uma distribuição maciça do *cartoon*³⁵, principalmente na Europa que, sofrendo com os impactos da guerra, não conseguiu manter sua produção nacional, dando espaço para a entrada de produções estrangeiras em grande quantidade (SCHNEIDER, 2009, p. 11).

O rato Mickey Mouse teve [grande influência] sobre os cidadãos norte-americanos no período da Grande Depressão [...]. A explicação [...] se dá exatamente pelos valores que as animações de Walt Disney transmitiam, tais como otimismo, esperança e prosperidade, valores esses fundamentais para que a sociedade ajudasse a reerguer uma economia visivelmente fragilizada. O sucesso do personagem tomou uma proporção tão grande que produtos que levavam sua marca eram comercializados incessantemente, dando novos símbolos às necessidades da população (SCHNEIDER, 2009, p. 7-11).

A propaganda ideológica exercida fortemente na época da Segunda Guerra Mundial também pode ser observada em diversos filmes criados pelos estúdios Disney com o personagem Pato Donald, em que se buscava promover o fundamental apoio popular ao governo dos Estados Unidos quanto à entrada do país na guerra (SCHNEIDER, 2009, p. 13).

[Ainda no período da Segunda Guerra, verifica-se] O surgimento de personagens latino-americanos, [...] Zé Carioca, Gauchinho Voador e o galo Panchito, criados a fim de ampliar a influência norte-americana sobre o Brasil, Argentina e México [países cujos governantes da época mostravam-se simpáticos aos regimes autoritários do Eixo], respectivamente, na época da 'política da boa vizinhança' (SCHNEIDER, 2009, p. 7).

Outro exemplo é a criação do Super-Homem, pelo estúdio dos irmãos Fleischer, que também não escapou dos apelos do patriotismo e se tornou um símbolo de sobrevivência e força [...] [além de aparecer em campanhas que estimulava] o povo a comprar bônus de guerra, ou seja, títulos de dívida pública que ajudavam a financiar as operações militares nas zonas de combate (SCHNEIDER, 2009, p. 14).

No caminho percorrido pela animação em exame, verifica-se que ela exerce um importante papel simbólico dentro da configuração ideológica capitalista, estendendo-se ao extrato econômico que perpassa o político e o militar. O setor tem se mostrado promissor e imprescindível, atuando ativa e taticamente no impulsionamento da

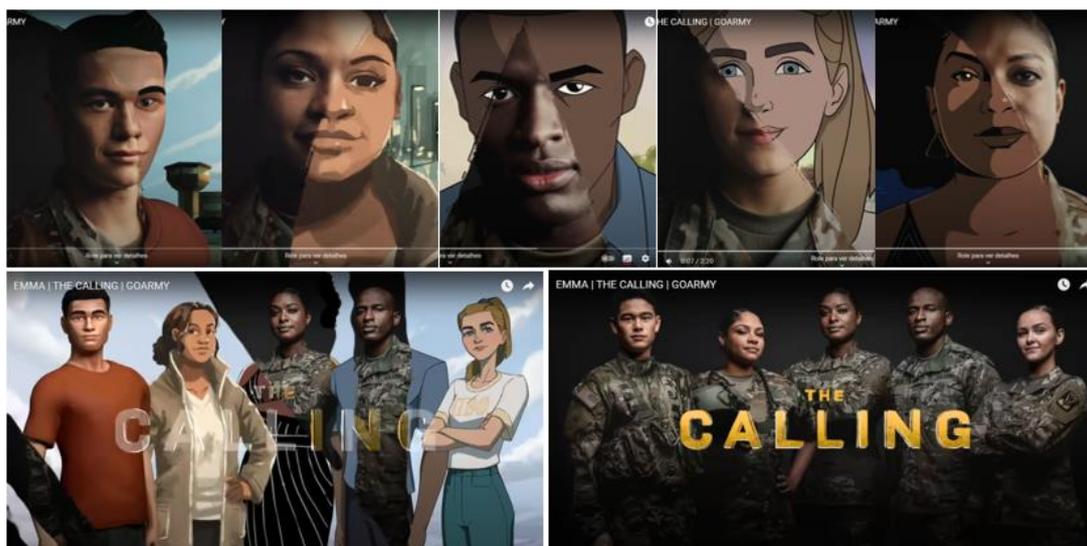
³⁵ A palavra *cartoon* é aqui trazida a partir do seu uso na sociedade estadunidense (de onde a propaganda em pauta se origina), sendo associada aos desenhos animados. De um modo geral, os cartoons animados são produções cinematográficas ou televisivas que incluem movimento e voz. Essa acepção do termo é uma das mais comuns no vocabulário cotidiano dos norte-americanos

hegemonia do país (SCHNEIDER, 2009). Adiciona-se que “com a globalização, a cultura norte-americana foi e está sendo incrivelmente difundida pelo mundo inteiro” (SCHNEIDER, 2009, p. 6). O uso das tecnologias proporcionadas pela Terceira Revolução industrial são cruciais para esse arranjo (BAUMAN, 1999), incluindo seus efeitos para o crescimento da indústria de desenhos animados. Como parte da diligência globalizadora, em que as individualidades culturais se mesclam (BAUMAN, 2005) compondo o todo do capitalismo neoliberal, os *cartoons* se tornam um símbolo cultural mundial da contemporaneidade – longe de ser homogêneo, mas dos EUA para o mundo.

Não é difícil de entender as razões para que uma campanha de alistamento militar estadunidense de 2021 se utilize desse recurso: ele tem se mostrado um excelente instrumento ideológico, até mesmo nas situações bélicas. Ainda em tempo, o termo ‘animação’ vem do latim *animare* – dar vida. Fornecer movimentação ao estático, o simples desenho, é o princípio dessa linguagem. Diante disso, é possível inferir que os valores da liberdade mobilizados pela ideologia globalista coadunam com os sentidos de liberdade de criação e infinitas possibilidades acoplados à natureza do gênero. Lembrando que, ao se falar de ‘individualidade’ e ‘liberdade’, remete-se ao assujeitamento do “liberalismo totalitário” (CHOMSKY *apud* PÊCHEUX, 2012) exposto anteriormente nesta seção. Tanto quanto apontou Pêcheux (2012) sobre a estratégia da propaganda política WASP, a animação na campanha de alistamento em questão traz como principal temática a subjetividade ancorada em princípios de liberdade, interpelando o sujeito por uma proposta de si mesmo e inserindo-o no coletivo global.

Para entender os dispositivos discursivos que manifestam a interpelação subjetiva, a cenografia do vídeo será, agora, delineada. Nela, a história que levou a jovem americana Emma Malonelord a ingressar às FA conta com um cenário, uma narração e efeitos sonoros que fornecem ambientação e para essa construção. Considerando que Emma faz parte de um grupo de militares reais, cujas trajetórias foram animadas para fins de divulgação do exército e seus membros (montando uma amostra do corpo do exército americano), a propaganda conta também com uma espécie de abertura que introduz a atmosfera do que se segue e unifica todas essas narrativas anteriores. Ao longo da abertura, a imagem de cinco jovens aparece individualmente, mesclando realidade e *cartoon*, para, por último, os jovens aparecerem todos juntos, uniformizados, com o título *The Calling* (*O chamado*, em tradução livre) abaixo deles. A sequência que compõe a abertura está apresentada na Figura 14, abaixo.

Figura 14 – Estrutura cenográfica: abertura da série animada *The Calling*



Fonte: GOARMY, 2021 (printscreens da autora).

A oscilação entre figuras reais e sua versão animada vincula-se ao estatuto de veracidade do discurso, averbando o fato de que a narrativa é produzida a partir da realidade. Já a presença e a disposição da abertura permitem a compreensão de que existem cinco histórias vinculada ao exército, e que essas serão contadas cada qual em um episódio. Nesse viés, *The Calling* apresenta-se como uma série. Na atualidade, o formato narrativo ‘série’ merece destaque por duas razões: a primeira, relaciona-se a singularidade da ‘forma’ dotada de “roteiros capaz de fugir dos clichês e das formas consagradas que Hollywood insiste em repetir” (SILVA, 2014, p. 243); a segunda vincula-se ao seu meio de difusão – a TV e a internet, capazes de “atrair a atenção do público [...] sem o efeito imersivo da sala escura de cinema e cada vez mais inserido em um ambiente multitarefas” (SILVA, 2014, p. 245). No mais, o contexto cultural em que a série emerge, também se faz relevante. Tanto quanto as animações, o seriado é um elemento representativo da cultura norte-americana, sobretudo com a propagação dos chamados enlatados dos anos 1970-80.

Ganha proporções globais com os avanços da internet e da globalização e, na atualidade, possui grande aderência – especialmente em se tratando das produções estadunidenses, amplamente exportadas e consumidas. A mescla de gêneros (série animada) talhadas pela cenografia também opera como um caracterizador de nacionalidade – tão evocada em uma FD militar que é, também, institucional. Em termos técnicos, os seriados são, basicamente, narrativas audiovisuais, seccionadas em episódios. Em cada um deles, uma micronarrativa se desenvolve; juntos, compõem a história

completa. A arte das séries “repousa na repetição: retorno de personagens, de temas e de situações, redundância de diálogos e da banda sonora com a imagem, mas também de mecanismos narrativos baseados na reiteração” (COLONNA, 2010, p. 36 *apud* SILVA, 2014, p. 245). Das várias dinâmicas, as principais delas são: uma abertura, que fornece unidade e retoma a narrativa geral; o gancho para o próximo episódio, seja pelo cumprimento de uma ação que demanda outra ou pela existência de uma nova necessidade que, em cada episódio, surge.

Ambas constam na propaganda de alistamento, operando como repetições estruturais que resgatam a memória (apoiando a construção da unidade) e, simultaneamente, fornecem o efeito de constante novidade e renovação (SILVA, 2014). Essas questões serão aprofundadas pelo movimento analítico de ordem cronológica em que aparecem no vídeo. Já na disposição enunciativa inicial, a repetição é perceptível pois, pelas condições de produção que determinam os gêneros audiovisuais, um procedimento de abertura por si só já subscreve seu formato seriado o que implica na existência de outros episódios. O deslizamento entre repetição e novidade é concretizado quando o vídeo avança: após passar pelos vários jovens, incluindo a protagonista da campanha, depara-se com a narrativa dessa garota. Dispõe o já dito e a atualização; demonstra atuação dos eixos do intradiscorso e interdiscorso (ORLANDI, 2009)³⁶. O caráter de novidade singular da história de Emma permite o deslizamento para sentidos de subjetividade (referente à personagem); ao passo que a inserção da personagem em um conjunto agrega efeitos de coletividade.

Por sua vez, o par semântico ‘coletividade’ e ‘subjetividade’ é deslocado para ‘heterogeneidade’ e ‘homogeneidade’, dado que as características singulares de percurso de Emma se dispõem dentro de um coletivo homogêneo – o exército – composto de subjetividades heterogêneas. Essa relação pode ser compreendida dentro do quadro do relativismo cultural (MEIRELLES; AYDOS, 2017) na globalização, já aqui levantado como uma característica marcante da contemporaneidade, em que as diversas culturas e subjetividades são vistas como compositoras da unidade cultural humana (COSTA *et al.*, 2021). É percebida na altercação entre os personagens animados com trajes civis (traços da individualidade) e imagens reais desses soldados uniformizados (o coletivo). O

³⁶ De acordo com Orlandi (2009), toda enunciação se encontra no cruzar de dois eixos: o do interdiscorso, eixo horizontal (que se manifesta na “linearidade discursiva”), um local em que as redes de memória se interceptam; e do intradiscorso, vertical, que corresponde à formulação, a atualização do já dito (ORLANDI, 2009).

exército é colocado como um lugar de verdade, que torna esses personagens reais – em outros termos, o local comum no qual esses indivíduos são interpelados em sujeitos (ORLANDI, 2009). A abertura é não só um caracterizador institucional (da nação norte-americana), é um marcador da FD militar através da qual os diversos ‘eus’ individuais se tornam posicionamentos discursivos oriundos do assujeitamento.

Em suma, o militarismo é abordado, na propaganda, por perspectivas que, na conjuntura da globalização, tomam sentidos dentro do todo. O movimento entre efeitos de ‘repetição e novidade’, ‘coletividade e subjetividade’ é vinculado por recursos de memória e atualização e caracterizam a FD militar ao longo de toda propaganda, e a abertura se apresenta discursivamente como uma prévia do que vem a seguir. Salienta-se, no entanto, que a caracterização da propaganda enquanto uma animação em série (de temática prioritariamente militar, ambientada nos Estados Unidos) relaciona dispositivos discursivos na delimitação da cenografia. São aspectos que compõem o ‘pano de fundo’ para a construção de Emma enquanto um personagem das FA. Posteriormente à abertura, por mais que exista uma paisagem norte-americana e militar, a cenografia opera em torno da construção da subjetividade de Emma até o momento de inseri-la no coletivo militar – é ela quem está em jogo. A criação da imagem de Emma é, por conseguinte, um constituinte cenográfico específico, projetado pela cena, denominado ethos discursivo.

Ocorre de modo ‘subjetivador’ e incisivo, por conta do funcionamento performativo típico da propaganda que, conforme já aqui levantado, interpela “o sujeito a partir de seu próprio narcisismo” (PÊCHEUX, 2012, p. 88). Somado a isso, a identidade no mundo pós-moderno é fragmentada e “preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2012, p. 42). A jovem militar é construída com base em um modelo social a ser seguido/almejado e, dele, derivam outros – tanto pelos mecanismos de espelhamento e antecipação que enquadram Emma em uma Formação Imaginária (FIm) (PÊCHEUX, 1993a), quanto pelo movimento de adesão gerado pelo ethos, que a caracterizam como a imagem de si do enunciador (MAINGUENEAU, 2004). As FIm, enquanto núcleos da FD, contribuem para a construção do ethos. Ambas as noções podem ser depreendidas na materialidade, mas, na figura de Emma, o ethos se torna uma tônica, deixando-se apreender como uma voz (um tom) e um corpo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004), dimensões que proporcionam um caráter e uma corporalidade bem delineados em prol da persuasão.

Os encaminhamentos da narração (juntamente com as imagens e sons que o acompanham), iniciada após a abertura, dispõem os atributos compositores do ethos de

Emma, isto é, um tom, acoplado a características físicas e psicológicas que determinam um modo de dizer por um modo de ser (MAINGUENEAU, 2004). O excerto será, agora, apresentado para que o ethos e seus aspectos históricos circundantes sejam destacados:

Esta é a história de um soldado³⁷ que opera o sistema de defesa antimísseis da sua nação. Ela começa na Califórnia, com uma garotinha criada por duas mães. Embora eu tenha tido uma infância bastante típica, fiz balé, toquei violino, também marchei pela igualdade. Gosto de pensar que defendo a liberdade desde cedo.

[...]

Com tais poderosos modelos [das suas mães], terminei o ensino médio como a primeira da minha turma. Depois frequentei a UC Davis, onde entrei para uma irmandade³⁸ cheia de outras mulheres fortes.

Mas à medida que a formatura se aproximava, comecei a sentir como se tivesse recebido muitas coisas na vida. [Era] um estereótipo de garota da irmandade. Claro, passei a vida inteira perto de mulheres inspiradoras, mas o que consegui sozinha?

Precisava das minhas próprias aventuras, meu próprio desafio. E, depois de conhecer um recrutador do exército, eu encontrei! Uma maneira de provar minha força interior e talvez quebrar alguns estereótipos ao longo do caminho. Sou a cabo do exército dos EUA Emma Malonelord e respondi ao meu chamado (GOARMY, 2021, 0min20s-2min10s, trad. livre).

Voltando-se aos procedimentos discursivos permitidos pela língua, logo na primeira sentença, a presença do item lexical ‘esta’ implica, pela memória discursiva, a existência de ‘outra’ (história, de outros soldados); já a especificidade da atuação (operadora do sistema antimísseis) promove a atualização do discurso. Com isso, esses mesmos dizeres também engendram o par ‘coletividade’ e subjetividade’ pois inserem as particularidades da história em questão no coletivo militar. Após, a narração identifica a protagonista como natural da Califórnia e filha de uma união LGBTQIA+ e o subtítulo *Emma* emerge. A identificação e o subtítulo realçam a questão da ‘novidade’, da ‘especificidade’ e da ‘subjetividade, pois descrevem a personagem homônima, a nova subjetividade a ser tratada. Em consonância, o nome ‘Emma’ é inscrito sobre a areia da praia (Figura 15), remontando o vínculo já estabelecido entre a personagem e a localidade da Califórnia. Essa primeira parte dos dizeres ocorre em terceira pessoa, opera como um resumo do que vem depois e, feita por uma voz feminina, gera efeitos de veracidade.

³⁷ Em inglês, o termo ‘*soldier*’ (e demais profissões) não possui variação de gênero. Manteve-se, aqui, a tradução literal, uma vez que a unificação de seus membros é uma proposta das Forças Armadas dos Estados Unidos. Entretanto, na materialidade, o gênero feminino é marcado pela voz narrativa (feminina) e pelas imagens animadas da personagem.

³⁸ O termo utilizado no original é ‘*sorority*’, que descreve união de estudantes do sexo feminino durante a faculdade, dividindo desde a residência até normas de conduta. No Brasil, esse tipo exato de atividade não ocorre da mesma maneira, de modo o termo aproximativo é ‘república’ – não referente à associação estudantil por gênero, regras e valores, somente de moradia. Já o cognato ‘sororidade’ caracteriza solidariedade e o apoio mútuo entre mulheres, especialmente no contexto de lutas femininas. Por uma questão de fidelidade às condições de produção da materialidade, registrou-se a tradução literal.

Figura 15 – Inscrição do subtítulo *Emma* na areia.



Fonte: GOARMY, 2021 (*printscreens* da autora).

Ocorre, aí, um movimento duplo: ao mesmo tempo que a terceira pessoa confere objetividade ao discurso, o tom permite que o a personagem seja identificada por um elemento corpóreo (vinculado ao sexo feminino) do ethos. O enquadramento de Emma no gênero feminino é produzido também por dizeres que fornecem o caráter (MAINGUENEAU, 2004) à protagonista, sendo o de uma mulher militar, filha de duas mulheres em união homoafetiva, que frequentou a universidade. A construção é, ainda, permeada por modelos empoderados e revolucionários – suas mães e amigas – que, de certo modo, também nela se incluem, tornando a figura da protagonista uma espécie de compêndio de várias mulheres: um constructo multifacetado (ver Figura 17) que capta em si uma gama de imagens vinculadas ao feminino, são responsáveis por oferecer os meios para que a personagem seja exatamente aquela quem deveria ser, uma heroína de si mesma. Na Figura 16, selecionou-se os modelos que orientam a construção múltipla de Emma.

Figura 16 – Formações Imaginárias atuantes sobre a construção do ethos em Emma.



Fonte: GOARMY, 2021 (*printscreens* da autora).

Tais projeções operam como FIm (PÊCHEUX, 1993a), resultantes de um questionamento implícito – ‘quem sou eu e quem é o outro para que eu fale de determinado modo e para que ele fale de determinado modo?’ (PÊCHEUX, 1993a) –, para o qual, constituem-se como resposta. O ethos (dado pela construção de Emma) deriva dessas formulações, sendo aqui considerado como uma das faces das FIm, aquela que direciona a enunciação sob o prisma do enunciador (MAINGUENEAU, 2004). Em uma operação de completude e concretização, a imagem de si do enunciador é direcionada por diversos seguimentos, diversas FIm que permitem situar os posicionamentos de uma FD e organizar a projeção do Estado norte-americano para além do movimento enunciativo, no discurso. A propaganda propõe, assim, a diversidade dentro do feminino, como própria da nação estadunidense, e evoca o conceito de gênero ressignificado no contexto da globalização. Para entender como a noção é trazida à baila, na materialidade, é preciso trazer o conceito de ‘liquidez’, desenvolvido por Bauman (2000).

Para Bauman (2000), o período pós-guerras e início da globalização constitui a ‘modernidade líquida’, uma época em que as relações sociais, econômicas e de produção são constituídas pela fragilidade, fugacidade e maleabilidade – como os líquidos que se evaporam (BAUMAN, 2000). A ‘modernidade líquida’ proposta pelo autor sugere que as fronteiras culturais se tornam porosas, desafiando a solidez das identidades (BAUMAN, 2000; 2005). A liquidez e transitoriedade tornam-se os novos parâmetros, delimitando uma acepção relativa de mundo compreendido pelo momento histórico, na qual diversas

narrativas são formuladas e reformuladas em torno de diversos valores e todas passam a operar na sociedade. Encaixam-se, aqui, os desdobramentos da teoria antropológica de Franz Boas (1911), compreendidos pelo relativismo cultural, um movimento de reconhecimento igualitário de todas as práticas culturais (MEIRELLES; AYDOS, 2017) que, em suas diferenças não valorativas, compõem o grupo ‘humanidade’. O mesmo caminho de validação do diverso na constituição do todo ocorre nos estudos da linguagem, mas na direção do chancelamento das variadas possibilidades de interpretação.

De acordo com Soares (2023b), no interior do paradigma pós-moderno, as práticas de linguagem – dispositivo máximo da interpretação – são percebidas como lugar de interação e ação. O discurso é, então, modulado pela égide da construção social, sendo “um eco das diversas vozes em disputa no espaço coletivo” (SOARES, 2023b, p. 178), de modo que as palavras podem ter sentidos variados a depender da FD em que se encaixam (PÊCHEUX, 2011). Não se trata de um princípio individualista, em que as interpretações se relacionam com a maneira com que cada indivíduo vê o mundo, mas um certo esgarçamento dos sentidos (SOARES, 2023b), colocando em funcionamento simultâneo diversas verdades construídas pelas epistemes de uma época, cujo valor reside na FD em que são proferidas. No traçado em que “a discursividade evoca a continuidade do eco das vozes sociais [...] para discutir e avaliar as próprias relações sociais” (SOARES, 2023b, p. 178), a percepção de gênero passa, então, a ser discursivizada de maneira disruptiva em relação ao sexo biológico.

Na chamada segunda onda do feminismo, a expoente Simone de Beauvoir (1967) determina a distinção entre sexo e gênero: ser ‘mulher’ é algo não determinado pelo sexo do nascimento, mas construído pela vivência, a experiência, a replicação de gestos, etc. Mediante essa leitura e os escritos de Foucault (1979; 1988) acerca da regularização da sexualidade por meio de sistemas de normas que constroem os sujeitos, a filósofa Judith Butler (1990) percebe a existência de uma descontinuidade histórica entre as categorias de sexo/gênero. A autora estabelece, assim, o entendimento de gênero enquanto performatização (ver a 22ª nota de rodapé), sendo constantemente construído na alteridade e pelo contexto (BUTLER, 1990). Disso, discorrem novas concepções sobre o feminino, concretizadas não necessariamente pelo corpo, e que se tornam relativamente permanentes se sobreviverem ao tempo (BUTLER, 1990). A incoerência desse processo, segundo Butler (1990), se dá pela própria impossibilidade do gênero de se regularizar, por ter uma natureza múltipla e inconstante.

Dessarte, pela perspectiva de Butler (1990), o gênero é sempre reinscrito de acordo com a sociedade de um tempo, seus discursos e as normas que impõem limites sobre sua efetivação. É possível explicar tal propositura pela globalização, que transforma as identidades, tornando-as mais diferenciadas e dinâmicas, e suscetíveis à influência externa (HALL, 2004). O movimento de reinscrição do gênero feminino proposto por Butler (1990) ganha, então, nuances que possibilitam regularizá-lo dentro de uma gama de possibilidades, identidades mais fluídas e complexas dentro da categoria ‘feminino’. Toma proporções a serem verificadas no discurso da atualidade, chegando até a propaganda de alistamento atendendo a pautas atuais: a possibilidade de ser mulher nas FA e de pertencer a uma união homoafetiva – aspectos que, em dado momento da sociedade, são vistos com negatividade ou, até mesmo como um não-modelo, uma possibilidade a ser silenciada pela episteme. Ambos os casos (de gênero e sexualidade) estão situados na materialidade como modelos de empoderamento.

O viés performático (BUTLER, 1990), contextual e com constante reformulação se torna crucial para as construções imagéticas femininas apresentadas, e opera como desdobramentos das condições de produção da propaganda; consta na enunciação, na disposição sintática em que a cenografia é posta e o ethos formulado, atingindo o discurso. A mulher militar e o casamento LGBTQIA+ são tópicos expressos na narração, e recebem valorização positiva: ser mulher e pertencer a uma família homoafetiva não lhe impediu de ter estrutura emocional e uma educação acadêmico-político-cultural mais que satisfatória. Aliás, muito pelo contrário: em sua conjuntura familiar, formada por duas mães, a protagonista Emma recebeu afeto, frequentou espaços culturais e artísticos e cursou educação superior, bem como foi introduzida ao movimento político-social (as marchas sociais). A exposição se firma em oposição às prerrogativas em que o gênero feminino é modulado por FDs biologizantes, articuladoras da sexualidade a um quadro específico de funções sociais.

Assim, a projeção da mulher militar no percurso da propaganda insere-se em premissas neoliberais e globalizadoras de que “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes [...] as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p. 32), de modo que homens e mulheres vistos pelo prisma da igualdade, podendo atuar em todos os campos da sociedade. Assim, gera-se efeito de justiça de gênero, de equivalência, dando espaço para que outras configurações, atreladas ao gênero e à sexualidade, sejam validadas. Inclusive, a união LGBT passa a se inscrever em um modelo legítimo e próspero de família e o trabalho

militar passa a abarcar também as mulheres. Tais colocações são dispostas como parte dos ideais dos quais a projeção de Emma é filiada, depreendidas nos trechos: “Também marchei pela igualdade. Gosto de pensar que defendo a liberdade desde cedo” (GOARMY, 2021, 52s-57s, trad. livre) e “Com tais poderosos modelos [das suas mães], terminei o ensino médio como a primeira da minha turma” (GOARMY, 2021, 1m17s-22s, trad. livre).

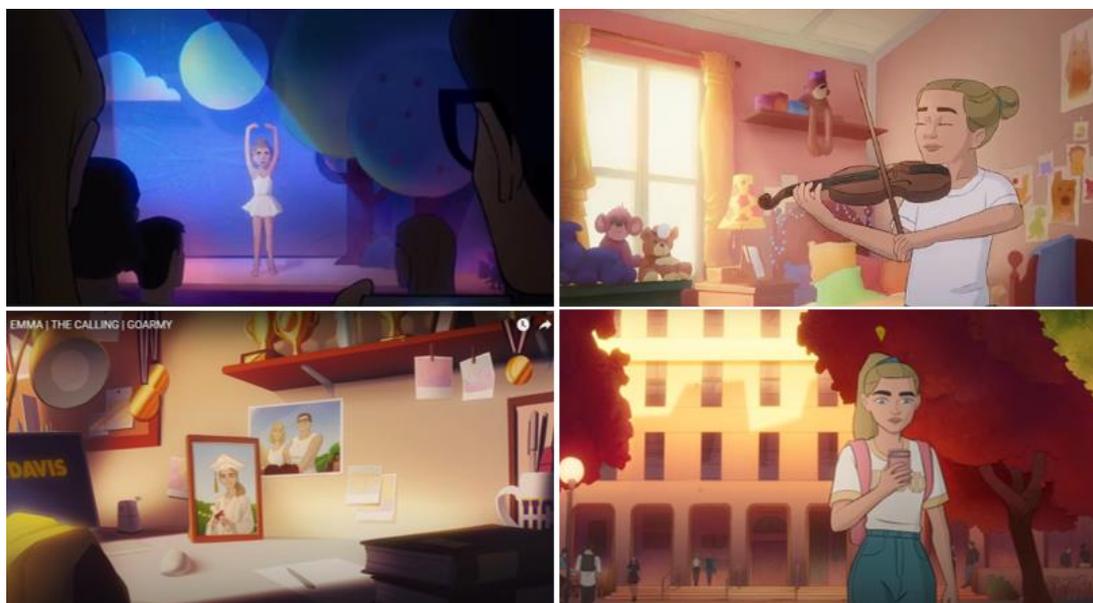
Retomando a questão do gênero, é preciso ainda considerar que, elementos considerados como tradicionalmente próprios para o universo femininos (como violino e balé) não se colocam como oposição à participação político-social (as marchas públicas). Contudo, o item lexical ‘também’ gera sentido de que existe, na sociedade, oposição entre essas duas práticas, que advém da contraposição entre ‘fragilidade’ (referente ao sexo feminino, que deve, nesse panorama, voltar-se aos afazeres domésticos e culturais, tais quais a música ou a pintura, por exemplo) e ‘força’ (referente ao sexo masculino, do que se depreende que é atrelado ao trabalho, o meio político e atividades desbravadoras, como as lutas políticas). A construção de Emma busca afastar-se dessa dualidade, apresentando uma compreensão de ‘feminino’ não limitada a um modelo preestabelecido: é possível ser mulher e se associar às atividades ‘típicas’ de um gênero ou de outro – eis o movimento performativo, fluído e contextual que Butler (1990) caracteriza o gênero. Insere-se dessa forma, o feminino na atuação política – elemento que, em determinado momento histórico, vinculava-se exclusivamente ao mundo masculino.

Considerando, ainda, que a atividade política abordada pela propaganda se constitui na ‘marcha pela igualdade’, desliza-se o sentido de que é possível se vincular às práticas tradicionais e, ao mesmo tempo, às progressistas. Nesse limiar, a propaganda gera efeitos de transformação e revolução, até pela própria teoria de Butler (1990) que apresenta o gênero performático como uma possibilidade revolucionária de experimentar novas formas para além binarismo ‘masculino’ e feminino’. Por outra via, os trechos que compõem o argumento de validade e prosperidade na rota da personagem (talhado sob a pluralidade de gênero) silenciam aspectos que circundam a vivência feminina e LGBTQIA+, como a violência e a misoginia (contidas, inclusive, no próprio ambiente militar), tão presentes e discursivizadas na sociedade. Silencia-se, ainda, a própria inserção da justiça de gênero no movimento de subordinação do indivíduo ao poder do

Estado globalizado (MINOGUE, 2019)³⁹. De todo modo, as contravenções que permeiam a questão do gênero e a sexualidade no militarismo encontram-se mitigadas na propaganda, e Emma emerge como um exemplo de força.

Qualquer problematização a respeito da construção feminina, residentes nas condições de produção e no silenciamento, são colocadas como irrelevantes (ou inexistentes), tanto pela perceptiva heroicizada em que a projeção é formulada, quanto pelo efeito de neutralidade⁴⁰ que suprime sentidos ‘militantes’ ou efetivamente transformadores. Marca-se, então, a natureza múltipla do gênero como algo ‘natural’, inerente, uma propositura que não se limita aos efeitos de naturalidade estabilizadora. O duplo (e contraditório) movimento de recriação e regulação do gênero feminino, apontado por Butler (2015), também se encontra na propaganda, por sentidos vinculados a criação e recriação de estereótipos. Para demonstrar o modo como isso ocorre, vale pontuar traços do ethos de Emma que permitem o resgate da memória de padrões denominados por ela como de ‘garota da irmandade’: em sua corporalidade, é uma mulher branca e loira (protótipo da elite americana); em seu caráter, pertence a uma família estruturada, que lhe possibilitou privilégios sociais (relativos à educação não somente formal).

Figura 17 – Ethos de ‘garota de irmandade’: caráter e corporalidade de privilégios.



Fonte: GOARMY, 2021 (*printscreens* da autora).

³⁹ Essas questões silenciadas pelo discurso serão propriamente tratadas na próxima seção, quando as incoerências do capitalismo neoliberal e globalizador, condições de produção da materialidade, forem amarradas ao percurso enunciativo-discursivo, tratado neste item, verticalizando-se assim o movimento discursivo do ethos.

⁴⁰ O efeito de neutralidade no discurso sempre significa um posicionamento dado a partir do silenciamento e ocorre, de acordo com Pêcheux (2012) como mecanismo operatório do discurso propagandístico.

Em outras palavras, a construção da imagem da personagem percorre um imaginário social pré-concebido – um estereótipo. Entretanto, o percurso de Emma é apresentado como uma resistência às coerções genéricas ditas tradicionais – o que é marcado ao longo da narração e especificamente na passagem: “[...] encontrei uma maneira de provar minha força interior e talvez **quebrar alguns estereótipos** ao longo do caminho (GOARMY, 2021, p. 1min58s-2m02s, trad. livre, grifos meus). O excerto concentra um objetivo que permeia toda a narração, que é o escapar aos estereótipos, imbuindo a compreensão de gênero distante de formas preestabelecidas e fixas. O movimento discursivo ocorre da seguinte maneira: construção de uma imagem inserida em uma compreensão moderna de gênero – multifacetada, vinculada simultaneamente a práticas progressistas e, às vezes, tradicionais, desassociada de uma forma única estereotipada (ver na Figura 18, abaixo) – mas que contempla uma estabilização do feminino da atualidade, um novo estereótipo mobilizado no interior do pertencimento à elite econômica.

Figura 18 – Ethos multifacetado de Emma: diversas subjetividades.



Fonte: GOARMY, 2021 (*printscreens* da autora).

A propaganda é permeada por efeitos de sentidos progressistas, mas que não se efetua, pois, a construção do ethos responde a uma posição dispersada por posições hegemônicas, configuradas no âmbito do econômico e do político-social. A construção de uma imagem vinculada fisicamente ao feminino (que silencia modelos femininos masculinizados, por exemplo) e ao privilégio financeiro imbuem ao ethos militar norte-

americano um perfil tradicional, não inclusivo e, muito menos, revolucionários – como propôs Butler (1990). Dito de outra forma, existe uma contradição que se encontra silenciada no confronto com os estereótipos, que reside na sociedade ocidental e toma espaço no discurso. Na mesma direção contraditória, os sentidos estabelecidos na materialidade indicam que o distanciamento dos rótulos almejado pela protagonista está atrelado à necessidade de completude da identidade. São percebidos principalmente nas sentenças: “Comecei a sentir como se tivesse recebido muitas coisas na vida. [...], mas o que consegui **sozinha?** [...] Precisava dos **meus próprios** desafios, **minhas próprias** aventuras (GOARMY, 2021, 1min29s-1min51s, trad. livre, grifos meus).

Dessas afirmações, verifica-se uma característica inerente à construção da identidade no mundo globalizado, exposta por Hall (2004; 2012) como emergente “de uma falta de inteireza” (HALL, 2012, p. 42), na qual o sujeito é “composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas” (HALL, 2004, p. 12-13). A contradição, salvo o já tratado, reside também na solução encontrada por Emma: o ingresso nas FA. São, na realidade, contradições múltiplas: a concretização da individualidade é feita pela inserção ao coletivo do exército e; a busca pela desassociação aos estereótipos culmina na construção de um novo estereótipo: a mulher militar norte-americana. Tais aspectos não se apresentam, pela narrativa, como contraditórios. A figura feminina do exército emerge como um exemplo de modernidade e força; e pertencer ao corpo militar torna-se um meio de romper com noções preestabelecidas. Quando a questão é afirmada pelo verbal, a expressão na íntegra é “quebrar alguns estereótipos **ao longo do caminho**” (GOARMY, 2021, p. 1min58s-2m02s, trad. livre, grifos meus).

A expressão grifada dispersa sentidos de que o objetivo principal repousa, afora a quebra de padrões, em pontos já narrativizados – viver seus ‘próprios desafios’, suas ‘próprias aventuras’ e provar sua ‘força interior’; a meta é o alcance da subjetividade pareado ao rompimento com uma visão predeterminada de sujeito. O uso dos termos ‘próprio’ e ‘interior’ averbam a necessidade de concretização de si mesma, de atingir uma realização pessoal – que é permitida a partir do coletivo, as FA. Subjetivo e coletivo se estabelecem como etapas que se repelem e se atraem. A protagonista se origina na coletividade, que delimita sua multiplicidade composicional, almeja a subjetividade e, para tal, se insere num novo coletivo. Nesse ponto, é importante conjecturar acerca da composição múltipla de Emma que espelha diversas FI (mães e amigas) atuantes sobre ela. As imagens de um coletivo (familiar e universitário) que representam com as diversas figuras existentes na sociedade são atualizadas pelo discurso. Por mais que operem

positivamente na construção de Emma, ainda não a completam, de acordo com os trechos que demonstram a necessidade em ter seu próprio caminho.

Ocorre que os sentidos para ‘coletivo’ e ‘subjetivo’ deslizam: a construção da subjetividade é feita por elementos dispersos no coletivo e, ainda assim, não são suficientes, como propõe Hall (2004; 2012) e Bauman (2005) ao discorrer sobre a identidade no mundo pós-moderno, líquido. Emma então, se desapega dos modelos ‘civis’ em prol de escolhas ditas próprias. Depreende-se disso que os sentidos de subjetividade são associados aos elementos que se caracterizam como voluntários: desejo de se transformar, liberdade de escolher por si. Todavia, o jogo entre ‘coletividade’ e ‘subjetividade’ é sempre retomado na propaganda, e a concretização da identidade da protagonista só ocorre com o ingresso no coletivo das FA. À vista disso, é possível apontar que a resistência aos estereótipos (do coletivo social) não é de fato o que move a personagem, uma vez que sua vivência é validada ao se inserir no exército e pertencer a um grupo também compreendido dentro de um imaginário. As FA tornam-se aparatos de regulação para Emma, pela qual é interpelada e se torna um sujeito inserida de fato em uma sociedade – uma mulher em um corpo institucional.

O itinerário da protagonista ganha sentido no coletivo militar, selado em uma ordem capitalista. As motivações pessoais tornam-se, nesse horizonte, parte do assujeitamento, resumindo-se em atender ao ‘chamado’, como propõe o final da propaganda. Já foi aqui dito que esse final marca a função da propaganda e opera como uma espécie de gancho, retomando as características cenográficas de ‘série de animação’ e a inserção da materialidade em um conjunto derivado da realidade. O aspecto que ainda não foi abordado é que, nele, a interpelação de Emma em sujeito ganha moldes visuais: sua imagem cartunizada é, progressivamente, transformada em uma figura real, em um movimento que marca os trâmites internos à personagem.

Figura 19 – Passagem do gancho.

Fonte: GOARMY, 2021 (printscreens da autora).

A diligência de concretização do sujeito também significa por apresentar os dizeres: “Eu sou a cabo do exército estadunidense, Emma Malonelord, e eu respondi ao meu chamado” (GOARMY, 2021, 2min06s-10s, trad. livre) e “O que te chama?” (GOARMY, 2021, 2min13s-15s, trad. livre). O uso da expressão ‘atender ao chamado’ no lugar de um comando específico (como ‘aliste-se’, por exemplo) acarreta o efeito de subjetividade que se remete ao sentido de atender à propósitos internos. Sob essa prospectiva, o sujeito sintático que executa o verbo ‘chamar’ desloca-se: é, simultaneamente o enunciador (caracterizando o chamado para o alistamento) e enunciatário (referindo-se ao chamado interno, aos anseios próprios)⁴¹. O procedimento de (certa) ambiguidade é corroborado pelo particípio passado ‘chamado’, marca da voz passiva, que atenua o enunciador. A dissolução do enunciador também reside nas expressões ‘**meu** chamado’ (dita por Emma) e ‘[o que] **te** chama’. São enunciados que permitem com que o alistamento seja colocado em lugar de escolha, de liberdade, voltado para a completude da subjetividade.

Tanto a mitigação do enunciador real e do comando, quanto a concretização de Emma em uma imagem real atuam como métodos de interpelação a partir de si mesmo

⁴¹ Quando direcionada para o sujeito ‘voz interior’, a expressão ‘o chamado’ (em inglês, ‘*the calling*’), no interior da sociedade norte-americana, também se estrutura como um pré-construído do discurso religioso, relativo ao ‘chamado divino’ – uma interpretação possível na propaganda, devido à concepção deífica de nação formulada no seio institucional. Tal configuração será desmembrada na próxima seção, quando forem analisados os efeitos de liberdade na materialidade, sua relação com o discurso político norte-americano e as decorrentes aproximações à esfera religiosa.

que, conforme tratado por Pêcheux (2014), é próprio da propaganda. Em consonância, frase interrogativa convida à reflexão: por ‘o que te chama’ deslizam-se sentidos de ‘você tem metas, projetos e objetivos pessoais, como Emma?’. Qualquer tipo de resposta que o enunciatório possa trazer culminam no mesmo. Se existem metas e desejos a serem alcançados, esses podem ser encontrados no exército; se não existem, é possível também os encontrar nas FA. A própria narrativa da propaganda admite tais premissas, dado que Emma é descrita como uma pessoa cujas vontades não estavam claras; sabia-se, apenas, que algo lhe faltava, apesar de ter tudo. A sentença “depois de conhecer um recrutador do exército, eu **encontrei!** Uma maneira de provar minha força interior” (GOARMY, 2021, 1min52-58s, trad. livre, grifos meus) permite essa leitura a partir da abstração do objeto ‘força interior’, que nunca é explicado.

Na sequência mencionada, após o verbo ‘encontrar’, antes da continuação da frase, existe um silêncio atípico, um aspecto prosódico que o torna, por alguns momentos, intransitivo; promove o efeito de que não importa o que se procura, tudo o que se precisa está no exército. As FA são colocadas como lugar de concretização da realidade e de metas íntimas ao indivíduo. O movimento é ainda especificado quando, nos momentos finais da propaganda, após a interrogação, o símbolo das FA norte-americanas emerge, seguido do endereço eletrônico da página do exército. Tais inscrições, somadas à alteração entre realidade e animação, operam como mecanismo de veracidade, estabelecendo vínculos com a realidade e caracterizando as FA em questão como americanas. Ademais, considerando que Emma é elaborada como a imagem do enunciador (as FA), e que é construída na subjetividade para compor o todo militar, sua formulação acarreta sentidos à esfera militar: força, empoderamento feminino, modernidade, local de alcance de propósitos.

Sua inserção em uma cena com elementos tipicamente norte-americanos – a série animada, os elementos cenográficos vinculados às imagens dos Estados Unidos e o logo do exército americano – amarram os sentidos às FA do país. Outro sentido derivado da cenografia e do ethos de Emma, é o caráter aventureiro, atribuído ao exército estadunidense. É expresso por dizeres: “**Precisava** das minhas próprias **aventuras**, meu próprio **desafio**. E, depois de conhecer um recrutador do exército, **eu encontrei!**” (GOARMY, 2021, 1min48s-1min51s, trad. livre). A composição sonora também opera nessa direção. Ao longo de toda a propaganda, a música oscila entre sentidos de calma (durante as vivências da história de Emma) e emoção (quando o elemento ‘exército’ surge na propaganda). Reitera-se, assim, a inserção no coletivo acoplados à significados de

aventura para o alistado, interpelando-o pelo desejo de escolha. É o deslocamento entre liberdade e assujeitamento operando. Por fim, é preciso dizer que a propaganda dispersa ativamente sentidos de liberdades, tão frequentes no discurso militar dos EUA.

Aliás, no documento *A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos* (THE NATIONAL, 2002), mencionado na seção inicial deste capítulo, o termo *freedom* aparece 44 vezes ao longo de suas 35 páginas, e seu sinônimo *liberty*⁴² aparece 14. Diferentemente desses outros discursos, a palavra, na propaganda é mencionada uma única vez, ocorre como deslizamento de ‘igualdade’, remetendo-se, às situações de manifestação política, a sentidos democráticos – uma prática recorrente nas produções discursivas institucionais do país. Fora isso, nada é diretamente dito sobre ela, sendo disponibilizada por sentidos de anseio pessoal, metas, desejo, vontade – todos atribuídos à individualidade e que, ao comporem o ethos, estendem-se ao enunciador e enunciatário. O item lexical ‘liberdade’ está impresso no interdiscurso, conectando este a outros discursos militares. É o que será tratado na próxima seção, quando as condições de produção do discurso militar norte-americano serão atreladas à análise da propaganda.

2.3 Outras considerações: o discurso institucional da liberdade também na campanha de 2021 norte-americana

Na seção anterior, o discurso da campanha de alistamento militar norte-americana (GOARMY, 2021) foi trazido como materialidade analítica, com o objetivo de averiguar o percurso dos sentidos comungados entre ela e os dizeres institucionais. Para estabelecer a origem desses sentidos, discorreu-se, inicialmente (seção 2.1), a respeito da composição do discurso militar na história dos EUA, o caminho através do qual ele se constituiu e chegou aos dias atuais em seus mais diversos gêneros, entre eles, a propaganda de alistamento. A história do discurso militar estadunidense organiza-se a partir da Formação Social (FS) (PÊCHEUX, 2011) do país – é um discurso fundador (ORLANDI, 2001), que associa e movimenta sentidos de liberdade, democracia e Estado a partir de uma perspectiva de liderança deífica, na qual os EUA são apresentados como a nação

⁴² Tanto *freedom* quanto *liberty* significam liberdade, em português. No entanto, a ocorrência de ambos os termos em um mesmo documento não é redundante: trata-se de uma duplicação estratégica que visa abarcar diferentes registros de sentido. *Liberty* remete à tradição constitucional e aos direitos civis assegurados pelo Estado; *freedom*, por sua vez, opera como valor absoluto, universalizante, frequentemente mobilizado em contextos de guerra, segurança nacional e moralidade política. O uso conjunto amplia o alcance retórico do discurso, conciliando legalidade e idealismo.

escolhida por deus para levar a liberdade às demais (JUNQUEIRA, 2018; 2022). Na seção 2.2, para desmembrar o discurso da campanha de alistamento, trabalhou-se, em princípio, com duas ferramentas teórico-analíticas: a cena da enunciação e o ethos, ambos teorizados por Maingueneau (2004).

Classificar o vídeo de alistamento por essas noções permitiu que se demonstrasse as aproximações entre discurso e simulacro, incidindo sobre o papel simbólico pelo qual a ideologia atua, conectando-se aos conceitos de base da AD, dados por Pêcheux (1993a; 1993b; 2011). É, agora, necessário, apontar as principais descobertas realizadas sobre a discursividade para entrelaçá-la aos enunciados institucionais do país. Pelo exame da cena, foi possível pontuar que ela se dispõe em um quadro cênico (MAINGUENEAU, 2004) delimitado pela ‘propaganda militar’. As características tipológicas presentes na campanha (a presença de elementos típicos do militarismo e da nacionalidade) inserem-na em uma Formação Discursiva (FD) (PÊCHEUX, 2011) militar, atravessada pelo discurso institucional. Já o gênero discursivo é percebido por mecanismos típicos. Para tratar disso, foram abordadas as considerações de Pêcheux (2012) sobre a propaganda WASP, produzida pela elite norte-americana e inserida no horizonte do “liberalismo totalitário” (CHOMSKY *apud* PÊCHEUX, 2012) – o mundo pós-moderno.

Tendo em vista que as instituições estadunidenses, tal qual as Forças Armadas (FA) foram construídas pela elite do país, e que a proliferação da propaganda WASP é parte da construção do mundo globalizado, o argumento de Pêcheux (2021) pode ser aplicado à materialidade em pauta. Segundo o autor, por mais que uma propaganda incite pulsões (de afetos e valores), manipulando o enunciatário, sua função está muito mais conectada ao assujeitamento no mundo capitalista, do que aos aspectos biopsicológicos. Diante disso, verifica-se que o gênero se norteia pelo que Pêcheux (2012) chama de interpelação a partir do narcisismo, ou seja, por meio de uma ‘neutralidade operatória’ que capta o enunciatário pela proposta de liberdade de escolha, na qual anseios e desejos são constituídos como próprios ao sujeito, mas que na verdade são oriundas do engendramento ao modo de produção. Em todo o procedimento discursivo analisado, a postura imperial estadunidense é disseminada através “gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento” (PÊCHEUX, 2012, p. 88).

O trajeto expansionista – organizado no âmbito político-militar, e que coloca o país no centro do modo de produção (SANTOS, 2006) – repercute, ainda, no espaço particular em que o discurso da propaganda se institui. Assim, a cenografia (MAINGUENEAU, 2004) empresta dois outros gêneros que se encontram associados: a

série e a animação. No quadro da globalização, em que os EUA se constituem como uma potência hegemônica, tanto a série quanto o *cartoon* são representantes da cultura estadunidense, altamente disseminados e simbólicos. Dessa forma, o cenário estrutural enunciativo da propaganda vincula-se a sentidos nacionalistas e, ainda, se situa como elemento multicultural – dos EUA para o mundo. Enquanto desenho animado mesclado aos elementos reais, a peça organiza a consolidação do estatuto de veracidade do discurso, gerando efeitos de realidade que se aproximam à sentidos de verdade, sendo, esses, atribuídos ao exército. Enquanto série, a campanha estudada se constitui de um episódio dentre vários e, para tal, se utiliza de elementos próprios como a abertura e o gancho – dispositivos de repetição e novidade (SILVA, 2014), memória e atualização.

Na cenografia, a narrativa da protagonista Emma para ingressar nas Forças Armadas (FA) é contada por uma construção correspondente à imagem de si do enunciador (MAINGUENEAU, 2004) e, no caso, é uma das identidades que compõem o corpo do exército norte-americano. Estabelece-se, assim, um jogo de sentidos oscilantes entre ‘repetição’ e ‘novidade singular’ que se deslocam para (respectivamente) ‘coletividade’ e ‘subjetividade’ que, por sua vez, resvalam para o par ‘heterogeneidade’ e ‘homogeneidade’, já que as características singulares de Emma se dispõem dentro de um coletivo homogêneo – o exército – composto de subjetividades heterogêneas. Esses efeitos podem ser entendidos no quadro da modernidade líquida (BAUMAN, 2000; 2005), o mundo globalizado multicultural, em que a subjetividade é composta por identidades fragmentadas, contraditórias e nem sempre resolvidas (HALL, 2004; 2012). A imagem de Emma é construída por contradições, dadas por uma acepção moderna de gênero performativo (BUTLER, 1990), desassociado de uma regularidade fixa e que, na prática, também se torna regulado em um determinado tempo e espaço.

Nesse horizonte, Emma é associada às práticas tradicionais e progressistas, tornando-se multifacetada, um sujeito típico do mundo atual (HALL, 2012; BAUMAN, 2005) A construção fomenta um novo estereótipo, o da mulher militar que suprime a possibilidade de inovação (para além do binarismo) que o gênero performático, na perspectiva de Butler (1990), pode representar. Em consonância, a corporalidade e o caráter compõem um ethos militar feminino dentro do bojo dos privilégios sociais, apresentado como um referencial de força e empoderamento. Todavia, os sentidos de força e progressismo no caráter de Emma silenciam particularidades da vivência feminina e da família homoafetiva (como é o caso da personagem) e permitem que Emma seja traçada em uma perspectiva de igualdade, sobretudo com relação aos militares homens.

O cerne do elemento da igualdade reside no ingresso da protagonista às FA, um lugar historicamente constituído como masculino. Dá-se, assim, espaço para a consolidação de um dito olhar igualitário no tocante às funções de gênero.

O ethos feminino é organizado em torno do rompimento com visões estereotipadas e preestabelecidas, caracterizando o exército como um espaço aberto igualitariamente para homens e mulheres. Efeitos de justiça de gênero deslizam dos sentidos de igualdade, democracia e, posteriormente, liberdade (como será visto em breve). Esses elementos, ao serem aproximados das FA – uma instituição que, como aponta Minogue (2019), é pautada pela força –, se deparam com as contradições residentes nas condições de produção da propaganda, oriundas do modo de produção. Vale aqui retomar o início do capítulo, quando foram mencionados os posicionamentos contrários à propaganda, expostos na seção de comentários da plataforma Youtube, onde a propaganda foi veiculada (KILANDER, 2021). Conforme a reportagem de Kilander (2021), as indagações dos usuários da internet sobre a campanha partiam da premissa do enfraquecimento da imagem militar (ao ser representada por uma mulher), ou seja, fazem parte de uma FD em que a bravura militar é associada à masculinidade, uma contraposição à fragilidade atribuída ao feminino.

A FD partilhada pelo mencionado público encontra suporte em teorias sociológicas conservadoras, tais como os escritos do filósofo e sociólogo Kenneth Minogue (2019). Minogue (2019), ao examinar as relações entre os indivíduos e as instituições, discute como a estabilização do pensamento contemporâneo influencia as estruturas sociais, incluindo as discussões sobre os papéis de gênero e o feminismo. Crítico do movimento feminista (do qual se originam as teorias de gênero), o autor observa que as políticas promotoras da ‘igualdade’ entre homens e mulheres em setores como as FA são, em sua maioria, mal interpretadas ou mal implementadas, resultando na descaracterização da instituição em sua função original (MINOGUE, 2019). Minogue (2019) considera que a adaptação das funções às competências reais dos indivíduos é mais importante do que a tentativa de alcançar uma uniformidade artificial que ignora as diferenças, uma igualdade meramente numérica ou de posição entre homens e mulheres.

Não se pretende, aqui, discorrer sobre quais seriam as competências reais e atividades adequadas para homens e mulheres, muito menos adentrar na questão da eficácia/ineficácia da instituição militar a partir das políticas de gênero. Longe de reduzir a discussão ao argumento de inferioridade/ superioridade de gênero no quesito da força física ou, ainda, de focalizar em uma (suposta) necessidade em se manter das FA do

mesmo modo que são, resgata-se, aqui, a crítica de Minogue (2019), direcionada para a reconfiguração das estruturas sociais com base em uma visão idealizada de igualdade⁴³, sem considerar as complexidades envolvidas. Na propaganda, a discursivização da igualdade e da justiça por meio da figura militar feminina se relaciona à promoção da igualdade idealizada, estruturada para ser ofertada. No entanto, o funcionamento discursivo permite interpretar que os sentidos idealizadores não se originam – como propõem Minogue (2019) – das premissas do feminismo em si, mas advém do acoplamento do discurso feminista por parte do Estado.

Quando a imagem de Emma emerge, no discurso do alistamento, sob o estereótipo da mulher militar de baixa patente, para compor a imagem de si do enunciador, efeitos de igualdade e a justiça deslizam-se do sujeito sintático Emma para as FA, ganhando contornos de inclusão. Além disso, o deslocamento permite focalizar a leitura na instituição (ênfatisando o Estado e o modo de produção), relegando o sujeito feminino ao segundo plano, suprimindo-o em sua individualidade e diferenças. Ao contrário do que expõem Minogue (2019), esse percurso não indica uma oposição ao (neo)liberalismo econômico, mas é por ele gestado. A compressão da subjetividade, um traço do Estado liberal que se acentua no neoliberalismo globalizador, é denominada por Adorno e Horkheimer (1985) de ‘planificação da sociedade’. A planificação da sociedade é a aplicação, em todas as esferas, da razão instrumental – aquela que busca eficiência e controle, sem questionar os impactos sociais e humanos das ações – em detrimento da razão crítica – aquela que visa promover o entendimento da realidade e a emancipação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

A ‘planificação’ ocorre, porque a sociedade se torna cada vez mais programada e determinada por interesses econômicos e políticos, que atuam na construção do futuro de maneira sistematizada, sem levar em conta a pluralidade e o lado humano das relações (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Assim, na medida em que as FA, na materialidade, recebem os atributos da igualdade, da justiça, são acionados sentidos do mesmo campo semântico, mas por oposição: a desigualdade e injustiça de gênero das FA, estabelecidas na diluição da subjetividade feminina a partir da inserção no modo de produção – o único

⁴³ É importante esclarecer que Minogue (2019) discorre sobre a idealização dos princípios de igualdade por parte de movimentos como o feminismo; ao mesmo tempo, sugere que esses movimentos praticam ‘lobby de gênero’, ou seja, querem a igualdade apenas para posições financeiramente estratégicas, de comando, não visando, por exemplo comunhão igualitária de tarefas de base, como as do serviço militar. Portanto, para ele, os movimentos se utilizam de princípios romantizadores para desestruturar a sociedade liberal e fomentar a subserviência estatal, não se tratando de uma ‘ingenuidade’, mas da manipulação dessa ingenuidade.

sujeito que de fato importa para o capital (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A desconsideração das diferenças entre homens e mulheres – e de qualquer diferença, como permite a leitura da propaganda – pode sim corroborar com o conformismo e a subordinação do indivíduo ao poder do Estado (MINOGUE, 2019), porém, isso não ocorre pela tentativa de mitigar as diferenças biológicas, tal qual sugere o discurso conservador, mas pela mecanização do sujeito, seu tratamento enquanto engrenagem.

A partir da apropriação por deslizamento e, posterior, apagamento dos princípios transformadores de gênero performático (BUTLER, 1990), a discursivização da equalização de papéis e justiça de gênero situa a campanha nas proposituras pós-modernas e globalistas de entrelaçamento de pessoas, lugares e atuações e propósitos (GIDDENS, 1991). Demonstra-se, dessa forma, a incorporação da lógica empresarial, financeira, por parte do Estado, através da qual o discurso da igualdade de gênero se torna um produto conectado à oferta neoliberal. Assim, os sentidos de igualdade, da propaganda, não se vinculam ao discurso feminista, mas se apoiam na necessidade da ampliação da força de trabalho disponível para sustentar o sistema de produção globalizado – trajeto no qual a atuação da mulher ganha contornos de igualdade de direitos e cumprimento do conceito de democracia. De tal feita, depreende-se uma operação discursiva, dada pelo deslizamento entre o item lexical ‘direito’ (democrático) e ‘trabalho’, de modo que gozar da cidadania plena, participar da sociedade significa trabalhar na manutenção do modo de produção – o assujeitamento não permite diferente.

Funcionamento similar dispõe-se na propaganda de alistamento de 2021, quando, além da contradição existente na busca pelo distanciamento dos rótulos e construção de nova estereotipação, outra contradição emerge: a concretização da subjetividade da protagonista ocorre mediante o ingresso em um coletivo, o exército. Nessa esteira, o método de interpelação próprio da propaganda mostra-se também impresso na narrativa cenográfica; a projeção da protagonista ganha direcionamento quando ela se torna parte do corpo militar. O pertencimento às FA, ao que é institucional, constitui-se em ‘estar dentro’ no modo de produção capitalista da atualidade – neoliberal e global. Os valores de igualdade são discursivizados para a manutenção da ordem, e a realização individual torna-se um caráter de mão dupla em que se alcança o subjetivo e o coletivo – (supostos) ganhos pessoais por ser subserviente ao Estado. A planificação entre os interesses individuais, coletivos e estatais se entrelaçam à planificação das diferenças, mobilizando sentidos de sociedade igualitária, democrática e harmônica.

Ilustrando o movimento de achatamento, apaziguamento de discrepâncias, a pauta social da igualdade é visualmente apresentada por meio da imagem de uma manifestação pacífica, pela qual a luta social ganha sentidos de equilíbrio, distanciando-se de críticas ‘militantes’, revolucionárias ou, ainda, de classe. Assim, a imagem do exército, ao ser caracterizada pela igualdade de gênero, é construída sob efeitos opostos aos de conflitos, sentidos de não-opressão que deslindam para ‘liberdade de fazer’ e ‘liberdade de ser’. O procedimento que vincula igualdade e harmonia à democracia e liberdade ganha corpo por meio do percurso de construção de Emma. Especificamente, o jogo que se estabelece para apresentar a projeção do enunciador é dado por um processo de capitalização de diversas Formações Imaginárias (FIm) (PÊCHEUX, 1993a), imagens que constituem as posições discursivas da FD militar. Ou seja, o ethos absorve essas projeções para dentro do movimento enunciativo compondo uma imagem de si do enunciador, uma proposta específica compreendida pelo histórico.

No caso, o ethos sintetizado em Emma mobiliza o caráter da equidade, um movimento de planificação entre exterior e interior, coletivo e subjetivo, o modo de produção e o humano – aspectos que definem os lugares pelos quais se organizam os sentidos de democracia e liberdade dentro da FD institucional americana e, em decorrência, a projeção do estado que centraliza essas questões. Os efeitos de liberdade acoplados à noção de democracia são dispersados na materialidade por meio de sentidos oscilantes entre a subjetividade (o ser) e a coletividade (o fazer) que acabam por serem atribuídos à esfera militar – o mesmo procedimento dos outros discursos institucionais americanos (como demonstrado na seção 2.1). O atravessamento dos efeitos de igualdade confere amenidade à relação econômica entre liberdade e democracia. O movimento é próprio da FD institucional militar, no qual liberdade na pós-modernidade é compreendida dentro das coerções econômicas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; PÊCHEUX, 2012). Já a concepção democracia, no contexto liberal/ neoliberal, apresenta-se a partir de sentidos de igualdade (de atuação/ direito/ trabalho).

Deriva-se dos sentidos de democracia, propostas de igualdade de direitos que evocam a liberdade de atuação do mercado que, por sua vez, oscila para liberdades individuais. Eis como a dupla ‘democracia’ e ‘liberdade’ compõe gama neoliberal na atualidade, sendo mobilizada como silenciador da instabilidade dos mercados e das mazelas do Estado, justificando, por exemplo, práticas de guerra, como as chamadas ‘intervenções humanitárias’ – que, de humanitárias só têm o nome. Para pensar sobre isso, é preciso trazer alguns exemplos sobre como ocorrem intervenções militares,

supostamente realizadas em defesa da democracia, da liberdade, da paz e de causas humanitárias:

A intervenção militar unilateral no Panamá, em 1989, levando à derrubada do presidente Noriega (antigo aliado dos EUA) e assegurando, por consequência, a instalação de um governo amigo dos EUA [...]. Na sequência, o governo Bush comandou a Operação Tempestade no deserto, logo após a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. Sob o discurso da democracia, da paz e da liberdade, os EUA comandaram uma coalizão militar composta por 28 países com o aval da ONU, que rapidamente retirou do Kuwait as tropas iraquianas de Saddam Hussein, um antigo aliado e sócio comercial dos EUA. Importante salientar que por trás desta intervenção havia também outros motivos estratégicos, tal como impedir o Iraque de controlar as reservas de petróleo da região das quais necessitavam os países ocidentais (SANTOS, 2006, p. 51).

Na América Latina, o Haiti foi invadido pelos EUA sob a justificativa de uma intervenção “humanitária”, que, no limite, visava garantir um governo com o aval norte-americano e, ao mesmo tempo, evitar a presença de refugiados haitianos na Flórida (SANTOS, 2006, p. 54).

[A] guerra do Kosovo em 1999, em que a aliança militar ocidental, a OTAN, bombardeou ininterruptamente a Sérvia, Montenegro e a província do Kosovo durante mais de dois meses, resultando na prisão do presidente sérvio Slobodan Milosevic, sem, no entanto, reorganizar o país e eliminar os conflitos étnicos. Mais do que salvar vidas e garantir um mundo multiétnico no pós-Guerra Fria, o que estava em causa era a garantia dos interesses geoeconômicos e geopolíticos norte-americanos nessa região, tais como a interferência nos assuntos europeus e a instalação de bases militares no centro dos Balcãs (SANTOS, 2006, p. 56).

Pelos trechos, verifica-se que ‘democracia’ e ‘liberdade’ são invólucros estratégicos na discursividade militar dos Estados Unidos; na prática, acompanham ações militares que geram vítimas e têm como principal intuito a expansão econômico-militar do país. Se na maior parte dos discursos o termo ‘liberdade’ é dado como um valor do neoliberalismo globalizador que ampara a guerra, na propaganda, ele justifica o ingresso às FA, emergindo no alcance individual, não para se contrapor ao aspecto do coletivo, mas para atenuá-lo: ‘liberdade’ é realocado, gerando deslizamentos que neutralizam a proposta do alistamento. Tal efeito também se localiza em um plano histórico. “Vivemos em tempos de ceticismo, em [...] um clima de desconfiança, de desilusão e desespero” (MCLAREN, 2000, p. 54) gestados pela desestabilização dos mercados financeiros (que gera todo tipo de instabilidade, exceto para Wall Street), de modo que, no horizonte pós-moderno, “as condições objetivas do capitalismo ocidental aparecem [...] incompatíveis com a realização da liberdade” (MCLAREN, 2000, p. 54).

A liberdade é, então, posta no discurso por meio de uma proposta de individualidade (uma vez que o coletivo insurge tão fugaz), para que seja modulada dentro dos interesses do Estado; projetada como uma dupla de vantagens permeadas pela

neutralidade operatória, para ocultar as manifestações do complexo com dominante (PÊCHEUX, 2011) – que, exatamente por isso, se encontra no discurso –, tal qual ocorre na propaganda. Em consonância, o item lexical ‘liberdade’ é a peça-chave do discurso institucional norte-americano e insere a campanha no interior de um conjunto histórico de discursos nacionais. É, assim, parte do discurso fundante (ORLANDI, 2001) do país já que atua pelo interdiscurso, suscitando uma memória da nação. Torna-se crucial para a construção da unidade estadunidense, fortalecendo sentimentos patrióticos necessários à construção do estado-nação e que, do pós-guerras até a atualidade, se mostram tão perenes – ainda mais em um mundo multicultural e relativista (BAUMAN, 2000), no qual os diversos ‘unos’ compõem o ‘todo’ e tudo é parte de um ‘mesmo’.

“Estamos cada vez mais vivendo identidades simuladas que nos ajudam a ajustar nossos sonhos e desejos de acordo com os termos do nosso aprisionamento como sujeitos “esquizoides” em um mundo gerado artificialmente” (MCLAREN, 2000, p. 105). A campanha de alistamento norte-americana de 2021 demonstra o exposto, ao ser dada por um vídeo que, entre o individual e o coletivo, evoca mesclas de estereótipos entremeados por sentidos de liberdade com pitadas democráticas. Em uma “cultura [...] hiper fragmentada, a democracia é mantida do poder de controlar a consciência e de semiotizar e disciplinar [...] através do mapeamento e manipulação de sons, imagens e informações” (MCLAREN, 2000, p. 105). A propaganda torna-se particularmente eficaz nessa questão, disseminando valores que fazem sentido dentro de uma estrutura econômica (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). “O Estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir à distância sobre as massas. É esta toda a arte da propaganda” (PÊCHEUX, 2012, p. 14). Investindo para a composição de uma simulação neoliberal, os mecanismos da propaganda estatal tornam-se ecos do capital (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Assim, a propaganda permite que as condições mais contraditórias (e que poderiam ser pontos fracos) do neoliberalismo globalizador tornem-se pontos fortes, nos quais os sentidos se engendram em favor dos posicionamentos militares do país – os mesmos que se apresentam, na prática, extremamente complexos e problemáticos. No alistamento, aproveita-se da fragmentação subjetiva para que se construa uma imagem libertadora de FA e, ao mesmo tempo, conferir ao enunciatório um lugar consagrado no corpo social. Desdobra-se, assim, o efeito de ‘libertação salvadora’ – fruto do político e que repousa no histórico, tem sua origem na construção da imagem de nação messiânica, organizada quando o deslizamento entre ‘liberdade’ e ‘salvação’ sofre o atravessamento religioso no discurso institucional norte-americano. No geral, a associação entre o

discurso religioso e o discurso político não é de todo díspar; muito pelo contrário, demasiadas são as circunstâncias em que a política se fundamenta por pressupostos religiosos. Entretanto, a questão ganha certa verticalidade no caso da FD dos Estados Unidos.

Pela análise histórica proposta por Junqueira (2022; 2018) é possível depreender que a liberdade assume, para a nação americana desde seus primórdios, um empreendimento, para além da ordem do político, situado em esferas superiores – o campo do divino. Ayerbe (2009) aponta diversos momentos da história dos EUA em que o propósito da liberdade é compreendido a partir de uma missão divina da terra, para demonstrar a base religiosa sob a qual a política externa (e de guerra) do país é conduzida. Nesse prisma, o governo norte-americano é discursivizado como aquele que é abençoado, por compactuar e promover os propósitos de Deus (AYERBE, 2009), uma espécie de nação-representante da divindade. A assertiva, enquanto parte das condições de produção dos discursos institucionais, proporciona uma determinada leitura para o título da materialidade – ‘O chamado’ – e para alguns pontos em que a proposta da propaganda é apresentada pelo uso do participípio passado do verbo ‘chamar’. O procedimento, como apontado, promove a mitigação do enunciador (as FA), reiterando o jogo de distanciamento e aproximação entre o subjetivo e coletivo.

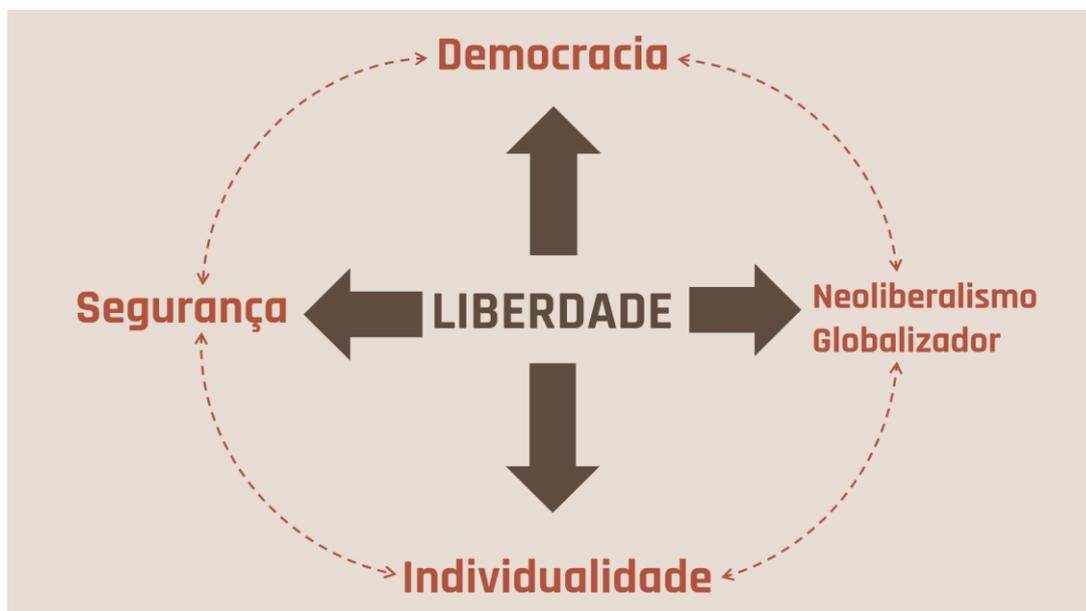
O batimento entre interior e exterior gera efeito de fusão que, por sua vez, desliza para uma gama de significação disposta alhures – no universo religioso – referente ao ‘chamado divino’. O sintagma ‘o chamado’ está largamente disposto na formação religiosa e se relaciona a uma mescla entre interioridade e exterioridade, um vínculo no qual o alcance ao propósito individual corresponde ao propósito de forças superiores – o propósito máximo de Deus. No caso da peça de alistamento, a sublimação da ordem de quem fala coloca a origem do discurso em um patamar elevado e não muito especificado, passível de ser interseccionado à esfera religiosa. A expressão é apresentada como referente às FA, um chamado do Estado; todavia, o esvaziamento do sujeito sintático promove certa ambiguidade, permitindo a compactação entre os sujeitos ‘forças maiores’ e ‘forças armadas’. Vê-se, por essa via, o movimento de continuidade e perpetuação de uma imagem sobre o país – amparada por Deus (ou até sua própria personificação) e, assim, sem impedimentos para prosseguir em seu projeto de dominação (JUNQUEIRA, 2018).

São os traços vinculados ao item lexical ‘liberdade’ que operam como mediadores da relação exército, enunciador e enunciatário; corroboram e inserem o discurso da

campanha no conjunto dos discursos institucionais norte-americano, conectando-se ao discurso da salvação, da excepcionalidade deífica de uma nação com projeto único e esplêndido (JUNQUEIRA, 2018) – presentes desde a formação do Estado. Por esse horizonte desenhado, afirma-se que o quesito da ‘liberdade’ delineada no seio do sistema econômico e político do país é a base da oferta da propaganda. Colocada no escopo da individualidade, toma rumos exteriores, no neoliberalismo, no multiculturalismo e na globalização, sempre apoiada por uma concepção de nação-líder moldada pelo atravessamento religioso. Ao se apropriar das pautas de gênero, da equidade, da subjetividade, através de sentidos de liberdade deslizantes do ethos de Emma, a propaganda organiza o mundo ético (MAINGUENEAU, 2008b) promovido pelas FA, aquele regido sob a égide estadunidense.

Grosso modo, o argumento que se estabelece é: existe uma nação-divina, movida por ideais de liberdade corporificados por uma organização política e econômica, e que anseia em levar essa estrutura a todo canto do mundo, fazendo uso (inclusive) do sistema militar; uma vez inserido nesse sistema, alcança-se o bem próprio e o bem comum. A Figura 20, abaixo, registra a posição medular de ‘liberdade’, na configuração do discurso institucional militar dos Estados Unidos, residente também na propaganda.

Figura 20 – A operacionalização de ‘liberdade’ na organização de um mundo ético norte-americano.



Fonte: Elaborado pela da autora (2024).

A partir da disposição dos elementos presentes na Figura 20, verifica-se o jogo de retroalimentação entre os sentidos de individualidade, segurança e democracia, inerentes

ao sistema político-econômico, a partir da noção de liberdade: o item lexical ‘liberdade’ é que permite que um resvale para o outro, configurando-se como a principal pauta do discurso governamental. Por tais efeitos, o governo é projetado no discurso e insere a liberdade como uma característica da nacionalidade, parte do patriotismo, a ser distribuída pelo mundo. É um movimento oriundo da FD institucional (que engloba o discurso militar do país) e presente na campanha de 2021, no qual os atributos do domínio e imposição ganham vestes de generosidade. Com efeito, a discursividade da campanha atua harmoniosamente com as políticas militares governamentais e com a continuidade dos pilares do discurso militar dos Estados Unidos. Atribui, à materialidade, caráter fundador, e simultaneamente a insere na pós-modernidade marcada pelo neoliberalismo globalizador e liderada pela financeirização norte-americana.

As questões apontadas não são questões que se limitam à cartografia do país, mas significam em associações intergovernamentais e alianças com outros países. Tanto que, na introdução desta pesquisa, foi feita uma inferência a respeito dos reflexos produzidos pelo discurso militar dos Estados Unidos da América (EUA) na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). De fato, frequentemente os dizeres institucionais estadunidense reiteram o alinhamento às políticas da Organização. Tal convergência também se dispõe por meio dos recursos da propaganda; a análise realizada neste capítulo permite apontar como isso ocorre. Em tempo de desenvolver a questão, recorre-se à análise sócio-histórica do documento normativo da OTAN, do fim da União Soviética (1991) até a atualidade, proposta por Barroso (2006). Segundo a autora, com o fim da ambientação bipolarizada que cerceava o mundo durante a Guerra Fria, o papel da OTAN foi ressignificado, associando “diretamente a noção de segurança à estabilidade regional, derivada da consolidação dos valores democráticos e liberais [...] sobretudo com referência aos direitos humanos” (BARROSO, 2006, p. 44).

Inicialmente, a Organização havia sido fundada com intuito antissoviético (sob a película da ‘segurança’). Só não findou com a queda do Muro de Berlim pelo fato de “os Estados Unidos encararem a sobrevivência da aliança como uma ótima oportunidade para disseminação desses mesmos valores para os países do ex-bloco comunista” (BARROSO, 2006, p. 48). Os pilares da democracia liberal foram institucionalizados nas diretrizes da OTAN, refletindo sua “a incorporação, ao menos parcial, [...] pelos países membros em suas percepções do que devem ser as relações interestatais” (BARROSO, 2006, p. 44). Em uma perspectiva multipolar (dentro do movimento globalizador), as moções políticas, econômicas, militares e de direitos humanos passam a ser trabalhadas em

interseccionalidade pelo discurso da Organização, mas sem o direcionamento sólido no que diz respeito ao seu elemento fundador – a segurança (BARROSO, 2006). Nas palavras do próprio documento:

“[...] o novo ambiente não muda o propósito ou as funções de segurança da aliança, mas, ao contrário, sublinha sua contínua validade [...] por outro lado, a mudança no ambiente oferece novas oportunidades para a aliança enquadrar sua estratégia em uma visão mais ampla de segurança” (NATO, 1991, art. 14, n.p., trad. livre)

O excerto apresenta uma característica latente em toda a diretriz: a necessidade de existência da coalização e seu compromisso com os princípios da nova ordem mundial – que, por ainda não ter seus contornos delimitados, tornam vagas as definições. A expressão ‘visão ampla de segurança’ (e sua ausência de explicação sobre isso) reverbera esse ponto. Ao longo de 59 artigos, as expressões *new environment* (novo quadro ou cenário, no caso), *stability* (estabilidade) e *security* (segurança) aparecem repetidamente, com a mesma porosidade. Embora a normativa esteja concentrada na “primazia das questões políticas na garantia da segurança, o documento peca em concatenar os novos desafios estipulados, ou novas ameaças de natureza não militar, com elementos de natureza militar” (BARROSO, 2006, p. 52). Ou seja, o conceito de ‘ameaça à segurança’ torna-se elástico e ganha atributos políticos (BARROSO, 2006); permite, ainda, com que outras noções tomem palco no documento, como a ‘autodefesa’, expressa em: “nunca nenhuma das armas da OTAN será usada exceto para autodefesa [...]” (NATO, 1991, art. 35, n.p., trad. livre).

No documento, a ‘ameaça’ que demanda a ‘autodefesa’ não oferece precisão de leitura, permitindo sentidos, aos quais podem ser incorporados interesses outros, desde que sejam regulados pela ‘restauração da paz’. ‘Autodefesa’ e ‘segurança’ somadas à flexibilidade das outras expressões chaves abrem margem para todo tipo de interpretação, compreendendo qualquer indício de variação na esfera do político, econômico, social e em qualquer país do mundo (BARROSO, 2006). Os objetivos das atividades da OTAN foram, assim, discursivizados a partir de uma natureza mais abrangente, cerceada pelos valores da democracia (neo)liberal e da sociedade de mercado (financeiro) – os pilares da globalização e da hegemonia norte-americana. Com isso, abre-se espaço para práticas como as ‘intervenções humanitárias’ – que mantêm propósitos econômicos mascarados de compromisso com os direitos humanos – frequentemente apoiada pelos países compositores do órgão. Em 1999, o documento normativo da OTAN sofreu algumas alterações, mas esses meandros permanecem.

Dispersa no palco da modernidade líquida (BAUMAN, 2000) – em que as incertezas (financeiras, identitárias, políticas) constituem-se a maior certeza, e as diversas esferas sociais se encontram fundidas (MCLAREN, 2000) –, a permeabilidade das significações nos arquivos da OTAN fazem parte de um procedimento discursivo típico, fruto inclusive de uma noção interacional do discurso (SOARES, 2023b) na qual os sentidos tomam determinados rumos de acordo com a FD em que são formulados (PÊCHEUX, 2011). A rarefação de sentido pontuada compactua com o contexto da globalização, do multiculturalismo, permitindo a discursivização de ‘segurança’ e ‘democracia’ como equivalentes para ‘libertação’ e ‘liberdade’. Pelas condições de produção comuns que cerceiam o discurso da OTAN e o do alistamento, verifica-se que os sentidos de ‘segurança’ se articulam similarmente à questão da ‘liberdade’, ao passo que um desemboca no outro. Por mais que o termo de normas da OTAN apresente a presença mínima dos termos ‘*freedom*’ e ‘*liberty*’, quando estes se encontram, são pareados à segurança democrática, remontando sua relação no plano neoliberal e no discurso norte-americano.

Nessa perspectiva, ‘estar seguro’ é ‘estar livre’ e para tal, é preciso ‘estar em uma democracia’ – americanizada. Já na propaganda de alistamento, não existe nenhuma menção para o termo ‘segurança’. Porém, esse pode ser apreendido a partir da validação de identidades fragmentadas, que gera o efeito de reconhecimento e segurança. As projeções do enunciatório agregam no chancelamento da existência do sujeito múltiplo, fomentando a ‘segurança’ em poder ser ‘quem se é’ implicada em um ideal de ‘liberdade’. Assim, a peça conecta tais itens lexicais sem mencioná-los diretamente. Vale pontuar que o discurso oficial da Organização e o da propaganda militar de 2021 não dialogam somente por sentidos deslizantes (entre liberdade e segurança), mas, sobretudo, por recursos similares: o silenciamento de especificidades (de sentidos); o efeito de neutralidade dado pela amplitude de significações que tornam certos itens lexicais ‘multifacetados’ e aberto a interpretações (possibilitando diversos tipos de ações) e às contradições advindas.

Ao se unirem pela operacionalidade, propaganda e discursos oficiais são situados em um mundo neoliberal e globalizado, constituindo-se fluxos ordenado e dispersado nos bastidores da nação norte-americana, por meio de um procedimento institucional que busca valorizar as particularidades, mas somente se puder inseri-las à serviço do modo de produção. Discorre-se disso que o discurso institucional político militar dos Estados Unidos e da OTAN se compactuam pelo método de atuação, em uma proposta de sentidos

deslizantes entre ‘paz’, ‘liberdade’, ‘democracia’, ‘globalização’ e ‘neoliberalismo’. A OTAN é, na atualidade, a maior e mais forte organização ocidental, de modo que toma para si a propriedade de segurança global; os EUA, uma das maiores potências. A união dessas instancias não passa despercebida, uma vez que o projeto expansionista da nação está precisamente amparado no berço da OTAN e, nessa esteira, pelos outros países – sobretudo no caso inglês, cujos moldes institucionais encontram-se amplamente difusos na sociedade atual (PASSETTI, 2016).

A nação dominante no ocidente é uma ex-colônia britânica, o que torna a questão mais simbólica ainda, demonstrando a extensão do poder dessas estruturas. Seus ideais representam evoluções do sistema liberal concebido na época do imperialismo inglês, tomam corpo na nova ordem e se solidificam. Não é possível afirmar que são inabaláveis, uma vez que suas próprias contradições permitem o surgimento de oposições ao poderio norte-americano:

A estratégia de segurança norte-americana [...] trouxe um ambiente de insegurança geral e permanente no sistema mundial, fato que levou, por exemplo, a Coreia do Norte a reativar suas usinas nucleares e o Irã a incrementar seu programa de enriquecimento de Urânio [...] Dentro da própria sociedade norte-americana têm aumentado as posições contrárias à estratégia de segurança dos EUA [...]. [...] Também está em curso uma revigoração do nacionalismo no âmbito de determinados Estados nacionais (China, Rússia, Índia, Japão, alguns países europeus e em outras regiões), que pode se traduzir em estratégias militaristas e expansionistas no sistema mundial no futuro (SANTOS, 2006, p. 62-63).

Todas essas questões cooperam para que limites à estratégia de soberania do país ocorra em momentos futuros (SANTOS, 2006). Por agora, é importante pontuar que o neoliberalismo globalizador perdeu seu encanto “à medida que seus resultados foram acelerando as divisões, polarizações, hierarquias e desigualdades tanto entre os Estados nacionais que compõem o sistema mundial quanto entre suas respectivas classes sociais” (SANTOS, 2006, p. 63). Os pontos relativos às desigualdades e incoerências que cerceiam a doutrina neoliberal e promovem o desgaste do sistema político e econômico serão vistos no próximo capítulo, por meio do cotejo analítico entre as propagandas militares apresentadas. O confronto entre as materialidades de origem anglicana – Reino Unido e Estados Unidos – estabelece um traçado ideológico do discurso militar ocidental, verificando-se, assim, como o discurso de países-chave da OTAN atuam em consonância para manutenção – ou a queda – do discurso neoliberal.

CAPÍTULO 3: O PROJETO DO CAPITAL NO DISCURSO INSTITUCIONAL MILITAR DO OCIDENTE

Buscando delinear a configuração da Formação Discursiva (FD) (PÊCHEUX, 2011) Militar em países que representam a centralidade da Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN), esta dissertação foi organizada até aqui em torno da análise discursiva de recentes campanhas de alistamento produzidas pelos governos norte-americano e britânico. Diante das investigações precedentes, é preciso ainda verticalizar a questão, por meio do inter cruzamento entre tais materialidades discursivas, para que se possa pontuar os traços de semelhanças e diferenças que organizam a FD em voga. Com esse direcionamento delineado no horizonte, este capítulo é destinado ao cotejo analítico das propagandas militares do Reino Unido (ARMY JOBS, 2022) e dos Estados Unidos (GOARMY, 2021). O confronto de elementos internos ao *corpus* da pesquisa torna-se necessário uma vez que a FD “não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais” (PÊCHEUX, 1993b, p. 310).

Por mais que o discurso militar e institucional seja aqui considerado a partir de elementos estabilizadores de uma FD – como as duplas ‘poder’/ ‘glória’, no discurso do Reino, e ‘liberdade’/ ‘democracia’, nas produções governamentais estadunidenses –, o funcionamento não é isolado, pelo contrário, são pontos que se fundem uns aos outros, seja por refutamento ou reafirmação, aliando ou repelindo-se, tanto quanto os posicionamentos militares das nações cuja discursividade foi discutida. Elencar os pontos de maior relevância – tanto de convergência, quanto de divergência – das materialidades possibilita apresentar a heterogeneidade constitutiva e estabelecer um panorama do discurso militar enquanto dispositivo ideológico. Assim “o fechamento da maquinaria [estrutural] é conservado, ao mesmo tempo que é percebido como o resultado paradoxal da irrupção de um ‘além’ exterior e interior” (PÊCHEUX, 1993b, p. 310). Nessa relação interdiscursiva, leva-se em conta, o papel exercido pelo Reino Unido na história do ocidente, modelando instituições e deixando um legado inclusive a partir de uma colônia que é, hoje, uma potência no mundo – os Estados Unidos (PASSETTI, 2016).

O trajeto do militarismo britânico permite desembocar no norte-americano, sendo que ambos compõem lados da mesma moeda: uma organização social em torno do capital. A comparação torna-se elementar, sobretudo para se compreender a discursividade de

uma aliança político-militar representativa em termos de atuação, tal qual a OTAN. Seguindo o ordenamento dos capítulos anteriores, o cotejo está seccionado em três partes. A primeira abrange tópicos relativos às Formações Sociais em que o discurso militar dos respectivos países se origina e sob as quais a OTAN se funda, abordando algumas questões relativas à pós-modernidade e à globalização. A segunda é voltada para as análises realizadas, especificando vínculos e assimetrias na discursividade das propagandas com o apoio do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso. Na última, o cotejo analítico é associado às condições de produção, respondendo às questões norteadoras desta pesquisa. Esse procedimento permitirá, nas Considerações Finais, o engendramento de uma discussão em torno do caráter fundador do discurso militar, tal qual propõe a hipótese desta pesquisa.

3.1 Considerações iniciais: pós-modernidade, tecnologia, armamentos e gênero nas condições de produção do discurso militar ocidental

Como diversas vezes foi apresentado neste trabalho, pensar no discurso militar implica pensar na organização político-econômica, dado que a confluência entre esses setores na organização estatal rege suas condições de produção. Assim, falar do militarismo ocidental pressupõe abordar os enunciados produzidos por países que exercem a maior influência no plano do político e do financeiro, tais como os norte-americanos e britânicos. Direcionando o olhar ao quadro histórico do militarismo dessas nações, verificou-se que o papel desempenhado pelo Reino no período imperial resulta na regulação das relações sociais atuais aos moldes ingleses: “a principal potência mundial é uma ex-colônia britânica; o idioma mais importante é o inglês; o sistema político mais defendido é o democrático, e o econômico predominante é o [neo] liberal” (PASSETTI, 2016, p. 21). O avanço tecnológico das Revoluções Industriais, ainda, atua como mola propulsora ao capitalismo dos Estados Unidos, que pôde ampliar o modelo de financeirização iniciado no pós-guerras, em um movimento que favorece a expansão e o domínio norte-americano (SANTOS, 2006).

Percebe-se disso, que esses Estados, em momento diferente, protagonizam a organização capitalista pelo globo, formatando e fornecendo continuidade; suas políticas militares também se estruturam e corroboram para o mesmo fim. A união através da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) simboliza esse trâmite de continuidade no âmbito político-militar que reverbera no discurso. De todo modo, o marco da

convergência entre tais Formações Sociais na intervenção global ocorre com a potencialização tecnológica – por ela, a capacidade da mídia de produzir e reproduzir valores é amplificada (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) e a concretização do capitalismo neoliberal e globalizador acontece (BAUMAN, 1999). Adorno e Horkheimer (1985) discorrem acerca do arranjo socioeconômico a partir da ‘mídiação’ na pós-modernidade. Para eles, o modo de produção do período não se institui da novidade, mas da reconfiguração; a grande mudança reside na tecnologia, que tonifica a organização do capital sobretudo por robustecer o dispositivo midiático.

Amparada pelos mediadores tecnológicos, a mídia cria “o efeito de evidência do mundo, através da projeção de sons e imagens” (SOARES, 2022, p. 47) – um viés discursivo da construção da realidade voltado para a informação e o divertimento. A mídia, guiada pela “lógica da falta (de informação) e da necessidade (do entretenimento)”, potencializa as demandas sociais, desdobra-as e estabelece novas (SOARES, 2022, p. 59); sistematiza e opera como uma ‘grande consciência’ que serve a um grupo econômico privilegiado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A atividade midiática torna-se um Aparelho Ideológico (ALTHUSSER, 1980) que, por se valer das tecnologias de comunicação, chega em todos os ambientes – incluindo as práticas culturais (como a música e o cinema) –, fazendo com que os mais diversos discursos circulantes se tornem propaganda de um modo de vida, difundindo valores sedimentados e criando outros de forma rápida e eficaz (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Dessa dinâmica, resulta a supressão das individualidades e a planificação da sociedade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) em prol do assujeitamento ao capital simbólico e financeiro.

Afirma-se, portanto, que o discurso midiático está intimamente vinculado ao político, eles se retroalimentam; juntos, compõem a gama do discurso dominante. O Estado, enquanto instituição arregimentada pelo modo de produção, está em um lugar de conforto ao se utilizar da mídia: a partir desse apelo, seu discurso ganha tonalidades que facilitam sua adesão e capitaliza necessidades. No caso do discurso militar, não é diferente: os valores da economia neoliberal do mundo globalizado estão expressos, difundidos por mecanismos discursivos midiáticos (o informar/entreter através de diversas semioses) que interferem na construção de sentidos planificadores coadunantes com o mundo globalizado. Adorno e Horkheimer (1985) não chegaram a tratar da questão da globalização – que, na altura, se encontrava em um estágio embrionário⁴⁴ –, mas, por

⁴⁴ A publicação original da obra data 1947.

eles, é possível observar um preâmbulo do que ocorre atualmente, tangente às contradições do sistema político e econômico: a tecnologia dos meios de comunicação une e simultaneamente isola, ao passo que assujeita e iguala.

A rápida difusão de informações dilui as individualidades e as insere em um coletivo pautado pelo neoliberalismo, minando qualquer forma de resistência (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Em suma, no cenário da globalização, a tecnologia aponta como meio e como fim: aprimorada pela união dos mercados industriais, acelera a comunicação entre as diversas nações e a circulação dos discursos institucionais, e se coloca, em sua forma e conteúdo, sumariamente a serviço de um mundo globalizado gerido pelo capital financeiro. No âmbito dos enunciados institucionais militares, a tecnologia é assunto e veículo – basta verificar os discursos promovidos pela OTAN e pelos governos norte-americanos e britânicos (apresentados nos capítulos anteriores) em que a pauta tecnológica (abordada como expediente da segurança das nações) emerge amplamente pelos dispositivos de mídia, os jornais e *websites*. A questão concatena-se ao discurso militar, não apenas no procedimento de difusão, ainda por sua discursivização (‘segurança’) que a torna equivalente ao armamento.

O deslizamento da tríplice tecnologia-segurança-armamento é encontrado na teoria sociológica de Anthony Giddens (2008), entusiasta da globalização⁴⁵. O autor busca resgatar a relevância do Estado-nação enquanto célula-social atrelada às Forças Armadas (FA) – “o principal veículo da organização política do mundo contemporâneo, reconhecido como mantendo legitimamente o monopólio dos meios da violência” (GIDDENS, 2008, p. 270). Frisa que tal relação é atravessada pelo industrialismo, uma vez que a constituição do Estado ocorre pela habilidade militar de resistir aos ataques externos, usando “novas formas organizacionais e novos armamentos” (GIDDENS, 2008, p. 271); em outras palavras, “o domínio militar moderno depende de um controle centralizado de armamento de uma guerra industrializada, e de um exército efetivo burocratizado” (GIDDENS, 2008, p. 290). A sistematização das armas é fruto de um alto nível de coordenação administrativa desenvolvido no Estado-nação, uma concentração que depende de condições de vigilância apurada (GIDDENS, 1991).

⁴⁵ Anthony Giddens é sociólogo, um dos idealizadores da política da Terceira Via do governo do primeiro-ministro britânico Tony Blair. Para ele, “a globalização nunca foi resultado de políticas escolhidas conscientemente e não pode ser revertida por decisão nossa. Ademais, apesar das perspectivas sombrias que se apresentam para boa parte do mundo no momento atual, a globalização oferece benefícios, incluindo vantagens para os países mais pobres, que não podem ser alcançados de nenhuma outra maneira” (GIDDENS 2001, n.p).

“A vigilância se refere à supervisão das atividades da população [...] [e] pode ser direta [...], mas, mais caracteristicamente, ela é indireta e baseada no controle da informação (GIDDENS, 1991, p. 55). Modelar e coordenar os meios de violência – o poder militar – é, então uma das formas em que a vigilância atua. Desse modo, a sociedade atual para Giddens (1991) se estrutura sobre quatro pilares que intercedem um pelos outros: o capitalismo, o industrialismo, o poder militar e a vigilância. A tecnologia atravessa tais esferas, mas o importante de ser aqui explicitado é como essas questões promovem a discursivização da segurança, a partir da vigilância. Os sistemas de vigilância coordenam o que Giddens (1991) chama de sistemas peritos (ou conhecimentos peritos), estabelecidos por uma relação de confiança. O autor exemplifica: “Quando saio de minha casa e entro num carro, penetro num cenário que está completamente permeado por conhecimento perito – envolvendo o projeto e construção de automóveis, estradas, cruzamentos, semáforos e muitos outros itens” (GIDDENS, 1991, p. 30).

“Há frequentemente forças reguladoras além e acima das associações profissionais com o intuito de proteger os consumidores de sistemas peritos” (GIDDENS, 1991, p. 31), e é na vigilância fornecida por essas que a confiança de estabelece. Por ordenar o desencaixe espaço temporal das relações (GIDDENS, 1991), os mecanismos de vigilância e confiança resultam na segurança em se viver em sociedade. Assim, confia-se (ou, pelo menos, não resta outra escolha, dado que a possibilidade de falha é sempre contabilizada⁴⁶) nos organismos militares – tais quais a OTAN – em sua atuação para conter ou ganhar a guerra, sobretudo se estão munidos do aparato tecnológico. Observa-se, dessa maneira, vínculos específicos entre industrialismo, organizações militares, armamentos que atuam pela vigilância em prol da segurança. A teorização proposta pelo autor não se limita aos armamentos, mas permite trazer a luz o modo sob o qual o militarismo se insere dentro da sociedade contemporânea: permeado pela tecnologia, pautando-se em relações de confiança e sendo uma das formas de vigilância que arregimentam parte do modo de produção contemporâneo.

Possibilita também, observar o poder militar na perspectiva da globalização, uma vez que o Estado “possuidor dos meios de empreendimentos de guerras industrializadas, em um contexto global [...], participa e promove um processo generalizado de

⁴⁶ Nas relações de confiabilidade nos sistemas, o risco passa a ser reconhecido, na medida em que se aceita “não só a possibilidade de que as coisas possam sair erradas, mas que esta possibilidade não pode ser eliminada” (GIDDENS, 1991, p. 100), de tal modo que segurança e insegurança rege o funcionamento dessas trocas.

militarização dentro do sistema mundial como um todo” (GIDDENS, 2008, p. 270) – eis como a ‘vigilância’ emerge frequentemente nos discursos dos países da OTAN acoplada à globalização: focalizando a questão da segurança da população do mundo⁴⁷. Os efeitos de sentido, nessa gama significativa da prática militar, não suprimem o caráter opressor (relativo a ‘vigiar’ e ‘punir’) do termo, mas o direciona ao inimigo (da democracia, do modo de produção ou, na mesma perspectiva, da nação que a profere). Logo, um dos pontos que organiza a FD militar ocidental, inserida no neoliberalismo globalizador, a segurança, é fomentado pela tecnologia: “O desenvolvimento tecnológico aplicado aos armamentos trouxe consigo, no curso dos séculos, um constante aumento dos dedicados à pesquisa científica, à produção e ao uso dos armamentos, representando hoje um dos setores fundamentais” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 432).

Todos esses pontos constituem a globalização que, por se atrelar ao modo de produção, são entendidos a partir do viés econômico. Giddens (2000), no entanto, adverte que o fenômeno não se reduz ao mercado global. Tanto a economia capitalista mundial quanto o poder militar, a divisão internacional do trabalho e o próprio sistema de Estados-nação são dimensões institucionais da globalização – que deve ser, nessa prospectiva, compreendida, extravasando o político e econômico, por características sociais e culturais. Isso significa que o militarismo também é transpassado pelo social e o cultural, assim como as outras instituições: “a globalização se refere essencialmente a este alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram [...] como um todo” (GIDDENS, 1991, p. 60). Alguns pontos sobre isso já foram apresentados, especialmente quando se abordou sobre o relativismo cultural (MEIRELLES; AYDOS, 2017) que, ao ser apropriado pela ideologia global, confere a todas as culturas o aspecto igualitário e compositor do quesito humanidade.

Também foram mostrados, sobretudo na análise do segundo capítulo, os desdobramentos militares que tal feita permite: a defesa do sistema democrático como patrimônio indiscutível do legado humano, que permite a diversidade; a vazão para a questão da liberdade individual; e a concepção de equidade que confere às subjetividades o poder de estar inserido na sociedade por meio do militarismo. Se, segundo Giddens

⁴⁷ A expressão ‘a OTAN permanece vigilante’ e similares são frequentemente evocadas pelos discursos da Organização, quando se trata de suposta ameaça à ideologia ocidental. Recentemente, foi utilizada pelo Secretário-geral, Jens Stoltenberg, durante uma coletiva de imprensa, em Bruxelas, para tratar a respeito da probabilidade do uso do poder nuclear por parte dos governo russo, na guerra da Ucrânia (SIEBOLT; VAN CAMPENHOUT; MEIJER, 2023).

(1991), a globalização é inerente à modernidade, e não é possível cessá-la por vontade individual ou decisão governamental, pode-se, aqui, estabelecer um padrão crítico acerca dessa conjuntura a partir da estrutura militar. Quando se pensa na questão da cultura, nos princípios da individualidade, na equidade e suas discursivizações dentro das FA enquanto práticas democráticas, uma temática em particular toma corpo: a inserção da mulher no exército. Primeiramente, é preciso enfatizar que “[o] dever do adestramento militar não abrange as mulheres na maior parte dos países”. É uma exclusão historicamente relacionada com a exclusão da mulher da vida política e do gozo dos principais direitos civis” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 507).

Em uma configuração na qual ‘democracia’ é um sintagma recorrentemente explorado por seu valor globalizador, estar em serviço militar significa ser um membro de proteção das forças democráticas e, por isso, realizar um trabalho que adquire gama política de grande peso social – uma forma de garantir a liberdade, de acordo com os discursos da própria OTAN. A liberdade é um valor econômico direcionado inicialmente, em uma perspectiva liberal, à livre iniciativa privada: a competição no mercado deve ser dada de forma igualitária e sem interferência do Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). Nesse contexto, liberdade e cidadania operam de maneira complementar: a extensão da participação na economia permite dilatar os sentidos de cidadão, e o item lexical ‘liberdade’ se esvai para a esfera social e adquire sentidos de equidade de direitos e deveres. No neoliberalismo, tais efeitos prosseguem, mas são lapidados. A ideologia globalista que acompanha o sistema financeiro se pauta pela discursivização da igualdade de direitos, edificada desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948), e inserindo, direitos de atuação e de individualidade.

Guiada pela proposta de equalização das oportunidades, emerge uma espécie de nova ampliação no sentido de cidadão e de possibilidades trabalhistas que incluem o feminino na participação social – pelo menos pelo aparato legal –, oriunda do deslizamento do âmbito econômico, cruzando o político e atingindo o social. É nesse cenário – acrescido das lutas feministas pautadas pela recusa do conceito de desigualdade biologizante e pela afirmação de que a inferioridade é uma concepção repousante na condição histórica das mulheres – que a mulher ganha espaço trabalhista, invadindo gradativamente a carreira militar e o alistamento voluntário (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000). O recrutamento no ocidente, todavia, permanece obrigatório apenas para membros do sexo masculinos: “nas democracias ocidentais, o problema da extensão da conscrição obrigatória às mulheres – apresentado às vezes como uma réplica polêmica

aos movimentos feministas – não surtiu até hoje algum efeito” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 507).

Mesmo assim, a discursivização da inserção da mulher no alistamento não obrigatório permite a manutenção do “espírito democrático dos modernos ordenamentos estatais: o dever de cumprir o serviço de recruta e, portanto, de se preparar para a ‘defesa da pátria’” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 507). Vale acrescentar que ‘dever’ e ‘direito’ perpetuam sentidos deslizantes, faces constituintes do papel de cidadão, de modo que um culmina no outro. O dever de servir, quando se trata da nação, resvala para um “direito historicamente adquirido, em oposição ao monopólio da defesa e do poder militar mantido antes pela aristocracia e pelos militares de profissão” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 507). Nesse viés, a incorporação feminina ao setor armado (ainda que voluntária) é comumente percebida como a equalização dos direitos, um fator proveniente da acentuação democrática em um meio composto, em tempos anteriores, majoritariamente pelos cidadãos homens. É, pois, um movimento de atualização que aproxima as FA ao modelo social da globalização, estabelecendo um vínculo entre prática discursiva e enquadramento social.

O adendo tecnológico da atualidade fortalece a questão, possibilitando a atenuação de determinações biológicas – usadas comumente como argumentação contrária a manipulação feminina dos armamentos. Tais concepções investem na prerrogativa da força física, caracterizada como própria dos indivíduos masculinos, para justificar a necessidade da estruturação militar em permanecer à essa parcela da população. Caem por terra, quando o manuseamento de drones ou lançamento de mísseis (por exemplo) não requerem o atributo ‘força física’, apenas a preparação técnico-intelectual. Assim, ‘tecnologia’, afora a ‘segurança’, remonta sentidos de equidade social. Porém, os pontos que tangem o social e o cultural (incidindo no político), não podem ser completamente desacoplados do quesito econômico, dado que os primeiros asseguram a manutenção do segundo. O alistamento “só conservou formalmente o caráter democrático uma vez que o monopólio veio normalmente a reproduzir-se com a profunda diferença qualitativa que existe entre FA e os elementos provisórios provenientes do alistamento” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 507).

A divisão do trabalho militar prescreve, de um lado, uma elite militar fixa, treinada e que concentra a inteligência, a burocracia e a interlocução direta com o político; de outro lado, estão os membros do alistamento, sejam homens ou mulheres, escalados para trabalhos provisionais. Se o caráter democrático discursivizado pela presença feminina

no exército não significa, na prática, o aumento na participação política dos cidadãos, do ponto de vista da liberdade feminina e da inclusão é mais ainda controverso. Da mesma forma que “libertar os burgueses das injustiças do passado feudalista e absolutista serviu, através do liberalismo para desencadear o maquinismo”, “a emancipação da mulher desemboca em seu adestramento como parte das forças militares (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 105). Na mesma direção, a discursividade da inserção feminina enquanto prática democrática vem a consolidar a ordem mundial. O problema volta-se a uma questão que Adorno e Horkheimer (1985) classificam como tônica humana: as técnicas indispensáveis para a dominação da natureza e de outras espécies (ou ainda, dentro da espécie) que se tornaram cada vez mais especializadas e soberanas.

Mediante o predomínio da razão instrumental sobre a razão crítica, ocorre um retorno violento e unilateral das forças opressoras contra a humanidade (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). Por ela, os homens são impelidos à ordem financeira e objetificados – são meio e não finalidade sob a qual o capital prevalece (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). Não é papel desta dissertação simplificar ou ainda credibilizar as contradições do capital pela máxima marxista. A intenção aqui é delinear a FD Militar para que se possa depreender seu papel social reificado discursivamente e se posicionar a esse respeito. Por enquanto, observou-se algumas questões no que diz respeito aos efeitos de sentido no militarismo contemporâneo, instituídos em uma ordem global norteada pelo neoliberalismo, e que fazem parte das condições de produção do discurso militar ocidental. Tecnologia, armamento, e gênero feminino são pontos que entrelaçam as propagandas analisadas, como será exposto na próxima seção, referente ao cotejo da campanha britânica (ARMY JOBS, 2022) e norte-americana (GOARMY, 2021) de alistamento.

3.2 Faces e interfaces da cena e do ethos nas propagandas de alistamento dos países da OTAN: a organização do discurso militar ocidental

Em momentos anteriores, foi averiguado que o discurso militar da Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN) apresenta expressivos pontos de confluência com o de seus países medulares – Estados Unidos e Reino Unido. Considerou-se esses países como centrais da aliança, uma vez que a própria estruturação da OTAN ocorre a partir de uma ordem histórica configurada principalmente por essas duas nações, cada qual em sua época, formando uma forte conexão entre si. Tendo em vista que a OTAN representa o

discurso militar do ocidente, uma vez que é o tratado político militar de maior intervenção nas negociações bélicas do mundo, será agora tratado acerca do cotejo analítico das duas propagandas de alistamento investigadas para que se possa estabelecer um panorama do discurso militar ocidental. Para tal, os elementos próprios da FD militar em cada país serão confrontados entre si, apresentando assim a heterogeneidade compositora do discurso. A partida analítica ocorrerá pela comparação entre os principais conceitos utilizados como ferramental teórico – o ethos e a cena da enunciação (MAINGUENEAU, 2004) – depreendidos das materialidades; desses, outros serão delineados.

A natureza do *corpus* permite afirmar que seus integrantes compartilham o quadro cênico (MAINGUENEAU, 2004), sendo ambas propagandas militares, ou seja, inseridos na mesma tipologia e gênero discursivo. Símbolos próprios que organizam a FD militar e a nacional (uniformes, soldados, bandeiras etc.) se encontram entrelaçados, discursivizando o vínculo social preexistente entre Estado e Forças Armadas (FA). O deslizamento entre eles resgata a memória patriótica de modo que o funcionamento da FD militar permite classificá-la como parte importante do discurso fundador – aquele que atua como referência no imaginário acerca da constituição do país (ORLANDI, 2001). Coloca-se em marcha um discurso de nacionalidade dentro de um complexo ideológico com dominante (PÊCHEUX, 2011) – uma Formação Ideológica que preza pela conservação das instituições estatais. Enquanto mídiun (DEBRAY, 2000 *apud* SALGADO; DELEGE, 2018), as propagandas orientam sentidos disponibilizados a partir da instituição militar e das características de seus veículos de disseminação e circulação – as mídias digitais –, projetando-se para enunciatários fora do país de origem.

Assim, efeitos de poder e glória (no caso da campanha britânica) e de liberdade e democracia (depreendidos do alistamento estadunidense) – caracterizadores da FD institucional – alcançam enunciatários alhures, incluindo-os na operação da produção discursiva por meio das tecnologias midiáticas de informação – eis o grande papel da mídia no mundo globalizado. Desdobram-se em sentidos de segurança ou insegurança, a depender da posição desses enunciatários. Quando compreendidos por aliados aos posicionamentos militares dos Estados em análise, os efeitos de segurança se originam da discursivização de um exército fortalecido e tecnológico (o britânico), bem como de um exército cuja proposta principal é a liberdade (o norte-americano). Já em países organizados político e militarmente em oposição, tomam palco efeitos de insegurança – seja pela ameaça que ‘poder’ e ‘glória’ podem proporcionar aos não inseridos, quanto

pela concentração de um modelo de liberdade e democracia direcionados exclusivamente aos moldes ocidentais.

Nessa prospectiva, ‘segurança’ e ‘insegurança’ operam por relações de confiabilidade, ancoradas no funcionamento social e que organizam a discursividade político-militar. Giddens (1991) oferece uma explicação fecunda a respeito do tópico da confiança no mundo globalizado e que permite alinhar a discursivização de elementos como ‘segurança’ e ‘insegurança’ nos enunciados militares. Segundo o autor, a sociedade atual difere da pré-moderna pela ruptura da concepção espaço-temporal tal como era entendida em momentos históricos anteriores, nos quais a ‘presença’, a sincronia entre tempo e espaço são constantes. “O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (GIDDENS, 1991, p. 22). Para a concretização efetiva das relações a distância, dispõe-se a confiabilidade a partir de sistemas peritos – complexos de excelência técnica ou competência profissional, nos quais é depositada uma espécie de ‘fé’ sobre suas providências (GIDDENS, 1991).

Regulando os conhecimentos peritos, estão os mecanismos de vigilância, tais como códigos de ética, aparato legislativo, órgãos fiscais etc. (GIDDENS, 1991). Se existe, no plano do discurso, um ‘contrato de veridicção’ que pressupõe um acordo implícito entre os co-enunciadores acerca do ‘ritual da linguagem’ (MAINGUENEAU, 1997), no plano social, os sistemas peritos organizam o ambiente pautado pelo “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 24). A analogia é viável, uma vez que a ‘confiança’ é o item lexical através do qual a prática da linguagem e dos sistemas peritos torna-se possível no cenário do desencaixe dos sistemas sociais pontuado por Giddens (1991). A classificação proposta pelo autor permite compreender o poder militar como um desses sistemas peritos: as diversas categorias dentro das FA lançam mão do conhecimento especializado para as atuações bélicas e são geridas por dispositivos legais, normativos e éticos que controlam essas práticas; por isso, a fidúcia é estabelecida sobre essas atividades.

Concomitantemente, o militarismo por si armazena expedientes de vigilância, não somente os armamentos, sobretudo as tecnologias de informação. Levando em conta que o aparelhamento da vigilância e a presença de sistemas peritos são traços da modernidade e que a instituição militar articula controle e conhecimento, as FA são percebidas como um agente duplo em prol da globalização, que incorpora os engenhos de desencaixe e

reencaixe das relações (GIDDENS, 1991), se valendo de protocolos de confiabilidade (GIDDENS, 1991) e sustentando sua relevância na estrutura estatal em uma sociedade cujas práticas de ausência (em oposição à presença) são majoritárias. Dessa forma, a credibilidade atribuída ao poder militar ocorre e alcança o mundo pelas características da ‘vigilância’ e ‘especificidade’; é, ainda, potencializada pela tecnologia que intersecciona seus elementos fundadores. Em uma ótica discursiva, esses elementos prevalecem por meio de sentidos que deslindam para ‘confiança’ aprofundada pela veridicção: ao mesmo tempo que a constituem, são parte da construção de sentidos do militarismo; e a mesma confiança que é atribuída às FA está disposta no discurso.

O ordenamento de símbolos militares (armamentos e táticas de guerra) e nacionais (bandeiras, cenários nacionais), nas campanhas, apresenta a questão: entrelaça o conhecimento militar e vigilância do poder estatal; simultaneamente suscita uma memória de nação que permite a incorporação dos sujeitos, seja por filiação ou rejeição; e sob essas questões se estabelece a confiança. Ao se tratar de relações de confiabilidade nos sistemas peritos, é necessário observar que essa não se estabelece como um credo cego e inexorável da racionalidade, mas algo que transita entre traços do mesmo campo semântico, a confiança e a desconfiança, ou, entre segurança e risco (GIDDENS, 1991). Assim, os efeitos de confiança que evadem do militarismo para o discurso militar ocorrem pelo encadeamento aos de segurança. A princípio, observa-se que a segurança é uma temática típica do discurso militar por ser uma das funções legadas ao exército – é uma questão da vida prática. Contudo, entrelaça-se a um expediente arraigado no inconsciente e que progressivamente atinge e é atingido pelo âmbito social – a segurança antológica (GIDDENS, 1991).

A segurança antológica é uma “expressão [que] se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua autoidentidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (GIDDENS, 1991, p. 84). Torna-se um outro modo de se confiar nos sistemas abstratos, para além do puro dispositivo perito e de vigilância. Quando os ambientes e atores sociais fomentam essa segurança, a confiança/ desconfiança é ajustada, sendo uma forma que compreende as possibilidades de risco eminente aos quais todos estão expostos (GIDDENS, 1991). A questão é particularmente verticalizada no caso do poder militar, que, como dito, perpassa a prática da segurança, e a segurança ontológica em tais atividades baseia-se não necessariamente em seu sucesso, mas na capacidade, disposição e peso social da instituição. A campanha de alistamento apresenta, em sua discursividade, não exatamente o que Giddens (1991)

chama de segurança ontológica⁴⁸, mas o ajuste entre segurança e confiança oriundo das trocas sociais, a partir do deslizamento em que a confiabilidade se estabiliza como ponto de tensão entre ‘segurança’ e ‘insegurança’.

O movimento é localizado internamente: na propaganda do Reino, a questão da segurança aparece de forma latente, em um deslizamento proveniente do armamento tecnológico que confere poder; no alistamento dos EUA, a segurança em ser livre é posta em funcionamento através da prática da democracia. Com efeito, o discurso do alistamento aborda a segurança relacionada à garantia de um modo de ser no mundo. A disposição faz parte, ainda, do fluxo histórico no qual ‘poder’ é depreendido pela glória do imperialismo do Reino (o sucesso de suas empreitadas econômicas e militares, cerceadas pela tecnologia) que culmina no firmamento de um sistema democrático atrelado a concepção de liberdade individual (promulgado pelos Estados Unidos). Dito de outra forma, ‘segurança’ ou ‘insegurança’ são sentidos gerados no discurso a partir da configuração de um mundo ético (MAINGUENEAU, 2008b) pautado por ‘poder’ e ‘liberdade’, amparados pela história e que fornecem a confiança na instituição enquanto sistema perito e de vigilância máximo, referente ao Estado.

Quando o órgão de segurança dispõe de sentidos coadunantes, homogeneiza sua atuação e sua discursividade, fomentando o atributo da coerência que corrobora a confiabilidade. ‘Segurança bélica’ desloca-se para ‘segurança em ser quem se é’, um movimento que agrupa as FD militares em pauta em uma única na qual a OTAN se inscreve e movimenta. Por isso, afirma-se que os sentidos mobilizados pelas campanhas se desdobram em efeitos de segurança, composto por diversas nuances que reiteram a proposta da atividade militar no mundo pós-moderno e globalizado. Os sentidos de ‘segurança’ espraiam-se e, desse espraiamento, outros são veiculados, mas garantindo a unificação dos discursos de alistamento. Para demonstrar a trajetória, é produtivo detalhar como ocorre. Na primeira propaganda analisada, efeitos de segurança apresentam-se pela tecnologia, simbolizada por um robô. Na segunda, a temática da tecnologia é suprimida,

⁴⁸ É importante observar que o conceito de segurança ontológica, ao ser desenvolvido por Giddens (1991), ocorre como uma categoria social vinculada (também) ao psicológico – aspecto esse não abarcado pela teoria do discurso utilizada nesse trabalho. Entretanto, o que aqui se propõe é ancorar-se na parte que compete à cristalização desse mecanismo na sociedade por meio dos aparelhos de estado. Então, não se trata de dizer que a segurança ontológica é um aspecto discursivo, ou uma característica do discurso militar, nem que é discursivizada por ele, mas seu funcionamento permeia a sociedade em tantas instâncias que é trazida para o discurso sob a forma de deslizamentos, especialmente no caso do discurso militar. Além de essa modalidade de segurança estar contida nas práticas sociais que envolvem as FA enquanto sistema perito, os discursos de segurança são produzidos do bojo do militarismo, homogeneizando texto e contexto por meio de sentidos.

e a ‘segurança’ opera por meio dos sentidos de ‘liberdade’, amplamente dispostos, mas especialmente construídos a partir da figurativização da protagonista.

Em uma leitura da superfície, ‘poder tecnológico’ e ‘liberdade’ estariam restritos, cada qual em uma propaganda, sendo propriedades díspares, traços de divergência. Entretanto, aprofundando-se na análise, verifica-se que a assertiva não se efetua, em oposição, esses sentidos medulares estão em ambas e estão entrelaçados. A tecnologia consta no aparato das mídias digitais sob o qual os dois vídeos são veiculados, interferindo na construção de sentido; caso similar ocorre com a ‘liberdade’ uma vez que as campanhas acionam as técnicas da propaganda pós-moderna – a neutralidade operatória (PÊCHEUX, 2012), que confere à dispersão ideológica (a função da propaganda) o caráter de escolha, uma liberdade compreendida dentro do assujeitamento ao modo de produção. A operacionalização da liberdade pelo efeito de neutralidade consta nas discursividade das campanhas, dentre outras formas, por meio de enunciados caracterizadores do gênero: “O exército do futuro ainda precisa de você” (ARMY JOBS, 2022, 53s-56s, trad. livre) e “O que te chama?” (GOARMY, 2021, 2min09s-13s, trad. livre).

Verbos como ‘precisar’ e ‘chamar’, expressam respectivamente sentidos de necessidade e convite que deslizam para efeitos de escolha, uma opção colocada como primordial para o enunciatário, interpelando-o pela subjetividade. A instrumentalização da tecnologia favorece essas demandas, pois sincretizam recursos midiáticos na construção das cenografias (MAINGUENEAU, 2004) das campanhas. A cenografia do alistamento britânico é estruturada pelo aporte do cinema, direcionando sentidos a partir da simulação de um filme de ficção – uma ficção de guerra. Já o discurso da norte-americana empresta a ‘série animada’ para se efetivar. Apesar de diferentes, as duas se utilizam de objetos culturais para dispersar valores militares. A fusão da Indústria cultural e da propaganda é um traço expressivo da pós-modernidade potencializado pela tecnologia, apontado por Adorno e Horkheimer (1985). Segundo os autores, “a pressão do sistema obrigou todo produto [da mídia] a utilizar a técnica da publicidade⁴⁹, [e] esta invadiu [...] seu estilo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 77).

⁴⁹ Observa-se que Adorno e Horkheimer (1985) utilizam o termo ‘publicidade’, já que se referem ao aspecto comercial. Contudo, mesmo quando se trata de propagandas, que difundem valores (não produtos materiais) (Costa; Mendes, 2012), o fator econômico subscreve os políticos, de modo que publicidade e propaganda podem ser, nesse contexto, sinônimos.

Nesse quadro histórico, elementos culturais veiculados pela tecnologia midiática – tal qual os filmes, as séries de TV, ou mesmo a animação – se distinguem pelo caráter mercadológico, a divulgação da ideologia capitalista que os cerceiam (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Compartilham, das propagandas, os mecanismos de informar e entreter, operando pela lógica da falta e da necessidade (de estar informado e estar entretido) (SOARES, 2022). “Essa linguagem, é verdade, acabou por se tornar universal, totalitária” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 79), abrindo o caminho para que o inverso aconteça: a propaganda estatal, situada no campo ideológico (desdobrado do econômico), toma o corpo de objetos culturais discursivizados em sua estruturação cênica. O discurso do Estado ganha vestes de entretenimento e criatividade que captam o enunciário pela memória de uma estética da cultura atual. No caso de uma propaganda político-estatal, tal qual o alistamento, o atravessamento de um objeto cultural é uma ferramenta de grande valia nos procedimentos de adesão.

Na campanha britânica, os mecanismos de construção semiótica típicos do produto cinematográfico organizam uma narrativa militar que busca suscitar emoções no telespectador, sistematizando uma percepção canônica sobre o exército. Na campanha estadunidense, o aparato técnico – tanto os mecanismos de repetição e novidade (COLLONNA, 2010) da série, quanto a associação às infinitas possibilidades acopladas à natureza do gênero animação – operam sob sentidos de liberdade e se vinculam de uma prática cultural dos Estados Unidos para o mundo. Nas duas, a cultura atua como modulador: permite informar sobre o exército, associando-se à memória nacional; possibilita o entretenimento conforme traveste os vídeos. O quesito do entretenimento opera, na sociedade, pela função do distanciamento (ainda que momentâneo) do trabalho, do se ocupar com o ‘agradável’ e ‘prazeroso’, ou, pelo menos, algo que alivie as pressões econômicas no âmbito micro, do individual. É compreendido, desse modo, a partir de sentidos de liberdade de escolha que, na prática, remetem-se ao assujeitamento do liberalismo totalitário (CHOMSKY *apud* PÊCHEUX, 2012).

A ‘liberdade’ consta nos elementos técnicos do gênero e da cenografia – respectivamente, a neutralidade operatória e a utilização do entretenimento informativo – que compõe a construção de sentido e se dispõem na narratividade das propagandas pelo atravessamento do efeito de ‘segurança’. O movimento ganha contornos acentuados pela construção do ethos (MAINGUENEAU, 2004): a validação da identidade fragmentada (HALL, 2004) – a segurança de ser quem se é – é apreendida da imagem de si das FA norte-americanas; na campanha britânica, o ethos maquínico predomina, produzindo o

efeito de segurança por retratar as armas militares, fazendo com que a tecnologia conste não apenas no veículo de dispersão, mas especificamente na formulação da figura militar. O elemento tecnológico não se organiza como uma tônica na narrativa da campanha dos Estados Unidos, mas subscreve-a pela apropriação midiática, sendo, nessa direção, obliterado e constituinte. De todo modo, a presença da tecnologia permite potencializar os sentidos de segurança (bélica e da liberdade), tanto quanto ocorre nas atividades militares.

O atravessamento tecnológico no conhecimento perito e nos mecanismos de vigilância amplia a capacidade de atuação das FA, seu reconhecimento e a confiabilidade sobre elas, por robustecer a segurança antológica (GIDDENS, 1991). Embora a segurança antológica seja descrita por Giddens (1991) como um dispositivo também psicológico, a análise da discursivização de ‘segurança’ permite estabelecer um elo entre elas – eis como o procedimento discursivo se ancora nas práticas sociais da pós-modernidade. Efeitos metafóricos de ‘segurança’ produzidos pelo discurso, correspondem a uma fatia da segurança antológica, aquela que se apresenta como traços da Formação Social, ou seja, acoplada ao viés econômico e resultante das formas históricas de assujeitamento. “Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias” (ORLANDI, 2012, p. 22).

As Formações Imaginárias (PÊCHEUX, 1993a) (FIm) se constituem como núcleos das FD, uma vez que a regulação dos sentidos é dada a partir de determinados lugares projetados no discurso. Em momentos anteriores, já foi tratado, segundo as proposições estabelecidas por Soares (2023a), das aproximações das FIm com o ethos discursivo. Agora, basta considerar que a imagem de si do enunciador capitaliza as diversas FIm operantes nas campanhas através do agenciamento próprio da propaganda, sendo formulada no estreitamento de uma cenografia, por um bojo de efeitos canalizados por sentidos de segurança. Ao ser simbolizada pelo ethos da máquina (o robô) e por um estereótipo privilegiado (a imagem de Emma), a construção da segurança em âmbito econômico se faz presente, da mesma maneira que a questão financeira corrobora a disposição de um armamento tecnológico de elite e a liberdade vinculada ao modo de produção capitalista. A questão torna-se estrategicamente interessante, quando se observa que a tecnologia é reiterada em uma campanha e a liberdade, na outra, e o procedimento do silenciamento permite a união de suas FDs pelo sentido de ‘segurança’.

Com a mitigação de ‘liberdade’ e de ‘tecnologia’, oblitera-se outros pontos econômicos dispostos na história e que se remetem a sentidos de insegurança, quando avaliados pela perspectiva do outro: a supressão das vítimas do colonialismo britânico (amplamente tratada no primeiro capítulo deste trabalho) e as consequências da forte indústria bélica dos Estados Unidos, na qual o desenvolvimento ao longo dos séculos é permeado pelo avanço tecnológico. Para tratar da associação entre armas e tecnologias e seus efeitos de sentido no discurso institucional norte-americano, há de se considerar a intrínseca relação entre sua população e o armamento, discursivizada sob o princípio da garantia da liberdade. A discussão origina-se na formação do Estado, precisamente a partir da promulgação da Segunda Emenda da Constituição dos Estados Unidos, na qual se estabelece que: “sendo necessária uma milícia bem ordenada para a segurança de um Estado livre, o direito do povo a possuir e portar armas não poderá ser violado” (UNITED STATES, s.d, n.p, trad. livre).

O contexto da publicação deve ser ressaltado, uma vez que leva em conta a Guerra de Independência do país – uma altura em que o exército presente representava o poder a ser derrubado, o inglês (AMERISE, 2022). Para tal, a organização de uma milícia armada, um pré-exército norte-americano foi fundamental. Firmada a Independência e a Constituição, a Segunda Emenda ocorre como um adendo para a manutenção da liberdade conquistada, fornecendo o direito da população em combater a eventual tirania, tanto quanto se combateu o governo britânico (AMERISE, 2022). A Emenda também garante o direito de proteção (armada) à propriedade privada. Em outras palavras, se associa aos sentidos democráticos e capitalistas. O trecho evidenciado mostra que o adendo legislativo não coíbe o Estado de fazer valer a lei pelo uso da força, mas, torna inconstitucional a proibição ao armamento – uma possibilidade que é tratada, no discurso norte-americano, como violadora dos preceitos da liberdade pois coíbe seus instrumentos de proteção. Existe, pois, um forte elo entre armas de fogo e liberdade já nos primórdios do país e que opera em favor a presença armada.

Desde a ratificação do texto constitucional, em 1791, até os dias atuais, seu espectro interpretativo caminha entre o direito da população em se organizar em milícias armadas (em ocasiões de necessidade) e direito amplo, de qualquer cidadão, em se proteger (AMERISE, 2022). Nesse último, se apoia a indústria de armamento que, de tempos em tempos, quando a discussão emerge, evoca a ‘liberdade’ garantida pelo documento (AMERISE, 2022). Da discursivização da Segunda Emenda na venda de armas de fogo, observa-se que o peso da indústria se encontra em vantagem, já que, nos

mais de 200 anos de sua promulgação, a restrição ao porte de armas nunca foi realizada pelas autoridades norte-americanas (AMERISE, 2022). Estabelece-se, assim, uma cultura do armamento que gera implicações para a sociedade. De acordo com uma pesquisa do projeto Small Arms Survey, “os Estados Unidos são a única nação do mundo onde as armas em posse de civis supera o número de pessoas. [...] Não é nada surpreendente então tenham mais mortes per capita por violência armada que qualquer outro país desenvolvido” (FOX *et al*, 2021, n.p).

Para além dos amplos casos de homicídio e suicídio, a problemática se estende à saída dessas do território estadunidense, por meio ilegal, alcançando cartéis internacionais de venda de drogas – em especial nos países latino-americanos (FOX *et al*, 2021). A facilidade da compra de armamento no interior dos Estados Unidos torna-se, assim, um agravante para a violência no mundo. Essas questões aproximam, da nação estadunidense, a discussão sobre o uso e a regulamentação das armas de fogo, um tema que retorna principalmente na ocorrência de eventos trágicos – como o *mass shootings*⁵⁰, cujos números sofrem, a cada ano, um aumento exponencial no país. As consequências negativas do acesso irrestrito ao porte são frequentemente silenciada pelos *lobbys* do armamento, em especial a Nacional Rifle Association (NRA)⁵¹: “sempre que acontece um ataque de um atirador, a NRA [...] argumenta que, se houvesse ‘alguém armado’ [no local], mortes poderiam ter sido evitadas. Passados alguns dias ou semanas, o tema começa a cair no esquecimento” (CHACRA, 2022, n.p).

Assim, se a posse é normalmente abordada como promotora e mantenedora da liberdade, em situações adversas é potencialmente discursivizada como preâmbulo de segurança, dispersando efeitos intermediários entre liberdade e segurança. Grosso modo, o deslocamento de sentido nos discursos armamentistas percorre o seguinte caminho: o porte de armas pode garantir tanto a liberdade, quanto a segurança que, uma vez alcançada, retoma a liberdade de existência segura. Vale salientar que, mesmo constando como uma organização sem fins lucrativos, a NRA compõe uma indústria que se tornou uma das peças políticas mais poderosas. Dentre seus membros estão políticos e atores

⁵⁰ Classifica-se os ‘tiroteios em massa’: “um evento que deixe quatro ou mais pessoas mortas, excluindo o atirador, e que exclui as seguintes situações: atividade criminal que busque o lucro, familiaricídios (assassinato de múltiplos integrantes de uma mesma família) e violência bancada pelo estado” (SILVA *apud* FOX *et al*, 2021, n.p). Os tiroteios regulares constam como um fenômeno unicamente americano, ocasionado pelo porte de arma (SILVA *apud* FOX *et al*, 2021).

⁵¹ Em português, Associação Nacional do Rifle. É uma organização norte-americana cujos objetivos se voltam para a proteção da Segunda Emenda da Constituição do país e a promoção dos direitos dos proprietários de armas de fogo, a proteção da caça e da autodefesa nos Estados Unidos.

renomados, ou seja, cidadãos dos setores elitizados que se vinculam ao comércio do armamento. O *lobby* atua no Congresso por meio de influência e financiamento, dominando parte do partido Democrata e quase todo o Republicano (CHACRA, 2022, n.p). Pode-se inferir, dessa forma, que o discurso em favor das armas dentro do país apoia-se em fatores políticos para organizar aspectos econômicos nos quais o comércio é um importante agente.

Nessa trajetória, é operacionalizado pelos sentidos de liberdade residentes nos discursos fundadores do país, e que culminam em efeitos de segurança. Se o item lexical ‘liberdade’ corresponde uma estrutura pré-determinada, a organização capitalista, a ‘segurança’ atua na mesma via, de proteção do sistema. Ainda por esse viés, o ideal de nação salvadora inerente aos discursos institucionais da nação estadunidense (JUNQUEIRA, 2018), promotora da liberdade, quanto é projetada para o interior por meio da Segunda Emenda e dos discursos armamentícios, ganha tonalidades de autossustentável, já que é capaz de fornecer a segurança a si mesmo. Verifica-se, disso, que o vínculo entre ‘liberdade’ e ‘segurança’, existentes no discurso militar, também ocorre na discursividade do relacionamento da sociedade americana com armas, sobretudo quando é promovida pelos discursos dominantes (da indústria e que influencia o estatal). Quando a pauta do armamento atinge o militarismo, esses meandros se verticalizam, não propriamente sobre o uso exercido pelas FA, mas com relação à sua distribuição no exterior pelo próprio Estado – o mercado internacional (MORAES, 2011).

“A característica mais importante do mercado internacional de armamentos é que, do ponto de vista do Estado, as transferências de equipamentos militares podem possuir objetivos e implicações tanto econômicas quanto políticas” (MORAES, 2011, p. 8). A face financeira se remete a expansão da economia nacional – a geração de empregos, arrecadação tributária, compra de insumos a ampliação da escala de produção das empresas e, com isso, o fortalecimento da indústria através da exportação (MORAES, 2011). No caso de uma estrutura neoliberal, não necessariamente se remete à indústria local, mas a conglomerados internacionais presididos e sediados no território norte-americano, e que, dessa forma, se vinculam a produção nacional. Sob a perspectiva política, os armamentos são considerados produtos estratégicos: instrumento de política externa, sua venda (ou a não venda) permite ampliar ou reduzir o poder de outros Estados e de movimentos favoráveis ou contrários dentro deles, fortalecendo aliados, enfraquecendo inimigos e manipulando regiões de poder ou mesmo curso de investidas bélicas (MORAES, 2011).

Ambas as dimensões devem ser levadas em conta quando se trata do governo estadunidense. Porém, “os Estados Unidos são o exemplo mais evidente de um país que prioriza o aspecto político nas transferências externas de produtos militares” (MORAES, 2011, p. 18). Atendem aos critérios, estipulador por Moraes (2011), que permitem a assertiva:

Ao fornecer armas para países em conflito, buscam favorecer apenas um dos lados; há um grande volume de armas doadas ou vendidas a preços bastante abaixo dos “de mercado”; as restrições às vendas externas para não aliados são amplas; e o país respeita os embargos multilaterais (MORAES, 2011, p. 42).

O posicionamento histórico do Estado com relação a transação aos artigos bélicos está compreendido pela FD militar na qual a propaganda norte-americana se filia e, para averiguar como se estabelece por meio de sentidos, especificamente no que compete à tecnologia do armamento, é preciso explorar os pontos supracitados mais cuidadosamente. De modo geral, a transferência de produtos de guerra, por parte do governo estadunidense objetiva “fortalecer os aliados; evitar que suas armas cheguem a Estados ou grupos inimigos; evitar a disseminação de suas tecnologias; e [...], manter sua supremacia militar” (MORAES, 2011, p. 18). O propósito ganha corpo após a Segunda Guerra, quando ocorre como instrumento de contenção ao comunismo, razão pela qual “grande parte das armas era doada aos países aliados ou vendida a preços abaixo do mercado (MORAES, 2011). Com a OTAN, o procedimento foi sistematizado e regulamentado por meio da Lei de Assistência para a Defesa Mútua (Mutual Defense Assistance Act), posteriormente substituído pela Lei de Segurança Mútua (Mutual Security Act) (MORAES, 2011).

“Observa-se que foi utilizado nessa lei o termo ‘segurança’, em substituição ao termo ‘defesa’” (MORAES, 2011, p. 23), uma utilização muito comum nos discursos proferidos pela OTAN, ainda na atualidade. Em um momento em que o fornecimento de suplementos bélicos fornecida aos países da OTAN pelos Estados Unidos ocorria sob a justificativa das fragilidades econômicas geradas pela Segunda Guerra, a atualização do item lexical ‘defesa’ para ‘segurança’ gera sentidos comunitários de proteção – efeitos próprios de um tempo histórico em que o mundo se configura em blocos e alianças. Coloca-se em funcionamento um discurso que engloba a disposição militar dessas nações, que comunga da artilharia norte-americana e, com ela, seu direcionamento aos ideais anticomunistas. Os sentidos de comunhão, de divisa de ideais, de poder e de responsabilidade sob as demais nações do mundo, estipulados no contexto, são

materializados pela partilha do armamento e embutidos em sentidos de segurança que organizam a FD militar da OTAN, a partir de uma FD militar dos Estados Unidos.

Tendo em vista que o encaminhamento se inicia na década de 1950, a partir da economia estadunidense não abalada pelo pós-guerra, a centralidade dessa relação não passa despercebida, e a comunhão de armamentos é ainda uma forma de influência sob os países do bloco e de estabelecer a posição de liderança contra as forças dos regimes socialistas. Os procedimentos de assistência militar fornecida pelos Estado Unidos se afunilaram nos anos que seguem a Guerra Fria, aprimorando seu perfil pro-hegemônico. No governo de Eisenhower (1953-61), foram justificados pela necessidade de reduzir as tropas americanas no exterior, substituindo-as por equipamentos de guerra (ANDERSON; MCCAULEY, 2009 *apud* MORAES, 2011). Houve ainda uma ampliação no tipo de nação a receber o apoio, passando a incluir também as ditas ‘amigas’, não necessariamente aliadas (DISAM, 2010 *apud* MORAES, 2011). O que se observa disso, para além da configuração da Guerra Fria – protagonizadas pela União Soviética e Estados Unidos, mas concretizada fora do território desses países – é o firmamento de uma política de bélica de relações internacionais.

Progressivamente, se estabelece um cenário de dependência entre as nações do mundo mobilizadas em prol de agentes políticos, sob o caráter da união. A necessidade do fortalecimento militar é formulada a partir de um inimigo, discursivizado não apenas como uma força antagônica ao regime capitalista, mas como o mal da humanidade. A partir dos anos 1960, a natureza das transferências de armas americanas passou a se concentrar mais em vendas do que em ajuda externa, em uma modalidade denominada Vendas Militares Externas que ainda hoje prevalece (MORAES, 2011). O motivo da guinada pautou-se nos grandes gastos militares anteriores e o argumento de que as indústrias bélicas dos países beneficiados (prejudicadas pela Segunda Guerra) já haviam sido reestabelecidas (KRAUSE, 2006 *apud* MORAES, 2011). Por esse levantamento, é possível observar o germe da articulação entre neoliberalismo e globalização, um preâmbulo entre ordem mundial e financeira, e que significa em termos discursivos. Nesse entorno, estar seguro compreende estar militarmente armado e para tal, estabelecer associações com os blocos hegemônicos.

Armas e segurança ganham sentidos deslizantes entre economia e política, estabelecendo vínculos assentados que se aprofundam pelo desenvolvimento tecnológico. O processo segue nos anos posteriores, até que seu desenho se encontre bem delineado. O governo Nixon (1969-1974) flexibilizou a política de venda de armas tecnológicas,

estendendo-a um amplo universo de aliados – em especial, os países do Terceiro Mundo, bem como do Oriente Médio (KLARE, 1976 *apud* MORAES, 2011). Houve um recuo, nos governos seguintes, de Ford (1974-1977) e Carter (1977-1981), por meio da Lei de Controle de Exportações de Armas, que ampliou as restrições às vendas externas, originada a partir da discursivização negativa das consequências provocadas pelas armas norte-americanas no exterior – por exemplo, a guerra do Vietnã, do Golfo Pérsico e as violações dos direitos humanos dos governos ditatoriais da América Latina (MORAES, 2011). Mesmo assim, a transferência de armas para o exterior caiu em apenas 7% (MORAES, 2011).

Na administração de Reagan (1981-1989), o país retomou a estratégia ofensiva e direcionou a assistência militar não apenas a Estados aliados, mas também a movimentos internos que favoreciam a dinâmica hegemônica dos Estados Unidos (MORAES, 2011). No pós-Guerra Fria e o fim da União Soviética, a transferência de artigos bélicos por parte dos Estados Unidos prosseguiram como instrumento de política externa (MORAES, 2011), em um movimento que, por mais que prevaleça o âmbito político, apoia e é apoiado por conjunturas econômicas que favorecem a primazia norte-americana sob o globo (SANTOS, 2006). No caminho, novos inimigos do capital são apontados no discurso institucional – o terrorismo islâmico – e os embargos de países são respeitados somente por razões estratégicas (MORAES, 2011). Pelo histórico da política interna e externa do comércio de armas norte-americana, depreende-se um discurso de associação entre sentidos de segurança e liberdade. Por um lado, no interior do Estado, a questão do armamento é distribuída como uma possibilidade de segurança individual e manutenção de princípios da liberdade protegidos pela Constituição.

No exterior, as políticas de comércio de armamentos adquirem caráter de cooperação em prol da segurança da democracia capitalista. Efeitos de liberdade também são recorrentes uma vez que, como já pontuado, nos discursos institucionais norte-americanos, assegurar a democracia significa assegurar a liberdade. O vínculo discursivo do combo de sentidos entre segurança e liberdade consta nos discursos da OTAN, tomam formas delineadas pelas políticas de armamento (de dentro para fora da aliança), mas se originam a partir do discurso governamental norte-americano. É preciso ainda considerar que a indústria bélica é sempre potencializada pelo avanço tecnológico – ocorrido especialmente na Guerra Fria, com a corrida científico-armamentícia, de modo a robustecer o campo semântico da segurança. Com a queda da União Soviética, novos opositores ao capitalismo são inseridos nas práticas discursivas governamentais, como

forma de fomentar os sentidos de insegurança para os quais a nação estadunidense e suas alianças busca fornecer a contraposição.

O peso da indústria bélica tecnológica é discursivizado como elementar para a segurança e a liberdade, ou seja, armas tecnológicas no cenário militar são termos correspondentes à segurança e liberdade, sinônimos a partir do deslizamento. Pela lógica da exposição, as armas e a tecnologia seriam tônicas para a narratividade da propaganda de alistamento militar dos Estados Unidos – o que não ocorre em primeiro plano. Encontram-se obliteradas e, por isso, no discurso, residentes. Sua presença, na campanha norte-americana é singelo, figurativizado por um sistema de defesa antimísseis – um provento militar moderno para segurar⁵². Ainda emergem, ao final do vídeo, alguns mapas computadorizados, não propriamente uma arma de guerra, mas um dispositivo tático, de modo que a implicação direta e específica entre ataque e tecnologia no seio do militarismo é dissolvida. A disposição coaduna com a trilha histórica do militarismo norte-americano em que se organizam, a partir dele, embates físicos em território estrangeiro (MORAES, 2011).

A tecnologia, ao ser disposta predominantemente pelo recurso midiático e pelo artefato tático, é posta como um meio indireto e não violento pelo qual o militarismo e seu discurso atingem o exterior; é assim discursivizada a partir da globalização, com a qual ela coopera e, pela qual é possível guerrear ideologicamente e à distância. A prevalência de um ethos tipicamente norte-americano (composto pelas características físicas de Emma), atravessado pela tecnologia de estratégia e, principalmente, não-armado, corrobora com o efeito de neutralidade através do qual as FA do país são caracterizadas pelo atributo da paz. Ao ser mitigado o uso das armas, a narratividade da propaganda dá espaço a um expediente de atenuação de sentidos de agressividade, violência e imposição atrelados ao armamento; prescreve-se a ideia de um exército ameno, voltado para os trabalhos internos da liberdade, acentuando-se os sentidos de segurança da liberdade. O elemento ‘segurança’ – que, no militarismo, é arrolado por uma política de armamentos – desloca-se em direção contrária, canalizando-se em efeitos de segurança de validação e inclusão da identidade e, conseqüentemente, de liberdade.

⁵² “A operação do sistema [antimísseis] baseia-se em instrumentos avançados de monitoramento, incluindo radares que detectam ataques inimigos. Ao identificar um ataque, a tecnologia determina a trajetória do míssil inimigo e, se áreas urbanas estiverem sob ameaça, lança um míssil interceptor para neutralizar a ameaça em pleno ar” (REDAÇÃO DA EXAME, 2024, n.p).

O silenciamento do desempenho bélico apaga, do discurso, o modo pelo qual os valores da liberdade, em uma disposição macro (histórica), são dispersados – pelo uso da força – e, com isso, as populações atingidas pelo armamento estadunidense – sejam as vítimas no território do oriente médio, quanto as vítimas dos *mass shootings* promovidos com proliferação das armas. O movimento de silenciamento das armas se relaciona às críticas com relação à atuação bélica do país no mundo, e torna-se um importante modulador de sentidos positivos no interior das FA. Com ele, organizam-se efeitos de amenidade, principalmente pela presença do ethos de uma garota militar que, por focalizar perspectivas internas, se estrutura em oposição à belicosidade histórica do país, em um movimento de reinscrição da imagem militar. O procedimento da segurança antológica (GIDDENS, 1991), permitido pelas trocas sociais, também aí reside: encontra-se disperso pelos atributos da pacificação e da inclusão do ethos, pelos quais se estabelece a confiança no sistema abstrato em que o exército é compreendido, uma vez que esse permite, acopla, acolhe a identidade de Emma, bem como as outras diversidades.

De modo diferente, mas em direção similar, está o ethos militar britânico, cuja face de maior impacto constitui-se da figura do robô: é a partir dele que o ethos humano emerge e é por ele que a tônica do vídeo, o elemento ‘poder’, é disseminado. O robô se dispõe como uma máquina tecnológica de guerra e, como já dito, se vincula diretamente à segurança antológica pela questão do armamento. Apesar de dispersar sentidos de potência bélica, o ethos maquínico se organiza em torno de operações táticas (exploração de território, conforme mostrado pela propaganda) que permite efeitos de certa amenidade ou, neutralidade, tanto quanto ocorre no discurso do alistamento norte-americano. O ethos humano britânico fomenta o movimento, em uma operação discursivo de supressão do não-humano e de sentidos de morte. Essas questões já foram discutidas quando se tratou verticalmente da propaganda britânica, especialmente no que se refere ao apagamento do traçado colonial. O que permanece ainda em aberto, é como o silenciamento do item ‘liberdade’ ocorre em contraposição à propaganda militar estadunidense e, exatamente por isso, a ela se associa, numa soma de sentidos que caracterizam a FD institucional filiada à OTAN.

É preciso ter em conta que ao vincular segurança e tecnologia por meio da arma militar (o robô), sentidos próprios da globalização e da financeirização são trazidos à baila. A disposição também se arranja historicamente, sobretudo se for levado em conta a exportação dos produtos militares por parte do governo do Reino. No comércio exterior de artigos bélicos, o Reino Unido situa-se da seguinte forma:

Há o fornecimento de armas para países situados em lados opostos de um conflito; há um volume baixo de doações e/ou vendas a preços bastante abaixo dos “de mercado”; existem algumas restrições às vendas externas de armas para não aliados; e o país não respeita alguns embargos multilaterais (MORAES, 2011, p. 71).

Pode-se dizer, pelo excerto, que a dimensão econômica da transferência de armas pelos britânicos é priorizada. Na disposição descrita por Moraes (2011), a aliança histórica com os Estados Unidos tem grande peso, uma vez que ela restringe o escopo da clientela: “o fornecimento de armas para países não aliados dos Estados Unidos poderia colocar em risco a sua credibilidade como aliado dos norte-americanos” (MORAES, 2011, p. 70). Por outro lado, “das aquisições externas realizadas pelos Estados Unidos, o Reino Unido tem sido a principal fonte desde 1950” (MORAES, 2011, p. 70), o que, de certo modo, garante as vendas. Dito de outra forma, o âmbito financeiro encontra-se atrelado (e limitado) à organização política centralizada pelos norte-americanos. Disso também se depreende a justificativa do comércio bélico para nações situadas em lado oposto do mesmo conflito – é necessária para o fortalecimento da indústria e cabível, desde que não incomode o maior aliado. As implicações dessa conjuntura no discurso podem ser verificadas na propaganda de alistamento britânica, por meio de uma leitura que associa texto e contexto através de sentidos.

A exibição de uma maquinaria robustecida pela tecnologia enfatiza e valoriza a indústria da guerra britânica que, no mundo neoliberal e globalizado, atinge outros cenários, tanto pela oposição militar quanto pela associação estabelecida com outras nações. Considerando que essas associações se concretizam a partir da filiação aos posicionamentos dos Estados Unidos e da OTAN, infere-se que a oferta de valores do poder, por meio do ethos, opera como uma propaganda, não somente de alistamento, mas de artigos militares – um gesto político e financeiro. Enquanto máquina, ao ethos fica suprimido o item ‘liberdade’, quando é pensado como um artefato subserviente, para uso humano. Não somente o papel de subserviência britânica (historicamente apresentada com relação aos Estados Unidos) é desse movimento depreendido, mas significa por associação, tendo em vista a utilização das armas britânicas pelas FA estadunidense. Além disso, por mais que possa se estabelecer uma leitura de agressividade (para o ethos britânico) e pacificidade (do ethos americano), esses estereótipos se unem, discursivizando um elo residente no âmbito social.

A união ocorre por deslizamento dos sentidos de segurança e pelo efeito de ‘retirada’, de ‘desconcentração’ do poder em símbolos humanos de guerra concebidos

tradicionalmente pelo imaginário popular – políticos e oficiais homens. Dessa forma, as similaridades na formulação dessas imagens fomentam um movimento de completude, no qual os sentidos que ordenam cada FD militar permitem a estruturação de uma única, a FD militar ocidental, representada pelos discursos da OTAN. A presença de figuras femininas na formulação da imagem de si do enunciador em ambas as propagandas também é arranjada em prol dessa gama significativa de proximidade do quesito segurança e atualização da figura militar, por suas semelhanças e diferenças. Na campanha britânica, a imagem da soldado feminina é organizada a partir do robô que, enquanto antiethos (MAINGUENEAU, 2020), figurativiza o movimento ficcional através do qual se apresenta o fator humano vinculado à realidade. Para o alistamento norte-americano, a imagem de Emma perpetua a diversidade, um compêndio de identidades permitidos pela conjuntura da pós-modernidade.

A construção da mulher na narratividade de ambas advém do caminho da inclusão feminina nas mais diversas categorias de trabalho, e funciona por contraposição ao modelo militar clássico, perpetuado por figuras masculinas. Promove-se, assim, efeitos de igualdade e inclusão atribuídos ao exército, que se vinculam à segurança por meio da validação do estereótipo da mulher militar. Nesse caso, opera-se a segurança por dois meios: a do ‘poder-ser’ (mulher e militar na sociedade) e a segurança promovida pela mulher, aquela remetida à natureza feminina (o cuidado, a maternidade). Os efeitos de inclusão são acionados a partir do primeiro tipo, e dele depreende-se os sentidos de igualdade, a partir do tratamento de trabalho, ofício, dado ao exército em ambas as campanhas. Por mais que a premissa da igualdade de gênero se encontre, de certa forma, sedimentada nos discursos da atualidade, incluindo o militar, o caminho para essa relativa estabilização é antigo e remonta os primórdios das revoluções burguesas “quando a burguesia ainda carregava uma missão revolucionária” (ASSUNÇÃO, 2016, p. 4).

A problemática emerge com algum tipo expressão a partir do Iluminismo, corrente filosófica que se pauta no uso da razão (em detrimento da fé) como meio para se garantir o progresso da humanidade (KANT, 1999). O movimento iluminista coordenou a ação política da Europa no século XVIII, e os resultados são muitos e de natureza similar – para citar os que competem a esse trabalho, tem-se: a Independência dos Estados Unidos, A Revolução Francesa, o abolicionismo inglês e a própria Revolução Industrial. A ascensão econômica da classe burguesa permitiu com que essa se organizasse em torno da mudança social, e seus ideais humanistas de mundo deixassem de pertencer somente ao campo das ‘ideias iluminadas’ para tomar seu lugar na vida prática. A etapa é marcada

pela publicação da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (FRANÇA, 1979), na qual ‘homem’ não era usado como sinônimo de ‘humanidade’, mas como representante do sexo masculino, o que lhe garantia o direito à cidadania (MORAES, 2016, p. 11). Verifica-se, disso, que o período é ordenado pelo alargamento da concepção de cidadão, sendo, esse, todo e qualquer homem, ao qual direito à cidadania deveria ser garantido.

Por cidadania, o documento entendia: liberdade, a propriedade privada, a segurança, a resistência à opressão e o pagamento de impostos para a manutenção do órgão máximo de soberania – a nação –; em outras palavras, os princípios do liberalismo econômico. Nesse cenário de efervescência intelectual e busca pela racionalidade, há de se destacar o pensamento de Mary Wollstonecraft, intelectual libertária inglesa que abraçou as causas em favor da igualdade e da razão, sendo uma importante precursora do feminismo. Em sua obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft ([1792] 2016) aponta e critica o enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e a privação da educação formal, aspectos que comprometem o pensamento racional das mulheres. Segundo a autora, às mulheres é relegada uma existência cerceada por futilidades, “educadas no estilo debilitante [...] enfraquecidas por ocupar-se em revelar, em vez de examinar, as primeiras associações impostas a elas por todos os objetos ao redor” (WOLLSTONECRAFT ([1792] 2016, p. 148-149).

Com efeito, o gênero feminino não tem “a menor chance, devido a sua condição de subordinação na sociedade, de recuperar o terreno perdido” (WOLLSTONECRAFT ([1792] 2016, p. 147). Estando restritas aos afazeres do lar e preocupações em torno do casamento, como as mulheres “encontrarão força para recorrer à razão e se colocar acima de um sistema de opressão que destrói as belas promessas da primavera?” (WOLLSTONECRAFT ([1792] 2016, p. 148). Do pensamento de Wollstonecraft ([1792] 2016) verifica-se a valorização da racionalidade para se atingir os princípios da igualdade e da liberdade. O impacto do argumento está no fato de que esse atribui a inferioridade intelectual feminina exclusivamente aos limites sociais que lhes eram impostos, uma espécie de escravidão que as impede de “obter o vigor necessário para se libertarem de seu caráter artificial?” e marginaliza todo o gênero feminino pois “nega-lhes o livre uso da razão” (WOLLSTONECRAFT ([1792] 2016, p. 149).

A própria obra é permeada por sentidos de racionalidade dados tanto pela técnica de escrita quanto pela caracterização de sentimentos, tais quais o amor como “uma paixão arbitrária e reinará, assim como outros males que ficam à espreita, por sua própria autoridade, sem se dignar a raciocinar” (WOLLSTONECRAFT ([1792] 2016, p. 150). O

modo como a autora conduz suas afirmações permite depreender que a ‘fragilidade’ e ‘docilidade’ atribuídas ao gênero feminino são características sociais moduladas pela ausência de razão, dos quais ela se distancia e incorpora em si o próprio texto. Além disso, o livro foi produzido a partir dos pressupostos iluministas, estabelecendo crítica a ideais que, prezando pela racionalidade e pela igualdade, não incluía a das mulheres. Para a autora, essa era uma das maiores incoerências de seu tempo e a responsável por não conferir às mulheres a possibilidade da cidadania. Dito de outra forma, o alargamento a dilatação dos sentidos de cidadão promovidos pelas revoluções das luzes, por mais que acionasse sentidos de liberdade e igualdade, esses não se efetivavam na prática, dado que a parcela feminina não era abarcada pelo processo.

De todo modo, os escritos de Wollstonecraft [1792] 2016) representam o germe de um pensamento que postula a igualdade de gênero. Esses sentidos se fortalecem na primeira onda feminista, em especial, o Sufragismo – movimentos no final do século XIX, voltados para a participação política feminina (ZIRBEL, 2021). Após a Segunda Guerra, a configuração global capitalista, no tocante à inserção da mulher em campos de trabalho inicialmente masculinos, permitiu o delineamento da chamada segunda onda feminista. No cenário da segunda onda, verifica-se a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948) que reconhece a igualdade entre os sexos e insere o gênero feminino ao conceito de cidadania (ZIRBEL, 2021). Os países em que se investiram em um projeto de ensino universal, possibilitaram a ampliação dos estudos feministas e protagonizaram o surgimento de diversas obras. Dentre elas, destaca-se os escritos de Simone Beauvoir (1967) que retomam algumas das problemáticas já levantadas por Wollstonecraft ([1792] 2016).

Beauvoir (1967) evidencia “o fato de alguns intelectuais homens terem designado a si mesmos como representantes da humanidade e definido ‘a mulher’ como algo diferente de si e inferior” (BEAUVOIR, 1967 *apud* ZIRBEL, 2021 p. 16). Também considerava que a concepção de feminino, tal qual era posta na sociedade, era produto da dominação masculina. Nas décadas de 1980 e 1990, fala-se em uma terceira onda feminista, pensada a partir de subdivisões identitárias (o feminismo negro, o feminismo lésbico, anticapitalista e afins), que coadunam com as premissas da globalização – o fatiamento das identidades ao mesmo tempo que as insere todas como parte do conjunto humano. No entanto, “em uma escala mais global, a segunda onda pode ser pensada como por um longo período (de 1940 até o início do século XXI), assim como ocorrera com a primeira” (ZIRBEL, 2021 p. 23). Através dela observa-se o desenvolvimento da questão

“no campo das artes, na formação de centros de pesquisa sobre a condição das mulheres, [...] no ingresso de feministas em variadas instâncias de poder, na mudança de leis e costumes, no amadurecimento de discussões e teorias etc.” (ZIRBEL, 2021 p. 23).

O resumo da trilha pela qual ampliou-se a concepção da cidadania através da participação feminina na sociedade fornece guarnição para se pensar como a figura da mulher emerge nas duas propagandas de alistamento militar, um ambiente que sobreviveu ao máximo atrelado ao conservadorismo e à participação masculina. É preciso pontuar que as diversas experiências de militância feminista no neoliberalismo globalizador “possuem em comum o enfrentamento de formas complexas e entrelaçadas de violência e opressão” (ZIRBEL, 2021 p. 26). Verifica-se, assim, um movimento de rupturas e continuidades na sedimentação do discurso feminista na sociedade capitalista, cujos resultados estão presentes nas campanhas de alistamento. Se, na altura das Revoluções Liberais Burguesas, a ausência da condição da mulher nos postulados iluministas coibia o progresso modulado pela razão e restringia os significados de cidadão, no contexto do neoliberalismo, a opressão feminina está atrelada ao sistema capitalista protagonizado, grosso modo, por homens brancos de privilégio econômico.

Em outras palavras, é no capitalismo que se concentram os diversos elementos simultâneos de dominação. A esfera militar, enquanto estrutura estatal, reproduz esses valores. Contudo, as propagandas de alistamento se apropriam da figura feminina em sua configuração discursiva, promovendo sentidos de inclusão. Não somente o apagamento dos traços conservadores do exército estão em voga, mas a discursivização de um ambiente de segurança e acolhimento ao gênero feminino que mitiga as diversas lutas femininas em prol da igualdade, na medida em que existe uma espécie de naturalização da presença da mulher. Atualiza-se, dessa maneira, a figura militar e o próprio exército, colocando-o em um âmbito de modernidade coadunante com os sentidos de cidadão (aquele que pode servir à pátria) na sociedade global. É interessante pontuar que, em ambas as campanhas, as mulheres que as protagonizam seguem o protótipo dominante (são brancas), trazendo para o discurso do alistamento um silenciamento comum ao discurso feminista quando esse é acoplado pelo neoliberalismo: a interseccionalidade de raça ao feminismo.

O deslocamento de sentido entre inclusão, modernidade e segurança, frutos da construção do feminino nos vídeos, para além da supressão do aspecto racial gera sentido, na globalização em que toda a diversidade faz parte do total coletivo. Considera-se, ainda, como parte do discurso das propagandas, o silenciamento das lutas de classes

dentro do próprio exército. Nas duas campanhas, o papel exercido pelas figuras femininas é concentrado na execução dos comandos, ou seja, voltado para o trabalho físico em associação à tecnologia. Disso, verifica-se que as posições mais elevadas na cadeia de comando militar não constam como desempenhadas pelas figuras femininas, o que permite depreender que, por mais que o discurso militar do alistamento se movimente pela questão da inclusão e aumento da participação social, o papel da inteligência militar, a racionalização das forças de combate, não se encontra abarcado e as diferenças entre as classes militares permanecem silenciada pelo discurso do alistamento.

Em consonância, o elo entre a mulher e a tecnologia opera como abrandamento do argumento da força física (atribuídos ao homem), reiterando as FDs biologizantes das quais busca se distanciar. O vínculo entre progresso e tecnologia é interseccionado pelo elemento feminino, movimentando sentidos já acionados por Wollstonecraft ([1972] 2016) quando critica a depreciação do corpo físico feminina, minado de sua potencialização máxima pelo padrão de beleza imposto. Para a teorização de Wollstonecraft ([1972] 2016), o progresso é acompanhado da racionalização, e se encaixar em postulados limitantes de beleza não é racional pois coaduna com a dominação feminina; já para os vídeos de alistamento, o corpo físico da mulher não necessita se encaixar no quesito da força, já que a tecnologia permite a planificação das funções de gênero no militarismo. Sem coincidência, o corpo das protagonistas das propagandas apresenta-se pelos atributos reconhecidos como próprio da feminilidade – a delicadeza (dada principalmente pela voz feminina) e a minúcia (mostrada no manuseamento de drones, da primeira campanha, e no questionamento existencial de Emma, na segunda).

Recupera-se, assim, os padrões de feminino próprio da construção social apontada por Wollstonecraft ([1972] 2016), pavimentando um coro uníssono entre os discursos das campanhas, travestido dos postulados feministas de inclusão, mas que, na essência, deles se afasta por completo. Organizados a partir da sequencialização entre sistemas econômicos – o liberalismo e o neoliberalismo –, os discursos do alistamento produzem o efeito de evidência de que nesses sistemas se construiu o largo espectro do conceito de cidadão e que, esse espectro contempla o feminino, até mesmo no interior do exército. Na questão da mulher, a ordenação de sentidos no militarismo disposto permite a concretização da crítica prescrita por Adorno e Horkheimer (1985), quando afirmam que o caminho percorrido pela racionalidade técnica culmina na supressão do humano. Fruto de um percurso epistemológico da razão, a inserção da mulher no político (que, nas

propagandas, é dada pelo abarcamento militar) só ocorre mediante sua incorporação ao sistema capitalista.

Se é no capitalismo que residem os elementos de dominação, compactuar com ele não significa de forma nenhuma se colocar em liberdade (ou segurança), mas perpetuar formas de escravidão. Wollstonecraft ([1972] 2016), reiterando a racionalidade crítica, estabeleceu argumento similar, quando afirmou que, mesmo as mulheres não escravizadas nos propósitos do matrimônio “tornam-se tiranas, pois não se trata de uma liberdade racional, mas de uma espécie de poder sem lei, semelhante à autoridade exercida pelas favoritas dos monarcas absolutos, obtida por meios degradantes” (WOLLSTONECRAFT [1972], 2016, p. 197). Assim, os sentidos de igualdade e inclusão, movimentados pela presença de uma figura militar feminina, se atrelam ao aspecto da segurança guarnecida pela estrutura. São pareados aos efeitos de modernidade que inserem as propagandas em um contexto econômico (neoliberal) que orienta o político (globalização) e o cultural (multiculturalismo).

As semelhanças e (mesmo) as diferenças de sentidos produzidos pelo discurso militar operam de modo conjunto; os efeitos de liberdade, segurança, poder, tecnologia modernidade e inclusão se somam, organizando uma FD militar de países que centralizam a Organização militar máxima do ocidente, de modo a orientar o atravessamento das FDs institucionais na da OTAN. O fenômeno é residente no exterior do discurso, dado a presença de várias nações na aliança e se configura como uma característica própria da sociedade globalizada na qual as individualidades nacionais são atravessadas umas pelas outras. No entanto, o país que capitaliza a política e o discurso da Organização é os Estados Unidos, de modo que a aproximação entre as propagandas é entoada a partir da FD norte-americana. Tanto que ‘segurança’ e ‘modernidade’ evadem dos sentidos de liberdade e democracia (no discurso estadunidense) e, por meio da aliança, alcançam o exterior, sedimentando-se no discurso militar do Reino.

O jogo parafrásico e polissêmico (ORLANDI, 2009) que se estabelece nas campanhas proporciona os deslizamentos de sentidos entre elas, permitindo com que ‘segurança’ organize uma FD militar comum, cristalizada na sociedade pela OTAN. Mediante a estrutura analítica aqui desenhada, foi possível levantar os feitos de sentido díspares e coadunantes produzidos nas propagandas de alistamento. Esses sentidos permitem organizar a FD militar do Ocidente, na qual o militarismo britânico e estadunidense atua como protagonistas. Assim, a próxima seção será voltada para delinear verticalmente as respostas às questões norteadoras desse estudo, relativas à

configuração da ideologia militar, estabelecendo novas discussões em torno da organização do sistema capitalista por meio dos enunciados do exército.

3.3 Outras considerações: a crise do capital e a crise da subjetividade no discurso militar do ocidente

Ao longo desse capítulo, buscou-se cotejar os sentidos depreendidos entre as propagandas audiovisuais de alistamento militar do Reino Unido (ARMY JOBS, 2022) e dos Estados Unidos (GOARMY, 2021), analisadas em momentos anteriores desta dissertação, para que, por meio das proximidades e incongruências levantadas, se pudesse delinear a configuração de enunciados militares produzido por governos que representam a centralidade da Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN). Esse itinerário viabiliza responder os questionamentos que guiam o presente trabalho, relacionados à construção discursiva de campanhas de alistamento que, em suas diferenças e similaridades, operam em conjunto na estruturação do discurso militar ocidental. Inicialmente, indagou-se: como os mecanismos discursivos das propagandas moldam e reforçam as características político-ideológicas governamentais e das relações exteriores? Também se considerou que, para estabelecer essa leitura, é preciso levar em conta a inserção das materialidades em um quadro histórico – o que levou à pergunta: quais são as condições de produção desses discursos?

Para inquirir acerca dessas questões, adverte-se que, tanto quanto as análises individuais, o recenseamento teórico analítico dos vídeos se ancorou, sobretudo, nos conceitos de cena da enunciação e ethos discursivo (MAINGUENEAU, 2004), através dos quais outras ferramentas da Análise do Discurso, tais como as noções de Formação Discursiva (PÊCHEUX, 2011; 1993b), Formação Imaginária (1993a) e adjacentes foram depreendidas e aplicadas. Dessa forma, as respostas serão guiadas pelo instrumental mencionado, mantendo-se a coerência e verticalidade argumentativa às proposituras da pesquisa. Sobre as características político-ideológicas do Estado, presentes no discurso de alistamento, pontua-se que a disposição de um quadro cênico (MAINGUENEAU, 2004) comum – a propaganda militar – permite organizar uma incidência igualmente comum nas materialidades: a assimilação entre elementos de uma Formação Discursiva (FD) nacional e militar ofertados por intermédio do mídiun (DEBRAY, 2000 *apud* SALGADO; DELEGE, 2018).

Quando os elementos fundadores do Estado-Nação, típicos da nacionalidade, se interseccionam por meio de sentidos ao militarismo, na propaganda, o discurso das Forças Armadas (FA) é colocado no patamar de estrutura fundante, não somente reiterando a ligação entre exército e Estado na sociedade, mas inserindo as Forças ao patrimônio nacional. Assim, o discurso militar torna-se, por meio da memória, um traço próprio do país, e evade para o exterior por meio das tecnologias midiáticas de informação, levando caracterizadores da FD institucional – os efeitos de poder e glória (no caso da campanha britânica) e de liberdade e democracia (depreendidos do alistamento estadunidense). Tratar dos sentidos próprios da institucionalidade que se encontram no discurso do alistamento implica em pontuar a conjuntura histórica na qual os governos produtores da propaganda estão localizados e, as materialidades, disseminadas. Observou-se que as condições de produção das campanhas compreendem a pós-modernidade, regida pelo neoliberalismo globalizador promulgado pela nação norte-americana (SANTOS, 2006) cuja discursividade governamental dispõe sentidos de liberdade e democracia.

Essa estruturação socioeconômica advém do fluxo histórico de transformação; tem seus primórdios apoiados no cenário do imperialismo inglês, no qual o liberalismo torna-se o sistema financeiro proeminente no globo (PASSETTI, 2016) e efeitos de poder e glória, fruto do sucesso das empreitadas britânicas, são mobilizados como parte do discurso nacional do Reino. O desenvolvimento tecnológico, iniciado com as Revoluções Industriais, propulsiona o advento da mídia e permite a continuidade que culmina na transposição do capitalismo. Ampara as atividades militares que corroboram para a disseminação neoliberal pelo globo. Estabelece-se, assim, a ligação entre o sistema econômico, os países em questão e suas FA, um elo demarcado pela união dessas nações em uma aliança paramilitar – a OTAN. Esse trajeto é determinante para compreender como os pares ‘poder’/‘glória’ e ‘liberdade’/‘democracia’ se situam na discursividade dos vídeos analisados, promovendo a compactação entre as FDs institucional e militar dessas nações, bem como a intersecção de seus discursos militares.

Inicialmente, é preciso destacar que a propaganda no mundo pós-moderno é norteada pelo que Pêcheux (2012) chama de interpelação a partir do narcisismo, ou seja, por meio de uma ‘neutralidade operatória’. Esse movimento consta em todo o procedimento discursivo analisado, no qual os sentidos institucionais que se estendem ao militarismo são ofertados como convite que capta o enunciatário pela proposta de liberdade de escolha. Nesse viés, participar de um exército glorioso e poderoso (o britânico) e compor um ambiente que possibilita o alcance às metas e propósitos pessoais

(as FA estadunidenses) se constituem de desejos e anseios oriundos do engendramento ao modo de produção. Promove-se, dessa forma, a “gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento” (PÊCHEUX, 2012, p. 88). Ainda no horizonte do ‘liberalismo totalitário’ (CHOMSKY *apud* PÊCHEUX, 2012), considera-se a universalização da linguagem das propagandas, possibilitada pelo avanço da tecnologia midiática que caracteriza o modo de produção da atualidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

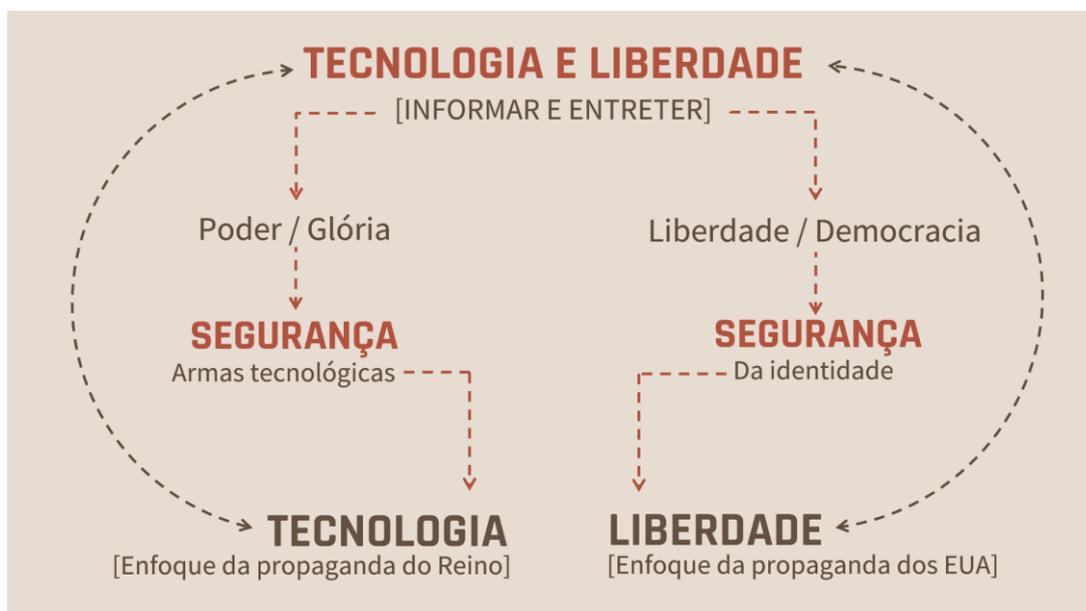
Conforme explicam Adorno e Horkheimer (1985), o amplo alcance da mídia permite a mescla entre propagandas e objetos culturais, sendo que esses últimos passam a operar como difusores do discurso dominante, através dos mecanismos de informar e entreter (SOARES, 2022) dos primeiros. Tal feita abre espaço para o fenômeno inverso: a incorporação da cultura na propaganda estatal, por meio da qual a diligência da adesão no discurso institucional é incrementada. A cenografia das campanhas britânica e norte-americana de alistamento é organizada respectivamente pelo aporte do cinema e da série animada, canalizando uma gama de sentidos que se desdobram e se complementam. Por um lado, quando a divulgação informativa sobre o alistamento é amparada pelo tecido midiático e o entretenimento discursivizado pela estruturação cênica se vincula ao escape às pressões econômicas, efeitos de tecnologia e liberdade se dispõem pelos dispositivos inscricionais na propaganda enquanto mídiun, orientando parte da produção de sentido.

Na mesma direção, mas por outra via, quando a cultura atua como modulador das materialidades, gera entretenimento por uma memória estética e permite informar sobre o exército, acentuando os sentidos de poder e glória (deslizantes do efeito ‘canônico’, do cinema, no vídeo britânico) e de liberdade e democracia (oriundos dos efeitos de infinitas possibilidades e nacionalidade da série animada, no alistamento estadunidense). Essas operações se somam e se compactam quando as duplas significantes, nas campanhas, são simbolizadas a partir da construção de uma figura militar correspondente à imagem de si do enunciador (MAINGUENEAU, 2004). O desenvolvimento desse ponto aciona a terceira pergunta de pesquisa, a saber: como ocorre a construção discursiva da figura militar no discurso das campanhas militares e o que isso significa? Salienta-se que a resposta está associada às questões anteriores, uma vez que ela mobiliza traços da FD institucional que se dispõem no militarismo e é fruto das condições de produção do discurso militar.

Nos vídeos examinados, ‘poder’ e glória são aspectos respaldados e concentrados pela disposição do ethos maquínico, ao passo que ‘liberdade’ e ‘democracia’ são

figurativizados pela formulação do estereótipo da mulher militar em Emma. Tendo em vista que a imagem do robô representa a tecnologia bélica e que a de Emma caracteriza a possibilidade de inclusão do gênero feminino no exército, afirma-se que o ethos militar em cada campanha dispersa sentidos de segurança – a segurança proveniente do armamento tecnológico e a segurança em ser livre para ser quem se é (e estar inserido nas práticas sociais). Para ilustrar o mecanismo de deslizamento que une tecnologia e liberdade aos sentidos de poder/glória e liberdade/democracia pelo caráter da segurança disposto pelo ethos, preparou-se a Figura 21.

Figura 21 – A operacionalização de ‘segurança’ como intermediário entre ‘tecnologia e liberdade’.



Fonte: Elaborado pela da autora (2024).

A Figura 21 demonstra que o conjunto significativo entre ‘tecnologia e liberdade’ não está solto, disponibilizado apenas pelo aparato técnico das peças, mas concatenado aos elementos típicos da FD nacional por meio do ethos militar que dispersa sentidos de segurança. ‘Segurança’ é o quesito que une as propagandas aos discursos da OTAN, organizando-se como uma máxima da sociedade pós-moderna. Vale salientar que aciona sentidos do mesmo campo semântico, a insegurança, a depender da posição do enunciatário. Para compreender melhor como o aspecto da segurança é discursivizado na pós-modernidade, apoiou-se nos escritos de Anthony Giddens (1991, 2001, 2008), sociólogo que discorre acerca da configuração da sociedade atual. Segundo a teorização do autor, a estrutura do mundo globalizado ocorre sobre quatro pilares que intercedem um pelos outros: o capitalismo, o industrialismo, o poder militar e a vigilância. Esses

pilares são atravessados pela tecnologia, que robustece o quesito da vigilância sobre os sistemas peritos dentro do capitalismo (GIDDENS, 1991).

Esses sistemas se constituem como órgãos de conhecimento especializado, sobre o qual se estabelece relações de confiança no desencaixe tempo/espço típicos do momento atual (GIDDENS, 1991). Têm sua confiabilidade respaldada por mecanismos de vigilância que visam garantir seu funcionamento (GIDDENS, 1991). As FA operam como agente duplo: é um sistema perito, especializado nas situações bélicas, e armazena elementos vigilância, os a armamentos e as tecnologias de informação. Esses pontos estão discursivizados, nas campanhas, pelo ordenamento de símbolos militares (armamentos e táticas de guerra) e nacionais (bandeiras, cenários nacionais), entrelaçando, no discurso, a relação entre o conhecimento militar e vigilância do poder estatal; simultaneamente suscitam uma memória de nação que permite a incorporação dos sujeitos e assim se estabelece a fidúcia. No âmbito do macro, a confiabilidade estabiliza a tensão entre segurança e insegurança geradas pelo discurso, fornecendo homogeneidade entre prática discursiva e atividade social, dado que, no caso do militarismo sua atuação está diretamente ligada à prática da segurança.

Mesmo assim, as relações de confiança no sistema perito transitam entre traços do mesmo campo semântico, a confiança e a desconfiança, ou, a segurança e o risco (GIDDENS, 1991), um movimento que está presente no discurso de alistamento pelo encadeamento aos efeitos de segurança disposto pelo ethos de cada uma das campanhas. De modo específico, na propaganda do Reino, os efeitos de segurança originam-se do armamento tecnológico que confere poder; no alistamento dos EUA, a segurança em ‘ser’ (o existir em liberdade) é posta em funcionamento através da prática da democracia por Emma (o servir ao exército). A discursividade traz a segurança relacionada à garantia de um modo de ser no mundo, pautado por ‘poder’ e ‘liberdade’ e amparado pela história e pela confiança na instituição enquanto sistema perito e de vigilância máximo, referente ao Estado. A estruturação discursiva de um modo de ser no mundo, é abordada por Maingueneau (2008b), quando fala da disposição de um modo ético que toma corpo pelo ethos.

Giddens (1991) também trata dessa configuração, por outra ótica, quando discorre acerca da segurança antológica, um movimento que relaciona o psicológico e as trocas sociais, solidificando as relações de confiança por meio do estabelecimento da segurança ou insegurança. Dessa forma, é possível afirmar que o funcionamento da segurança antológica, no que compete à segurança com relação ao modo de produção, toma corpo,

nas campanhas, pelo mecanismo do ethos. Para demonstrar de forma esquemática, preparou-se a Figura 22, abaixo.

Figura 22 – ‘Segurança’ como dispositivo do funcionamento da segurança antológica.



Fonte: Elaborado pela da autora (2024).

A Figura 22 ilustra a relação social que encontra ecos no discurso de alistamento. Nela, ‘confiança’ é o vínculo que se estabelece entre ‘segurança’ e o exército enquanto sistema perito e de vigilância. Enquanto sentido, a segurança se relaciona com a garantia de um modo de ser no mundo, pautado por ‘poder’ e ‘liberdade, atrelando-se, assim, ao funcionamento da segurança antológica. Em momentos anteriores, observou-se que a segurança antológica, tal qual prescrita por Giddens (1991), é um processo psicológico, que envolve o emocional e o cognitivo, anterior às relações sociais e confiabilidade no conhecimento especializado, mas que nesses desembocam. A teoria do discurso não abarca a carga psicológica da questão, mas pensa as produções discursivas a partir de condições de produção que se organizam a partir do bojo econômico. Diante da complexidade do capitalismo atual, o que aqui se propõe neste terceiro capítulo é um breve deslocamento e depois retorno aos postulados sociológicos sob os quais a Análise do Discurso (AD) se origina.⁵³

⁵³ A teoria sociológica sob a qual a AD pecheuxtiana se ancora é o marxismo histórico-dialético, pela leitura de Althusser (1980). Entretanto, para compreender o fenômeno da pós-modernidade, da globalização, novas perspectivas de mundo são acionadas no âmbito da sociologia e da filosofia. Esse caminho será buscado, não para invalidar ou ignorar os postulados de base da AD, mas para ampliá-los. O retorno a eles demonstra sua necessidade para a interpretação do mundo. A preservação das ferramentas analíticas organizadas por

A oscilação estabelece outras aproximações que permitem apurar a natureza do discurso no atual, pós-moderno, e estender a discussão já estabelecida. Utilizando-se da interlocução entre garantia de um modo de ser no mundo, que estabiliza a segurança antológica (GIDDENS, 1991), e a disposição de um mundo ético no discurso dado a partir do modo de ser pelo modo de dizer do ethos (MAINGUENEAU, 2008b), infere-se que a imagem de si do enunciador centraliza, nas propagandas, as diversas Formações Imaginárias (FIIm) sob os sentidos de segurança. A imagem de um robô se soma à figura feminina e à instituição, construindo um ethos militar que representa a segurança nas atuações bélicas; Emma, enquanto mulher militar, canaliza as diversas imagens de mulheres representadas por suas mães e amigas operantes na sua construção. Nesse ponto, as FIIm são entendidas como projeções relativas aos lugares sociais, as posições discursivas da FD militar e que irão caracterizar o militarismo estatal. Nessa esteira, as diversas imagens discursivas só o são por estarem incorporadas ao e gerenciadas pelo capital.

A construção do ethos explica como esse movimento de incorporação e gerenciamento é feito, pois ela é o que absorve, ‘puxa’ de forma verticalizada essas diversas formas subjetivas, moldando-as no interior do discurso político militar e apontando-as como representações do militarismo sob o ponto de vista de um Estado e de uma organização. Ao tratar da propaganda pós-moderna, Pêcheux (2012) propõe a gestão subjetiva no discurso, uma operação que relaciona o interior (uma falsa noção de desejo) e o exterior (econômico) – um procedimento que, é, nas propagandas, proeminente por meio do ethos. Contudo, a percepção do sistema neoliberal mobiliza relações internas à noção de classe e, por elas se concretiza e se transforma (LAZARATTO, 2006). A partir do ethos e o mundo por ele apresentado, é possível compreender a projeção discursiva do enunciador e seus sentidos não somente como resultado, também como atuante na construção de subjetividades que retroalimentam o neoliberalismo globalizador.

As subjetividades são aqui entendidas não (somente) como as emoções e cognições de um indivíduo, mas um desdobramento social e político, intimamente ligado às relações no interior do capitalismo em sua versão pós-moderna (LAZZARATO, 2006).

Pêcheux (1993a) representam a ressurgência, a manutenção do capitalismo enquanto base para as desigualdades – contradições dispostas no discurso. Além disso, a interlocução já posta com a teoria de Maingueneau (2002) possibilita o trânsito entre as teorias, uma vez que seus escritos têm influência de Foucault e Bourdieu, estudiosos associados respectivamente à pós-modernidade e a sua crítica.

A manutenção da legitimidade do sistema atual se faz em torno da harmonização das subjetividades com seu modo de vida distintivo, por meio da organização do desejo (DELEUZE; GUATARRI, 2004). Esse fenômeno ocorre porque, na prática, existe certa dissonância entre a produção social e o desejo, uma disparidade que seria insustentável, tamanha a incongruência entre as exigências externas e os desejos internos, se não fosse sua homogeneização (DELEUZE; GUATARRI, 2004). O discurso torna-se, então, campo fértil para abafar (e apontar) essas disparidades, gerindo a diversidade sob um mesmo prisma, conforme as discursiviza como únicas, subjetividades válidas e existentes – a ponto de comporem, por exemplo, o discurso de alistamento.

O agenciamento do ethos nas propagandas é um traço latente, já que nelas existe uma equipe que se volta para o *marketing* do Estado e busca modular as projeções em torno do objeto ofertado, disponibilizando, assim, uma versão do mundo ético que pode ser vivido e transformado pelo enunciatário (já que ele é levado em conta no processo de produção discursiva). Nas campanhas examinadas, essa formulação caminha por vias diferentes para culminar em um lugar comum: ‘segurança bélica’ desloca-se para ‘segurança em ser quem se é’, organizando a discursividade político-militar, agrupando as FD militares em pauta. Explorando-se as diferenças no percurso que constitui esses sentidos, verifica-se que os efeitos de segurança se apresentam pela tecnologia, simbolizada por um robô, na primeira campanha; já na segunda, a temática da tecnologia é posta no segundo plano, e a ‘segurança’ opera por meio dos sentidos de ‘liberdade’, amplamente dispostos, mas especialmente construídos a partir da figurativização da protagonista.

‘Liberdade’ não é um sentido disposto pela narratividade da propaganda britânica – pelo contrário, a imagem do robô promove uma atmosfera disfórica de desconfiança e vigilância – mas consta nos aparatos inscricionais do mídiun, deslizando-se do ‘entretenimento’ que rege a discursivização cenográfica. Na mesma medida, tecnologia não é um efeito direto no alistamento estadunidense, mas presente principalmente no dispositivo técnico (da cenografia e das mídias digitais sob o qual é disseminado) e, ocasionalmente, simbolizado por ferramentas preventivas, remetidas à vigilância e a segurança. Com a mitigação de ‘liberdade’ e de ‘tecnologia’, oblitera-se outros pontos dispostos na história e que se remetem a sentidos de insegurança, quando avaliados pela perspectiva do outro: a supressão das vítimas do colonialismo britânico e as consequências da atuação da forte indústria bélica dos Estados Unidos – tanto do ponto

de vista interno como externo ao país. As respectivas supressões da liberdade e das armas (o símbolo do ataque) somam-se aos sentidos permitidos pelo *mídiu*m.

Assim, os itens lexicais ‘tecnologia’ e ‘liberdade’ geram efeitos atuantes, especialmente na construção das subjetividades no interior do discurso das FA. Vejamos com detalhamento. Na peça de alistamento norte-americana, o peso da indústria bélica, apurada pela tecnologia, é discursivizado como elementar para a ‘segurança’ e a ‘liberdade’, um elo que repousa na história do país, a partir da Guerra de Independência e que ganha expressividade na formulação da Segunda Emenda da Constituição. Nesse cenário, ‘armas’ constitui um termo correspondente à segurança e liberdade, sinonímico a partir de deslizamentos. A campanha traz armas tecnológicas que representam a vigilância, e não o ataque, fruto de uma política de guerra de segurança, de contenção, esvaziando, assim, a postura imperial dos Estados Unidos em sua atuação pelo mundo, e em comum acordo com um posicionamento de gestão de conflitos exportados para longe da cartografia do país. Figura-se, dessa forma, a construção da protagonista incluída no trabalho da democracia e que encontra no exército a possibilidade de ser a si mesma e atingir suas metas individuais.

Distante das batalhas físicas, a imagem de Emma é organizada como moduladora das práticas de segurança militar, bem como a segurança de existir tal como se é. Já na propaganda britânica, o robô vincula-se também a um fluxo histórico de distribuição de armas para o exterior (em especial, os Estados Unidos, cliente fiel da indústria bélica do Reino) que, na atual conjuntura, é discursivizada em prol da segurança do globo, da libertação de eventuais tiranias governamentais ou, de organizações de oposição, tais quais os movimentos ditos terroristas. Pela discursividade, o androide representa o antiethos (MAINGUENEAU, 2020) e simboliza uma maquinaria futurística de guerra, ou seja, não corresponde exatamente ao que as FA britânicas possuem na atualidade, mas ao que poderá ser (a expectativa). Abre-se espaço assim, para a captação do enunciatório pelo mote “O exército do futuro ainda precisa de você” (ARMY JOBS, 2022, 53s-56s, trad. livre). O movimento permite a inserção da individualidade no coletivo por meio do convite, da vontade, tanto quanto ocorre no discurso norte-americano em que a protagonista ‘atendeu ao chamado’ (GOARMY, 2021).

Os efeitos produzidos pelos enunciados, como dito, permitem apontar a gerência da subjetividade, a interpelação por meio de uma suposta noção de escolha, de desejo (PÊCHEUX, 2012). Todavia, “dizer que o desejo é parte da infraestrutura implica dizer que a subjetividade produz realidade” (GUATARRI, 1985, p. 65 *apud* LAZZARATO,

2014, p. 11) Assim, o desejo enquanto traço da subjetividade não deve ser visto apenas como um reflexo ou uma construção da ideologia dominante que serve para justificar e sustentar a estrutura econômica existente, uma vez que, enquanto parte da infraestrutura opera com ela, sendo moldado ao mesmo tempo que ajuda a moldar essas estruturas. É possível verificar os dois movimentos (de cooptação e transformação), no ethos da propaganda de alistamento, em que a oferta de subjetividade ocorre por sentidos produzidos a partir de uma disposição pós-moderna, também elementos ativos e fundamentais na construção das estruturas sociais e culturais (LAZZARATO, 2006).

O afastamento brusco da supremacia da máquina, pelo mecanismo do antiethos, e inserção do humano torna-se a proposta sob a qual a narratividade da campanha britânica atua; no caso estadunidense, a presença da máquina é pincelada. A união humano e máquina ocorre em ambas, quanto o uso da tecnologia de guerra é dado pela manipulação da figura militar. Na mesma medida, acionam um ethos feminino, uma mulher militar, preponente de sentidos de inclusão que corroboram com os efeitos de segurança e de liberdade. Eis como se organiza a subjetividade nas FA no discurso militar ocidental: pela inclusão e pela segurança que desembocam na prevalência de sentidos de liberdade. As imagens acionadas para essa construção correspondem à mulher e sua associação com a máquina, figuras que não somente reiteram a disposição atual, mas construídas e reconstruídas, promovem ampliações nas relações sociais. São duas questões englobadas pelo exposto e que se interceptam: o vínculo do homem (humanidade) com a máquina e a inclusão da mulher nas práticas sociopolíticas contemporâneas.

Caminhando do primeiro ponto (o humano e a tecnologia) para o segundo (a mulher e o político), é possível indicar, nas propagandas, um movimento descrito pelo filósofo e sociólogo Maurizio Lazzarato (2014) relativo à construção da subjetividade no neoliberalismo: a operação se dá no inter cruzar de dois eixos, a sujeição social – a fabricação de papéis e lugares sociais que conferem ao ser humano uma identidade, gênero, classe, profissão, nacionalidade etc. – e a servidão maquínica – a relação maquinal que os sujeitos estabelecem com o sistema, partes de sua engrenagem, e, pela qual, são despidos de suas singularidades. Nesse duplo agenciamento das subjetividades, “o capitalismo lança modelos (subjetivos) do mesmo modo como a indústria automobilística lança uma nova linha de carros” (LAZZARATO, 2014, p. 14). Nos discursos sob o escopo analítico, a relação que o humano estabelece com as máquinas tecnológicas é de visceralidade, pela atuação do ethos militar na manipulação de drones e do sistema antimísseis), como já foi apresentado.

A interpretação do elo entre homem e máquina, dois elementos opostos pela natureza de sua estrutura, pela discursividade, estabelece-se da seguinte forma: estar em conjunção com os dispositivos tecnológicos significa fazer parte da coordenação, da atuação e contribuição para a sociedade (o alistar-se) e, no entremeio, inovar – ser autêntico. O homem se torna, então, parte da máquina estrutural e, figurativamente, uma extensão do maquinário bélico, produzindo seu funcionamento. É parte da segurança e é por ela segurado. A relação apoia e ilustra o aspecto seguinte a ser tratado – o protagonismo feminino no alistamento. Ambas as propagandas ancoram seu ethos em uma mulher militar que, partindo da inclusão, gera uma esfera de acolhimento e segurança atrelados ao gênero feminino, ao mesmo tempo que se promove o apagamento dos traços conservadores do exército. A construção da mulher no cenário militar, pela historicidade, não se origina nas propagandas, mas, em uma leitura inicial, se situam como desdobramentos das correntes feministas.

A seção anterior trouxe os primórdios desse percurso na obra de Wollstonecraft ([1792] 2016), que criticava a não racionalização da mulher – elemento que, segundo a autora, fomenta a exclusão e dominação do gênero. Também se mostrou que os instrumentos de dominação foram segmentados pelos discursos da atualidade, na proporção em que o feminismo se torna diverso: o feminismo negro, o feminismo lésbico, etc. (ZIRBEL, 2021). A propaganda de alistamento aborda a inclusão de gênero na perspectiva da naturalidade, silenciando o ritmo histórico de busca pela igualdade de gênero – bem como as diversidades que constituem esses confrontos. O modelo mostra-se, assim, distante das premissas feministas, uma apropriação desses discursos pelo mecanismo neoliberal que reverbera elementos dados como próprios da feminilidade em uma perspectiva conservadora, perpetuando o discurso dominante, e compreendendo o papel da mulher como pertencente ao campo de batalha pelo uso da tecnologia.

As campanhas organizam um modelo da mulher militar incluso na instituição estatal, uma identidade de gênero possível dentro das FA – um mecanismo de sujeição social que se encontra com a servidão maquínica. Essas questões, apoiadas no histórico, se dão, por um lado, de fora para dentro, já que os sentidos relativos à subjetividade são compreendidos a partir das condições de produção das propagandas. Existe, no entanto, um circuito que ocorre de dentro para fora do discurso: a validação do feminino nas FA fomenta a gestão do desejo, torna, as mulheres, enunciatários a serem captados pelo discurso da propaganda e que, a partir disso, regulam sua subjetividade. Então, na medida em que o desejo produz, em si, um agenciamento (DELEUZE; GATARRI, 2004), as

propagandas incorporam em sua discursividade a inclusão, a igualdade de gênero (aspectos mirados pelas subjetividades), modulando-as novamente para dentro do capital. Na mesma perspectiva, o dispositivo da segurança (que também se apresenta pelos sentidos de inclusão), articulado à confiabilidade em um mundo ético gestado pelos fatores econômicos, mobiliza o funcionamento da segurança antológica.

A segurança antológica, conforma a proposta de Giddens (1991) está articulada, dentre outras questões, aos processos cognitivos, emocionais que voltam o desejo para a necessidade de constância pela qual o interior pavimenta as relações sociais. “O projeto central da política do capitalismo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à economia subjetiva” (LAZZARATO, 2014, p. 14). A subjetividade feminina, inserida no aparato das campanhas e na produção social, culmina não em uma revolução, mas na criação de novas individualidades compositoras do todo, ou seja, permitem a reconfiguração das amarras neoliberais. Tanto que, essas imagens são construídas a partir dos modelos de feminilidade padronizados pelo conservadorismo e inseridas na posição de combatente, a força física do exército – ou seja, suas origens estão no seio do modo de produção e nele continuam. Da mesma maneira, a segurança não se organiza para fora do capital, e envolve dispositivos de conhecimento perito e de vigilância, tais quais se apresentam na propaganda sob a forma de sentidos.

A sujeição social e a servidão maquínica na produção de subjetividades vão sendo sistematizadas pelos discursos – como se mostrou no alistamento – a medida em que novas demandas sociais surgem, mas nunca de fato se encontram com subjetividades construídas em oposição ou para longe do esteio capitalista. Apesar disso, é preciso pontuar que “o neoliberalismo falhou em articular a relação entre essas duas economias [internas e externas]”. (LAZZARATO, 2014, p. 14). A oposição que se estabelece entre a prática discursiva/produção social e o desejo agenciador de formas subjetivas promove o que Lazzarato (2014) denomina por crise da subjetividade – a desestabilização da identidade individual e coletiva. Segundo o autor, a crise da subjetividade emerge da saturação de informações e da manipulação das identidades através das tecnologias digitais – eixo sob o qual o neoliberalismo globalizador se perpetua. A individualidade é fragmentada e influenciada por forças externas, tornando-se cada vez mais complicado para os indivíduos manterem uma noção estável de si (LAZZARATO, 2014).

Na era neoliberal, a subjetividade é frequentemente reduzida a uma lógica de mercado, em que os sujeitos são direcionados pelo auto empreendedorismo

(LAZZARATO, 2014). Nessa manobra de ‘chefiar a si mesmo, existe uma constante avaliação da capacidade e da produtividade, em prol da adaptação às normas e expectativas alienantes e desumanizadoras (LAZZARATO, 2014). Se a servidão maquínica subordina os indivíduos tanto através da comunicação, quanto através das novas formas de produção (LAZZARATO, 2014), os sentidos movimentados pelas propagandas de alistamento, produzidas pelas tecnologias midiáticas, corroboram com a inserção de propostas individualistas para o interior da globalização. Os efeitos de segurança e inclusão capitalizam tais subjetividades, gerindo-as em um quadro no qual estar seguro e incluso significa cooptar com e fazer parte da democracia neoliberal. O discurso ‘auto empreendedor’, apontado por Lazzarato (2014), está, de certo modo, abarcado pelos enunciados que caracterizam as campanhas de alistamento como propagandas – aqueles que promovem sentidos de convite, de escolha.

Esses enunciados postulam a necessidade de pertencer ao corpo militar pelas vestes do ‘imperdível’ e da bonança individual, representando a apropriação do discurso neoliberal por parte do Estado, através do qual individualidade se torna uma proposta para capitalizar e, logo em seguida, ser mutilada. Disso resulta o “empobrecimento da existência trazido pelo sucesso individual do modelo empreendedor” (LAZZARATO, 2014, p. 14). A figura militar partilha do modelo empreendedor o estereótipo do êxito e da realização – aquela que, enquanto parte das FA, segura e é segurada, inclui e é incluída – formas esgarçadas e que só tem sentido de ser se coincidirem com a disposição econômica. É nesse esvaziamento de identidades possíveis que reside a crise do capitalismo atual, dada pela ineficiência, uma incapacidade do neoliberalismo em dar um arremate à crise na produção devido às inúmeras iniciativas dos agrupamentos em se reinventarem às expensas dos padrões oferecidos pelo mercado.

As incoerências da gestão da subjetividade constam na propaganda, entretanto, o aprofundamento da crise sistêmica é uma propositura que ultrapassa os instrumentos aqui utilizados e pelos quais, esta dissertação se dispõe. Mesmo assim, salienta-se que, conforme Lazzarato (2014) essa configuração exige uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder e da lógica econômica que definem as relações sociais contemporânea, bem como sobre as formas de resistência e a possibilidade de reconstrução da subjetividade. No que compete ao discurso de alistamento, a recriação de subjetividade só seria possível pela reconfiguração da disposição do Estado que o rege, não sendo, portanto, em si alguma resistência – tanto quanto os efeitos de segurança, oriundos das subjetividade (e de suas crises), da tecnologia e da relação maquinal que os sujeitos

estabelecem no discurso de alistamento, são pontos que entrelaçam FDs nacionais à uma FD militar global do Ocidente. Esses sentidos, compreendidos a partir do trajeto histórico liberalismo-neoliberalismo globalizador cooperam no assentamento de um militarismo permeado por características político-ideológicas intra e intergovernamentais.

Efeitos de poder e glória (no caso da campanha britânica) e de liberdade e democracia (no alistamento estadunidense) – próprios da institucionalidade, do mundo ético nacional – são veiculados pela cena da enunciação e verticalizados pelo ethos. Através de silenciamentos e apagamentos deslizam, culminando em modulações de segurança e de subjetividades seguras, próprias do mundo global. Esses elementos atuam sob os efeitos de novidade, entretanto, são reformulações; demonstram que os traços originários ao discurso militar se perpetuam. Para desenvolver essa argumentação, recorre-se a hipótese formulada nos primórdios deste estudo. Logo, nas Considerações finais (a seguir) serão exploradas as questões que mobilizam a hipótese inicial, sobre os sentidos que pavimentam o caráter fundador do discurso militar das propagandas e que, remetidos à esteira da tradicionalidade, são adaptados para a pós-modernidade, em um movimento que compreende até mesmo a construção de subjetividades. As respostas permitirão que sejam feitos outros apontamentos sobre essas questões, arrematando, assim, a constituição do discurso militar ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou o discurso militar enquanto procedente dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980), fruto de um fluxo político que o integra como parte do institucional, modulando-se pela produção discursiva governamental. Buscou-se analisar discursivamente duas propagandas audiovisuais de alistamento ao Serviço Militar (SM), produzidas entre 2021 e 2022, por países medulares na disposição da Organização do Tratado Atlântico-Norte (OTAN) – o Reino Unido e Estados Unidos –, estabelecendo-se assim, um panorama do discurso militar ocidental, no qual a aliança opera como protagonista. O trabalho norteou-se por perguntas de pesquisa, cuja busca por respostas constituiu os objetivos a serem alcançados. Cada capítulo foi desenvolvido na perspectiva de: compreender as condições de produção dessas propagandas – a relação entre militarismo e discurso nos países em voga –; desmembrar os efeitos de sentido produzidos, identificando os mecanismos discursivos e apontar como esses moldam e reforçam as características político-ideológicas governamentais e das relações exteriores, circundantes à atividade das Forças Armadas (FA).

Outro objetivo da pesquisa constituiu em pontuar o papel da figura militar construída nas campanhas enquanto projeção discursiva, percebendo-se nela as posições governamentais no tocante ao militarismo. Para a análise, mobilizou-se as ferramentas teórico-metodológicas da Análise do Discurso (AD) – em primeiro plano, as noções de cena da enunciação e o ethos discursivo (MAINGUENEAU, 1997; 2004; 2008b; 2015; 2020), depreendendo-se, no *corpus*, os elementos que delineiam a teatralização promovida pelo discurso, bem como a projeção de si do enunciador, que valida tal encenação. Esses instrumentos contribuem para o exame de materialidades audiovisuais pois abarcam a evolução das “condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 11). Considerando que esse tipo de propaganda opera como ficções que referenciam o mundo concreto (SOARES, 2022), a relação complementar entre simulação e realidade suscita a questão ideológica sob a qual o simbólico atua.

Dessa forma, em segundo plano e de maneira associativa, utilizou-se as noções do projeto inicial da AD, organizado por Pêcheux (1993a; 1993b; 2011; 2012; 2014), especialmente, os conceitos de Formação Discursiva (FD) e Formação Imaginária (FIIm), bem como seus mecanismos adjacentes. A composição teórica mostrou-se profícua porque, por ela, pontuou-se como a FD militar arrematada determinadas cenas bélicas, e

o procedimento de agenciamento pelo qual a construção da figura militar verticaliza as de FIm institucionais. Assim, foi possível sistematizar a relação de sentidos estabelecidos no âmbito do micro (a enunciação) e do macro (o discurso) e percebendo a teatralidade engendrada pelo discurso de um Aparelho Ideológico do Estado. O batimento teórico-metodológico de aplicação do ferramental analítico demonstrou que os sentidos dispostos pelas campanhas de alistamento são compreendidos à luz do neoliberalismo globalizador, delineado pela progressão do liberalismo industrial – trajetórias que amparam a organização militar e nos quais Estados Unidos e Reino Unido exercem posições centrais, encontrando-se na pós-modernidade tecnológica e na criação da OTAN.

A relação de continuidade entre os percursos históricos dos países em análise chancela a proposta de união das FD militares nacionais em uma internacional, dominante nas políticas ocidentais. De modo geral, a produção de sentidos nas campanhas coopera no assentamento de um militarismo permeado por características político-ideológicas inicialmente governamentais e que, posteriormente, envolve relações exteriores, sobretudo quando se trata da aliança. Efeitos de ‘poder e glória’ e de ‘liberdade e democracia’ – próprios das respectivas institucionalidades britânica e estadunidense, do mundo ético nacional – são discursivizados pela cenografia dos vídeos, na medida em que essa toma para si um objeto da indústria cultural midiaticizada e é amparada pelo quadro cênico ‘propaganda militar’. Isso implica dizer que sentidos de entretenimento próprios da cultura de massa, atrelados a uma (falsa) noção de liberdade organizada pelo modo de produção (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), organizam as temáticas associadas à nacionalidade, ofertando-as por meio da gestão da subjetividade (PÊCHEUX, 2012).

Os dispositivos técnicos da propaganda e do produto de mídia se combinam à narratividade, corroborando com a construção de uma imagem nacional pelas quais incorporação dos enunciatários (seja por repelência ou atração) acontece. Através de silenciamentos e apagamentos, os traços significantes caracterizadores da institucionalidade deslizam, culminando em modulações de ‘tecnologia’ e ‘segurança’ – traços que homogeneízam a FD da OTAN e que permitem agrupar o discurso militar dos países entre si e para dentro da aliança. ‘Tecnologia’ e ‘segurança’ são temáticas produzidas a partir dos pilares sob os quais da sociedade pós-moderna se organiza – o capitalismo, o industrialismo, o poder militar e a vigilância (GIDDENS, 1991). Ao constarem no discurso de alistamento, sentidos de ‘tecnologia’ e ‘segurança’ fornecem homogeneidade entre prática discursiva e atividade social, principalmente porque a

atuação do militarismo está diretamente ligada à prática da segurança, sendo simultaneamente um sistema de vigilância e um sistema de conhecimento especializado perito (GIDDENS, 1991).

Além disso, os sentidos caracterizadores da FD da OTAN são construídos a partir de posicionamentos discursivos que ganham verticalidade na formulação de uma figura, militar, um herói cujos atributos corpóreos e psicológicos são simbolizados por tais itens lexicais. Essa figura concentra em si o ethos discursivo, uma projeção que, agenciada pelo enunciador, leva em conta uma imagem de si e a perspectiva do enunciatário, mobilizando estereótipos presentes no imaginário coletivo em prol da incorporação (MAINGUENEAU, 2004); estereótipos esses que representam as posições discursivas pelas quais a FD organiza seus dizeres, projeções nucleares do interior do discurso institucional. No caso do alistamento britânico, o ethos se apresenta como uma somatória entre a instituição, a máquina bélica e a mulher militar. Já na propaganda norte-americana, verificou-se a construção da heroína militar Emma, representante do gênero performativo (BUTTLER, 1990) e que capitaliza em si diversas imagens femininas de amigas e familiares.

As imagens femininas da campanha operam como Formações Imaginárias (FIIm) que, gerenciadas na perspectiva do enunciador (as FA) verticalizam o constructo do ethos e os sentidos, organizando a projeção discursiva do Estado a partir de uma personificação do militarismo. Em ambas as materialidades, a proeminência da ‘segurança’ é uma constante da figura militar, especialmente no que se remete à presença feminina. Entretanto, se na primeira existe um deslocamento entre ‘tecnologia’ e ‘segurança’, o funcionamento da transformação entre o antiethos robótico e o ethos visado (humano), na segunda, a segurança é orientada pelos princípios de liberdade, sintetizados somente pelo fator humano, e o tecnológico consta disperso, pincelado. De todo modo, a presença tecnológica nas duas campanhas é demarcada pelo armamento de segurança, preventivo e para a manipulação humana. Na mesma direção, desenvolve-se a figura da mulher militar, cuja discursividade pela perspectiva da inclusão e seguridade se ampara no histórico.

Assim, as campanhas mobilizam imagens, formas de subjetividades seguras como próprias do mundo global, demandadas principalmente pelos cenários de instabilidade do capital financeiro (SANTOS, 2006), que gera uma atmosfera de desestabilidade e insegurança (MCLAREN, 2000). Levando em consideração que essas projeções são elaboradas a partir de uma cenografia midiática, um objeto cultural cuja linguagem

permeia efeitos de entretenimento, afirma-se que as propagandas em análise buscam se distanciar das pressões do capital, também do caráter autoritário e de liberdade restritiva atribuídos ao exército – uma tendência que pode ser verificada pelas diversas pesquisas em AD, em que se apontam uma relação direta entre práticas discursivas e ações autoritárias do governo⁵⁴. Não se pretende argumentar sobre o falseamento ou não dessas abordagens, mas pontuar que a autoevidência é, para a teoria do discurso, um efeito de sentido compreendido no bojo das condições de produção – um conceito que engloba as questões políticas, sociais, históricas e ideológicas.

As origens da leitura que planificam autoritarismo e militarismo repousam no fator da disciplina militar, a qual os inseridos nas FA estão sujeitos, um “conjunto de regras não facilmente harmonizáveis com os preceitos constitucionais em matéria de liberdades fundamentais” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 316). A equalização entre concepções de autoritarismo e FA ganha proporções na segunda metade do século XX, período da Guerra Fria e descolonização, com a insurgência de governos ditatoriais militares, instalados com apoio das elites mundiais nas antigas colônias. Nesse panorama, a vida no interior do exército é transposta para fora desse, pelo seguinte movimento discursivo: ‘disciplina’ é um sentido governamental utilizado como deslocamento de sentidos de ‘ordem’, justificando-se o uso das prerrogativas de censura e a força em toda e qualquer ocasião em que haja a acusação de abalo na dinâmica social. A problemática permite que se veicule e ganhe proeminência uma imagem do militarismo diretamente vinculada à censura, ao despotismo e à tirania, respaldada por fatores históricos.

No entanto, quando se restringe o espectro investigativo sobre o poder militar, estabelecendo recorrentemente relações intrínsecas e limitantes entre militarismo e políticas autoritárias, descarta-se a necessidade de compreensão das FA como uma estrutura fornecedora de suporte às diversas posteriores, tanto em tempo quanto em espaço. Desde a consolidação do capitalismo enquanto sistema, as Forças estão vinculadas à organização política da vida no interior do Estado. Na globalização, o poder militar é uma das colunas que esteiam a sociedade (GIDDENS, 1991). Em outros termos,

⁵⁴ No início desta dissertação, pontuou-se que, mediante busca em plataformas digitais acadêmicas pelos descritores ‘discurso militar’, ‘propaganda de alistamento’ e ‘Análise do Discurso’, a maioria dos trabalhos encontrados a respeito do militarismo e suas campanhas estão relacionados àquelas veiculadas na Primeira e Segunda Guerra, ou às divulgadas por governos ditatoriais militares da América Latina, na década de 1960-80, estabelecendo-se, dessa forma, uma crítica autoevidente ao militarismo.

as FA caracterizam-se como uma estrutura fundadora que se expande e molda relações sociais, não necessariamente (ou somente) pelo despotismo, mas pela organização e coerção a um modo de vida dentro do modo de produção⁵⁵. Além disso, a ideologia globalizadora atual não caminha pelas práticas centralizadoras e totalitárias, mas minimiza o discurso repressivo e busca sistematizar uma nova tradição em oposição, descentralizada, múltipla, mesmo que essa permita o ‘liberalismo totalitário’ (CHOMSKY *apud* PÊCHEUX, 2012, p. 88).

Para aparar as questões entre repressão e globalização no exército, as propagandas de alistamento organizam sentidos para repelir outros remetentes a uma ordem não-global, buscando despir, do discurso, os sentidos de rigidez (vinculados ao mundo militar pelo imaginário social). O apagamento da memória de rigidez é feito pela mobilização de um ethos que se desmonta, se transforma, de máquina para a mulher, (na propaganda britânica) e de uma imagem de si construída sobre os preceitos da performatividade do gênero, um modelo empoderado e livre (no alistamento norte-americano). Contudo, as incoerências do neoliberalismo globalizador também se manifestam por meio de sentidos silenciados e, portanto, constitutivo do discurso – tanto no que se refere ao armamento bélico e sua utilização por parte das nações britânicas e norte-americanas, quanto ao processo de lutas históricas femininas e suas diversidades. Os efeitos do ethos atuam sob os de entretenimento e novidade – uma nova perspectiva para as FA de um ‘novo mundo livre’, entretanto, são reformulações.

Os traços originários ao discurso militar se perpetuam com nova roupagem – não necessariamente o autoritarismo ou a rigidez, mas elementos colocados em prol do conservadorismo de uma ordem social. Nesse momento, é preciso ter em vista o caráter fundador do discurso militar, promovendo o diálogo direto entre a população geral e as FA por resgatar a memória nacional e inserir o enunciatário “dentro de uma história de um mundo conhecido” (ORLANDI, 2001, p. 9) em que ele deve fazer parte. Recupera-se, aqui, a hipótese formulada no início deste estudo e, para qual a resposta se constitui afirmativamente: a produção do discurso institucional militar envolve não só (re) formulações gestadas na (re) estruturação político social na qual o militarismo se inscreve, mas dispersa sentidos associados à tradicionalidade e ao conservadorismo, oriundos do

⁵⁵ Salienta-se que todas as instituições sociais permeiam o assujeitamento, contudo, as FA, enquanto Aparelho Repressivo e Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1980) centraliza essas questões na medida em que a ela compete o uso da força.

caráter originário, fundador (ORLANDI, 2001) – aspectos esses, que ecoam, até mesmo nas práticas discursivas de organizações paramilitares em que os países se inserem.

A análise mostrou ainda que os símbolos do Estado-Nação, típicos da nacionalidade, são associados aos do militarismo, reiterando a ligação entre Forças Armadas (FA) e Estado, e inserindo as Forças ao patrimônio do país. Os sentidos próprios de uma FD nacional são amparados pela prevalência de bandeiras, logotipos governamentais, uniformes e armamentos do exército, etc., e o discurso militar torna-se, por meio da memória, um traço próprio do país. Os deslizamentos para ‘segurança’ e ‘tecnologia’ permite que o caráter fundador seja adaptado para o discurso militar ocidental pós-moderno. Ao serem condensados pelo ethos, sob a imagem do feminino (tanto por transposição do robô para a mulher, quando pela consolidação do gênero multifacetado) apontam, por oposição, alguns aspectos de base sob o qual a estrutura militar se instala, tais como o cunho primitivo e hierárquico. Para desenvolver esse ponto, é preciso salientar que o traço da primitividade no exército provém de sua relação com a violência, a disciplina e a construção da identidade, refletindo dinâmicas sociais que, embora modernas, ainda ressoam práticas históricas de controle e agressão.

Norbert Elias (1994) discute o processo de civilização, argumentando que esse não implica a superação da violência, mas a sua canalização e a legitimação de certos usos da força. A organização das sociedades modernas se deu em torno da sistematização de controle por meio da monopolização da violência pelo Estado (ELIAS, 1994), desafiando a noção de que a civilização implica um progresso linear em direção à paz. O processo também se dá discursivamente: é atribuído um caráter ‘civilizado’ às FA, de modo que suas formas de coerção são, por isso, permitidas e aceitáveis. Com isso, o exercício da violência – reflexo de práticas primitivas – ao invés de ser totalmente superado, é reformulado e modulado sob o item ‘civilização’, na medida em que provém dos Aparelhos Repressivos do Estado (ALTHUSSER, 1980) moderno. A primitividade ainda é verificada, não somente na questão do uso da força, mas no modo como os exércitos operam, enfatizando a disciplina, obediência, a punição – características que se remetem a sistemas de controle.

Judith Butler (2009) conecta a lógica militar do controle à construção de identidades de gênero, oferecendo uma crítica contemporânea sobre a questão. Segundo a autora, sendo o gênero um ato performático, um desempenho regulamentado e controlado pelo entorno (BUTLER, 1990), o exército molda as normas de gênero, na medida em que reforça ideais tradicionais de masculinidade associados o poder à agressão

e à dominação (BUTLER, 2009). Essa masculinidade hegemônica, que celebra a agressão e a guerra como virtudes, é uma construção primitiva que se manifesta na forma como os soldados são socializados (BUTLER, 2009). Contribui, na modernidade, para a modulação da violência a partir da sua revisitação e reformulação, que define o que é ser ‘civilizado’, quem deve proteger e quem deve ser protegido – bem como quem deve ser atacado (BUTLER, 2009). O tratamento dispensado por Butler (2009) para o militarismo convida à reflexão sobre as implicações éticas de nossas estruturas de poder e a necessidade de desafiar as narrativas que justificam a violência.

Somada aos estudos de Elias (1994) sobre as FA e o processo civilizador, pavimentam uma delimitação acerca da primitividade do mundo militar, organizada por concepções de civilização e de gênero – que chegam na pós-modernidade com nova roupagem – e que se dispõem por meio de sentidos arranjados pelo ethos das campanhas de alistamento analisadas. Sobre isso, é preciso retomar os silenciamentos produzidos no interior da produção discursiva do ethos feminino e amparado pela tecnologia nas propagandas e explorá-los. No que compete à violência, a mitigação das armas voltadas para o ataque (os sentidos de morte) gera sentidos de vigilância e segurança que dissolvem a associação histórica entre FA e agressividade, dando espaço para sentidos de controle. Simultaneamente, imagens historicamente atribuídas às FA dos países da OTAN também são diluídas – por exemplo, as dispersadas a partir da intervenção de conflitos do Oriente Médio em que a população civil é amplamente afetada, ou na gestão de conflitos no exterior em prol da manutenção do poder hegemônico (SANTOS, 2006).

Na mesma perspectiva, efeitos de (certa) pacificidade e civilidade são produzidos e acomodados à figura feminina, distante da subjetividade primitiva do exército, na qual a masculinidade e a força física são elementos indispensáveis para o poder e a dominação. Tendo em vista que o ethos é produzido, com base na perspectiva do enunciatário, por parte do enunciador, as FA, e que essa é estruturada pelo caráter de poder e dominação, infere-se que a construção da figura militar feminina ocorre na tentativa que se afastar da subjetividade primitiva na qual o exército se organiza; uma busca por inserir o militarismo na civilização dita pacífica da pós-modernidade. Entretanto, a mulher militar é retratada na perspectiva da inclusão, da novidade, fornecendo-se a leitura de que ela não é originalmente pertencente às bases do militarismo, mas passou a ser – retoma-se, novamente, a composição militar originária, masculina. A construção compreende procedimentos de naturalização que dissolvem as lutas feministas e a opressão feminina

no exército e na sociedade, juntamente com o caráter da violência e da desigualdade de gênero.

A naturalização do feminino é percebida pela condição de igualdade nas atividades sociais, dadas pelo serviço militar, discriminando atributos de igualitários para as FA. Contudo, a propositura vai exatamente de encontro aos postulados da razão crítica aplicada aos preceitos feministas igualitários, abordado por Wollstonecraft ([1792] 2016) em seus primórdios. Significa a manutenção das amarras da dominação – ainda mais quando as projeções militares femininas reverberam a unificação de estereótipos físicos ligados aos padrões de feminilidade conservadores, e são amparados pela tecnologia, reafirmando FDs biologizantes. Assim, a subjetividade da mulher militar é, no discurso de alistamento, reorganizada para dentro da lógica capitalista. O refutamento da primitividade ocorre sob os efeitos de inclusão que ofuscam o pensamento feminista e estende esse apagamento às lutas de classe. A partir do momento em que o exército é retratado como um ambiente possível e profícuo para a mulher, estabelece o seguinte posicionamento: se, até mesmo a mulher, afastada historicamente do serviço militar, é permitida, todos são.

Pelos sentidos da inclusão, o atributo da democracia é mobilizado. A ‘democracia’ é uma temática ocidental que, na pós-modernidade, é dispersada por governos hegemônicos, em especial os Estados Unidos (SANTOS, 2006). Enquanto efeito de sentido movimentado nos discursos institucionais, desemboca em ‘liberdade’ e, dessa forma, se vincula ao livre mercado do neoliberalismo. No neoliberalismo globalizador – a conjuntura de liquidez, em que a porosidade das fronteiras financeiras e culturais dissolve a solidez das identidades de outrora, tornando-as fragmentadas (BAUMAN, 2000; 2005) –, ‘liberdade’ e ‘democracia’ permitem englobar as diversas formas de subjetividade, em um processo que busca apaziguar discursivamente as contradições e validar os pilares sob os quais o ocidente se estrutura. Na medida em que as diversidades são agenciadas pelas FD institucionais, as desigualdades são apagadas do discurso, e o sistema político-econômico ocidental passa ser concebido como um arranjo de virtudes nas quais ‘liberdade’ e ‘democracia’ deslizam de ‘justiça social’.

Porém, essa disposição de sentidos alude somente ao capital, de modo que não há como compreendê-la por fora; ‘justiça’, ‘liberdade’ e ‘democracia’ são qualidades construídas de acordo com modo de produção. Assim, quando as subjetividades são moldadas para dentro desses princípios, mobilizadas para a manutenção do sistema e apaziguamento das disparidades. Análise da projeção da mulher militar nas campanhas

de alistamento mostrou que dois expedientes da globalização são depreendidos desse processo: a segurança antológica (GIDDENS, 1991) – por meio do qual a confiança nos dispositivos perito e de vigilância é ajustada – e a servidão maquínica (LAZZARATO, 2014) – a relação maquinal entre os sujeitos e os sistemas produtivos. A recuperação do funcionamento da segurança antológica (GIDDENS, 1991) e da servidão maquínica (LAZZARATO, 2014) na construção das subjetividades fornecem uma perspectiva para a propaganda no momento histórico em que são produzidas.

A leitura permite apontar que a inclusão feminina no discurso do alistamento reforça sentidos de liberdade compreendidos pelo assujeitamento. Esse é um forte indício da manutenção do capital e do caráter hierárquico, subjugador à ordem do capitalista na prática discursiva das FA. Eis como a estrutura militar tem permanecido por tanto tempo: se reformulando, mas mantendo o aspecto de base – a obediência à ordem. Quando os estudos discursivos limitam o discurso militar ao autoritarismo, oblitera-se seus meandros e a política sob o qual se organiza, também confere a todos os sentidos dispersos no seu interior como descartáveis ou, ainda, desprezíveis, incluindo a ordem. O resultado não está na falta da ordem, mas na falta do entendimento de como ela opera na sociedade, bem como na organização de subjetividades de resistência. Lazzarato (2014) pontua que, hoje em dia, vive-se a crise da subjetividade, ou seja, o modo de produção neoliberal não consegue abarcar as diversas subjetividades na celeridade em que emergem, principalmente mediante atravessamento tecnológico.

As propagandas mostraram que, de fato, a prática discursiva militar enquanto simultânea às práticas sociais, não permite tratar da amplidão de imagens movimentadas por outros discursos. Por isso essas imagens são sempre agenciadas de volta aos modelos tradicionais, para que construam sentido a partir dos moldes das FA. A compactação da subjetividade no discurso se estende ao capitalismo, uma vez que é impossível separar processos econômicos, políticos e sociais dos processos de subjetivação que ocorrem em seu interior; torna-o insuficiente para suprir as necessidades de representação (LAZZARATO, 2014). É, portanto, a maior fraqueza do capital atual (LAZZARATO, 2014). Pelo discurso do alistamento, verifica-se que, mesmo mediante à reformulação, existe a necessidade do modo de produção em recorrer a antigos territórios – valores pré-capitalistas ou mesmo modernos, e suas subjetivações – para sobreviver. Nesse viés, Lazzarato (2004) pontua que a reincidência de correntes nacionalistas – os ideais de governos totalitários – ocorrem como uma tentativa dos governos de conter as novas formas que insistem em emergir.

O retorno do totalitarismo não opera para transformar ou regredir o percurso do modo de produção, mas para vinculá-lo ao neoliberalismo globalizador. A presença do ethos feminino e do entretenimento fornecido pela cenografia dos vídeos de alistamento também busca distanciar as FA ocidentais do retorno totalitário, mas de todo modo, o ‘liberalismo totalitário’ descrito por Chomsky (*apud* PÊCHEUX, 2012) faz sentido não somente para o campo comercial, mas também para a ‘compra’ de subjetividades. Ainda de acordo com Lazzarato (2014), se a comunicação, as linguagens e a mídia desempenham um papel central na produção de subjetividades conformistas, podem operar na criação de resistências. Lazzarato (2014) ainda sugere que as resistências surgem como uma resposta crítica, uma forma de contestar as estruturas dominantes, explorando brechas e desafiando as lógicas de produção e captura de subjetividade imposta pelo capitalismo, por meio de novas formas de cooperação, de uso alternativo das tecnologias e da criação de outros modos de subjetivação que escapam ao controle mercadológico e social (LAZZARATO, 2014).

As novas subjetividades de resistência podem desempenhar um papel importante para a construção de uma sociedade mais justa, no futuro (LAZZARATO, 2014). Isso não significa que o discurso militar terá sua participação para tal. Por ora, o militarismo e seus discursos não podem ser vistos como uma configuração pré-revolucionária ou que irá caminhar em oposição às transformações que acenam para a prevalência capitalista. Mesmo assim, é possível estimar que, se a virada das subjetividades está por vir, as FA precisarão se reorganizar para continuar sua função no mundo pós-moderno. O discurso, como palco dos deslizamentos, apagamentos, reformulação e resgate da memória, constitui-se do lugar para esse agenciamento. Assim, pontua-se a necessidade de se ampliar os estudos discursivos militaristas, não somente voltados para a compreensão da organização política que concebe as estruturas sociais. Detalhar a discursividade militar possibilita entender os procedimentos que culminam na mudança, sobretudo na sociedade contemporânea, gerida por subjetividades, máquina e signos que, conforme Lazzarato (2014) se relacionam tão visceralmente uns com os outros.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

AMERISE, Atahualpa. Porte de arma nos EUA: porque esse direito entrou na Constituição. **BBC News**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61583096>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ASSUNÇÃO, Diana. Sobre Reivindicação dos direitos da mulher. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ARMY JOBS. The army of the future. **Youtube**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fleO03BdNq4> . Acesso em: 21 jan. 2022.

AYERBE, Luís Fernando. Religiosidade, interesse nacional e política externa dos Estados Unidos no século XXI. *In*: SILVA, Carlos Eduardo. **Uma nação com alma de igreja**: religiosidade e políticas públicas nos EUA. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Teoria do discurso**: Fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas / FLLCH/ USP, 2001.

BARROSO, Juliana Lyra Viggiano. Segurança e uso da força no contexto da OTAN pós-guerra fria. **Rev. Sociol. Polít.**, n. 27, p. 43-63, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/N6f4zsjC54HkQJB3sqJfJjG/>. Acesso em: 18 jan. 2021

BARBOSA, Luiz Henrique Lucas. A história americana e os parâmetros contemporâneos para a aplicação do *jus ad bellum*. **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 37, p. 75-92, ago. 2013. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/392-1827-1-pb.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: A Experiência Vivida. 2. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1967.

BIGELOW, Kathryn. **Zero Dark Thirty**. Columbia Pictures, 2012.

- BOAS, Franz. **The mind of the primitive man**. New York: Macmillan, 1911.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2000.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. **Frames of War: When Is Life Grievable?** London: Verso, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- COELHO, Cidarley Grecco Fernandes. Instrumentos linguísticos e discursos de disponibilização de/em instrumentos digitais de aprendizagem. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 44, p. 77-110, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao44/artigo4.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2022.
- COPPOLA, Francis Ford. **Apocalypse Now**. United Artists, 1979.
- COSTA, Maria Ivanúcia Lopes da; MENDES, Marcília Luzia Gomes da Costa. A publicidade como ferramenta de consumo: uma reflexão sobre a produção de necessidades. **BOCC**, Portugal, p. 2 -10, 2012. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/costa-mendes-a-publicidade-como-ferramenta-de-consumo.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- COSTA, Eloáh Ferreira Miguel Gomes da *et. al.* Os impactos da expansão da indústria de animação japonesa no Brasil. **Coordenadoria de Estudos da Ásia (CEÁSIA)**, 2021. Disponível em: <https://ceasiaufpe.com.br/?p=2396>. Acesso em: 04 out. 2023.
- DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ELIAS, Norbert. **O Processo de Civilização: Formação dos Estados e Civilização**. Trad. de José L. D. Aranha. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. British Empire. **Britannica**, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/British-Empire>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Rev. Conj. Aust.**, v. 13, n. 64, p. 25-50, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/128157>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOX, Kara *et al.* Como a cultura de armas de fogo nos Estados Unidos se compara com o resto do mundo. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-a-cultura-de-armas-de-fogo-nos-estados-unidos-se-compara-com-o-resto-do-mundo/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FRANÇA. Assembléia Nacional Constituinte. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, França, 1789. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em 08 set. 2024.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. O fim da globalização? **Folha de São Paulo**, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2810200120.htm>. Acesso em: 21 jul. 2024.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: uma crítica contemporânea do materialismo histórico. v.2 Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: EdUSP, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

GHIRALDELLI, Paula. Ramos. **Discurso militar**: uma análise de propagandas do serviço militar Brasileiro e Russo na atualidade. 2022. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4449>. Acesso em: 08 dez. 2022.

GHIRALDELLI, Paula Ramos; SOARES, Thiago Barbosa. O adjetivo ‘militar’ no Aulete Digital: uma análise discursiva de ferramentas tecnológicas de instrumentalização linguística. **Comunicação e Inovação**, v. 24, p. 1-18, 2023a. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/9215/3999. Acesso em: 21 dez. 2023.

GOARMY. Emma/The Calling/ Goarmy. **Youtube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MIYGFSONKbk&t=53s>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CHACRA, Guga. O lobby das armas sempre vence. **O globo**, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/guga-chacra/post/2022/05/o-lobby-das-armas-sempre-vence.ghtml?_ga=2.49867302.1883505506.1723906913-630499047.1717869934. Acesso em 17 ago. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HECK, Ana Laura Coelho da Silva *et al.* **Atuação da OTAN em conflitos no século XXI: análise da crise da Ucrânia em 2014 na cobertura web da teleSUR**. *In*: SEMANA ACADÊMICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO, 1., 2016, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Foz do Iguaçu: UNILA, 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3038>. Acesso em: 27 set. 2024.

HEELAS, Paul. **The New Age Movement: The Celebration of the Self and the Sacralization of Modernity**. Oxford: Blackwell, 1996

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)**. São Paulo: Edusp, 2018.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Independência dos Estados Unidos. [Entrevista concedida a] Pedro Fuini. **Hoje na história**, 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/33601>. Acesso em: 13 dez. 2023.

KILANDER, Gustaf. Comment section disabled on Army recruitment video following vile comments about soldier raised by two mothers. **Independent**, 2021. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/army-recruitment-ad-solider-two-mothers-b1851661.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

KRITSCH, Raquel. Rumo ao Estado Moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 23, p. 103-114, nov. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hjHJLbrbLmbP9nZ9CRBhrCP/?format=pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ N-1 edições, 2014.

LEXICON Editora Digital. Militar. **Aulete Digital**, 2007. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/militar>. Acesso em: 05 dez. 2022.

KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

KUBRICK, Stanley. **Full Metal Jacket**. Warner Bros., 1987.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- MARASCIULO, Marília. O que você precisa saber sobre o Império Britânico. **Galileu**, 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/07/o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-imperio-britanico.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- MATOS, Deise Justino *et al.* Mulheres nas Forças Armadas: Desenvolvimento Histórico Jurídico da Participação Feminina na Defesa Nacional. *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 13, 2016, Rio de Janeiro. **Anais do evento**. Rio de Janeiro: 2016. p. 1-19. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas_desenvolvimento_historicojuridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_1.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Trad. Bebel Orofino Schaefer. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.
- MEIRELLES, Mauro; AYDOS, Valéria. **Cultura, Etnocentrismo e relativismo cultural**. Porto Alegre: Cirkula, 2017.
- MELFI, Lucas Sebastián. A geopolítica imperialista da OTAN nas Malvinas. [Entrevista concedida à] Pedro Perucca. Trad. Tamina Rody Lima. **Jacobin Brasil**, 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/03/a-geopolitica-imperialista-da-otan-nas-malvinas-10/>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- MILES, Barry. **Hippie**. São Paulo: Editora Globo, 2003.
- MINOGUE, Kenneth. **A mente servil**: como a democracia solapa a vida moral. Trad. Pedro Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Prefácio. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O mercado internacional de equipamentos Militares**: negócios e política externa. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão n. 1596). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1275?mode=simple>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FREITAS, Eduardo. As últimas colônias do mundo. **Mundo educação**, s.d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/as-ultimas-colonias-mundo.htm>. Acesso em: 08 fev. 2023.

NATO. The Alliance's Strategic Concept agreed by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council. **North Atlantic Treatise Organization**, 1991. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/basicxt/b911108a.htm>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ed. 7, ano 2, v. 01, p. 89-116, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/revolucao-industrial-na-inglaterra.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Genebra, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08 set. 2024.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Lexicografia discursiva. **Alfa**, São Paulo, v. 44, p. 97-114, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201>. Acesso em 18 jul. 2023.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Prefácio. *In*: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.). **Discurso fundador**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 7-9.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PASSETTI, Gabriel. Os britânicos e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. **História**, São Paulo, v.35, p.1-24, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/vkc8nyDNKfRqkWQYDtTVNyj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Marianni *et al.* 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Marianni *et al.* 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993b. p. 307-314.

PÊCHEUX, Michel. Língua, Linguagens e Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.

PÊCHEUX, Michel. Foi propaganda mesmo o que você disse? In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PEREIRA, Roberta Dohani; ALENCAR, Dimas Melo. A criação da Otan e sua permanência do período pós-Guerra Fria. **Fronteira**: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 3, n. 5, p. 83-104, 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068>. Acesso em: 08 fev. 2023.

REIS, Jaime. A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. **Análise Social**, volume XXIII, p. 207-227, 1987. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223486204E9wNP8ed3Ez05AO7.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

REDAÇÃO DA EXAME. O que é Domo de Ferro? Como funciona o escudo antimíssil de Israel que interceptou ataques do Irã. **Exame**, 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/o-que-e-domo-de-ferro-como-funciona-o-escudo-antimissil-de-israel-que-interceptou-ataques-do-ira/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

ROCHA, Júlia Margarida Almeida. **Cinema e Propaganda Militar**: Análise de longas-metragens (de ficção, não animadas) do período da 2ª Guerra Fria (1979-1985). Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, PT, 2016.

SALGADO, Luciana Salazar; DELEGE, Marina. Mundo ético e mídiu: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. **Letras de hoje**, v. 18, n. 3, p. 374-385, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/30956/17630>. Acesso em: 10 mai. 2024.

SANTOS, Marcelo. A supremacia dos EUA no pós-Guerra Fria. **Perspectivas**, São Paulo, n. 29, p. 37-66, 2006, Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/32>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SCHNEIDER, Livia Amaral. Os **impactos da indústria do entretenimento na economia norte-americana**. Monografia de final de curso (Graduação em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Livia_Amaral_Schneider.pdf. Acesso em: 01 jan. 2024.

SHAREAMERICA. As mulheres são uma parte crucial das Forças Armadas dos EUA. **ShareAmerica**, 2020. Disponível em: <https://archive-share.america.gov/pt-br/as-mulheres-sao-uma-parte-crucial-das-forcas-armadas-dos-eua/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SIEBOLD, Sabine; VAN CAMPENHOUT, Charlotte; MEIJER, Bart. Rebelião do Grupo Wagner demonstra fraqueza do regime russo, diz chefe da Otan. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/rebeliao-do-grupo-wagner-demonstra-fraqueza-do-regime-russo-diz-chefe-da-otan/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVA, Marcel Vieira Barreto. Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade. **Galaxia**, São Paulo, n. 27, p. 241-252, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jgal/a/kwPnx5FMGfnNVY5M5xcSDzc/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso Linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

SOARES, Thiago Barbosa. 1969: o ano que não acabou. *In*: BUTTURI JÚNIOR, Atílio; BRAGA, Sandro; SOARES, Thiago Barbosa (Orgs). **No campo discursivo**. Campinas: Pontes, 2020. p. 167-187.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percorso Discursivo: heterogeneidade epistemológicas aplicadas**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

SOARES, Thiago Barbosa. Imaginary formation and discursive ethos: a symbiotic relationship in Discourse Analysis. **Palimpsesto**, v. 22, n. 43, p. 43–59, 2023a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/76917>. Acesso em: 25 dez. 2023.

SOARES, Thiago Barbosa. Os limites da interpretação: uma reflexão sobre os usos da noção de discurso. **Revista Ratio Integralis**, Campanha, v. 3, n. 2, p. 175 - 184, jul./dez., 2023b. Disponível em: https://www.seminariosenhoradasdores.com.br/files/ugd/5865b1_3fac2f34fd0c4d04a6e5e372c73ce34a.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

SOARES, Thiago Barbosa. Distinções e aproximações: projetos de Análises do discurso. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 1-7, jan./jun.

2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/55804>. Acesso em: 16 abr. 2025.

THE NATIONAL Security Council and The White House. **The National Security Strategy**. Washington, DC, 2002. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

THE NATIONAL Security Council and The White House. **The National Security Strategy**. Washington, DC, 2006. Disponível em <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>. Acesso em: 20 out. 2023.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defense. **GOV.UK**, s.d. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/ministry-of-defence>. Acesso em: 22 ago. 2023.

UNITED STATES. Constitution of the United States. **Bills of Rights institute**, s.d. Disponível em: <https://billofrightsinstitute.org/primary-sources/constitution>. Acesso em: 17 ago. 2024.

WOLLSTONECRAFT, Mary [1972]. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. **Blog de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, v. 07, n. 02, p.10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em 07 set., 2024